



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DA EXONERAÇÃO
NO SERVIÇO PÚBLICO
(Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000-2010)**

DOUTORADO

Adélia Doraci de Oliveira

**Florianópolis
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Adélia Doraci de Oliveira

**AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DA EXONERAÇÃO
NO SERVIÇO PÚBLICO
(Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000-2010)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a Dra. Célia Regina Vendramini.

Co-orientadora: Prof^a Dra. Mariléia Maria da Silva.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação.

Florianópolis
2013

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Oliveira, Adélia Doraci de

As múltiplas determinações da exoneração no serviço público : Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000-2010 / Adélia Doraci de Oliveira ; orientadora, Célia Regina Vendramini ; co-orientadora, Mariléia Maria da Silva. - Florianópolis, SC, 2013.

250 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Trabalho e Educação. 3. Escolarização. 4. Estado. 5. Serviço Público. I. Vendramini, Célia Regina. II. Silva, Mariléia Maria da. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

"As múltiplas determinações da exoneração no serviço público (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000-2010)"

Tese submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 05/07/2013

- Dra. Célia Regina Vendramini (CED/UFSC-Orientadora)
Dra. Marileia Maria da Silva (UDESC/SC-Co-orientadora)
Dra. Lígia Regina Klein (UFPR-Examinadora)
Dra. Nadir Zago (UNO/CHAPECÓ/SC-Examinadora)
Dra. Bernadete Wrubleiski Aued (UFSC-Examinadora)
Dra. Valeska Nahas Guimarães (UFSC-Examinadora)
Dra. Eneida Oto Shiroma (CED/UFSC-Suplente)
Dr. Celso João Carminati (UDESC/SC-Suplente)


ADÉLIA DORACI DE OLIVEIRA

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/JULHO/2013

Profa. Rosalba Maria Cardoso Garcia
Coordenadora do PPGE/CED/UFSC
Portaria nº 1317/GR/2012

À minha família, por tanto amor!

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Sinto-me honrada e feliz em agradecer a todos e, de modo especial:

À querida professora Célia Regina Vendramini por orientar este trabalho com dedicação, compreensão e tranquilidade e pelo imprescindível apoio e confiança que me dedicou desde 2002, quando ingressei no mestrado (também sob sua orientação);

À querida professora Bernardete Wrublewski Aued, que também me acompanha desde 2002 e que assumiu inicialmente a co-orientação desta pesquisa, dedicando-me, além dos ensinamentos, todo apoio, compreensão, estímulo e confiança;

À querida professora Mariléia Maria da Silva, por inicialmente ter participado da banca de qualificação desta pesquisa e muito contribuído para seu amadurecimento. E também por ter assumido a continuidade da co-orientação, com tanto carinho e dedicação, mesmo em meio a tantos afazeres;

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e de defesa desta tese, pela atenção dispensada à leitura do texto e por suas contribuições;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, pelos ensinamentos;

À Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) por ter permitido a realização desta pesquisa, em especial aos secretários de Administração e Previdência do período em que a mesma foi realizada, Constâncio Alberto Salles Maciel e Sandro Ricardo Fernandes, pela confiança, apoio, estímulo e compreensão;

Aos trabalhadores da PMF, em especial aos da Secretaria Municipal de Administração e Previdência, pois foram valiosos nos debates sobre o tema, na busca de dados e na localização dos entrevistados, o que reforçou as possibilidades de execução da pesquisa, bem como o êxito dos seus resultados. Entre estes, destaco pela participação direta na pesquisa: Rodrigo Bianchini da Silva (analista do SRH/PMF), João, Verônica, Nonô, Ricardo, Alex, Vera, Ivanete, Patrícia, Nara e Elizângela;

Aos trabalhadores exonerados da PMF por compartilharem suas histórias;

Ao Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES), que pela concessão de bolsa de pesquisa, desde 2012, permitiu a realização desta com a qualidade requerida para este nível de formação;

Ao Sandro, Matheus, Suélen, Vanessa, Marlucy e Jussara, pela parceria verdadeira;

Aos meus pais (Pedro e Elizabeth), irmãos (Raquel, Jeferson e Ronaldo), filhos (Filippe e Francine) e neto (Miguel), pelo amor e apoio incondicional que sempre dedicamos uns aos outros e que muito significou, também, no decorrer desta pesquisa;

A todos aqueles que em maior ou menor escala, direta ou indiretamente colaboraram, compartilhando das minhas aspirações e contribuíram para que elas deixassem de ser apenas sonhos, agradeço pelo carinho, apoio e compreensão.

RESUMO

OLIVEIRA, Adélia Doraci de (2013). *As múltiplas determinações da exoneração no serviço público: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000-2010*. 250 f. Tese (Tese em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

A tese tem como objetivo a análise das múltiplas determinações da exoneração no serviço público, especificamente na Prefeitura Municipal de Florianópolis - SC (PMF), no período 2000-2010, diante da afirmação da estabilidade como estratégia de enfrentamento ao desemprego. Partimos do pressuposto de que vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes (MÉSZÁROS, 2004), que traz como um dos resultados mais graves para um conjunto relevante da humanidade, o desemprego. Neste contexto, a estabilidade no emprego é a aspiração dos sujeitos que dependem da sua força de trabalho para sobreviver. Muitas pesquisas apontam que este também é o motivo pelo qual muitos destes trabalhadores buscam o serviço público, estratégia na qual a escolaridade é uma exigência. No entanto, trabalhadores efetivos solicitam exoneração do serviço público. Neste sentido, foi necessário compreender, sobretudo, as mudanças no trabalho; as condições de trabalho; o caráter do serviço público na sociedade capitalista e, na PMF; como a estabilidade se apresenta como direito; e, além disso, considerar os trabalhadores que saíram e os que permaneceram na instituição. A pesquisa, de natureza qualitativa, e com base no método materialista histórico, foi desenvolvida por meio de estudos bibliográficos e empíricos. Verificamos que aproximadamente 25% dos trabalhadores admitidos como efetivos na PMF, solicitaram exoneração no período que estabelecemos para a pesquisa. Ao buscarmos juntar “os fios” das trajetórias dos trabalhadores exonerados que entrevistamos (três médicos, três odontólogos, um assistente social, um contador, um técnico em edificações, um auxiliar de sala, um auxiliar de ensino e um professor), foi possível observar que há múltiplas determinações na exoneração no serviço público, dentre elas, a origem social, a escolaridade, a remuneração e as condições de trabalho são as mais evidentes. A pesquisa

confirmou nossa tese de que a exoneração tem uma dimensão que embora na aparência seja pessoal, é fundamentalmente social, pois é atravessada pela condição de classe. Os exonerados defendem e afirmam a estabilidade no emprego, mas mostram outros elementos que a compõem, ou seja, buscam a estabilidade e o horizonte do planejamento de suas vidas é determinado pela condição de classe (ou fração de classe), assim como é a possibilidade de solicitar exoneração. Assim sendo, a exoneração não é fruto da livre escolha. Cabe destacar ainda que os dados encontrados nesta pesquisa, mesmo sendo a expressão da universalidade, são um recorte, ou seja, não podem ser generalizados. Mas, nos dão pistas para analisar na atualidade o trabalho e sua relação com a escolarização. Também foi possível verificar que somente na aparência há dissociação entre trabalhadores do setor público e do privado, pois respeitadas as devidas especificidades, o processo empregado para a superação da crise do próprio modo de produção capitalista (no qual estão incluídas as propostas de reforma do Estado), se dissemina por todo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que não a atinja de maneira uniforme.

Palavras-chave: Trabalho e educação. Escolarização. Estado. Serviço público. Estabilidade. Exoneração.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the determinant factors of resignation from public service in the Florianópolis municipal government (PMF, Prefeitura Municipal de Florianópolis) from 2000 to 2010, considering the affirmation of job stability as a strategy against unemployment. This work adopts the premise of a current era of unprecedented historical crisis (MÉSZÁROS, 2004) which causes unemployment to a relevant portion of humanity as one of its most serious consequences. Within this context, job stability is a common aspiration of subjects who depend on their work ability to survive. Research data suggests that job stability is also the reason why many workers search for job opportunities in the public service, a strategy that demands a certain level of education. Nevertheless, workers on active duty do resign from public service. To understand that it was necessary to examine changes in jobs; work conditions; the character of public service in capitalist society and the PMF; the ways in which job stability presents itself as a civil right. Furthermore, it was necessary to consider both the workers who resigned and those who remained in service. The research in this work is of a qualitative nature. It is based on the method of historical materialism and was developed through bibliographical and empirical studies. It was found that approximately 25% of active servants resigned during the research period. The effort to find similar or related points among the stories of the interviewed resignees (three medical doctors, three odontologists, two teaching assistants and one teacher) revealed multiple determinant factors for resignation, among which social origin, education, pay grade and work conditions are the most evident. This research supports the thesis that resignation, in spite of having a more apparent personal character, is fundamentally a social phenomenon since it is partially determined by class condition. Interviewed resignees support job stability as a value but also consider other elements of stability, i. e., they search for stability and their planning horizon is determined by their class condition (or class fraction) as well as the possibility to resign. Therefore, resignation is not a result of free choice. It should be noted that the data found by this research, while expressing universality, represents a sample and cannot be generalized. The data, nonetheless, offers clues for the

analysis, at the present time, of work and its relation to education. It was also possible to conclude that the dissociation between public servants and private sector workers is largely cosmetic. All specific traits considered, the process employed to overcome the crisis of the capitalist mode of production (within which are included propositions for reform of the State) spreads throughout the entire working class, even if it does not affect it evenly.

Key words: Work. Education. State. Public Service. Job Stability. Resignment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cargos dos Trabalhadores (*) exonerados (PMF, 2000-2010)	29
Tabela 2 - Trabalhadores admitidos e trabalhadores exonerados no período 2000-2010 na PMF considerando os cargos selecionados para a pesquisa.....	30
Tabela 3 - Trabalhadores da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Períodos: 2000 e 2010): Formas de vínculo.....	64
Tabela 4 - Relação População Florianópolis / trabalhadores PMF (Período 2000-2010).....	65
Tabela 5 - Emprego público (*) em relação ao total de ocupados (em %) 1995-2005.....	67
Tabela 6 - Trabalhadores ocupados não estatutários no serviço público no Brasil.....	129
Tabela 7- Dados gerais dos entrevistados	148
Tabela 8 - Escolaridade e Ocupação ou profissão dos pais dos entrevistados	178
Tabela 9 - Trabalhadores, cargos, estabilidade (como a definem ou sentem).....	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAC	- Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF/88	- Constituição Federal de 1988
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
COMCAP	- Companhia Melhoramentos da Capital
CTD	- Contratado por Tempo Determinado
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC 19/98	- Emenda Constitucional nº 19 de 1988
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GPM	- Gerência de Perícia Médica
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PCCS	- Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PED	- Pesquisa de Emprego e Desemprego
PMF	- Prefeitura Municipal de Florianópolis
PME	- Pesquisa Mensal de Emprego
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
SRH	- Sistema de Recursos Humanos
SINE	- Sistema Nacional de Emprego
SINTRASEM	- Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis
SST	- Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - OS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	49
1.1 A INSERÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL EM FLORIANÓPOLIS: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS	50
1.1.1 O território de Florianópolis	55
1.1.2 A Prefeitura Municipal de Florianópolis	61
1.1.3 Um panorama acerca do quadro de trabalhadores da Prefeitura Municipal de Florianópolis	68
CAPÍTULO 2 - ESTABILIDADE: O “SONHO DOURADO”	77
2.1 A ESTABILIDADE COMO DIREITO	82
2.2 A LUTA HISTÓRICA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES	89
2.3 A BUSCA PELA ESTABILIDADE: CONCURSO PÚBLICO, O DITO E O NÃO DITO	95
CAPÍTULO 3 - MUDANÇAS NO TRABALHO: O CENÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	103
3.1 TRABALHO E EMPREGO - A APARENTE NATURALIDADE DO SOCIAL	104
3.2 O PROCESSO DE EMPREGO E DESEMPREGO	109
3.2.1 A lei geral da acumulação capitalista e a população trabalhadora relativamente supérflua: O cenário do concurso	113
3.2.2 A lei geral da acumulação capitalista e a tendência à polarização crescente da riqueza e da pobreza	119
3.3 O TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO E O CARÁTER DO SERVIÇO PÚBLICO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	124
3.4 CAPITAL, TRABALHO E ESTADO	133
CAPÍTULO 4 - AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DA EXONERAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO NA PMF: A ESCOLARIZAÇÃO	145
4.1 ESCOLARIZAÇÃO	150
4.1.1 O Grupo A	153
4.1.2 O Grupo B	163
4.1.3 Entrelaçando as histórias	172

CAPÍTULO 5 - AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DA EXONERAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO NA PMF:	
SALÁRIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	187
5.1 ESTABILIDADE.....	188
5.2 OS MOTIVOS PARA EXONERAÇÃO	194
5.2.1 Remuneração (salário)	194
5.2.2 Condições de trabalho	209
JUNTANDO OS “FIOS” DAS TRAJETÓRIAS E TECENDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS.....	231
APÊNDICE - Roteiro Básico para Entrevista.....	249

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa as múltiplas determinações da exoneração no serviço público, diante da afirmação da estabilidade como estratégia de enfrentamento ao desemprego.

Temos como ponto de partida o entendimento de que vivemos numa sociedade em que o serviço público se constitui como uma das formas de inserção no trabalho, para o qual a escolaridade é uma exigência.

Além disso, são muitas as pesquisas¹ que enfatizam a busca dos trabalhadores pelo emprego, destacando o serviço público como estratégia de inserção e permanência. Ou seja, em geral, as pessoas que fazem concurso público, fazem-no tendo como um dos principais motivos obter estabilidade².

Isto é compreensível, considerando que o número de desempregados no mundo atingiu cerca de 212 milhões de pessoas em 2009, o que representa um aumento sem precedentes de 34 milhões de trabalhadores, comparado com 2007, segundo dados apresentados no Relatório Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - “Tendências Mundiais de Emprego (2010)”³.

O número de desempregados jovens no mundo atingiu o maior nível já registrado, conforme é afirmado no relatório da OIT – “Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude (2010)”⁴. Existem cerca de 620 milhões de jovens economicamente ativos com idade entre 15 e 24 anos e, destes, 81 milhões estavam desempregados no final de 2009. O desemprego dos jovens aumentou de 11,9% em 2007 para 13% em 2009. Ao longo do período de dez anos (1997/07 a 2006/07), o número de jovens desempregados aumentou, em média, em 191 mil por ano, ou seja, o equivalente à população de uma cidade.

¹ Neste sentido destacamos as seguintes pesquisas: ALBRECHT (2010); BARRETO ET. AL. (2007); DIAS (2009); PIMENTEL (2007); SELIG (2011); SILVA (2004); entre outras.

² Privilegiaremos em nosso estudo, o entendimento de estabilidade enquanto direito do trabalhador de permanecer no emprego. Ou seja, não há em seu contrato de trabalho, o estabelecimento da data de término.

³ Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 05.06.2011.

⁴ Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br> Acesso em: 05.06.2011.

Os dados não falam por si, pois necessitam de análises mais aprofundadas, mas possibilitam vislumbrar, mesmo que parcialmente, um cenário de profunda crise na qual a condição necessária à sobrevivência dos indivíduos está em declínio em todas as partes do planeta.

Na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), no período compreendido entre os anos de 2000 e 2010⁵, foram admitidos, após terem sido aprovados e classificados em concurso público, 3722 trabalhadores e destes, 908 (24.4%) solicitaram exoneração⁶.

No último concurso realizado pela PMF (edital 001/2010) para o cargo de procurador do Município, houve um grande número de inscrições⁷ realizadas por pessoas do país inteiro. Os oito candidatos aprovados e classificados foram admitidos no início de 2011 e, até a metade do mesmo ano, três destes requereram exoneração.

Se a estabilidade no emprego é o sonho dos trabalhadores que realizam concurso público, conforme apontam as pesquisas⁸, então por que se exoneram? Nossa tese é de que a

⁵ A delimitação do período, dez anos, justifica-se pelo entendimento de que, em termos de trajetórias, é um recorte de tempo que provavelmente indicará alguns dados possíveis para análise.

⁶ Exoneração e demissão são atos administrativos que implicam na quebra do vínculo entre o Poder Público e o trabalhador, porém de formas e em situações diferentes. Enquanto a demissão consiste em uma penalidade, a exoneração é apenas um procedimento. A demissão é o afastamento do servidor público que comete infração disciplinar grave. A exoneração não tem caráter punitivo e pode ocorrer por iniciativa de ambas as partes, ou seja, se assemelha à rescisão nos contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Há possibilidade de exoneração por iniciativa do Estado, mas ela pode ser feita a pedido do servidor público comissionado. (Fonte: <https://www.ufmg.br/pfufmg/index.php/pagina-inicial/saiba-direito/232-demissao-e-exoneracao-nao-sao-sinonimas>).

⁷ O edital oferecia oito vagas para o cargo de procurador do município (nelas, incluída uma para portadores de deficiência). Houve 1954 inscritos, o que corresponde a 244 candidatos por vaga. Considerando que 940 faltaram às provas, a relação candidato por vaga caiu para 127.

⁸ Neste sentido destacamos as seguintes pesquisas: Dias (2009), em pesquisa na qual, buscando compreender quais sentidos do trabalho se fazem presentes na construção do projeto de vida de um grupo de formandos de uma universidade pública (Pesquisa que utiliza metodologia qualitativa e entrevistas semiestruturadas com jovens brasileiros de ambos os sexos com idades entre 22 e 28 anos), discute aspectos dos sentidos do trabalho e problematiza o tema relacionado com as contradições vividas em uma fase de transição (escola-

exoneração tem uma dimensão que é fundamentalmente social, embora na aparência seja pessoal, pois é atravessada pela condição de classe e fração de classe. Ou seja, a exoneração não é fruto da livre escolha. Nossas hipóteses são:

- Há múltiplas determinações da exoneração: escolarização, condições familiares, salário, status, condições de trabalho, entre outras;
- Os exonerados defendem/afirmam a estabilidade no emprego, mas mostram outros elementos que a compõem, ou deveriam compô-la;

trabalho) considerando a realidade de Portugal e Brasil. A autora enfatiza que existem diferenciações claras entre o sistema educativo português e o brasileiro, porém existem semelhanças que devem ser consideradas sobre o mercado de trabalho. Com este entendimento e refletindo sobre a situação dos jovens frente ao desemprego, afirma que as preocupações dos jovens convergem para conseguir alguma estabilidade e carreira. Assim, a maioria destes, tanto em Portugal como no Brasil, vai à busca da inserção no serviço público com este objetivo.

Albrecht (2010) buscando compreender os sentidos do trabalho para graduados “concurseiros” (termo utilizado pela autora buscando caracterizar o perfil dos sujeitos pesquisados: “a maioria são jovens adultos caracteristicamente no início de suas carreiras profissionais, investindo determinado período de suas vidas à preparação para concursos públicos”), constata que o serviço público unanimemente foi relacionado à estabilidade e garantia de emprego. Pimentel (2007) em pesquisa que teve como objetivo compreender como os jovens recém-formados em Psicologia vivenciam sua inserção no mercado de trabalho na região da Grande Florianópolis – SC, destaca que estes percebiam a participação em concursos públicos para vagas em psicologia ou cargos que exigissem apenas o ensino médio, como estratégia promissora de inserção no mundo do trabalho. Barreto et. al. (2007) objetivando verificar os fatores que motivaram um grupo de pessoas a optar por um emprego no setor público, constatam que a estabilidade e a imagem da empresa aparecem como principais motivos. Selig (2011) buscou delinear nos discursos de jovens graduados, que ingressaram recentemente em um serviço público federal, quais os sentidos atribuídos à sua inserção em uma carreira estável. Dentre as formas de reconhecimento da carreira pública manifestadas pelos entrevistados, a autora destaca a garantia de remuneração e de estabilidade. Destacamos também a pesquisa de Silva (2004), na qual entrevistando egressos de cinco cursos de graduação – Administração de Empresas, Direito, História, Pedagogia e Odontologia – de três instituições de ensino: uma federal, uma estadual e uma privada da cidade de Florianópolis/SC, constatou que a expectativa de ingresso no serviço público era vista por esses sujeitos como uma alternativa para lidar com o sentimento de insegurança mobilizado frente à instabilidade encontrada no mundo do trabalho.

- A estabilidade só é uma qualidade e só tem sentido quando garante a sobrevivência, ou seja, sua busca é determinada pela condição de classe;
- A exoneração, assim como a estabilidade, é determinada pelas diferenças nos cargos/carreiras. Ou seja, a concorrência entre trabalhadores nos movimentos de oferta e procura de trabalho, manifesta-se de forma distinta entre os mesmos, pois ocorre dentro dos limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital;
- Muitos trabalhadores escolarizados que entram no serviço público como estratégia de enfrentamento ao desemprego, algumas vezes, utilizam-na como transição para se preparar para outro emprego.

Sendo assim, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais as determinações da exoneração no serviço público, no cenário da afirmação da estabilidade no emprego como estratégia de enfrentamento ao desemprego?

Os objetivos desta pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as múltiplas determinações da exoneração no serviço público, diante da afirmação da estabilidade como estratégia de enfrentamento ao desemprego.

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar, na perspectiva de classe social, as trajetórias de trabalhadores concursados da Prefeitura Municipal de Florianópolis que se exoneraram no período 2000-2010;
- b) Caracterizar as múltiplas determinações da exoneração no serviço público municipal de Florianópolis (período 2000-2010), enfatizando, na análise das trajetórias dos exonerados entrevistados, os fatores: escolarização, condições de trabalho e remuneração/salário;
- c) Analisar o cenário do serviço público a partir das mudanças ocorridas no contexto do modo de produção capitalista;

- d) Analisar a estabilidade no emprego em suas múltiplas determinações e relações, enfocando seus aspectos históricos e legais, num contexto de crescente desemprego.

Justificativa

A escolha deste tema tem como ponto de partida nossa prática como orientadora educacional da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis durante vinte anos. Ao longo dessa trajetória, muitas inquietações foram surgindo, e destas originou-se, primeiramente, uma pesquisa – em nível de mestrado - com egressos do ensino fundamental, que estudou suas trajetórias ocupacionais e identificou as estratégias adotadas na inserção / manutenção do emprego. A condição de diretora de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Previdência (SMAP) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), exercida no período 2008-2013 e a possibilidade de contatos diretos com trabalhadores do serviço público municipal, possibilitaram uma nova e distinta aproximação em relação ao objeto de estudo.

Isto significa dizer que, num contexto de crescimento do desemprego, primeiramente concentramos nossa atenção na caracterização das estratégias utilizadas pelos trabalhadores para inserção e manutenção do emprego. Ouvimos relatos de jovens trabalhadores que desejavam ingressar no serviço público para obterem estabilidade. E, em seguida, por conta da nova função exercida, nos deparamos com uma situação bastante distinta e porque não dizer, contraditória. As solicitações de exoneração realizadas por trabalhadores efetivos nos trouxeram novas inquietações e outras questões vieram à tona.

Entretanto, nesta situação há possibilidades e limites para investigar o tema a que nos propomos. As possibilidades vêm dos trabalhadores com os quais dividimos nossas atribuições funcionais. Eles foram valiosos nos debates sobre o assunto, na busca de dados e na localização das pessoas, o que reforçou as possibilidades de execução da pesquisa, bem como o êxito dos seus resultados.

Por outro lado, esta mesma condição estabelece alguns limites, na medida em que gera certa confusão entre sujeito e objeto. Isto nos impõe, permanentemente, durante a execução

do trabalho, grandes cuidados no sentido de não comprometer a visão do pesquisador em face do objeto de pesquisa.

Consideramos que esta pesquisa é relevante para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, pois possibilita maior conhecimento de seus trabalhadores, principalmente em relação ao processo de “gestão de pessoas” (o que inclui a admissão funcional, planos de cargos, carreiras e salários, exoneração etc.). Há relevância também para os próprios sujeitos que prestam concurso público, por possibilitar um maior conhecimento sobre o tema e sobre a realidade na qual se encontram. E, sobretudo, entendemos que ela é relevante para o trabalho de outros pesquisadores que, porventura venham a enfrentar a mesma temática em outras esferas de trabalho e/ ou institucionais na medida em que contribui para evidenciar as diversas facetas da estabilidade e do serviço público no contexto atual do trabalho e das exigências de escolarização.

Procedimentos da pesquisa

Situamo-nos “na perspectiva que reafirma o materialismo histórico, no horizonte posto por Marx, como uma concepção ontológica e de realidade, método de análise e práxis” (FRIGOTTO, 1998, p. 26). Quanto aos procedimentos utilizados, recorreremos à pesquisa teórica e empírica. Do ponto de vista da clareza teórico-metodológica, revisamos a literatura sobre as categorias:

01. **Trabalho: emprego / desemprego** - No processo de trabalho, identificado por Marx (1983) como atividade exercida sobre a natureza para criar valores de uso e assim transformá-la para satisfazer as necessidades humanas, o **trabalho** será sempre qualificador, propiciando o exercício da criação, da reflexão e da autorrealização. Porém, “na sua forma capitalista, como trabalho assalariado, (separado do seu executor, pela dominação do capital sobre os meios de produção e sobre o capital comprado ou capital variável) é a negação da essência humana, da criatividade” (CASTRO, 1988, p.3). Historicamente o trabalho assume formas diferentes que são a expressão das relações sociais; carrega valores construídos e, por ser uma abstração, concretiza-se

na atualidade em forma de **empregos**. **Desemprego** então é a situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou o exercício de trabalhos irregulares com desejo de mudança (DIEESE, 2001).

02. **Estado: serviço público; estabilidade e exoneração** - De acordo com Mészáros (2002), “o **Estado** - em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador - deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital” (p.124-5). Não desconsiderando a existência de arcabouço legal para conceituar e caracterizar os serviços públicos, nesta pesquisa, os compreendemos como aqueles prestados pela Administração Pública. Para os trabalhadores do serviço público, a **estabilidade** como garantia de permanência no cargo após três anos de exercício, é um direito constitucional. E a **exoneração**, é um ato administrativo que implica na quebra do vínculo entre a Administração Pública e o trabalhador.
03. **Escolarização**: Consideramos que a educação é um elemento fundamental da condição humana. Assim, é necessário esclarecer que nos delimitamos - em termos de campo de análise - à questão da escolarização, não pretendendo, desta forma, reduzir a educação a ela. Assim como o trabalho, a escola tem uma história. Ainda que compreendamos suas possibilidades referentes a todas as dimensões da vida humana e não unidimensionalmente ao mercado, precisamos considerar os valores socialmente atribuídos a ela, como local privilegiado de preparação para o trabalho.

Para fundamentar a compreensão e análise dos dois primeiros temas apontados (Trabalho e Estado), percorremos os clássicos estudos de: Marx (19--, 1963, 1977, 1983, 1987, 1996, 2008); Marx e Engels (19--, 1980, 1998); Hobsbawm (1995); Mészáros (2002, 2004); Kosik (2002); Harvey (1992). As discussões mais específicas, também estão fundamentadas principalmente nos seguintes autores: Antunes e Pochmann (2008), Antunes (1995, 1999, 2009), Aued, (1999, 2002, 2005),

Castel (1998), Castro (1988), Frigotto (1996, 1998, 1999, 2007, 2008, 2009, 2009a); Frigotto e Ciavatta (2003), Lessa (1998, 2009); Fernandes (1986), Lafargue (2000); Montañó (2005); Pachukanis (1988), Pochmann (2008, 2009, 2010); Wood (2003).

Em relação ao terceiro tema apontado (escolarização), percorremos os clássicos estudos de: Marx (19-- , 1963, 1977, 1983, 1987, 1996, 2008); Marx e Engels (19-- , 1980, 1998) e Manacorda (1989). As discussões mais específicas, também estão fundamentadas principalmente nos seguintes autores: Ferreti (2002); Fiod (1996); Frigotto (1996, 1998, 1999, 2007, 2008, 2009, 2009a); Gentilli (1998); Paro (1999); Peroni (2010); Ramos (2001, 2002, 2009); Saviani (2007); Zago (1998, 2000, 2005, 2006, 2008, 2011);

Em relação aos referenciais bibliográficos, também analisamos dissertações de mestrado, teses de doutoramento e artigos de revistas de áreas afins, cujos temas de pesquisa estivessem de alguma maneira relacionados ao nosso.

Analisamos as múltiplas determinações da exoneração no serviço público, diante da afirmação da estabilidade como estratégia de enfrentamento ao desemprego no atual estágio do modo de produção capitalista utilizando como recurso a análise de trajetórias.

Neste sentido, foi fundamental estudar as obras dos seguintes autores: Aguiar (1999); Cardoso, Caruso e Castro (1997), Dubar (1998), Gomes (2002), Guzmán, Mauro e Araújo (2000), Kofes (2001); Hirata e Humphrey (1989); Invernizzi (2002), Pais (2005); Paiva (1998); Silva (2004 a)⁹.

Entendendo trajetória como processo, compreende-se que, em um determinado trajeto existem limites e possibilidades. Entender como essas situações se apresentam neste processo, muitas vezes, só acontece durante as entrevistas tornando-as relevantes.

Consideramos ainda que nas entrevistas é possível obter subsídios para investigar o “vir a ser”, ou seja, por que o sujeito é impelido a seguir um ou outro trajeto? . Neste sentido, realizamos entrevistas semiestruturadas com trabalhadores que solicitaram exoneração da PMF no período 2000-2010.

⁹ Também nos apoiamos nos estudos sobre trajetórias que realizamos em nossa pesquisa no mestrado.

Estudo exploratório

Silva (2010) contribuiu para nossas reflexões iniciais no que se refere à pesquisa de campo. Ao pesquisar as formas utilizadas por egressos do ensino superior, no estado de Santa Catarina, para conseguir um emprego, a autora estuda as trajetórias de egressos de cinco cursos de graduação—Administração de Empresas, Direito, História, Pedagogia e Odontologia – de três instituições de ensino: uma federal, uma estadual e uma privada e identifica que as formas mais usuais de acesso ao emprego foram respectivamente: “intermédio de amigos”, “concurso público” e “intermédio da família”. Enfatiza que o acesso ao emprego atual por meio de concurso público foi uma das vias mais recorrentes entre os egressos.

A autora salienta que a partir de um estudo com jovens franceses, Audier (1997, apud SILVA, 2010) afirma que os jovens escolarizados e iniciantes na vida ativa representam um importante contingente, que tem no serviço público sua principal via de acesso ao primeiro emprego, especialmente entre as mulheres. Esses jovens possuem, em geral, maior qualificação e ocupam os postos de trabalho mais elevados, quando comparados aos novos contratados do mesmo setor que já tenham iniciado sua vida profissional. As exigências colocadas pelos concursos públicos em torno da titulação mínima têm aumentado na França, o que faz com que, cada vez mais, os diplomados ocupem postos disponibilizados no serviço público. Essa exigência torna-se mais acentuada quando se considera o aumento geral de jovens que saem diplomados do sistema escolar e vão disputar o mesmo espaço em que se verifica o crescimento do desemprego. Assim, o serviço público tem se constituído num importante canal de ingresso no mercado de trabalho para os jovens escolarizados, mais especificamente entre os portadores de diplomas com nível socioeconômico mais elevado.

Com este entendimento, identificamos junto ao Sistema de Recursos Humanos (SRH)¹⁰ da PMF, os trabalhadores admitidos, no período 2000-2010, cuja classificação no concurso se deu em primeiro lugar para o cargo pretendido, pois estes talvez sejam os que mais puderam investir em escolarização e

¹⁰ Neste momento a PMF realizou recadastramento de seus servidores efetivos.

qualificação¹¹. Nossa intenção foi verificar se entre estes havia algum trabalhador exonerado (por solicitação), pois poderia nos indicar pistas para compreender a relação entre exoneração e escolarização, principalmente. A partir daí, outros determinantes poderiam ser entendidos. Este foi o principal critério de seleção dos possíveis entrevistados.

Considerando todos os editais de concurso do período em questão, verificamos que 181 trabalhadores foram admitidos, como primeiros classificados para o cargo pretendido. Entre estes, 43 (23.7%) solicitaram exoneração. **Estes são os sujeitos cujas trajetórias nos possibilitarão responder nossa questão de pesquisa.**

Passamos a buscar dados no SRH/PMF e nos arquivos das Gerências a respeito destes trabalhadores para elaborar um perfil do grupo e verificamos a seguinte situação:

01. Quanto ao sexo e idade:
 - 30 mulheres com idades¹² entre 23 e 56 anos (média de idade: 32 anos)
 - 13 homens com idades entre 24 e 45 anos (média de idade: 32 anos).
02. Quanto à escolaridade (na data de admissão):
 - 39% - Ensino Superior completo
 - 21% - Especialização
 - 16% - Ensino superior incompleto
 - 12% - Mestrado
 - 7% - Ensino Médio
 - 5% - Doutorado
03. Quanto ao estado civil (na data de admissão):
 - 65% - solteiros
 - 28% - casados
 - 7% - outros
04. Quanto à distribuição dos cargos de acordo com os quadros da PMF:
 - 67.4% - pessoal civil
 - 32.6 % - magistério

¹¹ Escolarização e qualificação (neste caso, titulação), são critérios fundamentais para aprovação e classificação em concurso público.

¹² Idade na data da exoneração.

05. Quanto aos cargos

Tabela 1- Cargos dos Trabalhadores (*) exonerados (PMF, 2000-2010)

Cargo	Total de exonerados
Professor III	10
Médico	06
Auxiliar de Enfermagem	03
Odontólogo	03
Auxiliar de Ensino	02
Auxiliar de Sala	02
Engenheiro Civil	02
Contador	02
Administrador	01
Administrador Escolar	01
Auxiliar de Almoxarife	01
Almoxarife	01
Assistente Administrativo	01
Assistente Social	01
Bibliotecário	01
Guarda Municipal	01
Nutricionista	01
Técnico em Edificações	01
Técnico em Higiene Dental	01
Terapeuta Ocupacional	01

Elaboração própria. Fonte: SRH/PMF. (*) trabalhadores admitidos, no período 2000-2010, cuja classificação no concurso se deu em primeiro lugar para o cargo pretendido.

06. Quanto ao total de admissões e exonerações no período 2000-2010 em relação aos cargos ocupados pelos trabalhadores do grupo pesquisado, verificamos a seguinte situação:

Tabela 2 - Trabalhadores admitidos e trabalhadores exonerados no período 2000-2010 na PMF considerando os cargos selecionados para a pesquisa

Cargo	Admitidos	Exonerados	% exoneração (*)
Professor III	161	84	52
Médico	589	296	50
Auxiliar de Enfermagem	74	39	52
Odontólogo	115	68	59
Auxiliar de Ensino III	27	12	44
Auxiliar de Ensino IV	63	01	1,5
Auxiliar de Sala	279	230	82
Engenheiro Civil	--	02	---
Contador	17	06	35
Administrador	09	06	67
Administrador Escolar	17	03	18
Auxiliar de Almozarife	07	01	14
Almozarife	04	02	50
Assistente Administrativo	370	214	58
Assistente Social	66	24	36
Bibliotecário	24	12	50
Guarda Municipal	150	02	1,3
Nutricionista	14	07	50
Técnico em Edificações	05	02	40
Técnico em Higiene Dental	07	01	14
Terapeuta Ocupacional	01	01	100%

Elaboração própria. Fonte: SHH/PMF. (*) Estes percentuais são relativos aos admitidos no período 2000-2010, ou seja, não foram calculados considerando o total de servidores efetivos no cargo.

A tabela 02 nos permite considerar a relevância da exoneração de trabalhadores, no período selecionado para a pesquisa. Contudo, é importante que se esclareça que os percentuais apresentados não significam a exoneração por cargo, pois não estamos trabalhando com o número total de trabalhadores (por cargo). Mesmo se considerarmos apenas o nosso universo de pesquisa, ou seja, exonerados após terem sido admitidos por classificação (primeiro lugar) em concurso

público, qualquer levantamento em termos de percentuais só teria como objetivo a seleção de participantes para a pesquisa.

Para localizarmos os sujeitos selecionados para a pesquisa, recorreremos primeiramente aos seus cadastros funcionais, e a partir das primeiras tentativas de contato percebemos que as informações disponibilizadas neste documento (endereço, fone e e-mail) não seriam suficientes para encontrá-los, pois algumas estavam desatualizadas. Solicitamos auxílio aos setores responsáveis pelos “recursos humanos” das Secretarias do Município, no sentido de obter informações mais atualizadas ou diferentes das que tivemos acesso em tais documentos. Mas, não obtivemos sucesso. Também recuperamos os processos administrativos funcionais individuais, nos quais houve a solicitação de exoneração, em busca de algum dado que nos auxiliasse. Contudo, não encontramos nenhum dado divergente dos que tínhamos.

Então, considerando que estabelecemos um limite de tempo para encontrar os sujeitos selecionados, a fim de viabilizar a pesquisa, passamos a estabelecer um contato mais detalhado com os dezenove exonerados que encontramos.

Por telefone, prestamos todas as informações que julgamos necessárias em relação à pesquisa, à forma de seleção dos entrevistados, enfim, sobre os motivos de nosso contato e os convidamos a participar, concedendo-nos uma entrevista. Oferecemos todas as condições possíveis em relação à escolha do horário e local para a efetivação da mesma, tendo em vista tempo e conveniência de cada um. Mesmo assim, nem todos se dispuseram a participar, alegando principalmente falta de tempo, mas todos aceitaram que enviássemos maiores detalhes em relação à pesquisa por e-mail.

Realizamos novos contatos, tanto por telefone como por e-mail, com todos os que responderam negativamente ao convite, ou ficaram de confirmar a participação posteriormente. Ao final das tentativas, doze dos selecionados encontrados se dispuseram a conceder entrevista¹³.

As características pessoais de cada entrevistado foram marcantes no que se refere, principalmente ao tempo de duração de cada entrevista. Alguns se mostraram mais dispostos a contar livremente, com maior riqueza de detalhes, os fatos ocorridos,

¹³ Num caso, a entrevista foi realizada pela internet.

seus objetivos, enfim, suas trajetórias. Outros tinham que ser constantemente solicitados a falar, pois se restringiam a responder nossas perguntas. Em média, cada entrevista durou cerca de uma hora. Sendo que algumas duraram até duas horas.

No que se refere ao tratamento concedido às entrevistas, as mesmas foram gravadas e transcritas¹⁴. Nossa intenção foi “reconstruir”, apresentar as trajetórias dos sujeitos entrevistados, não fragmentando seus relatos. Neste sentido, resumimos, sintetizamos suas trajetórias individualmente e este foi um grande desafio, por se tratarem, em sua maioria, de depoimentos extensos, extremamente ricos, carregados de detalhes e significados.

Pela forma de apresentação das trajetórias, o leitor pode ter a sensação de repetição. Isso ocorre porque apesar da singularidade de cada uma, existem elementos em que elas se tocam, exatamente, por tratarmos de sujeitos que vivenciaram a experiência da exoneração na mesma instituição e que, por isso mesmo, tiveram suas histórias escolhidas para comporem este trabalho.

O fato das entrevistas serem semiestruturadas possibilitou a existência de um roteiro. No entanto, em muitos casos não houve necessidade de utilizá-lo. Ao concluí-las verificávamos que a maioria das questões haviam sido contempladas, mas não da forma linear como organizada no roteiro.

Em relação à dimensão cronológica, destacamos que os sujeitos, em seus depoimentos, procuram organizar e dar sentido às suas experiências, ou seja, os depoimentos “tendem ou pretendem organizar-se em sequencias ordenadas, segundo relações inteligíveis”, de maneira que tanto o entrevistador como o entrevistado “têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada” (BOURDIEU, 1996, p.184). O autor adverte que pressupor que a vida é organizada segundo uma ordem

¹⁴ Em um caso o entrevistado não aceitou que gravássemos a entrevista. Então combinamos que após nosso relato escrito sobre sua trajetória a encaminharíamos para sua aprovação. Isto aconteceu via e-mail.

cronológica, tratando-a como um relato lógico de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma “ilusão retórica” (FERREIRA, 2004, p. 21).

Observamos que, alguns dos entrevistados, mesmo tentando buscar essa ordem cronológica em seus depoimentos, procuram dar maior ênfase às suas histórias, recorrendo aos avanços e recuos no tempo (no sentido cronológico), pois os depoimentos sobre o passado são sempre elaborados com referência ao tempo presente. Com esse entendimento, na apresentação das trajetórias utilizamos, quando possível, a cronologia como fio condutor necessário para nossas análises.

Além disso, é fundamental observar a dimensão subjetiva presente nos depoimentos dos protagonistas das trajetórias, considerando que “é a partir das condições sociais de existência (sejam elas reais ou imaginárias) que se erguem os sentimentos, as ilusões, enfim, as distintas concepções e “escolhas” de vida” (FERREIRA, 2004, p. 20). Desta forma, é importante perceber que “mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes, necessariamente, do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais” (MARX, 1998, p. 19). Nessa linha de entendimento, segundo Kofes (2001) seria “uma ilusão ignorar no trato biográfico a mediação de sua narração”, pois, o narrador, ou autor, é também personagem e, como tal, “projeta experiências, ações, acontecimentos e tece sua identidade. Ao tecer o enredo, constituiria um si mesmo” (p. 124). Logo, é preciso reconhecer nossa intervenção sobre os depoimentos coletados, pois não somos apenas os ouvintes dos depoimentos, também os descrevemos. Ou seja, neste processo não há neutralidade.

Nossa opção pela análise das trajetórias se justifica por considerarmos que esta não só é uma ferramenta de grande valor para a compreensão das transformações do mundo do trabalho, como também é necessária quando se delimita certos recortes de tempo, no caso desta pesquisa, definida como qualitativa.

A análise de trajetórias possibilita investigar o vir a ser, ou seja, compreendendo que a trajetória é um processo, percebe-se que, dentro de um determinado trajeto existe a possibilidade de bifurcações. Por que o sujeito é impelido a seguir um ou outro trajeto? Precisamos também qualificar este trajeto e perceber como os fatos se apresentaram. A percepção de como os fatos se apresentaram, muitas vezes, só acontece durante as entrevistas, e nisso reside a importância delas, pois desse processo pode resultar uma tomada de consciência (FERREIRA, 2004, p. 15).

Assim, apresentamos nesta pesquisa as trajetórias de trabalhadores que solicitaram exoneração da PMF, no período 2000-2010, a partir das quais buscamos compreender as múltiplas determinações da exoneração no serviço público. Nelas, enfatizamos os fatores: escolarização, remuneração (salário) e condições de trabalho, segundo a perspectiva dos sujeitos inseridos num campo de relações sociais historicamente construídas. Estes fatores, ou, estes elementos, permeiam os relatos dos entrevistados ao referirem-se aos seus percursos em busca do emprego, da estabilidade e também estão presentes entre os motivos que os levam à exoneração.

Ao nos aproximarmos dos elementos que acabamos de destacar, constatamos que ambos estão articulados e devem ser compreendidos como determinantes da exoneração no serviço público, particularmente na experiência do grupo pesquisado.

Compreendemos como trajetória "o processo de configuração de uma experiência social singular" (KOFES, 2001). Assim, para analisar as trajetórias dos trabalhadores que entrevistamos, precisamos conhecer suas singularidades e compreender a especificidade de suas experiências

Reconhecemos que muitos detalhes de suas experiências cotidianas, em vários momentos de suas vidas, continuarão desconhecidos, ora por não existir tal possibilidade, ora por não terem sido relatados, ou ainda por não virem ao encontro dos objetivos desta pesquisa. "Assim, não foi possível escapar inteiramente de uma das regras da narração, ou seja, da seleção

que os agentes fazem do que é ou não contado” (KOFES, 2001, p.14).

Entretanto, na busca pela compreensão do que é contado e apreensão do que não é, precisamos reconhecer que os sujeitos e as circunstâncias, assim como as distintas interpretações, são indissociáveis, são fatores que se combinam dialeticamente. Como enfatiza Aguiar (1999), “não podem ser compreendidos senão como elementos interligados e interdependentes” (p.30). Tal exercício permite buscar as situações e atitudes que oportunizam este ou aquele destino:

Afinal, se a vida humana (ou seja, o percurso existencial) não é exclusivamente uma sucessão caótica de acasos ou de fatos desconexos, ela tampouco pode ser entendida como a dramatização de um script previamente definido pelo desenvolvimento das forças produtivas. Entre o fortuito e as relações de produção, há um mundo ilimitado de ações individuais, das escolhas diante das opções, das reações e dos atos pessoais em face dos desafios e do sentimento pelas pessoas e pelas coisas (AGUIAR, 1999, p.30).

São muitos os estudos atuais sobre o mundo do trabalho que priorizam o procedimento de análise de trajetórias: Aguiar (1999), Cardoso, Caruso e Castro (1997), Dubar (1998), Gomes (2002), Guzmán, Mauro e Araújo (2000), Hirata e Humphrey (1989), Invernizzi (2002), Paiva (1998), Silva (2004 a), entre outros. Estes, em seus distintos enfoques, evidenciam os nexos entre o contexto social e a trajetória individual, ou seja, ao focalizar a singularidade de uma trajetória, várias relações vêm à tona. Porém, existem várias e diferentes perspectivas metodológicas e analíticas em relação a essas abordagens. Neste sentido, consideramos que:

A metodologia de pesquisa utilizada nesta pesquisa¹⁵ aproxima-se da história de vida. Contudo, desloca-se do que seria, rigorosamente, uma “história de vida”, pois “o trabalho com a memória que está na base da coleta das histórias de vida leva o pesquisador a uma situação de entrevista em que o depoente narra integralmente a sua vida” (MEKSENAS, 2002, p.126). A dinâmica do trabalho de memória, utilizada nesta metodologia, leva o pesquisador a lidar, na maioria dos casos, com pessoas idosas e torná-las seus informantes privilegiados e, para que se torne viável, exige o envolvimento de um número restrito de informantes, pois o objetivo é realizar um inventário completo. A metodologia de pesquisa utilizada também se desloca do que seria rigorosamente o depoimento o que, segundo Meksenas (2002), propõe um corte de tempo e de espaço na narrativa de vida do sujeito investigado e “possibilita entrevistar um maior número de sujeitos sem tornar-se uma entrevista de caráter estatístico” (p.130). Contudo, o autor afirma ser possível sua associação a outras metodologias (FERREIRA, 2004, p.18).

Assim, considerando os deslocamentos necessários entre o que seria rigorosamente história de vida e depoimento, nossa opção foi trabalhar com uma associação entre as duas abordagens. Dessa forma, foi possível entrevistar os trabalhadores que solicitaram exoneração da PMF (período 2000-2010) que localizamos, buscando conhecer suas histórias de vida, porém, propondo um corte de tempo e de espaço em suas narrativas, de acordo com os objetivos desta pesquisa.

¹⁵ Pesquisa que realizamos no mestrado, na qual nos apropriamos da mesma metodologia.

Fundamentação teórica

Partimos do pressuposto de que o trabalho e a educação são elementos fundamentais da condição humana e que, portanto, quando delimitamos em termos de campo de análise a escolarização, não pretendemos desta forma, reduzir a educação a ela. Os lugares ocupados na sociedade, tanto pelo trabalho, como pela escola, foram construídos historicamente. Portanto, entendemos que, embora reconhecendo as possibilidades da escolarização referentes às diversas dimensões da vida humana, e não unidimensionalmente ao mercado é preciso considerar o valor socialmente atribuído a ela como local privilegiado de preparação para o trabalho. Nesta perspectiva, no modo de produção capitalista, é na escola que são formados os futuros trabalhadores, ou seja, indivíduos que necessitam ser explorados na venda de sua força de trabalho, pois este é o modo possível de produzirem socialmente sua existência.

A gênese histórica da escola se dá, especialmente, ao longo do século XVIII, dentro do mesmo processo histórico em que emerge a ciência moderna e a burguesia ascende como classe social hegemônica.

Embora, frequentar a escola, ali se alfabetizar, escrever da esquerda para a direita, dominar o conteúdo didático, ou seja, aprender abstrações apareça aos homens modernos como algo normal e natural, o surgimento da escola como processo geral do saber expressa uma época singular. Antes da sua existência, os homens criaram e satisfizeram suas necessidades educativas de outras maneiras (FIOD, 1996).

De acordo com Saviani (2007), nas comunidades primitivas, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalencia o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. O desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. A apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Essa divisão irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade

da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho.

A partir do escravismo antigo passamos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária e outra para a classe não proprietária. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. A primeira modalidade de educação deu origem à escola. A palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre.

A partir desse momento, o processo de institucionalização da educação começa a se desenvolver, ou seja, junto ao processo de constituição da sociedade de classes, com o aprofundamento da divisão do trabalho esta também resulta dividida:

Diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da *escola*. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho. Vê-se, pois, que já na origem da instituição educativa ela recebeu o nome de escola (...) Assim, após a radical ruptura do modo de produção comunal, nós vamos ter o surgimento da escola, que na Grécia se desenvolverá como *paidéia*, enquanto educação dos homens livres, em oposição à *duléia* que implicava a educação dos escravos, fora da escola, no próprio processo de trabalho. Com a ruptura do modo de produção antigo (escravista), a ordem feudal vai gerar um tipo de escola que em nada lembra a *paidéia* grega. Diferentemente da educação ateniense e espartana, assim como da romana, em que o Estado desempenhava papel importante, na Idade Média as escolas trarão fortemente a

marca da Igreja católica. O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes (SAVIANI, 2007, p.155-6).

Podemos dizer que o desenvolvimento da sociedade de classes, coincidiu com a generalização da escola básica (como forma principal e dominante de educação) e trabalho assalariado. Isto só foi possível a partir da própria determinação do processo de trabalho. Logo, é a maneira como os homens produzem seus meios de vida, ou seja, o modo como se organiza o processo de produção, que permite a organização da escola como um espaço separado da produção.

Saviani (2007) salienta que a separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por esse ângulo, vimos que a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação. Seria, portanto, mais preciso considerar que, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação do tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual¹⁶.

¹⁶ De acordo com Saviani (2007) A escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. Isso pode ser detectado no Egito desde as primeiras dinastias até o surgimento do escriba, assim como na Grécia, em Roma e na Idade Média, cujas escolas, restritas, cumpriam a função de preparar os também restritos quadros dirigentes (intelectuais) então requeridos. Nesses contextos, as funções manuais não exigiam preparo escolar. A formação dos trabalhadores dava-se com o concomitante exercício das respectivas funções. Mesmo no caso em que se atingiu alto grau de especialização, como no artesanato medieval, o sistema de aprendizado de longa duração ficava a cargo

Com a instituição do modo de produção capitalista, a relação trabalho-educação sofre uma nova determinação, pois diferentemente da sociedade feudal, na qual dominava a economia de subsistência, no capitalismo a produção acontece objetivando a troca. O eixo do processo produtivo move-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria. A estrutura da sociedade que era fundada em laços “naturais” passa a pautar-se por laços propriamente sociais. A partir de então, o domínio de uma cultura intelectual e, portanto, a escola, passa a ser necessária a todos os membros da sociedade. Esse processo que universaliza a escola recebe distintas interpretações.

A escola pode ser entendida apenas como criação burguesa destinada a submeter o trabalhador à exploração do trabalho alienado, ou ainda como conquista da classe trabalhadora. Além destes entendimentos, poderíamos citar outros, mas o que interessa é entender que ela não é algo inerente aos homens, ou seja, ela é manifestação social, portanto, histórica. “O desenvolvimento da instituição escola (...) tem a ver com o movimento de expropriação geral das habilidades e da ciência que constituíam os pressupostos dos ofícios manufatureiros” (FIOD, 1996, p. 75). De acordo com os estudos de Manacorda (1989), podemos dizer que as exigências de uma instrução universal e de uma reorganização do saber acompanham o surgimento da ciência e da indústria moderna.

Isto acontece porque o desenvolvimento histórico da produção industrial cria as condições para a universalização da aprendizagem na forma escolar. Esse processo se torna mais nítido com a consolidação da nova ordem social, com o advento da indústria moderna no período da Revolução Industrial.

O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria que passou a executar a maior parte das funções manuais. Pela maquinaria, que não é outra coisa senão trabalho

das próprias corporações de ofícios: o aprendiz adquiria o domínio do ofício exercendo-o juntamente com os oficiais, com a orientação do mestre, por isso mesmo chamado de “mestre de ofícios”.

intelectual materializado deu-se visibilidade ao processo de conversão da ciência, potência espiritual, em potência material. Esse processo aprofunda-se e generaliza-se com a Revolução Industrial levada a efeito no final do século XVIII e primeira metade do século XIX. Vê-se, então, que o fenômeno da objetivação e simplificação do trabalho coincide com o processo de transferência para as máquinas das funções próprias do trabalho manual. Desse modo, os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele destacam-se, indo incorporar-se às máquinas. Por esse processo, dá-se a mecanização das operações manuais, sejam elas executadas pelas próprias máquinas ou pelos homens, que passam a operar manualmente como sucedâneos das máquinas. Pode-se, pois, estabelecer uma relação entre o caráter abstrato do trabalho assim organizado, com o caráter abstrato próprio das atividades intelectuais: o trabalho tornou-se abstrato, isto é, simples e geral, porque organizado de acordo com os princípios científicos, também eles abstratos, elaborados pela inteligência humana (SAVIANI, 2007, p.158-9).

Com a Revolução Industrial generaliza-se a escola básica como forma principal e dominante de educação. Isto significa dizer que, de alguma maneira, este processo força a criação da escola ¹⁷. A maquinaria elimina a exigência de qualificação específica, mas impõe um patamar mínimo de qualificação geral. Para os trabalhadores que necessitassem de conhecimentos específicos, ou seja, para aqueles responsáveis por atividades de manutenção, reparos e ajustes, por exemplo, foram criados cursos profissionalizantes, determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo. E, assim, o sistema de

¹⁷ Importante destacar também que a partir do momento em que a jornada de trabalho passa a ser regulamentada pela legislação fabril, o Estado determina a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças empregadas nas fábricas.

ensino dividiu-se entre as escolas de formação geral e as profissionais¹⁸.

Nesse processo, “o saber adquire o estatuto de instrução intelectual. O conteúdo do conhecimento deixa de ser produto de mãos habilidosas e passa a ser mental” (FIOD, 1996, p. 80). Dessa maneira, escola, capital e trabalho assalariado cumprem sua atribuição histórica como elementos de uma nova ordem social.

A expansão dos sistemas escolares se torna mais evidente no contexto da era de ouro do capitalismo¹⁹, particularmente após a segunda Guerra Mundial, quando se difunde a promessa da escola como entidade integradora. Essa promessa de integração estava fundada na necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar as condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e na confiança da possibilidade de atingir o pleno emprego. Ou seja, os sistemas educacionais eram considerados pelos grupos dominantes e pelas massas que lutavam por sua democratização como um poderoso dispositivo institucional de integração num sentido amplo (GENTILLI, 1998).

A escola passa a ser vista como instituição que contribui para a integração econômica da sociedade, formando o

¹⁸ Frigotto (2009) afirma que desde o início, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a possibilidade de uma escola igualitária e unitária. Instaura-se e se perpetua, de um lado, a escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e outra pragmática, instrumental, adestradora e de formação profissional restrita e na ótica das demandas do mercado, para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes. Entretanto, mesmo sob essa dualidade, a escola foi concebida como um ambiente de reprodução e produção de conhecimentos, valores, atitudes e símbolos. É sob a égide desta função clássica, de instituição cultural e social e de profunda aposta na ciência e na formação científica que se estruturaram os mais sólidos sistemas educacionais nos países de capitalismo central. Em sociedades de capitalismo dependente, como a brasileira, porém, até hoje não se tem um sistema nacional de educação efetivo e chegamos ao final do século XX sem conseguirmos a universalização da escola elementar.

¹⁹ Conforme afirma Gentilli (1998), as promessas das vantagens que este período apresentou vieram “da mão do emprego”: em meados dos anos sessenta os índices de desemprego não superavam, na Europa Ocidental, a 1,5% da força de trabalho ocupada e, no Japão, a 1,3%, enquanto na América Latina chegava a 3,4%.

contingente da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado. O processo de escolaridade era interpretado como elemento fundamental na formação do capital humano, necessário para garantir a capacidade competitiva das economias resultando no incremento progressivo da riqueza social e da renda individual.

Frigotto (2009) diz que sob a égide da “*teoria do capital humano*”²⁰ afirma-se a idéia de que a ascensão e a mobilidade social estão assegurados pela escolaridade. A escolarização, sob esta ótica, gera expectativas ligadas ao emprego, mobilidade e ascensão social, promessas de integração.

Porém, paralelamente ao processo no qual cresce a escolarização da sociedade, também cresce o desemprego, acontece a destruição de postos de trabalho, a precarização e degradação do trabalho e a abolição dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. Assim, num contexto de desemprego estrutural, de (des)ordem mundial, onde existem blocos econômicos com poder e realidades assimétricas, se desintegra a promessa integradora.

[...] é importante destacar que a desintegração da promessa integradora não tem suposto a negação da contribuição econômica da escolaridade, e sim uma transformação substantiva em seu sentido.
[...] A desintegração da promessa

²⁰ “Uma questão central ocupava os dirigentes e intelectuais do sistema capitalista após a Segunda Guerra Mundial e a ampliação geopolítica do socialismo: qual seria a chave para diminuir a desigualdade entre nações e entre indivíduos? Foi a equipe de Theodoro Schultz, nos Estados Unidos, que, ao longo da década de 1950, buscou responder essa questão e construiu a noção de *capital humano*. Este entendido como o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que *potenciam* a força de trabalho das diferentes nações. Estas pesquisas lhe valeram o Prêmio Nobel de Economia de 1978. A tese básica sustentada por Schultz (1973), e que se tornou senso comum, foi de que aqueles países, ou famílias e indivíduos, que investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos. Por essa via se teria a chave para diminuir a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos. Trata-se de uma perspectiva integradora da educação escolar ao mundo do emprego e de uma estratégia para evitar a penetração do ideário socialista, bem como o risco de sua expansão nos países de capitalismo dependente e periférico”(Frigotto, 2009,p.131).

integradora deixará lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim de caráter estritamente privado: a promessa da empregabilidade (GENTILI, 1998, p. 81).

Entretanto, mais uma vez, a educação regular e a formação técnico-profissional aparecem, como sendo a *galinha dos ovos de ouro* que pode nos ajustar à nova ordem mundial definida pela globalização e pela reestruturação produtiva (FRIGOTTO, 2009). O que há de novo neste entendimento?

Diferente da perspectiva ideológica da *teoria do capital humano* dos anos 60/70, o objetivo agora não é integrar a todos, mas apenas aqueles que adquirirem “habilidades básicas” que geram “competências” reconhecidas pelo mercado. Competências e habilidades não mais para garantir o posto de trabalho e a ascensão numa determinada carreira, mas para propiciar a “empregabilidade”²¹.

²¹ Novidades também são percebidas em relação à forma que alguns conceitos assumem nos anos 1990, após terem sido utilizados nos programas políticos oposicionistas da década de 1980. Conforme Shiroma (2001), os debates sobre as políticas públicas sociais da década de 1990 popularizaram algumas expressões, tornando-as presentes em discursos de governos, organismos internacionais e empresários na reivindicação de educação de qualidade para todos. Cabe ressaltar que tudo não passava de estratégia que visava dissolver a tensão que contrapunha interesses econômicos e sociais, pois expressões antes características de reivindicações populares aparecem ligadas a objetivos econômicos de grupos restritos. “Estavam sendo forjadas as bases do consenso tão recomendado pelas agências multilaterais”(SHIROMA, 2001, p.01). Contudo, segundo a autora, o “consenso de papel” não foi suficiente para acabar com as tensões geradas por interesses antagônicos de segmentos sociais que usavam termos semelhantes com intenções distintas, pois acabou gerando surpresas e suspeitas. Estratégia semelhante foi utilizada para justificar a reforma nas áreas sociais, quando documentos apresentam tom de estranhamento e inconformismo relativos aos indicadores de pobreza e exclusão social. Para reverter o processo e promover a “inclusão”, educação e “empregabilidade” são apontadas como saídas e assim a escola vai ganhando centralidade, pois aprender tornou-se tarefa para a vida toda. Educação e empregabilidade passam a ser consagrados como a alternativa viável para a inclusão social e, se todos tem lugar na escola – além dos alunos, pais, amigos, voluntários, empresas, comunidade -, tanto o incluído quanto o excluído são então, responsáveis por sua situação. Contudo, o que é inclusão ou exclusão social? Há diferentes noções e discursos sobre o tema, que têm sido também objeto de controvérsias e críticas, porém não vamos abordá-las aqui. No nosso entendimento, é necessário reconhecer que o sistema educacional não tem o poder de resolver a questão do desemprego e da pobreza e que o termo “empregabilidade” foi

Continuamos vivendo sob o modo de produção capitalista. Portanto, mesmo que o desemprego seja reconhecido como um grave problema social, não há como negar que sua ausência impediria um funcionamento eficaz deste modo de produção. Ou seja, ele é uma manifestação inerente ao próprio capitalismo.

Em *Trabalho Assalariado e Capital* — um discurso proferido em 1847 diante de um auditório constituído por trabalhadores - Karl Marx, ao referir-se aos efeitos da *maquinaria*, relata o que chama de “guerra industrial”, travada entre os próprios capitalistas, e esclarece que:

Essa guerra tem a particularidade de que suas batalhas são ganhas menos pelo recrutamento que pelo licenciamento do exército operário. Os generais – os capitalistas – lutam entre si para ver quem poderá licenciar o maior número de soldados da indústria”(MARX, 1963, p. 51).

Segundo Marx (1963), os economistas nos dizem que os operários tornados supérfluos pelas máquinas encontrarão novos ramos de ocupação, porém não ousam afirmar diretamente que estes encontrarão emprego em novos setores de trabalho, pois os fatos contra esta mentira são gritantes. Os economistas, de fato, só podem afirmar, adverte o autor, que para outras *partes constitutivas da classe operária*, para a parte jovem da geração que já estava pronta para ingressar no ramo da indústria, novos meios de ocupação se abrirão, e assim: “não faltarão aos senhores capitalistas carne e sangue fresco para explorarem” (p. 51).

Logo, o que a ideologia do capital humano e o seu retorno substituído pelas noções de pedagogias das competências ²²e capital social esconde é a pobreza que se amplia pela concentração de capital e de monopólio da ciência e tecnologia como forças para ampliar o capital contra os trabalhadores e que

criado para encobrir o contexto atual, pois não passa de um conceito ideológico, que pressupõe a existência de pleno emprego.

²² De acordo com Ramos (2001), a pedagogia que ancora a formação por competência tem visão funcionalista, centrada no processo adaptativo, de cunho eminentemente psicológico, cuja dinâmica pressupõe o preparo para diferentes ocupações – base do novo profissionalismo, visando a empregabilidade.

impedem que milhares de pessoas se eduquem e se desenvolvam plenamente.

Assim, passa-se a cobrar da instituição escola e dos processos de formação profissional, novas atribuições. De passaporte para o emprego e geradora de expectativas ligadas à mobilidade e à ascensão social, a escolarização passa a ser considerada também como explicação e justificativa para a desigualdade social.

Entretanto, a relação social capitalista não comporta incluir a todos, ao contrário, ela produz desigualdade social, por isto a exclusão – ou a não inclusão - é uma falsa questão. Logo, é neste cenário que rondam as propostas neoliberais, que seguem a lógica do mercado no que se refere à política educacional. Além disso, dissemina-se o discurso de que é preciso melhorar a qualidade dos serviços educacionais e a transferência de termos empresariais como qualidade total, eficácia e eficiência para o campo educacional. Aos indivíduos cabe a responsabilidade pela inserção ocupacional/profissional.

Não basta que o sujeito tenha habilidades básicas, ele deve ser competente, empregável, e lutar isoladamente por um lugar na sociedade. Com este entendimento, diretrizes são formuladas por organismos internacionais para orientar as reformas educativas, vinculadas à reforma do Estado (FRIGOTTO, 2009; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Assim, se pensarmos na escola como uma instituição de onde, geralmente, os jovens partem em busca do emprego, é fundamental percebermos que a realidade vivida por muitos deles, frente ao desemprego é decepcionante.

Nesse sentido, destacamos que conforme Frigotto (2009), principalmente a partir de 1980, os jovens passam a ser objeto de conferências mundiais, da comunidade europeia e latino americana, que formulam propostas sobre como *integrá-los* ao mundo de trabalho²³. Compactuamos da ideia do autor ao concluir sua afirmação, considerando que se trata, essencialmente, de estratégias que visam anular os potenciais

²³ Spósito e Carrano (2003), ao analisarem as políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, afirmam que embora recente, observa-se na sociedade brasileira um consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas públicas dedicadas à juventude. Desde o final dos anos 90 são observadas iniciativas públicas, algumas envolvendo parcerias entre instituições da sociedade civil e governos, nos vários níveis da federação.

de “rebeldia e contestação dos jovens mediante mecanismos que vão da alienação política e cultural ao extermínio, como ocorre nos grandes centros urbanos, especialmente dos países de capitalismo dependente”(p.133).

Assim, a escola vem sendo encarregada de dar conta de distintas atribuições historicamente. Em alguns momentos ela é solução, em outros, problema. Entretanto, ao buscarmos apreender a relação trabalho-escola no capitalismo, cabe pensar na escola como instituição que tem como compromisso, a formação plena dos indivíduos e a socialização dos conhecimentos conquistados historicamente.

A escola, como afirma Vendramini (2009), ainda que defasada, não conseguindo responder aos desafios do século XXI, constitui-se numa necessidade social (não natural e nem eterna). Os filhos dos trabalhadores a tem como único espaço possível de socialização do conhecimento sistematizado. Logo, precisamos de escolas que não percam de vista aquilo que é essencial, a democratização do conhecimento. Neste sentido, é necessário preparar as crianças e os jovens para enfrentar os desafios deste mundo e lutar por um mundo melhor, com base na igualdade social.

Enfrentar os desafios deste mundo, como dissemos, também (ou ainda) significa lutar por mais escolarização e por emprego. Ou seja, enquanto a sobrevivência dos trabalhadores depender da venda da sua força de trabalho, existirá competição entre os mesmos e esta acontece, tanto no que se refere à escola, quanto ao trabalho. Seja em mecanismos como vestibular ou concurso público, por exemplo, eles terão que se defrontar.

Assim, de acordo com os objetivos desta pesquisa, essa reflexão nos leva à outras. Por que o serviço público, mesmo com salários baixos se apresenta como alternativa para os sujeitos mais escolarizados? O que leva as pessoas a optarem por este setor? Por que trabalhadores do serviço público se exoneram? Qual a relação entre escolarização e exoneração no serviço público? Enfim, a pertinência desses questionamentos, entre outros, nos indica a necessidade de ir além da aparência. Para tanto, realizamos esta pesquisa.

Estrutura da tese

A estrutura da tese foi organizada a partir da pesquisa de campo, cuja realidade encontrada evidenciou a necessidade de se analisar alguns temas. Desse modo, a composição da pesquisa ficou dividida em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos o campo empírico de pesquisa, ou seja, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (incluindo seu território) e seus trabalhadores. Contexto no qual, os informantes desta pesquisa – os entrevistados – ingressaram e após, solicitaram exoneração. No segundo, abordamos questões referentes à estabilidade no emprego, enfatizando seus aspectos históricos e legais, buscando compreender o cenário no qual esta é afirmada como estratégia de enfrentamento ao desemprego. No terceiro, buscamos refletir sobre as mudanças ocorridas no trabalho no contexto do modo de produção capitalista. Partimos da compreensão do capital enquanto relação social, e como ele vem se configurando historicamente, regido por “leis próprias”, entendendo que este é o cenário no qual está inserido o serviço público. No quarto capítulo, apresentamos as trajetórias individuais dos trabalhadores entrevistados. Ainda no quarto capítulo e dando sequência no quinto, analisamos trajetórias de trabalhadores concursados da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que se exoneraram no período 2000-2010, buscando apreender as determinações da exoneração no serviço público, no cenário da afirmação da estabilidade no emprego como estratégia de enfrentamento ao desemprego, enfatizando os fatores escolarização, remuneração (salário) e condições de trabalho. Por último, apresentamos as considerações finais do presente estudo.

CAPÍTULO 1

OS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Pesquisar de acordo com a concepção materialista histórica do conhecimento, requer a delimitação do objeto de estudo no tempo e no espaço e captar as determinações, mediações e contradições que o constituem. Neste sentido, importa reconhecer que:

A realidade não obedece à lógica do pensamento ou da razão; antes, o desafio é do pensamento humano ou da razão no sentido de apreender a materialidade contraditória, não linear, particularmente no campo humano-social, dos fenômenos ou fatos que buscamos analisar e compreender. Temporalidades diversas entranham-se como constitutivas do presente. Trata-se de entender que a singularidade, a particularidade e a universalidade se produzem numa mesma totalidade histórica a ser reconstruída no processo de investigação (FRIGOTTO, 2006, p. 26).

Nosso desafio é buscar apreender a relação entre os elementos estruturais e conjunturais que definem um determinado fato histórico, neste caso, o serviço público na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), no período 2000-2010, considerando que:

O campo estrutural fornece a materialidade de processos históricos de longo prazo e o campo conjuntural indica, no médio e no curto prazo, as maneiras como os grupos, classes ou frações de classe, em síntese, as forças sociais disputam seus interesses e estabelecem relações mediadas por instituições, movimentos e lutas concretas (FRIGOTTO, 2006, p. 27).

As determinações da exoneração no serviço público, neste caso, na PMF, só podem ser apreendidas de acordo com as considerações acima. Ou seja, para compreendermos por que aproximadamente 25% dos trabalhadores admitidos como efetivos na PMF, no período 2000-2010, solicitaram exoneração, é necessário compreender, sobretudo, as condições de trabalho; mudanças no trabalho; o caráter do serviço público na sociedade capitalista e, na PMF; como a estabilidade se apresenta como direito; e, além disso, considerar os trabalhadores que permaneceram na PMF.

Para conhecermos a realidade, temos que “partir das relações mais simples e determinantes até à totalidade social nas suas múltiplas relações e desta às determinações mais simples novamente” (OLIVEIRA, 2001, p. 11), pois o real não se apresenta de imediato e não pode ser compreendido por um ou outro aspecto, mas a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade que se produzem numa mesma totalidade histórica.

Assim, neste capítulo faremos uma apresentação do nosso campo empírico de pesquisa, ou seja, a PMF (incluindo seu território) e seus trabalhadores. Contexto no qual, os informantes desta pesquisa – nossos entrevistados – ingressaram e após, solicitaram exoneração.

1.1 A INSERÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL EM FLORIANÓPOLIS: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Historicamente as formas de inserção de trabalhadores no serviço público brasileiro têm passado por mudanças significativas. A partir da década de 1930,²⁴ mais especificamente, da instauração do governo de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro vive um momento de reaparelhamento de sua estrutura administrativa no qual ocorre a expansão dos serviços

²⁴ De acordo com Moraes (1992) iniciava-se com a Revolução de 1930 o processo de constituição de um Estado propriamente capitalista no País e, como consequência, efetivava-se pouco a pouco a concentração dos vários níveis da administração pública nas mãos do Executivo federal, bem como o controle sobre as políticas econômica e social. Nesse quadro de centralização crescente passaram a ser gestadas e postas em prática determinadas políticas públicas de caráter nacional, inclusive a política educacional (p.291-2).

públicos²⁵. Neste período, de acordo com Dias (2009), em Florianópolis ocorre a instalação de alguns órgãos federais como, por exemplo, a Delegacia Regional do Trabalho em 1932 e a representação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 1938. Destaca-se também a criação de uma série de órgãos estaduais, entre os anos de 1937 e 1945, como por exemplo, os departamentos: de Imprensa e Propaganda (1941), Estadual de Geografia e Cartografia (1943), Estadual de Informações (1945), Estadual de Estradas e Rodagem (1944). Além disto, tendo em vista que o município havia perdido o posto de porto mais importante do estado em relação ao volume de recursos movimentados, este vivenciou um

²⁵ De acordo com Pochmann (2007), até a Revolução de Trinta, o sentido das funções exercidas pelo Estado brasileiro era marcado pelo padrão residual de intervenção, cujas principais atribuições se concentravam no exercício do monopólio da ordem pública (justiça e segurança pública), da arrecadação tributária e administrativa (executivo, legislativo e judiciário) e da moeda, comércio e relações exteriores, além de cumprir algumas e poucas atividades econômicas de apoio ao setor exportador (portos e estradas de ferro). Assim, a dimensão empregadora de força de trabalho era reduzida geralmente às grandes cidades, com cerca de 200 mil empregados no ano de 1920, por exemplo, (p.17). A partir da década de 1930, contudo, o Estado amplia decisivamente o seu papel na sociedade brasileira, elevando, por consequência, o nível de emprego, por meio de duas novas ordens na condição de empregador. A primeira resultante da ossatura material do Estado nacional, necessária para abrandar a descentralização geográfica imposta pela natureza regional das intervenções do governo federal executadas no âmbito do Distrito Federal e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. As novas instituições, como ministérios, autarquias, fundações e diversos órgãos, permitiram constituir novas e amplas políticas de abrangência geográfica nacional, gerando, por consequência, um complexo aparelho de Estado, com diversos setores de atividades extensivas geograficamente no exercício das políticas públicas setorializadas (educação, saúde, transporte, trabalho, agricultura etc.). Da mesma forma, coube também ao Estado concretizar novas bases fiscais e de intervenção visando apoiar decisivamente o financiamento e a estruturação do projeto de industrialização nacional. A segunda ordem de inovação deu-se no sentido moralizador da organização e da sistematização do serviço público brasileiro. Assumiu importância a introdução de medidas voltadas à redução de custos, à elevação da eficiência e à uniformização dos tratamentos de contratação, mérito e planos de cargos e remuneração do conjunto dos funcionários públicos, uma vez que o serviço público até então era exercido sem regras e procedimentos disciplinadores na admissão e na demissão de funcionários (nepotismo nos departamentos públicos, quando não a mediocridade e a incompetência, reproduzida desde o Estado Imperial). Em razão disso, o Estado ampliou a quantidade do emprego público (POCHMANN, 2007, p.18).

período em que a principal atividade, em volume de recursos envolvidos, era aquela articulada com o setor público.

Lohn (2002), ao analisar as relações de poder e cultura urbana em Florianópolis no período de 1950 a 1970, refere-se a uma cidade “sem indústrias, vivendo quase exclusivamente de um pequeno comércio e totalmente dependente dos empregos públicos oferecidos pelo Estado” (p. 12). Descreve também um contexto no qual o controle social, político e eleitoral foi proporcionado pelo assistencialismo e clientelismo praticados por um bloco que se manteve no poder²⁶, pelo menos, ao longo do século XX.

A pesquisa de Raupp (2010) também destaca o mesmo período como aquele no qual “a sociedade catarinense experimentou uma forma de lidar com a política estreitamente vinculada à existência de grupos restritos que ocuparam, por considerável período, as fileiras partidárias e os mandatos do Estado” (p. 124). Ao buscar apreender como se constituíam tais “redes de poder” e os mecanismos utilizados para a manutenção da situação, o autor destaca a fusão entre interesses privados e assuntos públicos. Destaca que as mesmas atuavam adentrando por todos os canais de sociabilidade. Neste sentido, realizavam: visitas às comunidades para conhecer cada família e seus membros (eleitores em potencial); atividades “bacharelescas” (ofício de advogado, médico, etc.); integração às atividades sociais (times de futebol, igrejas, clubes sociais, etc.). Os empregos no serviço público estavam presentes nas relações estabelecidas:

Em especial naquilo que diz respeito à relação entre as práticas político-partidárias e o envolvimento com clubes de futebol, notadamente na capital, merece menção que grande parte das diretorias do Avaí Futebol Clube e do Figueirense Futebol Clube era

²⁶ Neste sentido, Lohn (2002) tece esclarecimentos sobre o conceito de “bloco de poder” que utiliza, destacando a construção da hegemonia dos grupos políticos dominantes de Florianópolis e a existência de “uma extensa rede de amparo social, que exerceu domínio eleitoral, social e econômico, mantendo os pobres como instrumentos para a reprodução de classe” (p.44). O autor também destaca que um bloco de poder que dirigia e dominava a cidade, a mantém sob controle até os dias atuais.

composta por vereadores e deputados estaduais. Acompanhando inúmeras descrições que ilustram o período em Florianópolis, as práticas pessedistas e udenistas²⁷ se equivaliam, visto que, ao utilizarem seus melhores canais de influência na esfera pública, o **PSD fornecia emprego aos jogadores do Avaí, no nível estadual, enquanto a UDN empregava os atletas do Figueirense em cargos no âmbito federal.** Tratava-se de um procedimento comum dos políticos da capital. (RAUPP, 2010, p. 64) (Grifo nosso)

A existência de nepotismo, clientelismo e apadrinhamentos no cotidiano brasileiro²⁸ e, em Florianópolis, vêm de longa data. Mas, é importante esclarecer que não havia ilegalidades nesses procedimentos. Ou seja, não era ilegal, por exemplo, a inserção no serviço público sem concurso público²⁹. Esta situação perdura até a década de 1980. O depoimento que apresentamos a seguir é bastante elucidador neste sentido:

Um pouquinho antes do concurso público ser obrigatório, em 1985, meu irmão era secretário da Junta Militar, amigo do prefeito Alúzio Piazza. Um dia ele me levou junto com duas amigas para pedir emprego para o prefeito. Logo ele deu uma cartinha para nós apresentarmos no “RH” da prefeitura para fazer os exames de admissão: sangue, atestado de saúde, essas coisas...prova eu não fiz. Era uma cartinha bem simples. Eu tinha segundo grau e minhas amigas não tinham. Como meu irmão era funcionário da Prefeitura e estava num cargo de confiança e

²⁷ O autor se refere ao PSD – Partido Social Democrático e a UDN – União Democrática Nacional.

²⁸ Neste sentido ver: Faoro (2000); Holanda (1985); Graham (2012); entre outros.

²⁹ De acordo com Graham (2012), “os arquivos de preeminentes líderes políticos brasileiros do passado consistem amiúde de pouco mais de gavetas cheias de pedidos de emprego e outros favores. A presença de tantas cartas escritas com esse objetivo indica a importância delas para os políticos. O nepotismo não era uma prática vergonhosa; não havia nada a esconder” (p.12).

a junta militar era ligada ao gabinete do prefeito, ele estava sempre junto com o prefeito, tinham amizade. Logo fui contratada como celetista e depois passei pra estatutária. Ah! Como fiquei feliz, ainda recebi do dinheiro do fundo de garantia. Fiquei feliz demais porque daí eu não podia mais perder o emprego, agora era estável. Daqui a pouco me aposento feliz da vida! (Leonor Ondina de Quadros, servidora pública municipal efetiva, ocupante do cargo de assistente administrativo na PMF)³⁰.

Ao longo da década de 1980 a questão democrática assume centralidade nos debates e nas lutas em todos os âmbitos da sociedade brasileira. Podemos dizer que este período foi uma travessia da ditadura à redemocratização. Este processo culmina com a promulgação de uma nova Constituição para o país em 1988, e traz em seu bojo mudanças significativas no que se refere ao serviço público, incluindo novos princípios e regras para a inserção de trabalhadores neste setor. A partir de então, embora já existissem concursos públicos, estes passam a ser obrigatórios para o provimento de todos os cargos públicos, excetuando-se os cargos em comissão.

Entretanto, ao mesmo tempo, em nível internacional, o modo de produção capitalista para superar sua crise propõe a redefinição do papel do Estado e provoca a perda de direitos conquistados pelos trabalhadores. No Brasil, as novas propostas materializam-se com o Plano Diretor da Reforma do Estado, em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. As estratégias de reforma do Estado no Brasil são: a privatização, a publicização e a terceirização (PERONI, 2010).

Assim, embora o concurso público continue sendo obrigatório para a inserção nos cargos públicos e único meio pelo qual um trabalhador possa adquirir efetividade³¹, há atualmente

³⁰ QUADROS, Leonor Ondina de. 10 de agosto de 2012. Entrevista concedida a Adélia Doraci de Oliveira.

³¹ A efetividade, antes e depois da Constituição de 1988, é a situação jurídica daqueles servidores que titularizam cargos cujo provimento condiciona-se à prévia aprovação em concurso público. É vedada a atribuição da efetividade por lei, por decreto ou por qualquer outro mecanismo. Somente o servidor efetivo pode adquirir a estabilidade (CARVALHO, 2010).

outros mecanismos para a inserção de trabalhadores no serviço público no Brasil e em Florianópolis.

1.1.1 O território de Florianópolis

Com uma área territorial de 436,50 km², sendo 424,40 km² referentes à ilha e 12,10 km² à área continental, Florianópolis é capital do Estado de Santa Catarina.

Conforme resultados dos Censos 2000 e 2010, realizado pelo IBGE, em 2000 a população do município era composta por 342.315 habitantes e 421.203 em 2010. Santa Catarina tem uma área territorial de 95.703,487 km², e sua população em 2000 era composta por 5.356.360 habitantes, passando para 6.249.682 em 2010.

A pesquisa "Emprego e Salário de contratação entre 2000 e 2010 em Santa Catarina", elaborada por Osnildo Vieira Filho, técnico do SINE, publicada em maio de 2011³², apresenta a evolução do emprego formal no Estado e a correspondência entre o crescimento do emprego e do salário real no período, destacando que:

- Entre os anos de 2000 e 2010 o emprego em Santa Catarina cresceu quantitativamente, entretanto, o salário de contratação dos trabalhadores não acompanhou o mesmo ritmo. No período, o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada apresentou um incremento de 672 mil, passando de 1,05 milhões para 1,73 milhões de trabalhadores. Em termos percentuais o emprego cresceu 63,7% o que corresponde a uma taxa média de 5,1% ao ano.
- A remuneração do trabalho, expressa pelo salário médio real de contratação dos trabalhadores que entraram no mercado de trabalho, cresceu apenas 14,3% no mesmo período, o que equivale a um crescimento médio anual de apenas 1,3%. Verifica-se, portanto, enorme diferencial no crescimento do emprego e do salário de contratação e o comportamento de ambos ao longo da década.

32

- O salário médio³³ de contratação apresenta redução expressiva nos primeiros anos do período, especialmente em 2003, quando só neste ano teve uma queda de 9,0% em termos reais. Nestes três primeiros anos, a queda no salário médio de contratação atingiu quase 15,0%. Convém ressaltar que até meados de 2008, o salário médio de contratação em Santa Catarina ficou abaixo daquele praticado em 2000.
- Com base nos dados da RAIS³⁴ e CAGED³⁵, fica evidenciado que entre os fatores que determinam os baixos salários praticados no Estado está a alta taxa de rotatividade praticada no mercado de trabalho. De fato, segundo a RAIS/2010, de cada dez trabalhadores que tiveram um vínculo ativo no mercado de trabalho formal durante o ano de 2010, quase quatro não estavam ativos no final do ano. Dos 1,72 milhões de trabalhadores empregados em Santa Catarina ao final de 2010, mais de 40% estavam a menos de um ano no último vínculo e somente 19% dos trabalhadores tinham cinco anos ou mais de serviço no último emprego. A rotatividade em Santa Catarina, expressa pelo percentual dos vínculos inativos ao final do ano é a segunda maior do país. Submeter-se a trabalhos precários, caracterizados, sobretudo pela curta duração do vínculo empregatício, é

³³ Com a apresentação desta informação não estamos desconsiderando que estes dados podem levar a falsas conclusões, pois indicam apenas “médias” salariais.

³⁴ RAIS – Relação Anual de Informações Sociais - foi criada pelo Decreto nº 76.900/75. A declaração é anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional. A RAIS se caracteriza por um Censo do mercado de trabalho formal e, essencialmente, capta dados do mercado de trabalho relativos aos empregados e possibilita a divulgação dessas informações com diferentes recortes, tais como: tipo de vínculo, remuneração, grau de instrução, gênero, faixa etária, nacionalidade e de informações referentes aos estabelecimentos relativos à atividade econômica, área geográfica, entre outros.

³⁵ O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), criado pela Lei nº 4.923/65, é um registro administrativo que acompanha e fiscaliza o processo de admissão e dispensa (demissão, aposentadoria, morte) de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em todo o país. As empresas encaminham os dados mensalmente, via internet, ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As informações se referem aos municípios e às atividades econômicas e não incluem os servidores públicos estatutários, nem os empregados domésticos.

condição básica para a vida de uma parcela significativa de trabalhadores³⁶.

O Estado de Santa Catarina³⁷ é formado historicamente por uma estrutura produtiva diversificada e descentralizada, com forte participação do setor agrário exportador e expressiva produção industrial. A indústria de transformação catarinense é a quarta do país em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. O segmento alimentar é o maior empregador, seguindo-se o de confecções de artigos do vestuário. A economia industrial do estado é caracterizada pela concentração em diversos polos: cerâmico, carvão e descartáveis plásticos ao Sul, alimentar ao Oeste, têxtil e cristal no Vale do Itajaí, metal mecânico e mobiliário ao Norte, madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital, que também se destaca no setor de serviços.

Em relação à estrutura ocupacional no estado, entre 1992 e 2005, a maior parte dos trabalhadores empregados se concentra nas ocupações terciárias, que incluem o comércio, a prestação de serviços e a administração pública. A alta proliferação de ocupações sem proteção social e regulamentação e a manutenção de baixos salários caracteriza a precarização do trabalho no estado catarinense (DIEESE, SST, 2008).

A administração pública³⁸, entre 1991 e 2005 obteve um crescimento médio anual de 2.79%, no entanto, sua participação relativa decresceu em boa parte do período. Em 1991, absorvia 130,5 mil empregos, equivalentes a 15,6% do total e, em 2005, o número passou para 196,2 mil, com uma participação relativa de 13,2%. É importante destacar, em relação à participação no setor

³⁶ Neste sentido ver: DIEESE. Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2011.

³⁷ Fonte: "A mulher trabalhadora na grande Florianópolis: mercado de trabalho e o desafio da qualificação profissional". A pesquisa, publicada em 2008, é fruto de um convênio entre o DIEESE e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina (SST).

³⁸ Em sentido formal, a Administração Pública, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro).

de atividades, que somente na administração pública, a presença feminina supera a metade, correspondendo a 57% em 2005. O setor da administração pública, único com maior participação feminina no estado, tem 25% dos seus postos formais ocupados por mulheres, com ensino superior completo. Contudo, dados levantados pela pesquisa demonstram que embora a maior presença e qualificação sejam da força de trabalho feminina, são os homens que absorvem as maiores faixas de remuneração (DIEESE, SST, 2008).

Em relação ao território de Florianópolis³⁹, sua base econômica está concentrada na Capital e em São José e se dispersa para Palhoça e Biguaçu, ao longo da BR 101.

Florianópolis, assim como São José, é polo de serviços e de comércio, com um setor industrial embrionário. As atividades de serviços – administração e empresas públicas, serviços individuais e coletivos de ensino, saúde, comunicação, financeiro, transporte e os diretamente ligados ao turismo (hotelaria, agências de viagens, bares, restaurantes) e parte do comércio – concentram-se, principalmente, na Capital. Há, contudo, concentração de grande comércio nos bairros Campinas, Kobrasol e Barreiros, em São José (FURB, SINE, 2000).

Atividades como hotelaria, restaurantes, bares, transportes, shopping-centers e uma variedade de pequenos negócios no centro e nas praias são impulsionadas pelo turismo, atraindo para as suas principais cidades e bairros-balneários milhares de pessoas na temporada de verão. Pelo fato de essa microrregião ter no turismo de verão um dos fatores da expansão dos negócios, podemos inferir que a sazonalidade ocupacional e, portanto, a permanência de muitos trabalhadores desempregados por vários meses do ano é uma característica marcante do seu mercado de trabalho (FURB, SINE, 2000).

Os serviços, incluindo os privados e os públicos, no ano 2000, perfazem 68,2% de toda a força de trabalho formalmente ocupada na microrregião. A importância da indústria vem caindo

³⁹ As características do território de Florianópolis que apontamos aqui estão baseadas em uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB em convênio com o SINE/SC – 2000, sobre ascensão e queda do emprego formal nas microrregiões de Santa Catarina (Referência: FURB-SINE. **Pesquisa FURB – SINE** sobre ascensão e queda do emprego nas microrregiões de Santa Catarina. 2000. CD ROM).

em função de reduções dos percentuais das indústrias Têxtil / vestuário e Serviços Industriais de Utilidade Pública, também decresceram a participação da Administração Pública e do Ensino. Já o comércio varejista vem crescendo em participação (FURB, SINE, 2000).

As pesquisas que visam medir o desemprego no país⁴⁰, não abarcam a microrregião e o município de Florianópolis. Entendemos que a realidade de desemprego e subemprego dificilmente pode ser apreendida apenas pelas estatísticas por vários motivos, dentre estes destacamos que: existe controle político dessas estatísticas e são muito tênues as fronteiras entre as situações ocupacionais.

Conforme enfatiza Aued (2002), os indicadores estatísticos revelam a ponta de um enorme “iceberg”, pois os números não dão visibilidade suficiente para compreender o problema:

Sob a forma de curvas e estatísticas, o desemprego é mascarado, dissimulado como se ele pertencesse apenas à intimidade da consciência e fosse algo restrito ao âmbito da vida privada. Tal é o paradoxo do desemprego: ele não faz barulho, ele impõe o silêncio (p. 07).

Tudo indica que a situação em relação ao desemprego seja ainda mais grave do que a apontada pelas pesquisas quantitativas. Além disso, tentar visualizar o desemprego e compará-lo internacionalmente por meio de séries estatísticas, mesmo que estas sejam construídas de acordo com normas

⁴⁰ As pesquisas que visam medir o desemprego no país são feitas pelo IBGE, órgão oficial do Governo Federal (Pesquisa Mensal de Emprego – PME) e pelo DIEESE e a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), de São Paulo (Pesquisa de Emprego e Desemprego– PED). Os dados da PME são sempre menores que os números da PED e convivem desde o início dos anos de 1980. São pesquisas domiciliares que produzem e divulgam mensalmente indicadores sobre mercado de trabalho em algumas regiões do país. A PED é realizada na região metropolitana de São Paulo desde 1985. Em períodos diferentes foi expandida para regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Distrito Federal. A PME abrange desde o início as regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Para maiores detalhes sobre as pesquisas ver: Revista do DIEESE, nº 0, 2004 (Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/revistadieese.pdf>).

internacionais, não é suficiente, quando a pretensão é apreender a população realmente desempregada, isto porque as fronteiras entre o desemprego, a atividade e a inatividade são relativas, pois estes estatutos resultam de construções sociais e jurídicas próprias de cada país (GUIMARÃES, 2006).

Mesmo que as estatísticas não correspondam à realidade e que resultem de construções sociais e jurídicas próprias de cada país, a falta de levantamentos em relação a determinados locais⁴¹ sugere a ausência do problema ou sua existência em

⁴¹ A psicóloga Maria Chalfin Coutinho, buscando compreender melhor o desemprego, desenvolveu projeto de pesquisa intitulado: Perfil psicossocial e econômico dos desempregados da Grande Florianópolis, no qual levantou dados junto aos desempregados que se cadastravam nos postos da Delegacia Regional de Trabalho (para obtenção do seguro-desemprego) e do Sistema Nacional de Empregos (em busca de emprego). Os dados foram coletados entre novembro de 2000 e fevereiro de 2001 e indicam um perfil de desempregados no qual predominam os trabalhadores do sexo masculino (58%), com média de idade de cerca de 30 anos, sendo que a grande maioria tem até 40 anos (85%), de etnia branca (85%), solteiros (46,5%), oriundos do próprio Estado de Santa Catarina (68%) e, particularmente, da região da grande Florianópolis (38,6%). Em relação à escolaridade, embora predominem os trabalhadores com baixo grau de instrução (47% com ensino fundamental completo ou incompleto), quase 40% dos entrevistados já concluíram o ensino médio. No que se refere à situação familiar e renda, a maior parte dos entrevistados, ainda que desempregados, considera-se como responsável total ou parcial, pelo sustento familiar. Em relação à renda familiar, os dados obtidos indicam que predominam os desempregados com baixa renda familiar – aproximadamente 60% recebem menos do que quatro salários mínimos. Entretanto, existe um contingente significativo de entrevistados (cerca de 18%) com uma renda familiar de sete salários mínimos ou mais, o que sugere que o desemprego vem atingindo pessoas de diferentes níveis econômicos. As principais profissões declaradas pelos entrevistados são compatíveis com os cargos exercidos no último emprego. Entre os quatro tipos de ocupações exercidas mais frequentes, três são atividades ligadas a serviços e apenas um tipo se refere a atividades industriais. Entre as atividades exercidas sem vínculo empregatício também se destacam aquelas ligadas ao setor de serviços. Considerando as cinco principais atividades, as três mais frequentes são ligadas a serviços, e as duas seguintes relacionadas com a produção industrial. Considerando o tipo de atividade econômica da última empresa em que os entrevistados trabalhavam, também se destacam empresas da área de serviços (setor terciário). Entre os quatro tipos de empresa mais frequentes, apenas um tipo (construção) é representante do setor secundário (industrial). Em relação ao tempo de desemprego, a maior parte dos entrevistados (60%) está desempregada há até quatro meses, sendo que seu tempo médio de desemprego é de cerca de 10 meses. Este tempo é bem maior para os cadastrados no SINE, com uma média de 16 meses de desemprego, enquanto que os cadastrados na DRT estão desempregados, em média, há três meses. Estes últimos buscam seguro-

níveis insignificantes. Todavia, o desemprego é inerente ao capitalismo e, portanto, global.

1.1.2 A Prefeitura Municipal de Florianópolis

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, atualmente, não possui sede própria e unificada espacialmente. O paço municipal, sede do governo do município, e os diversos órgãos da administração direta e indireta estão localizados em espaços distintos, distribuídos pela cidade.

Recentemente a Lei Complementar Nº 348, de 27 de janeiro de 2009, institui uma nova estrutura para a Administração Municipal. Assim, além do Gabinete do Prefeito e da Procuradoria Geral do Município, há quinze Secretarias Municipais (Administração e Previdência; Assistência Social; Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável; Continente; Educação; Finanças e Planejamento; Governo; Habitação e Saneamento Ambiental; Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano; Obras; Receita; Saúde; Segurança e Defesa do Cidadão; Transportes; Mobilidade e Terminais; Turismo, Cultura e Esporte) e sete Secretarias Executivas (Assuntos Institucionais; Assuntos Internacionais; Assuntos Jurídicos; Assuntos Parlamentares; Comunicação; Controle Interno e Ouvidoria; Serviços Públicos), além de diversos órgãos vinculados às secretarias (Arquivo Histórico do Município; Associação Florianopolitana de Voluntários- AFLOV; Biblioteca Municipal Professor Barreiros Filho; Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Coordenadoria da Juventude; Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial- COPPIR; Defesa Civil; Núcleo de Tecnologia; Bem-Estar Animal; Fundação Franklin Cascaes;

desemprego e, de acordo com a legislação, devem cadastrar-se nos primeiros meses após a demissão. Desta forma, o tempo de mais de um ano de desemprego, dos trabalhadores que buscam uma oferta de trabalho no SINE, é bem mais significativo da realidade da Grande Florianópolis. Os dados sobre o tempo de desemprego indicam que na Grande Florianópolis é possível observar a emergência do chamado “desemprego de longa duração”. (COUTINHO, M C. **Perfil de trabalhadores desempregados da grande Florianópolis**. Trabalho apresentado no GT 16: Reestruturação no Mundo do Trabalho, XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Unicamp, Campinas, SP. Set 2003).

Fundação Municipal de Esportes; Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM; Fundo Municipal de Cinema – FUNCINE; Guarda Municipal; Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis - IGEOF; Instituto de Planejamento Urbano – IPUF; Polo Universidade Aberta do Brasil Florianópolis; Serviço de Proteção ao Consumidor - PROCON)⁴².

Em 2012, 10212 trabalhadores têm vínculo empregatício com a PMF, sendo que destes, 6153 são servidores públicos efetivos ativos e 1569 inativos ou pensionistas. No total de trabalhadores que apontamos, consideramos os estatutários (ativos e inativos), os celetistas, cargos comissionados, estagiários, contratados por tempo determinado e substitutos. Para nossa análise, somamos todos (servidores públicos, empregados públicos e outros) os que têm vínculo com a PMF (estão na folha de pagamento da PMF referente ao mês julho de 2011) e, optamos por considerá-los “trabalhadores”. Ficam excluídos deste total os terceirizados que atuam na PMF, por não termos dados suficientes até o momento para apresentar. Logo, quando apresentarmos dados referentes a outros períodos, adotaremos o mesmo critério.

O estudo intitulado “Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009”, publicado pelo IBGE em 2010, levantou informações sobre a composição do quadro de pessoal das prefeituras, tanto na administração direta quanto na indireta. Foram pesquisados, para cada uma, os quantitativos de estatutários, celetistas, somente comissionados, estagiários e sem vínculo permanente, sendo estes dois últimos vínculos desmembrados pesquisados a partir de 2005. O número de pessoas ocupadas na administração direta e indireta no país, em 2009, foi de 5 686 393. Considerando que a população estimada do Brasil, em 2009, foi de 191480 630 habitantes, podemos afirmar que as administrações públicas municipais foram responsáveis pela ocupação de 3,0% do total da população.

A proporção de servidores municipais na administração direta no País, em 2009, representava 94,9% do total e a administração indireta respondia, em 2009, por apenas 5,1% do pessoal das administrações públicas municipais. É cada vez menor o número de municípios que possuem órgãos ou entidades ligados à administração indireta. Em 2008, 1 128

⁴² Fonte: Lei Complementar nº 348 de 27 de janeiro de 2009.

municípios possuíam órgão da administração indireta, já em 2009, esse número caiu para 961 municípios. Os resultados da pesquisa mostram que os recursos humanos na administração direta são compostos (quanto à composição por regime de vínculo empregatício), na sua maioria por estatutários (62,2%), percentual próximo ao de 2008 (63,5%). Apesar do aumento em números absolutos do pessoal ocupado estatutário de 2008 (3 186 773) para 2009 (3 355 848), houve um decréscimo na representatividade dos estatutários com relação ao total do pessoal ocupado da ordem de 1,4%, com relação a 2008 (IBGE, 2010).

A participação do pessoal sem vínculo permanente que em 2008 foi de 15,4% do total, em 2009 subiu para 16,8%. Já a participação de funcionários sob-regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a de somente comissionados mantiveram-se praticamente no mesmo patamar nos anos de 2008 (10,7% e 8,9% do total, respectivamente), e 2009 (10,6% e 8,3% do total, respectivamente). Permanece a tendência de aumento do pessoal ocupado com vínculo empregatício mais flexível, como estagiários e os sem vínculo permanente. Em 2008, os estagiários e os sem vínculo permanente representavam, respectivamente, 1,9% e 15,1% do total de pessoal da administração direta municipal; em 2009, estes percentuais alcançam 2,1% e 16,8%. Pela primeira vez, em 2009, foram investigadas algumas características da política de recursos humanos. Dos 5 565 municípios brasileiros, 2 968 realizaram concurso público nos últimos 24 meses, em 84,4% destes o edital previa vagas para pessoas com deficiência. 94,5% dos municípios do País declararam ter feito contratação de pessoal nos últimos 24 meses e apenas 40,5% dos municípios possui na administração direta registro de forma a identificar a quantidade de pessoas com deficiência que compõem o quadro de seus servidores (IBGE, 2010).

No período 2000-2010, na PMF, verificamos a seguinte situação:

Tabela 3 - Trabalhadores da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Períodos: 2000 e 2010): Formas de vínculo

Formas de vínculo com a PMF⁴³	Número de trabalhadores em 2000		Número de trabalhadores em 2010	
Estatutários⁴⁴	4030	73,84%	6034	67,13%
Celetistas⁴⁵	05	0,09%	580	6,45%
Contratados por tempo determinado (CTD)⁴⁶	0 ⁴⁷	0	215	2,39%
Substitutos⁴⁸	917	16,80%	1529	17,01%
Cargos Comissionados (sem incluir servidores efetivos ocupantes de cargo comissionado)⁴⁹	117	2,14%	355	3,95%
Estagiários	361	6,62%	127	1,41%
Outros (conselheiros tutelares e outros)	28	0,51%	149	1,66%
Total	5458	100%	8989	100%

Fonte: Sistema de Recursos Humanos (SRH) da PMF

No mesmo período (2000-2010), a PMF admitiu 3722 trabalhadores efetivos⁵⁰ e destes, 908 (24.4%) solicitaram exoneração. A Tabela 03 demonstra que estes trabalhavam numa instituição na qual há trabalhadores cujos contratos são regidos por regimes jurídicos distintos. As diferentes modalidades de contratações da força de trabalho representam medidas

⁴³ Nesta tabela não apresentaremos os servidores inativos (que no ano de 2000 totalizavam 729 servidores e em 2010, 1293) e os pensionistas (no ano 2000 a PMF tinha 23 pensionistas e em 2010, 214). Além disso, embora existam trabalhadores terceirizados na PMF, distribuídos nos seus diversos órgãos e secretarias, não temos dados suficientes para apresentar em relação ao período estudado, pois estes não são registrados no SRH/PMF.

⁴⁴ São aqueles sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargos regidos pela Lei n. 8.112 de 1990.

⁴⁵ São os contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ocupantes de empregos públicos regidos pela Lei n. 9.962 de 2000.

⁴⁶ São aqueles contratados por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, cujo contrato é regido pela Lei n. 8.745 de 1993.

⁴⁷ Não há registro deste período.

⁴⁸ São aqueles contratados para atuarem de forma temporária, em decorrência de afastamento de professor titular, desdobramentos de turma, e ampliação do atendimento e/ou convênios, conforme o Decreto Municipal nº 3621 de 22 de agosto de 2005.

⁴⁹ São aqueles contratados para ocuparem cargos de livre provimento.

⁵⁰ Trabalhadores admitidos após aprovação e classificação em concurso público.

flexibilizadoras que repercutem nas condições de uso da força de trabalho, na sua proteção, remuneração e também nas suas estruturas de representação (sindicatos e justiça do trabalho).

Ao compararmos o total de trabalhadores de cada período relacionado à população do Município, conforme tabela 04, verificamos que no ano 2000, havia 62.71 habitantes para cada trabalhador municipal. No ano 2010 esta relação decaiu para 46.86. Se considerarmos apenas os trabalhadores estatutários, esta relação também decaiu de 84.94 para 69.81.

Tabela 4 - Relação População Florianópolis / trabalhadores PMF (Período 2000-2010)⁵¹

Ano	Total Habitantes Fpolis	Total trabalhadores PMF	Relação Habitante Fpolis/ Trabalhador PMF	Total Trabalhadores estatutários PMF	Relação Habitante Fpolis/ Trabalhador estatutário PMF
2000	342.315	5458	62,71	4030	84,94
2010	421.240	8989	46,86	6034	69,81

Fontes: IBGE (censos 2000 e 2010) e SRH/PMF.

O crescimento do emprego na esfera municipal de Florianópolis vem ocorrendo por critérios definidos pela Constituição de 1988, que estendeu aos municípios e aos estados da Federação diversas atribuições que antes eram também ou exclusivamente realizadas pela esfera federal. Entre essas atribuições, destacam-se principalmente as atividades de educação básica e de saúde (CARVALHO FILHO, 2002; MATTOS, 2011; POCHMANN, 2007). Além disso, há destaque para a segurança pública, o que inclui a criação de guardas municipais⁵².

De acordo com Carvalho Filho (2002), no Brasil é frequentemente divulgada a tese do “inchaço” da máquina pública⁵³. O autor afirma que não existe qualquer modelo ou

⁵¹ Não realizamos análise em relação aos trabalhadores “não estatutários” por não termos dados suficientes disponíveis.

⁵² A Lei Complementar nº 119 de 2003 cria a Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, composta pela Guarda Municipal e a Comissão Municipal de Defesa Civil.

⁵³ A ideia de um serviço público inchado no Brasil não é nova e foi se consolidando, baseada fundamentalmente no senso comum. Dos anos de 1930 até a década de 1980 há várias tentativas, nem sempre com êxito, de racionalização do sistema administrativo, o que contribui para as visões de

indicador de um “tamanho ótimo” do emprego público, com que se possa avaliar se há ou não excesso de pessoal. O que há, para fins de comparabilidade, são as experiências internacionais a respeito da proporção do emprego público no emprego total e na população dos países. Tais análises requerem muita cautela. As diferenças metodológicas de mensuração devem ser consideradas. Além disso, a dimensão do emprego público no país também reflete determinado nível de desenvolvimento econômico e social.

Pochmann (2007) em estudo no qual busca dimensionar o tamanho do emprego público no Brasil e a sua evolução ao longo do tempo, considerando o conjunto de modificações ocorridas na sua composição, especialmente a partir de 1990, quando o Estado teve modificados tanto no seu funcionamento na economia nacional como na sua natureza de empregador (p. 01), também afirma “não haver sustentação na realidade a hipótese sobre o inchamento de pessoal no Estado brasileiro. Seja em relação à população, à força de trabalho e ao total do dispêndio do setor público, o emprego público vem decrescendo desde 1990” (p. 23).

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁵⁴ apresenta dados de emprego público⁵⁵ em relação ao

“empreguismo” de Estado e “inchamento” da máquina pública. Porém a evidência maior corresponde à baixa prestação de serviços, sobretudo os prestados pelas esferas estadual e municipal. A partir dos anos de 1980, diretrizes delimitadas pelo “Consenso de Washington”, surgem propostas de reorganização do Estado e de redução da máquina pública (CARVALHO FILHO 2002). A expansão do neoliberalismo, que ocorre principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990 traz em seu bojo reformas de Estado que visam desonerá-lo de suas obrigações sociais e reorganizá-lo com a justificativa de que este havia se tornado inchado, inoperante e dispendioso.

⁵⁴ IPEA. Emprego público no Brasil: Comparação internacional e evolução. Comunicado da Presidência do IPEA, nº 19, mar 2009.

⁵⁵ Os autores do estudo realizado pelo IPEA ao qual nos referimos (Eneuton Pessoa, Fernando Augusto Mansor de Mattos, Marcelo Almeida de Britto e Simone da Silva Figueiredo) salientam que para tornar coerente a comparação internacional, a metodologia de captação dos dados utilizada define o conceito de emprego público na sua forma mais ampla, que é a forma consagrada pelas publicações da OCDE. Essa forma mais ampla inclui, no estoque de emprego público, não apenas os trabalhadores da administração direta em todas as esferas de governo, mas também as ocupações da administração indireta (autarquias, fundações e demais órgãos autônomos do setor público), considerando também os empregados de empresas estatais (tanto de empresas públicas quanto de sociedades de economia mista sob controle direto ou indireto

total de ocupados para diversos países selecionados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e para o Brasil. Tais dados (Tabela 05) demonstram o baixo peso relativo do emprego público no Brasil em relação à grande maioria deste significativo bloco de países. Excetuando-se os casos específicos de Coreia, Japão e Suíça, em todos os demais países considerados, o peso do emprego público na ocupação total é bem maior do que no Brasil, com destaque para os ricos países escandinavos e para a França.

Tabela 5 - Emprego público (*) em relação ao total de ocupados (em %) 1995-2005

	1995	2005
ALEMANHA	15,5	14,7
AUSTRÁLIA	15,2	14,4
BÉLGICA	19,3	19,5
CANADÁ	19,9	16,3
CORÉIA	6,6	6,3
DINAMARCA	39,3	39,2
ESPANHA	15,4	14,3
ESTADOS UNIDOS	14,9	14,8
FINLÂNDIA	25,7	23,4
FRANÇA	24,6	24,9
HOLANDA	15,5	14,6
JAPÃO	7,0	6,3
PORTUGAL	14,4	15,1
SUÉCIA	33,5	30,9
SUÍÇA	8,3	8,4
TURQUIA	10,1	10,7
BRASIL	11,3	10,7

Fonte: IPEA (2009). (*) no sentido mais amplo, ou seja, inclui administração direta, administração indireta e estatais de todo tipo.

O estudo relaciona a situação do Brasil com os países latino-americanos, tomando como referência dados da CEPAL de 2006. Entre 16 países selecionados, em sete deles o peso do

do Estado). É desta forma que foram considerados os indicadores de emprego público dos países aqui selecionados e também os do Brasil. O cálculo dos percentuais do emprego público foi referenciado em relação ao conjunto dos ocupados, o que inclui as ocupações formais como também as informais, tanto nos casos internacionais, como no caso brasileiro. Neste sentido destacamos também a seguinte pesquisa: CARVALHO FILHO, Eneuton Dornellas Pessoa de. Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP, 2002.

emprego público no respectivo mercado de trabalho nacional é maior do que no Brasil. Em vários outros casos, o peso do emprego público é semelhante ao do Brasil e somente em países muito pobres do continente, como Bolívia e Equador, assim como na Colômbia, o peso do emprego público é menor do que no Brasil. Tomando-se em consideração os anos mais recentes (desde 2000), percebemos que, estruturalmente, na Argentina, na Costa Rica, no Panamá, no Uruguai e na Venezuela a relação entre emprego público e total de ocupados é maior do que no Brasil.

Os dados apontados nesta comparação internacional demonstram que a participação do emprego público no Brasil é pequena. Mesmo internamente, comparando com o total da população brasileira e relacionando ao mercado de trabalho nacional os indicadores não revelam “inchamento” do Estado por um suposto excesso de funcionários públicos. A recente expansão do número de servidores públicos no país é suficiente apenas para repor a dimensão relativa do estoque de empregos públicos que havia durante os anos 1990 (IPEA, 2009).

Pochmann (2007) ao analisar essa questão, afirma que o Brasil possui uma das mais baixas relações entre o emprego público e o total da ocupação (e da população) em uma amostra de duas dezenas de países. Em relação aos Estados Unidos, por exemplo, o Brasil possui o nível de emprego público como proporção da ocupação quase 30% menor. No caso da França, há 2,5 vezes mais empregados públicos como proporção da ocupação total que no Brasil (p. 27). O autor enfatiza que “em comparação com diversos países desenvolvidos, o setor público brasileiro demonstra capacidade de absorver mais contingente de empregados, tendo em vista a sua baixa relação com o total da ocupação e a população. Contudo, como não há um modelo ideal de Estado (tamanho ótimo), tendo em vista que a sua determinação é histórica e politicamente condicionada” (p. 54).

1.1.3 Um panorama acerca do quadro de trabalhadores da Prefeitura Municipal de Florianópolis

Embora o número de servidores estatutários na PMF tenha crescido em termos absolutos, em relação ao número total de

trabalhadores decresceu. O total de trabalhadores aumentou porque houve acréscimo de outras formas de vínculo com a PMF⁵⁶.

O professor substituto é contratado para atuar de forma temporária, em decorrência de afastamento de professor titular, desdobramentos de turma, e ampliação do atendimento e/ou convênios⁵⁷. Verificamos que durante o período analisado, houve uma ampliação no número de substitutos que representa 67%. O que mais nos chama a atenção é a rotatividade⁵⁸ desses profissionais no período (2000-2010), pois foram registradas 4629 admissões, conforme registros do SRH/PMF.

Em termos quantitativos, os motivos de afastamento dos professores titulares mais representativos são as licenças para tratamento de saúde, as licenças prêmio e as readaptações funcionais. Em janeiro de 2001, havia 109 readaptados na PMF e, em 2012, há 391. As readaptações funcionais são concedidas a servidores efetivos estáveis após avaliação da Gerência de Perícia Médica (GPM). Logo, essa gerência tem sido questionada e responsabilizada com frequência em relação ao aumento destes afastamentos.

Em relação aos trabalhadores contratados por tempo determinado (CTD), os dados que conseguimos levantar não correspondem à realidade, pois no ano 2000 estes não eram registrados no SRH da PMF por não terem contrato direto com a instituição. Contudo, no período analisado são registradas 1396 admissões⁵⁹. Se atualmente há 215 vínculos ativos na PMF, podemos considerar que houve um alto grau de rotatividade de trabalhadores.

⁵⁶ De acordo com Pochmann (2007), no Brasil, entre 1992 e 2002, as contratações no setor público que mais se expandiram concentraram-se nas outras formas que não o emprego formal (CLT e estatutário), como as ocupações de emergência, os professores substitutos, os estagiários, entre outros. "Atualmente, a cada 10 empregos no setor público, dois não são estatutários ou celetistas" (p.27).

⁵⁷ Conforme o Decreto Municipal nº 3621 de 22 de agosto de 2005.

⁵⁸ Estamos considerando rotatividade, a flutuação da força de trabalho na instituição (PMF), ou seja, o movimento dos que ingressam e saem dela.

⁵⁹ A Lei Municipal nº 6690/2005 disciplina as contratações por tempo determinado (CTD) na PMF e estabelece que estas podem ter prazo máximo de um ano, prorrogável por igual período.

A) O contrato

Na PMF existem trabalhadores contratados sob distintas formas. Os direitos, remunerações e aposentadorias desses trabalhadores variam de acordo com seus contratos. Contudo, muitas vezes, mesmo contratados para cargos distintos, desempenham funções com respectivas atribuições que em nada diferem. Trabalhadores contratados para um mesmo cargo têm atribuições idênticas. Por exemplo, um professor substituto tem as mesmas atribuições que um efetivo; um médico contratado por tempo determinado tem as mesmas atribuições de um efetivo e assim por diante.

As diferenças existentes entre os trabalhadores, de acordo com o regime de trabalho referem-se, fundamentalmente, aos aspectos de estabilidade, remuneração, previdência social e carreira.

B) Cargos e carreiras

Na PMF há o quadro civil e o do magistério. A progressão funcional de ambos os quadros segue os preceitos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis (Lei Complementar CMF nº 063/2003). Somente os trabalhadores efetivos estáveis estatutários são promovidos. O Plano de Carreira do Magistério possibilita a progressão funcional dos trabalhadores efetivos estáveis por intermédio de critérios como: tempo de serviço e assiduidade; acesso (pela obtenção de graus de escolaridade superiores ao exigido para o ingresso no cargo) e aperfeiçoamento (pela conclusão de cursos em áreas afins ao cargo).

O Plano de Cargos, Carreira e Salários do Quadro Civil⁶⁰, possibilita a promoção por meio de conhecimento da organização (considerando o tempo de serviço na PMF) e o aperfeiçoamento profissional (pela conclusão de cursos em áreas afins ao cargo). Ao examinarmos as duas formas de promoção⁶¹ e como elas se

⁶⁰ A Lei Municipal nº3331/1989 institui o Plano de Carreira dos Cargos e empregos do quadro único de pessoal civil da Administração Direta e Indireta do Município, conforme determina a Lei Municipal nº 2897/1988. As promoções continuam sendo realizadas com base nesta lei, embora sendo necessária nova regulamentação, por meio de decreto, a partir da edição da LC CMF nº 063/2003.

⁶¹ Cabe salientar que os Guardas Municipais têm um plano de carreira próprio.

efetivam na prática,⁶² verificamos que os trabalhadores do quadro do magistério, ainda que no atual momento lutem por melhorias⁶³, têm diferenças significativas na remuneração quando promovidos por este critério. São menores os percentuais estabelecidos para a promoção do quadro civil. Há, neste sentido, um movimento desencadeado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), via acordos coletivos, para elaboração de um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários do Quadro Civil⁶⁴. A justificativa para o movimento está basicamente na baixa remuneração e no fato dos trabalhadores estarem acumulando historicamente gratificações que, em geral, não abrangem todo o quadro. Além disso, algumas delas, não são incorporáveis à remuneração (e aposentadoria) e são concedidas por meio de atos discricionários do administrador. Esta situação provoca um quadro de instabilidade que afeta diretamente os trabalhadores estáveis.

O que o SintraseM tem chamado de “instabilidade financeira” é o fato de alguns trabalhadores terem sua remuneração⁶⁵ composta basicamente por gratificações. Esta situação leva inclusive alguns trabalhadores a optarem pelo abono de permanência⁶⁶. Este abono cria para a Administração Pública, diversas vantagens, pois por meio desse artifício poderá contar com aquele trabalhador que já tem experiência adquirida com os anos de trabalho; deixará de ter um gasto com aposentadoria para continuar a ter o gasto com os vencimentos do trabalhador em troca da prestação de seu serviço; e, evitando a aposentadoria, também deixará de pagar a aposentadoria do

⁶² Para tais verificações consultamos as tabelas salariais dos trabalhadores da PMF.

⁶³ O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) neste momento luta pela aplicação da “Lei do Piso Nacional do Magistério” (Lei nº 11738/2008) à carreira do magistério da PMF.

⁶⁴ Neste sentido ver: www.sintraseM.org.br. Neste site há os Acordos Coletivos anuais, atas de assembleias de servidores, etc.

⁶⁵ A remuneração é composta por vencimento mais gratificações.

⁶⁶ Com o advento da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, conhecida como “a segunda reforma da previdência”, foi instituído no Brasil o chamado Abono de Permanência, o qual está previsto no §19, do artigo 40, da Constituição Federal de 1988. Tal abono corresponde ao valor da contribuição previdenciária mensal do servidor que o requerer, desde que tenha cumprido os requisitos para aposentadoria e opte em permanecer em atividade.

trabalhador que já tenha adquirido as condições para o seu requerimento. Além disto, deixará de ter despesas com o trabalhador que iria ocupar o cargo vago. O trabalhador, apenas deixa de ter a despesa com a contribuição previdenciária, na forma de uma verba percebida sob o título de abono de permanência, continuando a ter que cumprir sua jornada de trabalho. É importante considerar que esta forma de abono foi instituída em 2003 e, na PMF, há em 2012, 153 trabalhadores nesta situação⁶⁷.

Em relação à escolaridade dos estáveis na evolução funcional, temos que destacar primeiramente que, para o ingresso em cada cargo é determinado legalmente um grau de escolaridade. Além do ingresso no serviço público sem concurso público, é vedada constitucionalmente, a passagem de trabalhadores ocupantes de determinados cargos para outros cargos integrantes de carreiras diversas.

Desta forma, é impossível que trabalhadores do serviço público admitidos para determinadas carreiras, sejam transpostos para outras sem novo concurso. Assim, são necessários planos de carreira que realmente valorizem os profissionais, pois este é o único mecanismo pelo qual, trabalhadores com graus de escolaridade superiores aos exigidos para os cargos, podem ser beneficiados.

Neste sentido, destacamos o depoimento do presidente da Comissão encarregada de elaborar o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Municipais do Quadro Civil:

A Lei Complementar 428/2012 definiu as diretrizes e o cronograma de implantação do novo Plano de Carreira dos Servidores Municipais do Quadro Civil, o PCCS. Este plano vai abranger cerca de 5.000 servidores ativos e 1.300 aposentados com paridade. Para a elaboração deste plano foi criada uma Comissão Paritária, na qual há quatro membros do executivo e quatro do sindicato, que se reúnem, religiosamente, toda

⁶⁷ É comum ouvirmos servidores que recebem abono de permanência afirmarem que optam pelo abono também por terem filhos jovens que não conseguem inserção no emprego e que, portanto, qualquer quantia a mais na remuneração é atraente. Além disso, há que se considerar que com a aposentadoria, os servidores perdem também o auxílio alimentação.

semana. O executivo contratou uma empresa especializada para assessorar os trabalhos. O novo PCCS não é só bom para os servidores, mas será bom para toda sociedade uma vez que esses servidores serão valorizados e trabalharão mais motivados. Hoje existe uma dificuldade muito grande para contratação de novos servidores, principalmente de nível superior, por conta dos baixos salários. Excetuam-se os Fiscais, os Engenheiros, Arquitetos e outros poucos, que estão na média de mercado. Na elaboração do novo PCCS, a comissão adotou como referência o Plano do Magistério Municipal, na forma. O Plano de Carreira atual do Quadro Civil é de 1988, tem quase 25 anos e está muito defasado. Nesse período de 25 anos foram criadas muitas gratificações, muitos penduricalhos que transformou a folha de pagamento numa colcha de retalhos. Atualmente a folha está dividida assim, cerca de 30% é vencimento base e 70% são gratificações. O novo Plano, com a incorporação das gratificações, vai inverter essa lógica. No plano atual o servidor não possui expectativas de carreira, existem apenas 20 níveis salariais. A carreira é curta e na maioria dos casos em 15 anos o servidor já alcança o nível 20 e fica estagnado na carreira. O novo PCCS terá três grandes grupos ocupacionais: nível fundamental, nível médio e nível superior e cada qual com tabelas salariais distintas para cada nível de escolaridade. O piso salarial do Novo PCCS terá como ponto de partida o Piso da COMCAP, ou seja, R\$ 806,00. Será observado, com base na pesquisa salarial, o piso por cargo. Considero que o grande desafio será como a PMF suportará o impacto financeiro com a implantação do novo PCCS, pois atualmente o comprometimento da receita com despesa de pessoal já se aproxima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Alex Sandro Valdir da Silva, servidor público

municipal efetivo, ocupante do cargo de administrador, Diretor de Gestão Previdenciária e presidente da Comissão encarregada de elaborar o novo PCCS do quadro civil)⁶⁸.

A força de trabalho é a mercadoria que nos permite melhor visualizar esta situação. Tanto os trabalhadores, como os capitalistas, só sobrevivem nesta sociedade, se negociarem esta mercadoria que deve, portanto, ter boa qualidade para o mercado. Quem precisa vendê-la, será então responsável por torná-la e mantê-la adequada às características que lhe garantam esse atributo. Conhecimento, treinamento e qualificação são necessários para que uma força de trabalho seja bem vista no mercado, e são características que interferem na sua produtividade e no seu valor.

Entretanto, as inovações tecnológicas têm levado à desvalorização dessas características, tornando-as obsoletas em muitas situações e, por conseguinte, desnecessários aos seus possuidores. Ainda assim, a força de trabalho continua sendo a única mercadoria capaz de produzir um valor para além do que ela vale e assim manter o processo de acumulação do capital. Logo, aumentam as exigências para que esta mercadoria seja considerada de boa qualidade⁶⁹.

Na PMF, dos 4619 servidores efetivos do quadro civil, 1854 foram admitidos com grau de escolaridade superior ao exigido para o cargo e 1455 a adquiriram após o ingresso. Em relação aos servidores que concluírem grau de escolaridade superior ao exigido para o cargo, após sua admissão na PMF, podem requerer a “gratificação de incentivo”, garantida por estatuto⁷⁰, que corresponde a 20% do seu vencimento.

⁶⁸ SILVA, Alex Sandro Valdir da. Entrevista concedida a Adélia Doraci de Oliveira em 10 de setembro de 2012.

⁶⁹ Para exemplificar esta situação, citamos o caso de trabalhadores contratados pela PMF para atuarem no cargo de auxiliares de sala. Até o final de 2010, era exigido por meio de edital que a escolaridade para este cargo fosse de nível superior. Mas, a remuneração correspondia a um cargo de nível médio. A admissão para um cargo que exige menor grau de escolaridade merece reflexão. Por qual motivo os sujeitos se submetem a aceitar um cargo que não oferece salário correspondente à sua escolaridade?

⁷⁰ A gratificação de incentivo é regulamentada no artigo 84 da LC CMF nº 063/2003.

Os empregados públicos⁷¹ não têm oportunidade de carreira na PMF. Além destes, os substitutos, os contratados por tempo determinado e os trabalhadores terceirizados também não evoluem na carreira.

As características que verificamos neste capítulo, apontam algumas das facetas da precarização que afeta o serviço público brasileiro, mas é importante que se diga que nestas, não há ilegalidades. Tudo indica que estamos num momento de desconstrução dos direitos conquistados em 1988⁷². Este é o contexto no qual alguns trabalhadores solicitaram exoneração da PMF e outros permaneceram.

⁷¹ O número de empregados públicos na PMF cresceu no período 2000-10 por conta dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de adequação da contratação dos mesmos à Lei Federal 11350 de 2006.

⁷² Neste sentido destacamos a pesquisa de Santos (2006), na qual a autora aponta a realidade da precarização que hoje afeta o serviço público brasileiro, tendo por base a análise das principais realizações teóricas, legais e práticas do processo de reforma do aparelho do Estado, iniciado no Brasil a partir do ano de 1995. A referida pesquisa salienta o caráter neoliberal de tal reforma, tendo em vista principalmente o seu rompimento com a perspectiva democrática da Constituição de 1988. Em suas palavras: "Esta desconstrução dos direitos conquistados não acontece descolada da realidade histórico-social bem definida, e se refere à reconversão produtiva iniciada nos países industrializados nos anos de 1970, com seus desdobramentos para os demais países, atingindo não só o setor privado de trabalho, mas também o setor público" (p.146).

CAPÍTULO 2

ESTABILIDADE: O “SONHO DOURADO”

Neste capítulo abordamos questões referentes à estabilidade no emprego, enfatizando seus aspectos históricos e legais, buscando compreender o cenário no qual esta é afirmada⁷³ como estratégia de enfrentamento ao desemprego.

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes, conforme afirma István Mészáros (2004), ao demonstrar que essa não é uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas sim uma crise do modo de produção capitalista, que afeta o conjunto da humanidade.

Ao nos referirmos ao conjunto da humanidade é importante destacar que o processo de globalização é um fenômeno que além de não ser novo, carrega positivities e negatividades definidas pelas relações sociais, como descrevem Marx e Engels (1980), no Manifesto Comunista. Ou seja, ao expor o caráter contraditório das relações capitalistas que engendram ao mesmo tempo, elementos civilizatórios e elementos de destruição, os autores afirmam que “tudo o que é sólido se evapora no ar”.

Logo, estamos numa sociedade fundada num processo que dilui, desmancha no ar, tudo o que é sólido, ou seja, tudo o que é construído é para ser destruído, tudo o que é feito é para ser desfeito, pois só dessa forma o processo pode seguir adiante. Quando Marx e Engels (1980) afirmam que a burguesia não consegue sobreviver sem revolucionar constantemente os meios de produção, as relações de produção e as relações sociais indicam que as novas relações se tornam antigas, mesmo antes de se consolidarem, o que faz com que a época burguesa seja distinta de todas as demais pela eterna incerteza e agitação que provoca. Trata-se de um processo que enfrenta crises cada vez mais profundas.

⁷³ Neste sentido destacamos as seguintes pesquisas: Dias (2009), Albrecht (2010), Pimentel (2007), Barreto et. al. (2007), Selig (2011), Silva (2004), entre outras.

Um dos resultados mais graves da crise estrutural, que afeta atualmente um conjunto relevante da humanidade, é o desemprego. Para uma melhor apreensão da situação é fundamental entender porque, especialmente a partir dos anos 1930 houve, sob a determinação de regulação fordista ou Estado de bem-estar social, um enorme esforço de construção de políticas voltadas ao emprego e de direitos sociais na perspectiva de uma sociedade capitalista integradora.

Por volta dos anos de 1920, isto é, pós I Guerra, o industrial Henry Ford percebeu que, para que o capitalismo prosperasse, havia necessidade de criar mecanismos que tornassem a sociedade integrada pela produção e consumo de massa e pelo pleno emprego. A ideia fundamental era de que os operários pudessem se tornar clientes. Com o nome de fordismo, essa tese se estrutura num corpo conceitual, político e cultural que será assumida pelo capitalismo após a Segunda Guerra Mundial (FRIGOTTO, 1999).

Neste período são criados mecanismos de regulação do mercado nos âmbitos nacional e internacional e surgem os Estados-Nação, com suas moedas e legislação e os Organismos Internacionais reguladores das relações entre as nações:

E é a partir deste período que vinga a idéia do Estado de bem-estar social que se materializa pela constituição de uma esfera pública burguesa com um fundo público ampliado e mediante o progressivo controle monopólico, por parte dos Estados nacionais, dos setores estratégicos da economia. Um duplo mecanismo de regular o capital e, portanto, o mercado e a possibilidade efetiva de fazer política econômica e social (FRIGOTTO, 1999, p. 35).

Este processo de organização e legitimação da ordem capitalista no pós-guerra resultou num amplo e contraditório pacto que levaria o sistema a experimentar anos de crescimento e estabilidade política, pelo menos nos países mais desenvolvidos. Assim, mesmo com profundas desigualdades entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, a educação, a saúde, o transporte, o lazer e cultura, a previdência social e o salário-desemprego, em algumas nações, passaram a se

constituir em direitos sociais dos trabalhadores. E, como resultado das lutas dos trabalhadores organizados em sindicatos e partidos, o direito ao trabalho e à estabilidade no mesmo também foram se ampliando.

Nesse período, o trabalhador tem relativamente garantias de poder planejar seu futuro e assegurá-los dentro de padrões minimamente aceitáveis humanamente, pois o trabalho não vai se ligar apenas à remuneração de uma tarefa, mas emerge como direito (FRIGOTTO, 1999).

A partir do momento em que o emprego é encarado como um direito cabe ao Estado oferecê-lo. Essa ideia, nos países centrais, possibilitou que o futuro fosse menos imprevisível e promoveu expectativas de um futuro melhor para os filhos da classe trabalhadora.

Frigotto (1999) afirma que as conquistas da classe trabalhadora europeia não foram pequenas dos anos 1950 aos anos 1980 do século passado. Todavia, esta não foi a realidade dos países periféricos, como o Brasil que só conheceu estas conquistas marginalmente. De todo modo, assinala o autor, as gerações de assalariados dos anos 1930 até os anos 1980, no Brasil, mesmo sob duas ditaduras e curtos períodos de democracia, puderam programar minimamente seu futuro. Entretanto, os anos de crescimento e estabilidade política se esgotam com a crise que se abateu sobre o capitalismo nos anos de 1970/80. A partir de então, num contexto de fortes restrições de acesso ao emprego, aos direitos sociais e ao consumo, diretrizes neoliberais⁷⁴ passam a orientar mundialmente a financeirização da economia. Surge então, um tempo de maior insegurança ou ameaça do desemprego estrutural ascendente e de ampliação da precarização no emprego.

⁷⁴ O “projeto/processo neoliberal” representa “a atual estratégia hegemônica de ‘reestruturação geral do capital’, face à crise, ao avanço tecnológico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolvem pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: ‘o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e às chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘reforma do estado’ (MONTAÑO, 2005, p.26). Importante enfatizar que as idéias neoliberais se instalam por meio do consentimento popular atingido através de estratégias que as tornaram parte do senso comum, além de terem se apropriado da idéia de “liberdade individual” e “justiça social”, ideais defendidos pelos movimentos (estudantis e trabalhistas) do final da década de 1960 (HARVEY,2008).

Desemprego, aliado a sentimentos como incerteza e insegurança, são elementos inerentes à história do capitalismo. Todavia, no período atual, há motivos para que tais sentimentos se ampliem, principalmente para aqueles que dependem da sua força de trabalho para sobreviver, conforme demonstra a análise de Frigotto (1999). E assim, se o modo de produção capitalista conseguiu transformar o trabalho num “sonho” para a classe trabalhadora atualmente a estabilidade no emprego é o “sonho dourado”⁷⁵.

Esta afirmação nos remete à pesquisa realizada com jovens egressos do ensino fundamental⁷⁶, na qual constatamos que a maioria dos entrevistados enfatizou o desejo de ter um emprego estável. Alguns salientaram que gostariam de ser funcionários públicos, pressupondo a garantia dos direitos trabalhistas. Destacamos, neste sentido, o seguinte trecho de entrevista coletiva realizada⁷⁷:

*Márcio: Cheguei ao fim da faculdade, então eu pensei, e agora? O que eu vou fazer? Vou continuar no mestrado, sem dinheiro e sem ter o que fazer eu não vou ficar, então continuei no mestrado. Hoje em dia eu queria um emprego de **funcionário público**, de atendente de qualquer coisa, uma função de seis horas por dia para que eu pudesse estudar.*

Gláucia: Eu também, eu também!

Ana: Não, eu queria muito um emprego, mas eu queria muito que fosse na área que eu me formei, as minhas perspectivas são um pouquinho diferentes das deles.

⁷⁵“Ser o sonho dourado: ser a mais doce ambição, a maior aspiração”. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=SONHO>. Acesso em 21.02.2013).

⁷⁶ FERREIRA, Adelia Doraci de Oliveira. **A batalha pela sobrevivência no mundo do trabalho:** trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental. Florianópolis, 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

⁷⁷ Entrevista coletiva realizada com os três egressos do ensino fundamental que mais alongaram a escolarização em relação aos demais participantes da pesquisa.

*Márcio: Acredito que a palavra chave foi a que tu usasses da primeira vez que a gente conversou sobre o assunto: **estabilidade! Segurança!** (Grifos nossos)*

Na Constituição Federal de 1988, a expressão “funcionário público”, como definiu Márcio em sua entrevista, foi substituída por “servidor público” e “agente público”. Contudo, no Código Penal Brasileiro há referência a funcionário público como aquele que desenvolve função pública, mesmo em funções transitórias e não remuneradas. O serviço público é aquele mantido e executado pelo Estado por meio de servidores públicos.

De acordo com o Direito Administrativo⁷⁸: Servidor público é o termo utilizado, lato *sensu* para designar as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. Dentro deste conceito, compreendem-se: os servidores estatutários, ocupantes de cargos públicos providos por concurso público e que são regidos por um estatuto, definidor de direitos e obrigações; os empregados públicos, ocupantes de emprego públicos, também providos por concurso público, contratados sob o regime da CLT; e os servidores temporários, que exercem função pública (despida de vinculação a cargo ou emprego público), contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prescindindo de concurso público.

Selig (2011) ressalta que muito embora a literatura⁷⁹, afirme que o principal motivo para a busca pelo serviço público é

⁷⁸ Fonte: DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. São Paulo, Jurídico Atlas, 2003.

⁷⁹ Neste sentido, Selig (2011) aponta a literatura consultada em sua pesquisa: Albrecht, P. A. T., & Krawulski, E. (2009). Em busca de carreira estável no serviço público: perfil de “concurseiros” frequentadores de cursos preparatórios para concursos em Florianópolis-SC. In: Congresso Latino-americano de Orientação Profissional, Atibaia/SP, Programa e Resumos. São Paulo: Vetor, p.59; Barreto, D. F. C.; Nunes, G. S.; Veiga, J. L. B. C.; & Vilas Boas, A. A. (2007). Que fatores motivacionais afetam os indivíduos que ingressam em organização do setor público? O caso de uma empresa de energia. *Gestão da produção, operações e sistemas*, 2 (5), out.-dez., 11-24; Córtez, L. L.; & Silva, J. R. G. (2006). Construção do contrato psicológico de indivíduos que ingressam em organizações do setor público no atual contexto brasileiro: estudo de caso de uma empresa estatal. In: *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração* (CD-ROM).

a estabilidade no emprego, o que, no seu entendimento, aparentemente confirmaria a relação entre a busca pelo serviço público e o medo do desemprego – outras questões vieram à tona em sua pesquisa⁸⁰. Afirma ainda que:

Se, objetivamente, o conceito de estabilidade é claro, qual seja, garantia de permanência no cargo após três anos de exercício, somente podendo perdê-lo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo-disciplinar em que seja assegurada a ampla defesa (Brasil, 1990; Di Pietro, 2001); subjetivamente, a procura pelo serviço público assume diversos sentidos que extrapolam esta ideia de permanência no emprego (SELIG, 2011, p.13-4).

Para Selig (2011), “subjetivamente, a procura por um cargo público estável assume sentidos múltiplos que ultrapassam o conceito jurídico de estabilidade” (p.17). No seu entendimento, de fato, a busca por um serviço público estável parece, sim, ser uma forma de diminuir a ansiedade frente às mudanças do mundo do trabalho, uma maneira de enfrentar um mundo cheio de inseguranças e incertezas.

Embora entre a nossa pesquisa e a de Selig (2011) existam diferenças, a começar pela perspectiva de análise, suas considerações nos alertam no sentido de esclarecer que, embora não desconsiderando os fatores subjetivos referentes ao tema em questão, privilegiaremos nesse estudo, a estabilidade no emprego como direito do trabalhador de permanecer no emprego. Ou seja, não há em seu contrato de trabalho, o estabelecimento da data de término.

2.1 A ESTABILIDADE COMO DIREITO

Da menção à estabilidade no emprego como direito, nos reportamos à obra “O Direito à Preguiça” escrita por Paul

⁸⁰ Pesquisa realizada com jovens entre 22 e 30 anos, com formação superior em qualquer área, que tivessem ingressado em cargo efetivo no serviço público federal há menos de cinco anos.

Lafargue, em Paris, no ano de 1880. Nesta época, as jornadas de trabalho naquela cidade se estendiam até 17 horas diárias. Apesar disso, os operários acreditavam que o trabalho em si mesmo era uma atividade dignificante e benéfica. Lafargue (2000) insurgiu-se contra essa convicção e defendeu que o trabalho, dentro dos limites impostos pela necessidade humana do ócio e do lazer, é uma atividade imprescindível à autoconstrução da humanidade. Porém, ao ser imposto em excesso, torna-se uma desgraça. Assinala o autor que, na Antiguidade, o trabalho era desprezado e o ócio valorizado. Refere-se a Aristóteles pela crença de que chegaria o dia em que as máquinas poderiam substituir o trabalho humano e não mais haveria necessidade de escravos, pois os homens estariam livres do trabalho. No entendimento do autor, o sonho de Aristóteles tornou-se realidade em parte, pois o automatismo das máquinas se confirmou, contudo, o proletariado não se dedicou a cultivar as virtudes da preguiça e continuou a lutar pelo direito ao trabalho.

A luta por direitos que tornem dignas as condições de vida dos trabalhadores é intrínseca à história da classe trabalhadora em suas mobilizações contra a barbárie potencial que contém o sistema capitalista. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores pelo direito ao trabalho, mesmo que de forma contraditória, significa lutar por sobrevivência.

Ou seja, mesmo que este trabalho esteja submetido ao domínio do capital e sua reivindicação pelo trabalhador seja uma contradição, diante da desapropriação de todos os meios necessários para sua subsistência, os que detêm apenas sua força de trabalho para vender no mercado, fazem do trabalho assalariado uma reivindicação básica.

Essa reivindicação aparece de diversas maneiras, seja por redução da jornada de trabalho, por seguro-desemprego, por estabilidade no emprego, enfim, importa reconhecer que as distintas formas da luta da classe trabalhadora, neste sentido, estão relacionadas numa totalidade ampla de fenômenos. Se entendermos que são, também, lutas por direitos, cabe mesmo que de forma breve, refletir sobre o caráter do direito na sociedade capitalista.

De acordo com Pachukanis (1988), devemos captar o direito como uma categoria histórica que corresponde a um regime social determinado, edificado sobre a oposição de

interesses privados. Neste sentido, destaca que a sociedade capitalista é, antes de tudo, uma sociedade de proprietários de mercadorias. Isto significa dizer que as relações sociais dos homens no processo de produção tomam uma forma coisificada nos produtos do trabalho, que aparecem, uns em relação aos outros, como valores.

As mercadorias, para serem trocadas no mercado, necessitam de um ato voluntário de seus proprietários. De acordo com Marx (2008):

Não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos. As mercadorias são coisas; portanto, inermes diante do homem. Se não é dócil, pode o homem empregar força, em outras palavras, apoderar-se dela. Para relacionar essas coisas, uma com as outras, como mercadorias, têm seus responsáveis de comportar-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se apossa da mercadoria do outro, alienando a sua, mediante o consentimento do outro, portanto, de um ato voluntário comum. É mister, por isso, que reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica (p. 109).

Logo, a mediação jurídica insere-se nas relações sociais como um fator fundamental do circuito de trocas, pois o valor de troca somente se realiza por meio de um ato de vontade dos proprietários de mercadorias que são homens livres e iguais juridicamente. Esta é a razão pela qual o homem se torna sujeito jurídico e portador de direitos.

Pachukanis (1988), apoiado nos escritos de Marx, aponta que, no feudalismo, cada direito era um privilégio, era ausente

um estatuto jurídico formal comum a todos os homens. Foi apenas depois do total desenvolvimento das relações burguesas que o direito passou a ter um caráter abstrato e assim, também a norma reveste-se de forma lógica acabada de lei geral e abstrata. Isto significa dizer que apenas a sociedade capitalista cria todas as condições necessárias para que o ordenamento jurídico esteja plenamente determinado nas relações sociais.

Deste modo, o direito encontra-se em íntima conexão com as relações de produção, sendo produto destas, enquanto relações concretas de base entre os agentes sociais e, da superestrutura política estatal, em sua formulação normativa e coercitiva. O direito é o instrumento que permite a execução da exploração no modo de produção capitalista, tendo como parâmetros a legalidade e a igualdade formal.

Assim sendo, o direito tem natureza intrinsecamente burguesa, é ideológico e expressão das relações sociais, sendo ele mesmo uma relação social. Surge dos conflitos sociais e serve para controlá-los. E o direito ao trabalho reivindicado e/ou concedido, assim como as particularidades que dele derivam, deve ser visto de acordo com esse pressuposto.

A estabilidade no emprego (como direito dos trabalhadores com contratos formalizados) vigorou no texto da legislação trabalhista brasileira por mais de cinquenta anos (VALERIANO, 2008; DIEESE, 2011). Ou seja, de 1935 quando é cunhada a lei de estabilidade *per se*, até 1989 quando é suprimida da Carta Constitucional para os celetistas, mas na prática sua vigência foi muito menor, como enfatiza Valeriano (2008).

Conforme a autora, assim como a maior parte das leis sociais, era aplicada ou ignorada de acordo com os interesses do empresariado, pois era relativamente fácil burlá-la. Para esclarecer sua afirmação, a mesma explica que os trabalhadores só atingiam tal estabilidade após dez anos de serviço, não havendo medidas objetivas contra despedidas obstativas, isto é, a dispensa de funcionários pouco tempo antes que a atingissem legalmente. Ainda assim, a conquista da estabilidade no emprego, em um determinado período do processo de industrialização no Brasil, chega a ser uma realidade presente.

Segundo afirma Valeriano (2008), em certa medida, a regulamentação da estabilidade foi feita de maneira a favorecer o empresariado. A reivindicação dos trabalhadores pela garantia de emprego é redefinida como direito de trabalho numa mesma

empresa, fixando os trabalhadores a esta. No primeiro momento de sua regulamentação, na Lei nº 62 de 1935, a estabilidade vinculava-se às Caixas de Aposentadoria e Pensão, cuja contribuição era de responsabilidade do empregado com caráter obrigatório. A prática já existente entre os trabalhadores de contribuição a caixas com fins previdenciários é apropriada pelas empresas, um duplo golpe que desmobiliza as organizações de auxílio mútuo e ao mesmo tempo reverte para as empresas e os cofres públicos os rendimentos dessas contribuições. Uma nova organização previdenciária gerida pelas empresas e sancionada pelo Estado passa a ser implementada, e para isso uma política de pleno emprego também seria fundamental, o que será incentivada através da lei de estabilidade.

Quando da sistematização das leis trabalhistas na CLT a estabilidade fica garantida em capítulo específico e, em 1946 o direito é estendido aos trabalhadores rurais na carta Constitucional, nunca chegando a atingir trabalhadores domésticos (VALERIANO, 2008).

De acordo com o instituto da estabilidade constante da CLT⁸¹ havia a possibilidade de este empregado vir a ser demitido, em caso de falta grave, que deveria ser apurada pela Justiça do Trabalho ou, em outra situação, mediante o pagamento de dois meses de salário por ano trabalhado, caso o empregado aceitasse tal acordo. Para os trabalhadores com tempo de serviço de um a menos de 10 anos de casa, havia a previsão de uma indenização correspondente a um mês de salário por ano trabalhado, também no caso de demissão sem justa causa (DIEESE, 2011, p. 22).

Valeriano (2008) avalia que a estabilidade como garantida na CLT servia principalmente como um estímulo para que os trabalhadores se mantivessem na mesma empresa, contribuindo para sua especialização e também poupando custos de formação de novos trabalhadores. A autora adverte que o custo de capacitação não é somente o custo da formação em si, que muitas vezes pode ser baixo, mas principalmente o tempo que

⁸¹ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é a principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do Trabalho e o Direito processual do trabalho. Ela foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.4652 de 1 de maio de 1943. Seu objetivo principal é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas.

esta leva, quebrando o ritmo da produção. Além disso, ressalta que é importante ter em mente que a política trabalhista conflui, no geral, com o objetivo de consolidação da etapa industrial do capitalismo. Por isso a estabilidade é funcional naquele momento histórico específico, correspondendo às grandes concentrações em plantas industriais, que exigiam um número muito alto de trabalhadores, sendo muitos destes especializados. Quando a maquinaria e a direção passam a deter cada vez maior parte do saber do processo de produção tal direito não é mais necessário, mais que isso até, passa a onerar as empresas ao impedir o nivelamento para baixo dos trabalhadores através da rotatividade.

A obsolescência da lei de estabilidade decorre, portanto, em grande medida, da mudança estrutural no processo produtivo. Entretanto, é importante perceber que esta não foi um engodo, colocado na CLT apenas para ludibriar os trabalhadores, enfatiza Valeriano (2008), mas também não foi a máxima conquista dos mesmos. Assim como a maioria dos direitos trabalhistas, ela decorre de reivindicação, mas adaptada aos limites impostos pelo patronato. Ou seja, conforme assinala a autora, tal direito serviu muito bem tanto para a acumulação de capital, em um momento em que o processo produtivo precisava da permanência dos trabalhadores no local de trabalho, como também ao movimento operário, que a torna em suas mãos um instrumento de reivindicação. Isto porque proporcionava maior segurança ao trabalhador individual a fazer valer seus direitos e através desse poder de barganha também reforçava os sindicatos, que podiam contar com militantes que não teriam que se preocupar com a perda de seu emprego por reivindicar direitos coletivos. Ao garantir aos trabalhadores a impossibilidade de demissão sem justa causa dificultava a perseguição dos patrões àqueles operários sindicalizados e mais combativos. O benefício que garante aos trabalhadores faz com que a estabilidade possa se converter em instrumento político, tornando-se mais um motivo para que sua eliminação passe a ser objetivada pelos empresários. Assim, mesmo que os empregadores tivessem recursos para burlar tal lei, a coação se

tornou insuficiente e uma medida mais concreta e oficial precisou ser tomada para extingui-la, o que resulta na criação do FGTS⁸².

Com a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), caiu o instituto da estabilidade no emprego para os trabalhadores celetistas e estes passam a ter, por tempo de serviço acumulado, o direito a receber da empresa empregadora 8% da remuneração do mês anterior depositados numa conta bancária para ser movimentada em caso de demissão sem justa causa. Além disso, o trabalhador faria jus a receber diretamente do empregador o valor correspondente a 10% dos depósitos realizados na conta do FGTS durante o vínculo de emprego interrompido. Com as mudanças, demitir um trabalhador ficou mais fácil e barato (DIEESE, 2011, p. 22).

Dessa forma há uma nova possibilidade de abusar da dispensa dos empregados para atender aos ciclos do processo produtivo, aumentando com isso o ritmo da produção.

A partir do início da abertura do regime, desde as mobilizações operárias de 1978 e principalmente quando dos debates propiciados pela elaboração da nova Carta Constitucional, a questão da garantia ao emprego novamente entra em pauta, principalmente devido à crescente rotatividade que em 1985 chega a atingir 33,9% dos empregos. No entanto, a crítica ao sistema do fundo de garantia que se observava no momento de sua implementação muda qualitativamente, mostrando que o fim da estabilidade de fato datou de 1966 com a criação do FGTS e sua exclusão formal na Constituição não foi mais

⁸² De acordo com Valeriano (2008), o FGTS contém dois lados igualmente importantes e complementares. De um lado, suprime na prática o instituto da estabilidade, interferindo na relação de contratação da força de trabalho. No outro, está a conversão da indenização pela demissão do trabalhador em um fundo financeiro vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação. Uma face da política do Estado frente aos trabalhadores era a submissão a um programa forçado de poupança, através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Todos se destinavam à captação de recursos internos para posterior investimento em empresas privadas, dissimulados em políticas sociais.

que uma consequência disso (VALERIANO, 2008, p. 94).

Logo, o FGTS acabou significando, para muitos trabalhadores, o fim da possibilidade de se atingir a estabilidade no emprego, uma garantia que enquanto existisse como direito conquistado podia se tornar o mote de lutas por sua ampliação.

Entretanto, a Constituição de 1988 mantém o direito à estabilidade para os trabalhadores do serviço público⁸³ estatutários⁸⁴. De acordo com Santos (1997), para estes, tal princípio – o da estabilidade - está vinculado à questão da continuidade e eficiência da Administração Pública. Destaca o autor que este direito está associado à adoção de um regime jurídico especial – o estatutário -, distinto da legislação geral do trabalho, fórmula seguida pela maioria dos países. No Brasil, de acordo com Coutinho (1999), a estabilidade do servidor público teve início em 1915 com a Lei nº 2924 e está presente nas Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1988.

2.2 A LUTA HISTÓRICA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Marx (2008) ao analisar a luta dos trabalhadores pela regularização da jornada de trabalho afirma que o Capital não tem “a menor consideração com a saúde e a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las” (p.312). Também assevera que, entretanto, isto não depende da boa ou má vontade de cada capitalista, pois a livre competição torna as leis iminentes da produção capitalista leis externas, compulsórias para cada capitalista individualmente separado.

⁸³ A Constituição de 1988 conferiu estabilidade também aos trabalhadores do serviço público que não fossem nomeados por concurso, desde que estivessem em exercício, na data de sua promulgação, há pelo menos cinco anos ininterruptos. Conforme o art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: "Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público”.

⁸⁴ Importante observar que há trabalhadores no serviço público que são regidos pela CLT. Para estes, não há o direito da estabilidade e sim o FGTS.

Neste sentido, afirma o autor que o estabelecimento de uma jornada de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador⁸⁵. Esta luta possui duas tendências: por um lado o capital busca aumentar a extração de mais-trabalho, utilizando-se de diversos meios para isto,⁸⁶ incluindo a intervenção estatal a seu favor e, por outro, a classe operária resiste e busca impor limites à exploração capitalista. Como resultado, ocorre uma regularização das relações de trabalho através da legislação.

No entanto, este é apenas o primeiro momento da luta, pois, após a criação das leis, é preciso lutar intensamente para conseguir sua aplicação:

Logo que a classe trabalhadora, atordoada pelo tumulto da produção, recobra seus sentidos, tem início sua resistência, primeiro na Inglaterra, a terra natal da grande indústria. Todavia, as concessões que

⁸⁵ Conforme o autor: “O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. A história dessa luta revela duas tendências opostas. Compare-se, por exemplo, a legislação fabril inglesa de nossa época com os estatutos de trabalho ingleses desde o século XIV até a metade do XVIII. Enquanto a legislação fabril moderna reduz compulsoriamente a jornada de trabalho aqueles estatutos procuram prolongá-la coercitivamente. Sem dúvida, as pretensões do capital no estado embrionário (quando começa a crescer e se assegura o direito de sugar uma quantidade suficiente de trabalho excedente, não através da força das condições econômicas, mas através da ajuda do poder do Estado) se apresentam bastante modestas, comparadas com a jornada de trabalho, resultantes das concessões que, rosnando e resistindo, tem de fazer na idade adulta. Foi preciso que decorressem séculos para o trabalhador “livre”, em consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, consentir voluntariamente, isto é, ser socialmente compelido a vender todo o tempo ativo da sua vida, sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais; seu direito à primogenitura, por um prato de lentilhas. É por isso, natural que a jornada de trabalho prolongada, que o capital procura impor aos trabalhadores adultos por meio da coação do Estado, da metade do século XIV ao fim do século XVII, coincida aproximadamente com o tempo limitado de trabalho que, na segunda metade do século XIX, é imposto pelo Estado, com o fim de evitar a transformação do sangue das crianças em capital” (MARX, 2008, p.313).

⁸⁶ É preciso considerar que a introdução das máquinas no processo de produção abria a perspectiva de uma profunda intensificação do trabalho com enormes ganhos de produtividade. Assim, tecnicamente, a redução da jornada de trabalho vem acompanhada da intensificação do trabalho.

conquista durante três decênios ficaram apenas no papel. De 1802 a 1833, promulgou o Parlamento cinco leis sobre trabalho, mas, astuciosamente, não votou recursos para sua aplicação compulsória, para o quadro de pessoal necessário à sua execução etc. Eram letra morta (MARX, 2008, p.321).

A análise apresentada nos leva a deduzir que, dependendo do contexto da luta de classes, a lei pode beneficiar a classe trabalhadora, porém dentro dos limites do modo de produção capitalista. Logo, seu surgimento e aplicação é produto da correlação de forças num dado momento histórico. É com este entendimento que procuraremos apreender o direito à estabilidade no serviço público brasileiro na atualidade.

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal atual, para ser considerado estável, o servidor público deve ter sido aprovado em concurso público e em estágio probatório (período de três anos de efetivo exercício após a admissão). Quanto à estabilidade, o artigo 41 da referida Constituição assim preceitua: “São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”. Entretanto, tanto na condição de estagiário quanto na de efetivo, pode o servidor ser demitido⁸⁷ ou exonerado⁸⁸ após processo legal administrativo.

Assim sendo, podemos deduzir que a primeira exigência para que um trabalhador tenha direito à estabilidade no serviço público é a aprovação⁸⁹ em concurso público. Quanto a este requisito, algumas considerações são necessárias.

⁸⁷ A demissão como pena administrativa, pode ser aplicada tanto ao servidor estável quanto ao estagiário, desde que o servidor cometa infração disciplinar ou administrativa ou judicial.

⁸⁸ A exoneração pode ser aplicada como decorrência do estágio probatório por inadequação ao serviço ou por insuficiência de desempenho.

⁸⁹ Conforme os objetivos de nossa pesquisa, estamos simplificando o entendimento, pois a aprovação por si só não garante uma vaga no serviço público. Após a aprovação, o candidato deve ser classificado de acordo com o número de vagas oferecidas no edital do concurso público.

Durante a época do Brasil Império⁹⁰, o desempenho de funções públicas dava-se por meio da delegação, direta ou indireta, do Imperador. Havia, portanto, somente o exercício de cargos sob a modalidade “em confiança” e o Imperador podia admitir ou demitir os funcionários públicos quando julgasse conveniente. A vontade do Imperador confundia-se com a vontade do Estado⁹¹.

Com a proclamação da República e a promulgação da nova Carta Constitucional, em 1891, mantém-se o sistema discricionário de contratação e exoneração de funcionários públicos⁹². Com a “Revolução Constitucionalista” de 1932, Getúlio Vargas, que havia dissolvido o parlamento no “Golpe do Estado Novo”, convoca Assembleia Nacional Constituinte que votou e promulgou, em 1934, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil que, em seu artigo 170, 2º⁹³, estabelece a utilização de mecanismo imparcial para o provimento de cargos públicos.

Neste momento, surge o concurso público no direito brasileiro, mas aplicável à situações específicas. Sua exigência, entretanto, cabe somente para o provimento no cargo inicial da carreira, pois para os demais cargos componentes desta, o provimento dava-se por promoção. As Constituições de 1937 e 1946 mantêm a exigência de concursos públicos em relação a cargos de carreira, nos mesmos moldes.

⁹⁰ A análise da evolução histórica das exigências legais para a admissão nos cargos públicos que apresentamos é baseada em pesquisa de ROSA, Dêneron Dias. **O concurso público como princípio constitucional e a promoção interna para cargos organizados em carreira**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 10,31/08/2002.

⁹¹ A Constituição Política do Império do Brasil, em seu artigo 179, XIV assegurava que: “Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja a dos seus talentos e virtudes”.

⁹² A referida Constituição, em seu artigo 73, preceitua: “Os cargos públicos, civis ou militares, são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial, que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as acumulações remuneradas”

⁹³ “Art. 170. O Poder Legislativo votará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo as seguintes normas, desde já em vigor:
2º, a primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar, efetuar-se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas ou títulos”.

Com a Constituição de 1967⁹⁴, o concurso público passa a ser obrigatório para o provimento de todos os cargos públicos, excetuando-se os cargos em comissão⁹⁵. Porém, logo em seguida, a Constituição de 1969⁹⁶ retorna ao molde anterior. Não há assim que se considerar mudança alguma no que se refere ao caráter dos concursos públicos até então. Sua exigência cabia apenas à situações específicas – pois por lei podiam ser criados cargos efetivos para os quais este era dispensável - e para o provimento no cargo inicial da carreira. Dessa forma, a possibilidade de “apadrinhamentos” no que se refere à inserção no serviço público continua existindo.

Na Constituição de 1988 há um capítulo dedicado especialmente à “Administração Pública” que estabelece os princípios e regras que devem ser seguidos pela administração direta e indireta de todos os Poderes da União. A fixação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade e as regras pertinentes ao concurso público propiciam uma farta munição para o combate ao clientelismo e ao nepotismo, pois estes passam a ser obrigatórios para o provimento de todos os cargos públicos, excetuando-se os cargos em comissão. Não há também como servidores ocupantes de determinados cargos passarem para outros cargos integrantes de carreiras diversas⁹⁷.

⁹⁴O Brasil, desde 1964 estava sob uma ditadura militar, e desde 1967 (particularmente subjugado a alterações decorrentes dos Atos Institucionais) sob uma Constituição imposta pelo governo.

⁹⁵ “Art. 95. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§1º A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas títulos

§2º Prescinde de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração”.

⁹⁶ A Constituição de 1967 recebeu em 1969 nova redação conforme a Emenda Constitucional nº 1, decretada pelos "Ministros militares no exercício da Presidência da República". É considerada por alguns especialistas, em que pese ser formalmente uma emenda à constituição de 1967, uma nova Constituição de caráter outorgado.

⁹⁷ Em relação ao serviço público, a Constituição de 1988 contempla a sindicalização e o direito de greve, este último ainda não regulamentado. São instituídas também, importantes regras relacionadas à remuneração, à acumulação de cargos e estabilidade dos servidores. Em relação ao concurso público: Art.37. A administração pública federal direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá

A Emenda Constitucional nº 19 de 1998 (EC 19/98) modificou a Constituição de 1988 em diversos dispositivos que tratavam de aspectos administrativos. Além disso, permite a adoção de regimes jurídicos diferentes para a contratação dos trabalhadores no serviço público e sugere a subordinação do interesse público à disponibilidade orçamentária do Estado, quando se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal⁹⁸. Passa a ser visto como primordial, o cumprimento das metas financeiras. Assim, são promovidas mudanças também nos concursos e nos salários dos servidores⁹⁹.

Quanto à estabilidade dos trabalhadores do serviço público, a EC 19/98 promove alterações. Além de aumentar o período exigido para sua aquisição, de dois para três anos, também estabelece novos critérios para sua perda. Até então, o servidor público estável só perdia o cargo por ter cometido falta grave, definida em lei, e apurada mediante processo administrativo e, a partir deste dispositivo, pode perder o cargo por insuficiência de desempenho no serviço público (art. 41, §4º da CF/88), ou por excesso de despesas (art. 169, II, §§ 4º a 7º da CF/88). O principal objetivo da alteração não é avaliar apenas o

aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei; II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Em relação aos trabalhadores em geral, vários direitos foram regulamentados, entre eles: seguro-desemprego, redução da jornada de trabalho para 44 horas, proibição da jornada de trabalho em turnos ininterruptos superiores a 6 horas, a elevação da compensação por horas extraordinárias trabalhadas, a criação do adicional de 1/3 do salários para férias anuais, a instituição da licença paternidade, a garantia de proteção aos dirigentes sindicais, ampliação do direito de greve.

⁹⁸ Publicada em maio de 2000, visando disciplinar a adoção de medidas de economia no orçamento público com o pagamento de servidores.

⁹⁹ Quanto aos concursos públicos, conforme análise de Santos (2006) e Santos (2000) poderão ser diferenciados, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego a que se referem. Abre-se assim uma brecha para a realização de meios alternativos de realização de processo seletivo. Quanto aos salários, há o fim da isonomia salarial. Ou seja, foram retiradas do texto constitucional todas as disposições relativas à isonomia de vencimentos no serviço público. Poderão ser criadas gratificações e tabelas de vencimentos diferentes para cargos iguais.

servidor no período em que está em estágio probatório, mas permitir que a sua avaliação funcional dure todo o período de sua carreira. A regulamentação da nova situação depende apenas de lei complementar.

Em relação à perda do cargo por excesso de despesas esta permite que, para a redução de despesas com pessoal ativo e inativo, o administrador público dispense trabalhadores, com a finalidade de que não se excedam os limites de gastos com pessoal fixados em lei complementar. Poderá ocorrer a exoneração de trabalhadores estáveis, após redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e após ter exonerado trabalhadores não estáveis.

Assim, é importante frisar que, a EC 19/98, em matéria de procedimento para a exoneração de servidores públicos (estáveis e não estáveis, por insuficiência de desempenho ou por excesso de despesas), deixou a regulamentação a cargo de lei complementar. Além disso, conforme afirma Santos (2000), desde o início de sua tramitação, a referida Emenda foi apontada como indispensável para assegurar a redução do gasto público, essencialmente a partir da demissão de servidores públicos estáveis. Assim, os primeiros passos para a extinção da estabilidade, ou seja, do “sonho dourado”, estão dados.

2.3 A BUSCA PELA ESTABILIDADE: CONCURSO PÚBLICO, O DITO E O NÃO DITO

Estudos têm apontado que os sujeitos vislumbram os concursos públicos como estratégia na busca pela estabilidade no emprego¹⁰⁰. Nesse sentido é importante evidenciarmos a

¹⁰⁰ Para ilustrar a questão, apresentamos a seguinte matéria publicada no site “Opinião e Notícia”: “Brasileiro é obcecado por concursos públicos? As fotos ao lado mostram a multidão de cariocas que se mobilizou para participar de um concurso para gari da Comlurb, no dia sete de outubro de 2009. A empresa estatal contabilizou 104,4 mil inscrições. Quem passar terá direito a um emprego de R\$ 900 mensais. Os números apresentados levam a crer que se trata de pessoas sem perspectiva profissional, ou que precisam de dinheiro. Mas em levantamento feito pela Comlurb, 1.026 candidatos tinham nível superior e 45 eram doutorandos. Por que tanta vontade de se ter um emprego público? O concurso da Comlurb, que é estadual, oferecia 1,4 mil vagas”. (Disponível em: <http://opinioenoticia.com.br/opiniao/tendencias-debates/o-brasileiro-e-obcecado-por-concursos-publicos/>). Destacamos que o site apresenta fotos a

proliferação crescente de cursos preparatórios para concurso¹⁰¹ espalhados pelo país inteiro, conforme podemos constatar pelos anúncios em páginas da internet, jornais, etc.

Ainda que o sistema de concurso para cargos públicos seja aparentemente democrático, não deixa de ser um instrumento selecionador. E, a seleção é um mecanismo dissimulador da desigualdade social. Ou seja, todos podem prestar concurso e concorrem como iguais numa sociedade na qual são desiguais.

A Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (ANPAC) realizou em 2010, levantamento referente aos gastos de uma pessoa durante um ano em curso preparatório para concurso público¹⁰². Segundo a pesquisa, que considera as mensalidades do curso, as apostilas, livros, transporte, alimentação, vestuário, taxa de inscrição em três concursos por ano e material de apoio (internet, caderno e outros), o total dos gastos representa R\$ 15.833,60 (quinze mil oitocentos e trinta e três reais e sessenta centavos). Importante considerar que o salário mínimo nacional¹⁰³ é de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) e que mesmo os sujeitos não matriculados em cursos preparatórios para concursos, mas que se dediquem, integralmente ou parcialmente, a preparar-se para concursos necessitam de meios de subsistência. Quais são os

respeito da matéria apresentada que merecem ser vistas. Cabe informar que se trata de um site produzido por “um grupo de brasileiros que acredita na democracia e na economia de mercado”, conforme se identificam (em “quem somos”). Nossa intenção é evidenciar a existência de distintas visões e interpretações acerca de uma mesma situação e enfatizar que, de acordo com nossa análise, não se trata de obsessão. (Grifos nossos).

¹⁰¹ ALBRECHT (2010) na pesquisa intitulada: “Sentidos do trabalho para *concurseiros*: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo”, afirma que “o grau de dificuldade dos concursos para acesso aos cargos públicos, decorrente da alta proporção entre candidatos e número de vagas, tem levado as pessoas em busca de inserção nesse setor a procurarem cursos preparatórios, voltados especificamente para tais concursos. Esses sujeitos recebem até uma denominação específica: são *concurseiros*, por se dedicarem em tempo integral ou parcial, durante dois anos ou mais, aos estudos voltados para a preparação ao(s) concurso(s) que pretendem prestar” (p.15).

¹⁰² A ANPAC afirma que neste levantamento considerou os concursos que exigem nível superior de escolaridade. (Fonte: <http://sala.casadosconcursos.com/index.php/noticias-anpac>)

¹⁰³ De acordo com a Constituição de 1988, o salário mínimo deve suprir as necessidades básicas (alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social) do trabalhador e sua família.

sujeitos que na sociedade atual têm condições para manter sua subsistência enquanto procuram um emprego?

Esse questionamento nos leva a perceber também que o cenário de intensa competição nos concursos públicos favoreceu o mercado de cursos preparatórios (o que inclui ainda professores e palestrantes especializados), editoras (que publicam livros, apostilas, cadernos com provas de concursos anteriores) bancas e ambulantes que se encarregam da venda destes materiais, empresas especializadas em organizar viagens para levar candidatos para as provas em cidades distantes, sites e jornais especializados em concurso, empresas que elaboram e aplicam as provas (banca examinadora, organizadores, fiscais etc.), além dos ambulantes que circulam nos dias de prova vendendo comidas e bebidas.

Os concursos estimulam o desenvolvimento das forças produtivas. Esta afirmação nos reporta a um texto de Marx, no qual de maneira irônica afirma que:

O criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, além disso, o indefectível compêndio em que lança no mercado geral "mercadorias", as suas conferências. Com isso aumenta a riqueza nacional (...). O criminoso produz, ainda, toda a polícia e a justiça criminal, juízes e carrascos, jurados, etc; e todos aqueles diferentes ramos que constituem outras tantas categorias da divisão social do trabalho, desenvolvem capacidades e novos modos de satisfazê-las (...). O criminoso quebra a monotonia e a segurança da vida cotidiana burguesa. Por conseguinte, preserva-a da estagnação, promove aquela tensão e turbulência inquietantes, sem as quais se embotaria mesmo o agulhão da concorrência. Estimula assim as forças produtivas (MARX, 1980, p. 382).

Marx (1980) continua sua elaboração exemplificando a influência do criminoso sobre o desenvolvimento da produtividade, seja na qualidade e aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança, ou no aprimoramento dos meios

utilizados contra a falsificação do papel-moeda e assim por diante. Nesse sentido o autor assinala que o crime, com os meios de ataque sempre renovados, provoca a geração ininterrupta de novos meios de defesa.

O que pode haver de comum entre a análise de Marx e a nossa? Aparentemente temos situações bastante distintas. Porém, ambas estão inseridas numa sociedade organizada de acordo com o mesmo modo de produção, ou seja, são as relações sociais capitalistas que as engendram.

O concurso público é para todos, estimula as forças produtivas e acaba por contribuir para que muitos tenham, de forma indireta, algum tipo de emprego ou ocupação. Entretanto, ele é essencialmente um instrumento de seleção que vem sendo adotado como estratégia de enfrentamento ao desemprego.

Entendemos que a educação, assim como o trabalho, é elemento essencial da condição humana e que, portanto, quando delimitamos a questão da escolarização, não pretendemos reduzir a educação a ela. Mas, ainda que compreendamos suas possibilidades referentes a todas as dimensões da vida humana, devemos também entender que historicamente a escolarização tem assumido valores sociais atrelados ao mercado, ou seja, tem sido considerada como elemento fundamental da competitividade e da “empregabilidade”¹⁰⁴.

Neste aspecto, a escolarização acaba sendo responsabilizada por formar os futuros trabalhadores e proporcionar-lhes condições para inserção no mundo de trabalho. Assim, os cursos preparatórios para concursos públicos adquirem a característica de qualificadores, e mais uma vez a escolaridade formal é colocada em xeque, pois se sua importância parece que se justifica apenas na economia, esses cursos acabam aparecendo como necessários para dar conta de algo que a escola não consegue.

¹⁰⁴ Para Machado (1998, p. 18), o “conceito de empregabilidade tem sido utilizado para referir-se às condições subjetivas da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho”. A autora associa o conceito à ideologia liberal, que pressupõe que os indivíduos são responsáveis pela sua posição no mercado de trabalho. Portanto, as chances e condições de inserção seriam condicionadas aos atributos individuais. É essa ideologia que estaria “consubstanciada no discurso da empregabilidade e da competência” (MACHADO, 1998, p. 19).

Temos atualmente uma sociedade mais escolarizada¹⁰⁵, mas este processo acontece paralelamente à destruição dos postos de trabalho, à degradação do trabalho assalariado e à perda de muitos direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora. Neste contexto, ao lutarem por sua sobrevivência, ou seja, por um emprego, os sujeitos acabam tornando suas vidas uma incessante busca por qualificação e requalificação.

Dito de outro modo é neste cenário que rondam as propostas neoliberais. No que se referem à política educacional, há que se destacar o quanto estas propostas seguem a lógica do mercado, daí o discurso de que é preciso melhorar a qualidade dos serviços educacionais e a transferência de termos empresariais como qualidade total, eficácia e eficiência para o campo educacional. Transfere-se ainda para o âmbito individual a responsabilidade pela inserção ocupacional/profissional dos indivíduos e assim, ao buscarem na sua qualificação, saídas para ingressarem no emprego e alcançarem a tão sonhada estabilidade, os trabalhadores são estimulados a buscarem sempre mais mecanismos que os tornem mais competentes e empregáveis.

De acordo com Ramos (2002), as mudanças tecnológicas e organizacionais do trabalho ocorridas a partir de meados da década de 1980, configuraram o mundo produtivo com algumas características tendenciais: flexibilização da produção e reestruturação das ocupações; integração de setores da produção; multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores; valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao trabalho prescrito ou ao conhecimento formalizado. Neste contexto, a qualificação tem sido tensionada pela noção de competência, que, sendo originária da psicologia chamaria a atenção para os atributos subjetivos mobilizados no trabalho, sob a forma de capacidades cognitivas, socioafetivas e psicomotoras:

¹⁰⁵ Em relação à escolarização, o estudo: Síntese de Indicadores Sociais (SIS) – 2010, elaborado pelo IBGE, mostra que entre 1999 e 2009, houve aumento do número de pessoas que frequentam instituições de ensino em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade no País– embora o rendimento familiar per capita ainda seja um fator de desigualdade no acesso à escola, sobretudo nos níveis de ensino não obrigatórios. Neste sentido, destacamos o estudo de Castro (2009) no qual evidencia que, apesar da ampliação que vem ocorrendo, ainda existe no Brasil um baixo acúmulo de escolarização.

O redimensionamento pelo qual passa o conceito de qualificação traz implicações sobre os parâmetros de formação profissional, de acesso ao emprego, de classificação e de remuneração. Neste sentido, testemunhamos um movimento generalizado em diversos países do mundo, de reformulação de seus sistemas de educação profissional (RAMOS, 2002, p.402).

A autora salienta que este processo, aliado à globalização da economia e à crise do emprego, coloca a necessidade da criação de novos códigos que aproximem a educação das tendências produtivas. Seria, portanto, a razão de a competência vir associada às noções de empregabilidade e de laborabilidade. Motivos também para as reformulações nas políticas de educação desencadeadas no Brasil a partir dos anos de 1990. Destaca ainda que:

Apesar de compor as tendências globalizantes de normas e padrões culturais e políticos, transposições desagregadas de certas teorias para a realidade brasileira causam sérias consequências: no âmbito das relações de trabalho, o enfraquecimento do conceito de qualificação pela competência pode levar à desfiliação dos trabalhadores do frágil sistema de regulações sociais deste país; no âmbito educacional, as apropriações apressadas e limitadas desta noção podem reduzir a educação profissional a práticas voltadas para formações restritas, num triste recuo a princípios educacionais considerados superados pelo debate educacional crítico das últimas décadas (RAMOS, 2002, p.403).

Ferretti (2002), referindo-se ao contexto em que desponta o denominado “modelo de competência”, afirma que no atual estágio do modo de produção capitalista, o conhecimento tornou-se matéria vital para o processo de acumulação. Então, sob o argumento de que as mudanças que estão ocorrendo na esfera do trabalho demandam um novo tipo de trabalhador, mais

ilustrado, mais informado, possuidor de níveis de escolaridade mais elevados, é que se desencadeia intenso movimento de reformas educacionais em todos os níveis da educação no país.

Cabe acrescentar que, nas referidas reformas, a noção de competência é abordada de forma relacionada à autonomia do trabalhador contemporâneo diante da instabilidade do mundo do trabalho e das mudanças nas relações de produção (RAMOS, 2002). Assim, difunde-se ideologicamente que depende apenas dos sujeitos e não da estrutura social e das relações de poder, a resolução de seus problemas, sejam estes escolares ou profissionais.

Esta ideologia adentra todos os campos da sociedade. Neste sentido, as competências, a partir de procedimentos de avaliação e validação, passam a ser consideradas como elementos estruturantes da organização do trabalho¹⁰⁶. Por conta disto, conforme enfatiza Ramos (2009), os trabalhadores devem se submeter a uma validação permanente, provando constantemente sua adequação ao seu posto de trabalho e de seu direito à promoção.

¹⁰⁶ Importante destacar que, atualmente, modelos de gestão denominados como: “gestão por competências”, “gestão de competências”, “gestão baseada em competências”, “gestão de desempenho baseada em competências” e “gestão de pessoas baseada em competências”, que, embora apresentem diferenças de ordem semântica, representam essencialmente a mesma ideia, tem se disseminado no trabalho, tanto no setor privado como no público.

CAPÍTULO 3

MUDANÇAS NO TRABALHO: O CENÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO

Marx e Engels (1880) - no Manifesto Comunista, expõem o caráter contraditório das relações capitalistas que engendram, ao mesmo tempo, elementos civilizatórios e elementos de destruição - afirmam que “Tudo o que é sólido se evapora no ar”. Caracterizando a natureza específica do modo de produção capitalista, os autores indicam que a época burguesa é distinta de todas as demais, pela eterna agitação, incerteza e insegurança que provoca.

As considerações de Marx e Engels, como salienta Frigotto (2009a), não guardam só atualidade, mas se explicitam de forma candente. Neste sentido,

Propor entender a gênese e o desenvolvimento do sistema capitalista de produção da existência, sua impulsiva necessidade de revolucionar as forças produtivas e as relações de produção, seu estatuto científico e as noções, categorias, ideias, conceitos e o sistema de valores com os quais opera, implica dispor-se a assumir um referencial de análise cujo escopo não busque apenas compreender e descrever o seu funcionamento, mas que seja capaz de apreender como este sistema se produz, como se desenvolve e que tipo de relações sociais sedimenta. O materialismo histórico constitui-se, enquanto concepção de realidade e método para compreendê-la, no legado fundamental de Marx e Engels desta possibilidade (FRIGOTTO, 2009a p. 62).

É por este método que buscamos compreender a realidade em seu movimento, considerando que o modo de produção capitalista, por seu “contraditório dinamismo e, como consequência, por suas crises cíclicas, necessitou de mudanças para reequilibrar-se” (FRIGOTTO, 2009a, p. 63). Trata-se de

mudanças reais que têm como objetivo conservar o seu fundamento estrutural de sociedade de classe.

Neste capítulo buscamos refletir sobre as mudanças ocorridas no trabalho no contexto do modo de produção capitalista. Partimos da compreensão do capital enquanto relação social, e como ele vem se configurando historicamente, regido por “leis próprias”, entendendo que este é o cenário no qual está inserido o serviço público.

3.1 TRABALHO E EMPREGO - A APARENTE NATURALIDADE DO SOCIAL

Hoje parece natural trabalhar. Esta afirmação não é apenas uma provocação, pois nos permite refletir sobre as mudanças ocorridas no trabalho e no emprego ao longo da história do modo de produção capitalista.

Conforme Marx, o trabalho é uma categoria histórica e, portanto, transitória. Na citação que apresentamos a seguir, Marx explicita o conceito de trabalho em geral:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (1983, p. 149).

No processo de trabalho caracterizado como atividade exercida pelo homem sobre a natureza, objetivando a criação de valores de uso e assim transformá-lo para satisfazer as atividades humanas, que é tão antigo quanto a história da

humanidade, o trabalho será sempre qualificador, elemento determinante na própria constituição da natureza humana¹⁰⁷.

Entretanto, se por um lado podemos considerar o trabalho como ponto de partida no processo de humanização¹⁰⁸, por outro devemos apreender as transformações históricas em seu sentido e em seu lugar na vida das pessoas, buscando compreender a realidade em seu movimento. Com esse entendimento, verificamos que o trabalho apresenta uma dimensão homem/natureza e uma dimensão social-histórica, pois o homem é um ser social.

O trabalho, sob o modo de produção capitalista, isto é, sob-relações sociais capitalistas, é transformado em relação de assalariamento - separado de seu executor pela dominação do capital sobre os meios de produção - negação da essência humana, da criatividade. E, a partir de então, o trabalho assume o sentido de emprego remunerado.

Com esse novo significado, torna-se difícil compreender que quando estamos limpando nossa casa ou lavando nossa roupa, por exemplo, estamos trabalhando. Igualmente complicado é imaginar que não existe naturalidade no fato de uma pessoa ter que vender sua força de trabalho para outra, pois aprendemos desde cedo que um dia teremos que vender nossa capacidade de trabalho para sobreviver. Logo, trabalhar - assalariadamente - aparece como algo natural e inevitável.

Essa aparência resulta e constitui-se como parte das relações sociais, construídas num processo histórico, no qual seres humanos foram privados do controle de seus meios de produzir suas vidas e seu trabalho e conduzidos ao trabalho assalariado. Nos primórdios, quem conhecia outras formas de trabalho não o avistava com a naturalidade de hoje.

A necessidade de levar homens e mulheres ao trabalho assalariado é justificada pelo capital que "só pode multiplicar-se, sendo trocado pela força de trabalho, criando o trabalho assalariado" (MARX, 1963, p. 37).

¹⁰⁷ Além disso, é célebre a distinção feita por Marx (1983) entre o pior arquiteto e a melhor abelha, na qual evidencia que o arquiteto, ou seja, o homem concebe previamente o trabalho que vai realizar, enquanto a abelha age instintivamente.

¹⁰⁸ Segundo Engels (1984), em "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem", o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. Além disso, afirma o autor que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels (1998) advertem que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (p.20). Não é a consciência, a teoria e a linguagem que criam a realidade. Estas são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se parte dessa realidade. Logo,

Se, em toda ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

Com essa afirmação, os autores acima citados evidenciam que as ilusões presentes no cérebro do homem, são resultantes, necessariamente, do processo de sua vida material e repousam em bases materiais. Dessa forma, toda ideologia, assim como as formas de consciência correspondentes, perdem a aparência de autonomia. São os homens que desenvolvendo sua produção e relações materiais transformam seu pensamento, suas representações e suas ideias - produtos de seu pensamento - de acordo com sua realidade.

Essa concepção nos conduz ao pressuposto de que os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas. É importante compreender e tratar as relações de produção e reprodução sociais, a linguagem, o pensamento e a cultura de forma histórico-dialética para não cairmos numa discussão abstrata e atemporal (FRIGOTTO, 2009).

Nesse sentido, cabe ressaltar a segunda tese sobre Feurbach¹⁰⁹:

¹⁰⁹ As teses sobre Feurbach foram escritas por Marx em 1845 e editadas por Engels em 1888 - como anexo - na obra “A ideologia alemã.” Estas foram escritas na forma de 11 (onze) notas nas quais Marx explicita sua crítica ao filósofo, jovem hegeliano, Ludwig Feuerbach.

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente *escolástica* (MARX; ENGELS, 1998, p.100).

Assim, buscando compreender a realidade em seu movimento, em seus diferentes aspectos e contradições visando compreender as transformações ocorridas no trabalho e no emprego ao longo da história, entendemos ser crucial conhecermos a gênese do modo de produção capitalista.

Marx (1977) em “A origem do capital (A acumulação primitiva)”, identifica o processo histórico que precedeu a formação da produção capitalista, como acumulação primitiva, e ressalta que a considera primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Sua análise evidencia que o modo de produção capitalista saiu das entranhas do feudalismo, sendo a dissolução de um a base constitutiva do outro. Ou seja, a morte de um está entrelaçada ao nascimento do outro. No momento de desintegração da sociedade feudal, são criadas as condições para a generalização do modo de produção capitalista. Ou seja, ao produzir, o homem cria novas relações sociais e assim, condições para o surgimento de uma nova sociedade.

Marx tece suas críticas aos economistas políticos que insistem em naturalizar os fenômenos históricos e criam um mito em torno da acumulação primitiva. Não por acaso, o autor faz uma analogia entre os mitos do pecado original, na teologia, e da acumulação primitiva, na economia política. A lenda teológica nos conta que a partir do momento em que Adão mordeu a maçã, o pecado surgiu no mundo e os homens foram condenados a ganhar seu pão com o suor de seu rosto. A econômica descreve que, num tempo remoto, havia de um lado, pessoas laboriosas, inteligentes e dotadas de aptidões administrativas e, de outro, uma porção de preguiçosos, que só queriam diversão. Naturalmente, aos primeiros, coube a

acumulação de tesouros, enquanto aos segundos, em breve encontraram-se desprovidos de tudo.

Contudo, enfatiza Marx que, nos anais da história real os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos. Além disso, são baseados, fundamentalmente na conquista, na dominação e na violência, pois requerem, de qualquer maneira, a separação entre o produtor e os meios de produção:

O movimento histórico que converteu os produtores em assalariados se apresenta, pois, como sua libertação da escravidão e da hierarquia industrial. Por outro lado, estes libertos não chegam a ser vendedores de si mesmos senão depois de terem sido despojados de todos os meios de produção e de todas as garantias de existência oferecidos pela antiga ordem das coisas. A história de sua expropriação não pode ser objeto de conjeturas: está escrita nos anais da humanidade com letras indelévels de sangue e de fogo (MARX, 1979, p. 16).

Quanto aos capitalistas, os novos potentados, precisam não somente desalojar os mestres de ofícios, mas também os detentores feudais das fontes de riquezas. Em suma, tanto os trabalhadores assalariados como os capitalistas se originam do mesmo ponto de partida, ou seja, da eliminação da servidão. Há não apenas mudança na forma de sujeição, mas transformação da expropriação feudal para exploração capitalista.

Na forma capitalista a exploração é dissimulada por meio do encontro de dois diferentes tipos de proprietários de mercadorias que devem deparar-se no mercado para livremente barganhar seus bens. De um lado os capitalistas, proprietários dos meios de produção, e de outro, os trabalhadores, possuidores de força de trabalho livre.

Logo, o que explica o novo caráter da relação é paradoxalmente a liberdade. Conforme a explicação dos economistas políticos para a origem do capital cabe aos trabalhadores utilizar seu livre arbítrio para optar pelo trabalho ou pela preguiça e assim não serem castigados com a pobreza. Contudo, no modo de produção capitalista, ao se tornarem

homens livres, só lhes resta ir ao mercado e vender sua única mercadoria, a força de trabalho e assim, sobreviver.

Mas este caráter de exploração, nada tem de transparente, tudo aparece como se a natureza produzisse, de um lado, possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores de força de trabalho. Aparência que é real, mas que é oposta à essência, ambas são partes de uma mesma totalidade. Dessa feita passa a ser natural trabalhar, pois “o trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade” (KOSIK, 2002, p. 199), contudo, nada há de natural em trabalhar assalariadamente, embora seja desta forma que apareça. E mais, trabalhar assalariadamente é estar empregado, é depender sua força de trabalho.

3.2 O PROCESSO DE EMPREGO E DESEMPREGO

Por assumir formas diferentes ao longo da história, que são a expressão das relações sociais, o trabalho carrega valores construídos e, por ser uma abstração, concretiza-se, na sociedade capitalista, na forma de emprego¹¹⁰, que é o contrato de força de trabalho vivo, no qual os contratantes são compradores e vendedores de algo. Logo, o mesmo processo histórico que dá origem ao emprego, também origina o desemprego, termo que caracteriza a ausência de emprego. Entretanto, o termo desemprego vem ao mundo muito depois deste ter-se disseminado no meio dos trabalhadores, como adverte Aued (2005). De acordo com a autora, no século XVIII, inexistem termos como desemprego e desempregado¹¹¹:

¹¹⁰ Frigotto (2009), baseado em análise de Raymond Williams, afirma que é com o desenvolvimento das relações sociais produtivas capitalistas que o trabalho assume o sentido de emprego remunerado e manifesta que o termo emprego tem origem obscura e bastante coloquial no sentido de *lump* (massa uniforme, monte) ou de *piece* (pedaço, parte). Diz ainda que *jobbing* (trabalho de empreitada) e *jobber* (trabalhador de empreitada) passaram a significar a execução de pequenos trabalhos ocasionais. De seu sentido restrito e, algumas vezes, pejorativo, como *jobbery* (traficância, negociata), passou a ter uso mais universal e comum para designar ocupação regular e paga. O autor ressalta que os termos ou categorias ou conceitos têm suas variações de sentido marcadas pelo desenvolvimento histórico-cultural, por valores, tradições, por concepções ideológicas e disputas sociais.

¹¹¹ De acordo com Aued (2005), o fenômeno do desemprego é manifestação de um contexto específico e coincide com a desagregação da sociedade feudal e

O verbo “desempregar” entra em cena no século XIX e passa a denominar uma interrupção de trabalho que implica na perda de salário, independentemente de qualquer motivo. Um dia desempregado é um dia sem trabalho e sem salário (AUED, 2005, p. 280).

Desse modo, é também o histórico de fatos que garantem a vitória do burguês capitalista que, ao concentrar e controlar as terras, as máquinas e os instrumentos de trabalho, transforma seres humanos em trabalhadores assalariados. Isto significa dizer que, na base do processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo está a expropriação dos meios coletivos de produção dos trabalhadores, rurais e urbanos, e a sua subsequente apropriação privada nas mãos dos burgueses.

O que resta para o trabalhador é apenas sua força de trabalho, que assume a forma de mercadoria. Mas, uma mercadoria distinta de todas as outras por ser a única capaz de produzir um valor para além do que ela vale. E, como qualquer outra mercadoria, só se realiza quando, no mercado é trocada por salário.

Assim, tanto os capitalistas como os trabalhadores necessitam estabelecer uma relação no que se refere à compra e venda de força de trabalho. Ou seja, sendo ambos pessoas juridicamente iguais e possuidores de mercadorias iguais por origem, encontram-se no mercado para negociar.

Uma das condições necessárias para a concretização dessa relação é dada pela liberdade adquirida pelo trabalhador e a outra é sua sobrevivência. Isto quer dizer que o trabalhador precisa ser livre para vender sua força de trabalho e também do que for necessário para a realização desta. E, se não a vende, não sobrevive, pois não recebe salário¹¹².

com a consolidação da sociedade capitalista. O termo desemprego advém da caracterização da ausência de emprego assalariado, a expressão mais acabada da forma capitalista insurgente.

¹¹² De acordo com Marx (1983), o valor da mercadoria força de trabalho, envolvida nessa relação, assim como o valor de toda mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também reprodução da mesma. Sendo o preço de uma mercadoria o seu valor avaliado em dinheiro, o salário, então, não é mais que o nome particular dado ao preço da força de trabalho. Além disso, com o entendimento de que o capitalista paga o salário ao trabalhador com dinheiro acumulado, podemos dizer que o salário é a parte das

A concretização da relação entre capitalista e trabalhador é a premissa fundamental para a existência do capital. Esta consolidação está inserida num processo no qual aos trabalhadores só resultará na pura e simples reprodução da sua capacidade de trabalho, contudo, o que cedem em troca disso, é a atividade que conserva, cria e acrescenta valor, ou seja, o seu trabalho.

Em consequência, e pondo de parte o dispêndio da sua força de trabalho, sai do processo tal como entrou, como mera força de trabalho subjetiva que, para se conservar, terá que percorrer de novo o mesmo processo. O capital, pelo contrário, não sai do processo tal como nele entrou. No decurso do mesmo transformou-se pela primeira vez em capital real, em valor que se valoriza a si próprio. O produto total é agora a forma sob a qual existe como capital realizado e, nessa qualidade, na qualidade de propriedade do capitalista, enquanto poder autónomo e que foi criado pelo próprio trabalho opõe-se novamente a este último. O processo de produção, por conseguinte não foi apenas o seu processo de reprodução: foi também o seu processo de produção como capital (MARX, 1969, p. 134).

O capital¹¹³, embora apareça como uma coisa, objeto externo e autónomo, independente dos trabalhadores, é uma categoria contraditória e complexa que só pode ser

mercadorias já existentes, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva.

¹¹³ De acordo com Alves (1999, p.11): “O capital é uma categoria complexa, com múltiplas expressões. Podemos dizer que ele é o *valor em movimento*, cujo processo de valorização, em seu andamento frenético e desesperado, cria (e recria) a sociabilidade moderna. Ou seja: o capital é uma forma social, à primeira vista muito mística, que transforma todo conteúdo concreto da produção da riqueza social que surge como *mercadoria*, numa forma abstrata de riqueza - a *forma dinheiro*. Dinheiro que se valoriza. Que cria mais dinheiro. Que almeja, com intensa e incansável pressão, “fazer” mais dinheiro. E que, sob as condições da mundialização do capital, tende a se autonomizar, sob a forma de *capital financeiro*, cujo fluxo contínuo tende cada vez mais a desprezar as restrições de tempo e de espaço (Harvey, 1991)”.

compreendida como movimento ou, melhor dizendo, como valor em movimento. Trata-se de abstração real que designa a relação estabelecida entre os detentores dos meios de produção e a força de trabalho privada das condições de sua reprodução.

Marx (1969) demonstra que o capital é uma relação social determinada, em cujo interior os possuidores das condições de produção defrontam a capacidade viva do trabalho. Nesta relação, o capitalista e o trabalhador personificam capital e trabalho, contraditoriamente. Assim, o trabalho pertence ao trabalhador como “suplício”, mas pertence ao capitalista como “substância criadora e incrementadora da riqueza”.

Sendo capital, valor que se valoriza a si próprio, valor que gera valor, movimento representado por Marx (1969) pela fórmula $D-M-D'$ (sendo D, dinheiro e M, mercadoria e $D'=D+D$ mais-valia), entendemos que esta fórmula não pode ter fim. Ou seja, o capital deve continuar empregando o trabalhador, não apenas para realizar-se, mas também para gerar novo capital. O processo de acumulação em si, é um momento imanente do processo de produção capitalista que decorre uma nova criação de assalariados, pois estes são meios para a realização e incremento do capital existente.

Isto significa dizer que, o capitalista cumprindo com “consciência e vontade” os objetivos do próprio capital, precisa de forma contínua se expandir, empregar o trabalhador, pois é somente a utilização da força de trabalho que garante a acumulação. Porém, apenas parte dessa mercadoria – força de trabalho - disponível no mercado realizar-se-á, pois também é necessário ao capitalista, tornar-se tão independente quanto possível da mesma. A partir daí podemos compreender que o capital é um fetiche social, criado pelos homens, que se mantém regido por leis próprias, válidas dentro de limites históricos, assim como todo modo histórico de produção.

3.2.1 A lei geral da acumulação capitalista e a população trabalhadora relativamente supérflua: O cenário do concurso

Ao analisar a lei geral da acumulação capitalista¹¹⁴, Marx (1980) examina a influência que o aumento real do capital tem sobre o “destino” da classe trabalhadora, focalizando a composição orgânica do capital e as modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação. Tal análise evidencia que a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora relativamente supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.

A produção dessa população trabalhadora relativamente supérflua – também denominada superpopulação relativa ou exército industrial de reserva - é necessária para a acumulação de capital e condição de existência do modo de produção capitalista. Além disso, da tendência contínua de aumento da composição orgânica do capital¹¹⁵ decorre que, a cada novo ciclo, a acumulação se dê sobre bases técnicas cada vez mais mecanizadas, fazendo com que o exército de reserva não pare de crescer de forma relativa.

Importante notar que esse crescimento não é absoluto porque não obedece a uma lei natural de população, mas é relativo, isto é, varia conforme o avanço da acumulação. Ou seja, esta distinção é necessária para entender a oposição entre um crescimento natural da população trabalhadora e um crescimento relacionado com os meios de produção. Isto quer dizer que o modo de produção capitalista cria o excedente necessário de trabalhadores independente do crescimento absoluto da população.

Assim sendo, compreendemos que, conforme as necessidades geradas pela acumulação de capital há um exército ativo de trabalhadores e um de reserva e, é precisamente este último que libera o capitalismo do crescimento

¹¹⁴ A acumulação capitalista é o processo social no qual capital é convertido em mais-valia e esta em capital, de maneira crescente. Este processo se dá, basicamente, por meio da compra de meios de produção e de força de trabalho.

¹¹⁵ O aumento da composição orgânica do capital é o investimento proporcionalmente maior em capital constante (trabalho morto) relativamente ao capital variável (trabalho vivo).

natural da população e das barreiras sociais que caracterizavam outros modos de produção. Os períodos alternados de expansão e contração do capitalismo repercutem diretamente na absorção do exército industrial de reserva, durante as fases de crises ou estagnação este exército se expande independente do aumento populacional ou de desemprego.

A quantidade de trabalhadores ocupados é variável, conforme explica Marx (1980). As variações obedecem à dinâmica da acumulação e a tendência é de que quanto mais “maduro” o modo de produção capitalista se torne, mais repulse trabalhadores. Assim, contraditoriamente, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz em proporções crescentes os meios que a tornam supérflua. Desse modo, a categoria “exército industrial de reserva” expressa as contradições entre acumulação e miséria¹¹⁶.

Além disso, há que se considerar que:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção de exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 1980, p. 738-9).

Da citação acima se depreende que a superpopulação relativa está presente nos movimentos de oferta e de procura de trabalho e, portanto, faz com que a lei da acumulação geral funcione dentro dos limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital. A concorrência intensa entre

¹¹⁶ Ao final do cap. XXIII de O Capital, no qual Marx (1980) analisa a Lei Geral da Acumulação Capitalista, temos acesso a estudo empírico minucioso realizado pelo autor objetivando ilustrar as análises apresentadas.

trabalhadores empregados e desempregados, também é fundamental para a continuidade do modo de produção capitalista, pois permite evitar a compressão dos lucros decorrente da pressão de aumento salarial¹¹⁷, possibilita a imposição da disciplina e subordinação dos trabalhadores no interior do processo de acumulação. Além disso, todo “entendimento entre empregados e desempregados, perturba o funcionamento puro dessa lei” (MARX, 1980, p. 743).

O capital procura se apropriar da maior quantidade possível de trabalho não pago, isto é, de mais-valia, que expressa a exploração do trabalho. O aumento da apropriação de mais-valia significa aumento da exploração e um dos fatores que permite a elevação do grau de exploração é a ampliação da produtividade do trabalho que diminui o valor da força de trabalho. Esta é a mais-valia relativa. “Esse movimento de elevação da produtividade do trabalho vinculado à exploração encontra expressão na concorrência entre os capitais” (MÂNTEGA, 1976, p. 39) e é mais uma das manifestações da mesma lei.

Isto significa dizer que, embora a geração da riqueza se dê a partir da exploração da força de trabalho, o capitalista necessita, para efetivar seu processo de acumulação, incorporar a maior fatia do mercado. O barateamento do preço dos produtos, possível pelo incremento da produtividade, permite que tal capitalista torne-se forte diante de seus principais concorrentes. A centralização do capital, portanto, é um processo, cuja natureza é intrínseca à acumulação. É

¹¹⁷ No Brasil, neste início de terceiro milênio, a distância da separação entre o menor e o maior salário chega a atingir quase duas mil vezes. De acordo com estudo recente realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade salarial constatada no interior do setor estruturado do mercado de trabalho foi de 1.714,3 vezes no ano de 2006. Isso porque a menor remuneração paga recebida pelo trabalhador foi de R\$ 70 mensais, enquanto o maior salário capturado pela Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (Pnad) do IBGE foi de R\$ 120 mil por mês. A desigualdade salarial no interior do mercado de trabalho pode ser ainda maior, uma vez que o estudo considerou apenas o setor estruturado do mercado de trabalho, responsável por 7,7 milhões de trabalhadores. Se for considerado o grau de desigualdade salarial entre o setor privado e a administração pública, verifica-se que a maior disparidade decorre das remunerações pagas pela iniciativa privada. Enquanto no setor público a desigualdade salarial entre o menor e o maior salário alcança quase 190 vezes, no setor privado ela chega a ultrapassar a 1700 vezes (POCHMANN, 2009, p.117-8).

imprescindível ao capitalista, sob pena de aniquilar-se, eliminar seus concorrentes, garantindo seu monopólio em determinado ramo da produção.

Para que tudo ocorra com êxito, os capitalistas exercem um controle rigoroso sobre os processos de trabalho e sobre a força de trabalho. O que acaba ocorrendo em nome deste processo, é que o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho, acarretando uma população proletária excedente e uma diminuição no preço da força de trabalho. Segundo Marx (1984), a “autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói” (p.48). Esse fenômeno vem assumindo maiores dimensões, haja vista que a “maquinaria” hoje implementada por tecnologias microeletrônicas, associadas à informática, tornou-se um concorrente muito mais poderoso e cada vez mais pronto para tornar trabalho assalariado em supérfluo.

As considerações relacionadas à lei do modo de produção capitalista, conforme a análise de Marx nos permite entender que a acumulação do capital é permeada pela tripla concorrência: capitalistas contra capitalistas, trabalhadores contra trabalhadores e ainda por uma confrontação permanente entre capitalistas e trabalhadores. Estes diversos fatores confrontam-se e influenciam-se reciprocamente.

Nesse sentido, entende-se também porque o desemprego não é uma manifestação do mau funcionamento do modo de produção capitalista, mas endógeno ao processo. Emprego e desemprego são lados da mesma moeda. São muitos os estudos atuais que, de forma direta ou indireta, abordam o desemprego como tema central em suas análises, apresentando dados de realidades certamente assustadoras¹¹⁸. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹¹⁹, de 2007 a 2009, ou seja, num período de dois anos, houve o aumento de 34 milhões de trabalhadores desempregados no mundo, o que totaliza 212 milhões de pessoas.

No Brasil, as dimensões do desemprego e da pobreza são reflexo dos processos (enxugamento da força de trabalho,

¹¹⁸ ANTUNES (1995, 1999, 2009), AUED, (1999, 2002, 2005), CASTEL (1998), FRIGOTTO (1996, 1999, 2009), POCHMANN (2008, 2009, 2010), entre outros.

¹¹⁹ Dados apresentados no relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Tendências Mundiais de Emprego - 2010”.

mutações no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho) que se combinam no atual estágio do capitalismo. De acordo com Antunes e Pochmann (2008), para o conjunto das famílias de baixa renda, a taxa de desemprego subiu de 9,4% (2,7 milhões de pessoas) para 13,8% (4,8 milhões de pessoas) entre 1992 e 2002, enquanto para os segmentos com maior remuneração, passou de 2,6% (232 mil pessoas) para 3,9%. A participação relativa da parcela da força de trabalho pertencente às famílias de baixa renda no total de desempregados corresponde, em 2002, a 62%.

Desemprego, aliado a sentimentos como incerteza e insegurança, são elementos inerentes à história do capitalismo. Neste sentido, cabe destacar que “existe uma estimativa de que, na Londres de 1850, 40% dos trabalhadores fisicamente capazes estavam desempregados; e o índice de falências de novas empresas superava 70%” (SENNETT, 2008, p. 26). Todavia, num período de cem anos, da década de 1860 à de 1970, principalmente no período pós-guerra, alguns países conseguem construir uma relativa estabilidade, que se reflete na ampliação do emprego e nos direitos da classe trabalhadora. Esta situação promove expectativas e sustenta outros anseios nos que dependem da sua força de trabalho para sobreviver.

Mas, “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (HOBSBAWM, 1995, p. 393). No entanto, conforme explica o autor, nas décadas de crise após 1973, a economia global não desabou, mesmo momentaneamente¹²⁰, embora a Era de Ouro¹²¹ acabasse em 1973-5.

¹²⁰ Neste sentido, Hobsbawm (1995) afirma que o crescimento econômico no mundo capitalista continuou, embora em ritmo mais lento. No fim do Século XX, os países do mundo capitalista desenvolvido estavam mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970 e a economia global, imensamente mais dinâmica.

¹²¹ Em termos cronológicos, podemos dizer que a era de ouro do desenvolvimento capitalista, segundo Eric Hobsbawm, ocorreu durante a segunda metade do século XX. Conforme o autor, “hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representam cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas (...). Apesar disso, a Era de Ouro foi um fenômeno mundial” (HOBSBAWM, 1995, p.255). Logo, de qualquer forma, e a despeito do seu irregular impacto, o crescimento neste período foi generalizado, embora desigual.

Neste período o capital implementa um processo de reestruturação em escala global, objetivando a recuperação de seu padrão de acumulação e procurando repor a hegemonia que vinha perdendo no interior do espaço produtivo desde o final da década de 1960 onde, particularmente na Europa Ocidental, se desencadeia um monumental ciclo de greves e lutas sociais. Com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa, o capital, em escala global redesenha novas e velhas modalidades de trabalho (ANTUNES, 2009).

Por conta deste movimento, para os trabalhadores re (nasce) um tempo de maior insegurança e a precarização do trabalho aparece apenas como desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo pós-guerra. Ou seja, muitas vezes, esta é entendida somente como o desmonte das formas reguladas de exploração da força de trabalho.

Porém, a precarização do trabalho é mais um dos elementos inerentes à história do capitalismo que, como nos mostra Mészáros (2002), esgotou sua parcela de capacidade civilizatória e agora, para manter-se, destrói todos os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

A amplitude e intensidade que a precarização do trabalho atinge na atualidade nos remetem à obra: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*¹²², escrita por Engels. Entretanto, a dimensão de exploração da força de trabalho sob o modo de produção capitalista global se amplia e adquire dimensões qualitativamente novas, expressando a condição de barbárie social que atravessa a civilização do capital.

As regras de operação do capital são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. Trata-se de

¹²² A obra: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* foi escrita por Engels, a partir de suas próprias observações. Nela descreve as condições de vida e de trabalho do proletariado naquele país durante os anos de 1842 a 1844 e revela o mundo miserável e degradante produzido pela industrialização. O autor relata as peculiaridades do modo de habitação, alimentação e vestuário da classe trabalhadora nos grandes centros industriais como Manchester, Birmingham, Leis, Liverpool, Preston, entre outras. Em relação às condições de trabalho, várias passagens do livro mostram um cenário cruel e de extrema exploração.

um processo que alcança crescimento mediante a destruição, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho humano, transforma espaços, acelera o ritmo da vida e gera problemas de superacumulação para os quais existe um número limitado de soluções (Harvey, 1992).

Provocando crises e solucionando-as por meio de estratégias formuladas conforme o seu interesse, o modo de produção capitalista consegue manter-se vivo. É no interior de todo este processo que o emprego e também o desemprego assumem diferentes formas e dimensões. Ou seja, os termos vão mudando de feições (subemprego, trabalho parcial, trabalho precário etc.) e dissimulando o que na essência é desemprego.

3.2.2 A lei geral da acumulação capitalista e a tendência à polarização crescente da riqueza e da pobreza

Para que o modo de produção capitalista perdure, são necessárias mudanças nos padrões da acumulação de capital. Emprego e desemprego sobrevivem neste processo, embora adquiram aparências distintas e específicas historicamente.

Compreender o atual padrão de acumulação de capital, sobretudo por intermédio da recente reestruturação produtiva e de suas mudanças no trabalho e no emprego, é tarefa que tem sido alvo de inúmeros estudos realizados em áreas afins¹²³. Tais pesquisas evidenciam que a sociedade burguesa desenvolve complexos sociais que potencializem a perdularidade de todo o sistema, pois para que a reprodução do capital prossiga é necessário desenvolver relações sociais que convertam abundância (isto é, a capacidade de atender a todas as necessidades de todos os indivíduos) em carência¹²⁴ pelo maior desperdício possível.

¹²³ Vide, entre outros, ANTUNES (1995 e 1999), AUED (1999 e 2002), HARVEY (1992), LESSA (2009) entre outros.

¹²⁴ "Encurtando uma longa história, o excedente gerado pelo trabalho escravo, servil ou artesão (aquele do período da acumulação primitiva, entre a decadência das guildas medievais e as manufaturas complexas) não era suficiente para o atendimento de todas as necessidades de todos os indivíduos do planeta Terra. Se todo o produzido fosse distribuído da forma mais igualitária possível, a produção não atenderia todas as necessidades de todos os indivíduos: a vida humana não havia ainda se libertado da carência (...). A Revolução Industrial reverteu de modo radical essa situação. O desenvolvimento do mercado mundial garantiu, por um lado, um mercado consumidor e fontes de

De acordo com Lessa (2009), conduzir o modo de produção feudal ao capitalista redundou em um fenômeno inédito. Converter a sociedade em “uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 1983, p.46) tornou o mercado a mediação universal da vida humana, ao mesmo tempo em que elevou as forças produtivas a tal patamar de desenvolvimento que superou as carências das sociedades pré-capitalistas. E, assim, a abundância deixou no passado a carência.

Todos os complexos sociais passam a ser permeados, de modo mais ou menos evidente, mas sempre predominante, por essa necessidade intrínseca ao sistema do capital. Das guerras mundiais às guerras “localizadas”, da produção de alimentos ao mundo *fashion*, da produção de remédios aos produtos culturais, em todos os complexos sociais essa necessidade do capital se impõe. Se a abundância não for convertida em carência pela destruição, o sistema do capital não poderá mais se reproduzir. É isto que Mészáros, em uma formulação insuperável, denominou de “produção destrutiva”: a produção da abundância, a maior riqueza humana historicamente possível, é convertida pelas mediações das alienações que brotam do

matérias primas virtualmente infinitas. Por outro lado, as transformações sociais provocadas pela crise do modo de produção feudal associadas ao desenvolvimento das relações mercantis levaram à concentração nos centros urbanos de uma enorme força de trabalho. A confluência desses dois fatores com o capital comercial acumulado desde o século XVI pelas potências imperialistas europeias tornou lucrativa a introdução de máquinas na produção. Estavam dadas as condições históricas para o que passou à história como Revolução Industrial. De modo análogo a como a descoberta da agricultura possibilitou à humanidade superar a coleta em direção à expropriação do trabalho excedente, a Revolução Industrial também subverteu a reprodução social. Rompeu o limite corpóreo do ser humano (ter duas pernas, dois braços, uma determinada capacidade física, etc.) para a produção. Para qualquer padrão até então conhecido, a expansão da produtividade do trabalho foi espantosa. Pela primeira vez a humanidade adquiriu a capacidade de produzir mais do que o necessário para atender a *todas as necessidades de todos os indivíduos* do planeta Terra. A carência, que sempre marcou a história da humanidade, é, finalmente, superada pela Revolução Industrial. Teve início, então, o período da abundância” (LESSA, 2009, p.74).

capital nas misérias de nossos dias (LESSA, 2009, p. 75).

Converter a abundância em carência exige que o capital adote estratégias que se expressam em novos padrões de acumulação que vão se apresentando historicamente. Transformar a natureza para produzir mais-valia significa que o produto terá que ser trocado no mercado por um preço, mas a presença da abundância tendencialmente derruba os preços abaixo do tempo socialmente necessário para produzi-las. Daí a explicação para o capital intensificar a extração da mais-valia por meio da introdução de máquinas e equipamentos cada vez mais desenvolvidos, o que faz aumentar a produção e também o desemprego.

A permanência do trabalho assalariado é o que garante a vigência da “lei geral da acumulação capitalista” e, assim, na medida em que se acumula capital, a situação do trabalhador piora, suba ou desça sua remuneração. É o mecanismo da produção capitalista e da acumulação que cria os “exércitos” de trabalhadores ativos e de reserva e regula suas dimensões de acordo com as necessidades do capital.

Desse modo, quanto maior a produtividade do trabalho, maior o crescimento dos meios de produção e menor a exigência de força humana. Assim, cresce a pressão dos trabalhadores sobre os empregos e a concorrência entre os mesmos. Isto ocorre tanto entre os exércitos de ativos e de reserva, como no interior destes. Os salários baixam e a pobreza se generaliza.

Importante conclusão de Marx ao analisar a lei geral da acumulação capitalista, foi a crescente polarização como resultado da acumulação capitalista – a crescente acumulação da riqueza de um lado, e uma crescente acumulação da pobreza de outro.

De acordo com Pochmann (2009, p. 18), no início deste século, apenas 25% da população concentram 75% da produção mundial, enquanto menos de 250 mil clãs (0,2% da população mundial) respondem por quase 50% da riqueza global. Cerca de 500 corporações transnacionais ameaçam dominar todos os setores da atividade econômica¹²⁵. O autor afirma também que

¹²⁵ Neste sentido Pochmann (2009) ressalta que o poder econômico encontra-se cada vez mais concentrado e o peso das grandes corporações supera a força de

não mais de 1,5 milhão de clãs familiares centralizam quase 2/3 da riqueza de todo o mundo, isto acontece devido à unificação do poder econômico de um pouco mais de mil corporações transnacionais. Quanto às classes trabalhadoras, continuam a ser condenadas à exclusiva luta pela sobrevivência, pois a intensificação brutal do trabalho prossegue. O autor justifica sua afirmação enfatizando que todos os trabalhadores, na sociedade atual, trabalham muito mais que há duas décadas. Isto se deve à maior produtividade do trabalho, pois se faz mais em menos tempo e, além disso, cada vez mais longe do local de trabalho, pois via internet e celular se permanece plugado no trabalho quase 24 horas por dia.

Cooney (2008)¹²⁶ afirma que o número total de pessoas vivendo na pobreza na América Latina (18 países) aumentou de 136,5 milhões em 1980 para 223,3 milhões em 2002. Houve posteriormente uma redução da pobreza em 2005, caindo para 211,5 milhões. Isto implica que houve um aumento percentual

muitas nações. Para exemplificar, cita que no ano de 2006 as três maiores empresas transnacionais do mundo registram faturamento superior ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Atualmente, muitas corporações transnacionais alcançam faturamentos anuais bem superiores ao PIB de boa parte das nações.

¹²⁶ Cooney (2008) visando examinar as principais teses apresentadas por Marx em relação à Lei Geral da Acumulação Capitalista se propõe a realizar uma avaliação empírica relacionada ao período atual. Porém, destaca as dificuldades encontradas para utilizar dados mundiais. Afirma que a metodologia usada pelo Banco Mundial tem recebido forte crítica por subestimar seriamente a pobreza, visando justificar as políticas neoliberais pregadas pelo FMI e Banco Mundial. De acordo com o autor, há três principais críticas sobre a metodologia do Banco Mundial apresentadas por Pogge and Reddy. O primeiro problema é que o Banco Mundial não define pobreza em termos de acesso de um mínimo de necessidades básicas, como alimentação e moradia, e, portanto, ajusta um nível arbitrariamente baixo para a linha internacional de pobreza (LIP ou IPL), tratando pessoas como pobres se, e somente se, seu rendimento diário tem menos poder de compra que \$1/dia nos Estados Unidos em 1985. Segundo, o Banco usa as paridades de poder de compra (PPCs) que são baseadas nos preços médios de todas as commodities, não apenas aquelas necessárias para as pessoas pobres. O terceiro principal problema é que devido às estimações do Banco serem baseadas em dados um tanto limitados que variam de país para país em sua consistência, eles expressam um falso senso de precisão. Entretanto, os dados do Banco Mundial estão sendo usados e citados por muitas organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas, e pela maioria dos economistas. Assim, por conta dos problemas citados, o autor restringe a análise da situação da pobreza para a América Latina e utiliza o banco de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que considera mais confiável.

geral de 63,5% de pessoas vivendo na pobreza na América Latina entre 1980 e 2002, com um declínio de 5,2% entre 2002 e 2005. Referindo-se à acumulação o autor afirma que, entre 1990 e 2005, a formação bruta de capital fixo para a América Latina como um todo (32 países) aumentou de aproximadamente US\$ 244,5 bilhões em 1990 para aproximadamente US \$ 427 bilhões em 2005, um aumento de 74,5% para um período de 15 anos.

No Brasil, a concentração da renda e da riqueza é uma marca inalienável. Em 2004, somente cinco mil clãs apropriam-se de 45% de toda riqueza e renda nacional, embora o país tenha mais de 51 milhões de famílias. Considerando apenas a parcela da população que se concentra entre os 10% mais ricos, verifica-se que 75% de toda riqueza contabilizada é por ela absorvida. Em outras palavras, restam para 90% da população brasileira somente 25% da riqueza e renda nacional. A concentração da riqueza no país não é algo recente, pois no período de colônia portuguesa, durante o século 18, havia apenas 10% da população responsável pela absorção de cerca de 2/3 da riqueza. Entre 1980 e 2000, praticamente dobrou em termos absolutos e relativos à quantidade de famílias ricas no país. Também se tornou geograficamente mais concentrada a presença dos ricos no Brasil. Atualmente, somente quatro cidades respondem por quase oito a cada dez famílias ricas no país. São elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. (POCHMANN, 2009, p. 115). Hoje, mais de um quarto do total dos brasileiros se encontra submetido à vergonhosa situação de pobreza absoluta (POCHMANN, 2010, p.10).

Os dados apresentados ilustram as profundas transformações ocorridas no modo de produção capitalista ao longo da história e mais particularmente no período recente. No caso brasileiro, algumas considerações merecem destaque. Antunes e Pochmann (2008) afirmam que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao longo do século XX, vivenciou um processo de “acumulação industrial”, especialmente a partir da década de 1930 quando se verifica um salto verdadeiramente industrializante. As formas anteriores de indústria eram prisioneiras de um processo de acumulação que se realizava dentro dos marcos da agroexportação do café, ao qual a indústria tinha o papel de apêndice.

O padrão de acumulação industrial no Brasil pôde dar um segundo salto em meados da década de 1950 e um terceiro a

partir do “Golpe de 1964”, quando se acelerou fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil. Tal padrão se estruturava pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos. Isto resultou em amplos movimentos de expansão com altas taxas de acumulação, principalmente durante a ditadura militar (1964-1985). Neste sentido, destacamos a fase conhecida como a do “milagre econômico” (entre 1968 e 1973). O país neste período vivia sob o binômio ditadura e acumulação, arrocho e expansão.

A partir da década de 1980, ao final da ditadura militar, esse padrão de acumulação começou a sofrer as primeiras alterações no país, embora em ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital e de seu corolário ideológico-político neoliberal. As empresas então começam a adotar, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. O fordismo brasileiro começava a se abrir para os primeiros influxos do toyotismo e da acumulação flexível. Na década de 1990, a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente com a implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, além da transferência de plantas e unidades produtivas (ANTUNES; POCHMANN, 2008).

3.3 O TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO E O CARÁTER DO SERVIÇO PÚBLICO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Ao buscarmos refletir sobre as mudanças ocorridas no trabalho, pretendendo compreender o capital enquanto relação social, e como ele vem se configurando historicamente, entendemos que o trabalho assalariado é categoria fundamental no modo de produção capitalista. Entretanto, há uma distinção essencial inerente a esta forma de trabalho. Ou seja, ele pode ser produtivo ou não.

Nessa distinção, não interessa se este é útil ou não para os homens, em particular, ou à sociedade em geral. Logo, para melhor compreendermos esse caráter do trabalho assalariado, nosso ponto de partida será a mercadoria.

Marx (1983), em “O Capital”, inicia sua investigação analisando a mercadoria, que considera forma elementar do capital e “é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie” (p.45), apontando suas contradições. Constata-se que esse elemento – a mercadoria – só aparentemente é de fácil apreensão.

A análise na qual nos amparamos evidencia que o valor de uso da mercadoria constitui o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta e realiza-se somente no uso ou no consumo. Portanto, não é possível existir modo de produção capitalista sem mercado, pois é nele que são trocados valores de uso por valores de uso. Entretanto, é necessário perceber que esta troca só acontece a partir da abstração dos valores de uso das mercadorias. Assim, em qualquer sociedade, valores de uso são apenas valores de uso, contudo, no capitalismo, valores de uso são portadores de valores de troca.

Marx (1983) apontou que tanto as mercadorias, como o dinheiro, ou o mercado são encontrados em sociedades pré-capitalistas. Contudo, as trocas de mercadorias em tais sociedades ocorrem fundamentalmente como meio para a satisfação das necessidades humanas, sendo assim um meio de obter valores de uso, no qual o dinheiro é utilizado apenas como intermediário na transação.

No capitalismo, a circulação de mercadorias toma outra forma, mais complexa. Nele, as mercadorias têm seu valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las, que se altera de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. As mercadorias então ganham vida e passam a dominar as relações sociais. Essa crítica é fundamental para que possamos compreender porque foi necessário, no capitalismo, transformar a força de trabalho em mercadoria.

Marx (1983), ao analisar o processo de produção e de troca de mercadorias, evidencia que a formação de mais-valia não pode ser explicada pelo fato dos vendedores venderem as mercadorias acima do seu valor, nem pelos compradores as

comprarem abaixo de seu valor. Tal explicação só é encontrada a partir da análise de uma mercadoria específica, cujo próprio valor de uso tem a característica de ser fonte de valor. Ou seja, seu consumo é objetivação de trabalho, criação de valor. Esta mercadoria é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX, 1983. p. 139)

O valor de uso da força de trabalho é o trabalho. Trabalho que é fonte de valor. Assim, ao comprar a força de trabalho (que é valor de troca para o trabalhador), o capitalista a consome como valor de uso, o que, ao final do processo, lhe terá permitido obter um valor superior ao que pagou. Esta análise permite que Marx explique a origem da mais-valia e da exploração do trabalhador pelo capital.

Cabe ainda ressaltar que o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la. Deste modo, a exploração é uma característica do funcionamento regular do modo de produção capitalista, pois nasce da diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o valor da própria força de trabalho.

Podemos dizer então, que o modo de produção capitalista tem como característica, o fato dos produtores diretos não possuírem os meios de produção e que, por isto, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver, o que torna o trabalho assalariado uma premissa do modo de produção capitalista. Além disso, aqueles que por meio desta forma de trabalho produzirem mais-valia para os capitalistas serão considerados produtivos:

Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. É da maior importância, porém, distingui-lo de outras espécies de trabalho, pois esta distinção

exprime a especificidade da forma do trabalho sobre que repousam o modo de produção por inteiro e o próprio capital (MARX, 1987, p. 133).

Logo, os trabalhadores são produtivos ao produzirem mais-valia para os capitalistas ou improdutivos, se não a produzirem. Isto significa dizer que todo trabalhador produtivo é assalariado, no entanto, nem todo assalariado é um trabalhador produtivo.

O processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias, mas sim um processo que transforma os meios de produção em meios para absorver trabalho não pago. Assim sendo,

Ser trabalhador produtivo não é uma determinação daquele trabalho que em si e para si não tem absolutamente nada a ver com o conteúdo determinado do trabalho, com a sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta (MARX, 1969, p. 115).

Por isto é que um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou não. Para refletirmos a respeito, citemos como exemplo o trabalho dos docentes. Há quem o considere produtivo, sob qualquer relação¹²⁷. Mas, é fundamental entender que embora o trabalho docente seja de certa forma essencial para o capitalismo, não é produtivo quando é realizado por um trabalhador do serviço público. Melhor dizendo, o trabalho do professor numa instituição privada é produtivo, pois produz mais valia para o capitalista que o contratou. Como trabalhador em uma instituição pública (Estado), seu trabalho é improdutivo, pois não produz mais-valia.

¹²⁷ “O docente assalariado pelo Estado, ao trabalhar por mais tempo do que o requerido para pagar o custo de sua força de trabalho, não está produzindo uma mercadoria que possa ser ‘capitalizada’ neste mercado. Mas seu trabalho não deixa de ser essencial para o capitalismo, pois ele consiste em criar futuros assalariados com uma capacitação mínima para desempenhar distintos trabalhos. Quanto mais assalariados capacite em menos tempo, na mesma proporção barateia o custo desta futura força de trabalho. Então, a posteriori, reside o ‘lucro’ que o capital extrai do docente público” (BELUCHE, 2002, p.121).

Entretanto, caracterizar o trabalho assalariado, na sociedade atual, como produtivo ou improdutivo, tem provocado amplas discussões entre autores marxistas¹²⁸. Não pretendemos adentrar nessas análises, mas há algumas considerações que são imprescindíveis nesse sentido. Frigotto (2009), em texto no qual busca analisar a polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe¹²⁹, afirma que o cerne da questão não é uma disputa semântica abstraída das relações sociais. Para o autor, na sociedade capitalista, trata-se de uma disputa de classe que só pode ser apreendida dentro de uma concepção dialética e no campo das contradições e não das antinomias. Os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas e um ponto central da batalha das ideias na luta contra-hegemônica à ideologia e à cultura burguesa.

É necessário compreender e tratar estes sentidos e significados de forma histórico-dialética para não cairmos numa discussão abstrata e atemporal. Ao mesmo tempo em que é crucial nos fixarmos nos escritos de Marx e Engels e de outros pensadores marxistas, também é fundamental buscarmos compreender a realidade em seu movimento.

Assim, para caracterizar o serviço público na sociedade atual é fundamental entendermos como este vem se constituindo. Tal serviço não é mantido apenas por servidores públicos efetivos, há trabalhadores inseridos sob diversas formas contratuais. Há ainda que se considerar que o mesmo não é executado apenas por trabalhadores assalariados, pois não podemos deixar de citar, por exemplo, os voluntários¹³⁰. Logo,

¹²⁸ Além disso, em relação aos trabalhadores, consideramos pertinentes as considerações de Frigotto(2009). O autor considera difícil, por exemplo, que a grande maioria de professores, mesmo com níveis de escolaridade elevados, compreenda que embora sejam explorados tanto quando trabalham numa escola privada como numa pública, seus trabalhos são distintos no que se refere à produtividade. O mesmo é percebido, afirma o autor, em pesquisas com mulheres que fazem trabalhos domésticos e afirmam que não trabalham.

¹²⁹ Texto no qual o autor não tem como objetivo discutir o caráter de produtividade do trabalho, mas, estimular o debate sobre a relação trabalho, classe social e educação.

¹³⁰ O trabalho voluntário é definido pela Lei 9.608/1998 como a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social,

considerando as múltiplas formas sob a qual o serviço público se apresenta, verificamos que se trata de caracterização extremamente complexa, porque só aparentemente existe homogeneidade.

Com relação às recentes alterações nos tipos de vínculos de emprego dos servidores públicos, dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que, entre 1992 e 2007, tem havido uma contínua queda da participação percentual dos celetistas (na Tabela 04), apresentado a seguir, como “não estatutários com carteira” no conjunto das ocupações do setor público, ao lado de uma expansão dos chamados “não estatutários sem carteira”, que reúne uma ampla gama de funções precárias no setor público brasileiro, como trabalhadores terceirizados, estagiários, trabalhadores temporários, bolsistas, consultores, entre outros, que têm vínculos temporários com o setor público.

Tabela 6 - Trabalhadores ocupados não estatutários no serviço público no Brasil

BRASIL	1992	1995	2002	2003	2006	2007
Não estatutário sem carteira¹³³	874.506	1.028.393	1.705.297	1.648.621	1.975.082	2.068.719
Não estatutário com carteira¹³⁴	2.637.918	2.180.714	1.955.958	1.873.449	1.888.755	1.954.025

Fonte: IPEA (2009).

Executando serviços públicos existem trabalhadores produtivos e improdutivos, pois estão inseridos no mesmo movimento. Para que possamos vislumbrar particularidades entre estes, é fundamental entendermos as diferenças existentes entre

inclusive mutualidade. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.(Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm. Acesso em 29.06.2012).

processo de trabalho e processo de produção¹³¹, pois isto é o que os torna distintos. Ou seja, trabalhadores executando trabalhos semelhantes podem estar em relações diferentes e dessa forma apresentarão também diferenças nos resultados no que se refere à produção de valor para o capitalista. Logo, o trabalhador assalariado do setor público, contratado pelo Estado para limpar vidros, por exemplo, não produz mais valia. Entretanto, se este serviço for terceirizado¹³², esta produção ocorrerá.

Conforme o Decreto-Lei nº 200/67, a administração pública está autorizada a terceirizar certas atividades desde que ocorra como prestação de serviços autônomos por empresa especializada. Neste caso, a empresa terceirizada deve ser a responsável pela gestão do trabalho e pela propriedade dos meios materiais de execução das atividades contratadas. No contrato de terceirização não pode haver, sob-hipótese alguma, o simples fornecimento da força de trabalho pela empresa terceirizada e a sua contratação pela administração pública, pois neste caso será ilegal, conforme Decreto nº 2.271/97; do contrário, seria frontalmente inconstitucional, por burlar o imperativo maior do concurso público (CAMPOS, 2009).

Campos (2009) afirma que a terceirização na administração pública tem sido geralmente utilizada em muitas

¹³¹ De acordo com Marx (2008) processo de trabalho é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso e “processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias” (p.230).

¹³² O movimento de terceirização cresce no Brasil, no final da década de 1980, aparecendo associado a uma articulação entre a grande e a pequena empresa ou a estratégias que visam a externalizar atividades para redução de custos, precarizando as condições de emprego. De acordo com Pochmann (2008), ao longo da década de 1990, a terceirização recebeu enorme impulso no Brasil. Entre 1995 e 2004, os postos de trabalho terceirizados foram os que mais cresceram no país. O seu ritmo médio anual de expansão foi quase quatro vezes maior que o das ocupações como um todo. A terceirização assumiu o papel principal na geração de ocupações no Brasil. O autor destaca que não há grandes diferenças entre os perfis dos trabalhadores terceirizados em relação aos empregados formais, quando se analisa escolaridade, sexo e faixa etária. Mas, em relação à renda as diferenças são acentuadas. A remuneração do trabalhador terceirizado representa, em média, cerca de dois terços da remuneração média dos empregados formais em 2005.

situações como forma de burlar a exigência dos concursos públicos, pois, mascarada sob a forma de contrato de prestação de serviços, oculta de fato um contrato de fornecimento de força de trabalho, em que aparecem os atributos da personalidade e subordinação na relação entre os gestores da empresa contratada e os trabalhadores do tomador de serviços, caracterizando, dessa forma, uma relação empregatícia.

A terceirização no serviço público dá margem para a possibilidade de “apadrinhamentos” e favorecimentos no que se refere à inserção no serviço público. Além disso, trata-se de uma estratégia que divide a classe - pois executando os mesmos serviços há trabalhadores com direitos distintos -, dissimula a relação capital trabalho e fragiliza as formas de organização, enfraquecendo o poder de negociação.

O confronto e a concorrência no interior da classe acabam sendo fortalecidos, pois as relações entre os trabalhadores são afetadas de diversas maneiras. A proximidade acontece apenas em termos de espaço físico, pois tudo contribui para que a ação coletiva não se concretize.

Ao nos referirmos à ação coletiva, é importante frisar que no Brasil, o reconhecimento do direito e organização sindical e à greve dos trabalhadores do serviço público foi efetivado somente com a Constituição Federal de 1988¹³³. Entretanto, a ausência de amparo legal não impediu o desenrolar de inúmeros movimentos grevistas e o surgimento de organizações com caráter sindical desde a década de 1970, ao mesmo tempo em que ganhava campo um processo vigoroso de ascensão das lutas dos trabalhadores. Porém, até os dias atuais, os sindicatos desse setor não têm assegurado o direito de reconhecimento das convenções e acordos coletivos (DIEESE, 2012)¹³⁴.

¹³³ Importante frisar que embora tenha sido garantido pela Constituição Federal de 1988, o direito de greve dos trabalhadores do serviço público, este aguarda regulamentação desde então. No momento atual, está tramitando no Senado, o PLS 710/2011. Para maiores detalhes, ver: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/09/03/greve-de-servidores-publicos-gera-polemica-durante-audiencia> e <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/09/03/greve-de-servidores-publicos-gera-polemica-durante-audiencia>. Acesso em: 30.12.2012.

¹³⁴ “Do ponto de vista organizatório, a ausência de uma estrutura sindical controlada pelo Estado, propiciou ao movimento sindical do serviço público buscar uma forma livre e independente de organização. O resultado disso é a existência de sindicatos diferentes de acordo com os diversos setores, com

O Dieese (2012) destaca que as negociações coletivas de trabalho no setor público não implicam somente em discussão salarial, pois questões referentes às condições de trabalho, atuação das pessoas políticas na prestação dos serviços, o desempenho das funções e a qualidade da prestação dos serviços, envolvendo o interesse geral dos destinatários destes serviços, o que vem a ser de interesse social, também estão presentes. Além disto, os resultados da negociação coletiva, com exceção das empresas estatais, devem obrigatoriamente resultar na elaboração de projeto de lei a ser encaminhado pela autoridade competente ao Poder Legislativo, para que seja obedecido o princípio da reserva legal. No sistema constitucional, a negociação coletiva envolvendo o trabalhador do serviço público tem que obedecer a parâmetros estabelecidos pelos limites de gastos com pessoal da administração pública, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Logo, as negociações de trabalho relacionadas aos trabalhadores do serviço público acontecem, conforme define o Dieese (2012), de acordo com “moldes próprios, com mecanismo bastante complexo” (p.319). Entretanto, o fundamental é compreender que a partir do momento em que se abre essa possibilidade de sindicalização, esses trabalhadores se reconhecem e são reconhecidos legalmente enquanto tais.

Somente na aparência há dissociação entre trabalhadores do setor público e do privado, pois, independentemente da natureza do emprego, essencialmente, ambos se enfrentam com o capital. Para melhor abarcarmos a amplitude desta questão, é fundamental compreendermos que, de acordo com Mészáros (2002), os componentes do sistema do capital, em suas

diferentes desenhos e representando diversas categorias e nesse aspecto, guarda semelhança com o setor privado. Sob o ponto de vista jurídico, há questionamento quanto a ser admissível a realização de negociação coletiva no setor público, tendo em vista a ausência de referência a esse direito no artigo 39, parágrafo terceiro, da Constituição Federal (CF). Porém, uma das interpretações mais aceitas é a de que a Constituição Federal permite o reconhecimento da negociação coletiva no setor público, já que o artigo 37 da CF, que trata justamente da administração pública direta e indireta, em seus incisos VI e VII, assegura ao servidor público o direito à sindicalização e à greve, sendo decorrência lógica a admissão da negociação coletiva de trabalho” (DIEESE, 2012, p. 317).

variedades capitalista e pós-capitalista, são o tripé capital¹³⁵, trabalho e Estado e ambos constituem uma unidade indissolúvel.

3.4 CAPITAL, TRABALHO E ESTADO

De acordo com Mészáros (2002), “o Estado - em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador - deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital” (p.124-5). No modo de produção capitalista que se mantém regido por leis próprias e que perdura graças às mudanças nos seus padrões de acumulação, há, de acordo com o autor, defeitos estruturais originados das separações iniciais entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação. Cabe ao Estado retificar essa falta de unidade, pois “o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Assim, o Estado contribui tanto para a formação e consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, como para seu funcionamento ininterrupto. Mészáros (2002) destaca que a “formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (p. 106), que surge como uma estrutura de comando político do capital, em complemento às econômicas.

De acordo com Wood (2003), a separação entre política e economia no modo de produção capitalista é um mecanismo eficiente de defesa do capital. Trata-se de estratégia ideológica que visa camuflar os efeitos sociais da economia capitalista. Esta compreensão nos remete à seguinte afirmação de Marx: “Do ponto de vista político, o Estado e o sistema de sociedade não são duas coisas diferentes. O Estado é o sistema de sociedade.” (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p. 564)¹³⁶.

Neste sentido, é imprescindível compreender porque, de acordo com Mészáros (2002), os três componentes fundamentais do sistema – capital, trabalho e Estado – são inseparáveis. Estão

¹³⁵ De acordo com Mészáros (2002), o capital não se limita ao capitalismo. O capitalismo consiste em uma das formas pelas quais o capital pode se realizar.

¹³⁶ Marx faz tal afirmação no texto: Glosas críticas marginais ao artigo "o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano".

ligados um ao outro, e não simplesmente em uma base legal/política. O pilar fundamental de suporte do capital é o trabalho e, ao Estado, cabe garantir e proteger as condições gerais de extração da mais valia do trabalho. Ou seja, o Estado complementa o sistema de produção dominado pela lógica do capital e existe por conta da necessidade de uma estrutura de comando político-reguladora que deve estar condizente com a reprodução econômica.

Esta concepção de Estado evidencia que não há possibilidade de independência entre este e o capital, pois ele responde à necessidade de uma estrutura de comando político, por conta das próprias contradições do modo de produção capitalista. Logo, pode assumir formas distintas, conforme exijam as específicas circunstâncias históricas¹³⁷, desde que correspondam à mesma base econômica capitalista sem oferecer qualquer ameaça à continuidade do sistema. Entretanto, não há qualquer relação de determinação unidirecional da esfera econômica sobre a política, mas sim de reciprocidade dialética.

Assim sendo, o Estado comprometido com a exploração do trabalho e com os meios de reprodução do capital, não pode ser reduzido à política ou a um espaço aberto à disputa pelas classes. Sua interveniência no sistema do capital é fundamental para que esse se mantenha em permanente expansão, pois assegura sua base da reprodução ampliada. Cabe a ele ser remediador das contradições, entretanto dentro dos limites impostos pelo modo de produção capitalista.

Apoiado na tese de Mészáros, apresentada em *Beyond Capital*, acerca da relação entre Estado e Capital, Lessa (1998), afirma que “tal como no passado, o Estado continua como assegurador da propriedade e como instrumento para colocar os pobres a trabalhar” (p. 11). Porém, a radical diferença é que o Estado capitalista deve agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social.

Neste sentido, o autor destaca a relevância da tese de Mészáros, fundamentalmente, no que se refere à relação economia-Estado no debate contemporâneo:

¹³⁷ Mészáros (2002) ilustra suas afirmações utilizando-se de análises de contextos específicos, por exemplo, do Chile, antes e após Pinochet e da Alemanha, antes e após Hitler.

Não é necessário muito para que se perceba a novidade que essa tese representa, ao menos no debate contemporâneo. Até agora, de modo geral, a relação economia-Estado era concebida tendo por mediação as classes sociais. Algo como se entre a esfera da reprodução material e as relações políticas se interpusessem as classes sociais e as suas lutas. (...) Se Mészáros estiver com a razão, contudo, o Estado seria um elemento estrutural da própria reprodução ampliada do capital (...), uma autêntica causa sui que impõe ao metabolismo social a sua qualidade específica. Em sendo assim, os elementos superestruturais do Estado (a política e o direito) representariam as exigências e as necessidades imanentes ao capital em cada momento de sua história, se relacionando com as classes sociais à medida em que todas elas seriam personificações ou do trabalho vivo (do trabalho abstrato) ou do trabalho morto (do capital). Com essa leitura de Marx, Mészáros supera por um lado, as concepções dicotômicas, dualistas, que entendem capital e Estado como duas esferas mais ou menos independentes; e, de outro lado, aquelas que tendem a reduzir o Estado à mero comitê executivo das classes dominantes. Nem o Estado é independente do capital, nem representa direta e exclusivamente os interesses da classe dominante: ele expressa as necessidades globais da manutenção da reprodução do metabolismo social regido pelo capital (LESSA, 1998, p. 13).

A partir dessa concepção do Estado, enquanto mediação infraestrutural do sistema do capital e, estrutura abrangente de comando político, entendemos que o mesmo “não pode ter autonomia, em qualquer sentido, do sistema do capital, já que é com este inextricavelmente uno” (LESSA, 1998, p. 13).

De acordo com Mészáros (2002), a crise estrutural do capital que começou a dar sinais a partir da década de 1970,

Afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Para melhor compreendermos os reflexos desse processo no Brasil, e, em especial, em relação aos trabalhadores do serviço público, vamos nos remeter ao final dos anos de 1970 e a década de 1980, período que tem como característica principal a intensa agitação da sociedade brasileira que reivindica a redemocratização do país. A correlação de forças entre as elites econômicas e políticas, de um lado, e as forças populares e suas organizações políticas, de outro, torna-se mais acirrada. No ano de 1984, manifestações populares em prol da eleição direta para Presidente da República¹³⁸ movimentam o país por inteiro. Não há êxito nesse sentido e o fim do regime militar acontece por meio de um governo de transição.

No calor desse momento, Florestan Fernandes escreve em 1985¹³⁹: “Nova República?”. De acordo com sua análise, o “desengajamento” dos militares do comando do governo e da chefia do Estado processou-se da pior maneira possível. Eles não foram derrubados, tudo não passou de uma retirada estratégica. Na troca da ditadura por um governo de “conciliação conservadora” há objetivo de autopreservação. Neste movimento não há ruptura e sim continuidade da ordem vigente

Percebendo a agitação da sociedade após o movimento pelas Diretas, as forças conservadoras avançam no sentido de uma “composição pelo alto”, conforme Fernandes (1986), o que impediu o “deslocamento de poder” para as classes subalternas. Esta análise se reveste de importância para compreendermos porque algumas reivindicações de classe, em determinados momentos históricos, são atendidas. As pressões da sociedade e, em especial, da classe trabalhadora provoca reações. Ou seja, com o objetivo de desmobilizar seus movimentos, o Estado, digase, o capital, atende reivindicações da classe trabalhadora e sai

¹³⁸ Movimento denominado: “Diretas já”.

¹³⁹ Obra publicada em 1986.

fortalecido deste processo. No limite a pretensão é a preservação dessa sociedade por meio de uma simulação de democracia. Em decorrência deste processo, nasce em 1988, a chamada “Constituição Cidadã”¹⁴⁰.

A Constituição de 1988 representa um pacto, elaborado com base numa série de compromissos firmados entre diferentes setores da sociedade. Em seu texto, há um capítulo dedicado especialmente à “Administração Pública”, no qual estabelece os princípios e regras que devem ser seguidos pela administração direta e indireta de todos os Poderes da União.

Sem negar os avanços propiciados pelo processo que resulta na afirmação de uma democracia constitucional, há que se reconhecer que as mudanças ocasionadas não significam rupturas e sim continuidades. Ou seja, tal processo não rompe com o capitalismo, mas traz oportunidades de redução das iniquidades da ordem social brasileira.

O “pacto social”¹⁴¹ preconizado na Constituição de 1988 esbarra com os ideais políticos adotados internacionalmente que propunham o mínimo de intervenção estatal para um máximo de exploração, na busca da maximização dos lucros. Assim, parece ter havido uma clara opção dos governos pós-constituente em postergar a regulamentação do texto constitucional. Além disso, há que se considerar que concomitante ao processo de promulgação da Lei Magna, estava em curso a adesão nacional ao Consenso de Washington¹⁴².

¹⁴⁰ O deputado Ulysses Guimarães assim a denominou quando encerrou os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, da qual era presidente, em 27.07.1988.

¹⁴¹ De acordo com Netto (1999, p.77, apud MONTAÑO, 2005, p.35), a Constituição de 1988 configurou um “pacto social” que, pela primeira vez no país, apontava para a construção de uma “espécie de Estado de Bem Estar Social”.

¹⁴² O Consenso de Washington é um conjunto de medidas formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. De acordo com Frigotto (1996), os “novos senhores do mundo” detentores do poder e que decidem a reestruturação produtiva que lhe permite recomposição nas taxas de lucro, a partir do final da década de 1980, deliberaram como as nações deveriam ajustar-se à nova ordem mundial. Esta deliberação que dita as regras de ajustamento ficou sendo conhecida como o Consenso de Washington, expressão criada por John Williamson. Nela, são estruturadas as bases da política econômica, social, cultural e educacional fundamentadas no plano da ideologia neoliberal.

Isto significa dizer que, paradoxalmente, o “pacto social” brasileiro vem à tona no momento em que internacionalmente ocorriam processos que punham em questão o próprio Estado de bem estar social, ou seja, num contexto em que se questionava a intervenção do Estado. Período no qual, a corrente neoliberal consolidada nos países capitalistas centrais na década de 1980, com ampla hegemonia internacional, centra-se no ataque aos elementos de conquista sociais e trabalhistas:

Na verdade, aquele novo “pacto social” no Brasil, conformado pelos setores democráticos, no pós-ditadura, é rapidamente substituído, na década de 90, por uma nova aliança significativamente diversa. [...] Enquanto a década de 1980 é marcada por um “pacto social” entre os diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos sociais e classistas (que levou à Constituição de 1988), os anos 90 representam o contexto do desenvolvimento mais explícito de hegemonia neoliberal, onde até setores da esquerda resignada e possibilista sucumbem aos “encantos” ou às pressões do Consenso de Washington (MONTAÑO, 2005, p. 36).

Assim, de acordo com Montaña (2005), inicia-se de forma lenta e gradual, o processo de reestruturação (ajuste) capitalista no Brasil e começa a amadurecer a ideia de “reformular o Estado” eliminando os aspectos “trabalhistas” e “sociais” vindos do período varguista nos anos 30-60¹⁴³ e esvaziando as conquistas contidas na Constituição de 1988. Neste sentido, o autor destaca que no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, nomeando, em dezembro de 1994, o ex-ministro da Fazenda Luis Carlos Bresser Pereira, agora como titular do novo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)¹⁴⁴, começa-se o movimento de uma geral e radical

¹⁴³ Montaña (2005) destaca que o período varguista, ou seja, aquele no qual Getúlio Vargas governou o país, “consolidou” as leis do trabalho e desenvolveu certo “Estado social”, por meio de um “pacto antioligárquico” e “industrialista”.

¹⁴⁴ De acordo com Santos (1997, p.51), por meio de medida provisória editada no dia da posse, o Presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu reforma

(contra-) reforma do Estado, orientada nos postulados do Consenso de Washington. Trata-se de um projeto político que “persegue a desregulação (flexibilização) da acumulação, abrindo fronteiras, desvalorizando a força de trabalho, cancelando (total ou parcialmente) os direitos trabalhistas e sociais, desonerando o capital e desresponsabilizando-o da ‘questão social’” (p. 48). Logo, uma verdadeira “contrarreforma”.

A chamada “reforma do Estado” está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregular na acumulação de capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da “lógica democrática” e passando para a “lógica da concorrência” do mercado (cf Montaño, 1999). Sendo assim, concebe-se como parte da reforma (“flexibilização” e precarização) das bases de regulação das relações sociais – políticas e econômicas –, portanto, articulada à reestruturação produtiva e ao combate ao trabalho, no seio da reestruturação do capital. É, assim, uma verdadeira *contra*-reforma, operada pela hegemonia neoliberal, que procura reverter as reformas desenvolvidas historicamente por pressão e lutas sociais e dos trabalhadores, tendo seu ponto máximo expresso na Carta de 1988. (MONTAÑO, 2005, p. 29).

Conforme Santos (1997), em 1995 é aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (que estabelece o fundamento teórico da reforma) juntamente com as propostas de Emendas Constitucionais e o Programa de Publicização (destinado à implantação das chamadas “organizações sociais” e das

na estrutura ministerial e, em lugar da antiga Secretaria da Administração Federal, criou o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. A esse Ministério caberia a formulação das políticas e diretrizes para a reforma administrativa, a modernização da gestão e a promoção da qualidade no serviço público. Neste sentido, passa a defender medidas de flexibilização no âmbito do serviço público, notadamente em relação à estabilidade, ao regime jurídico único, à isonomia e às formas de organização da administração.

“agências executivas”). Destaca o autor que estes elementos constituem o esqueleto básico da reforma idealizada no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Neste sentido, várias Emendas Constitucionais¹⁴⁵ têm sido aprovadas com o objetivo de flexibilizar os direitos trabalhistas e desregulamentar as relações de trabalho. Silenciosamente e paulatinamente, as novas necessidades do capital têm provocado alterações significativas para os trabalhadores.

A Emenda Constitucional nº 19 de 1998 (EC 19/98) modificou a Constituição de 1988 em diversos dispositivos que tratavam de aspectos administrativos, direcionando em grande parte, seus artigos ao trabalhador do serviço público, buscando, muitas vezes, diminuição de direitos. Aos princípios de impessoalidade, da legalidade e da moralidade, foi adicionada a eficiência. Há uma característica ideológica neste processo, pois o objetivo é de adaptar a administração pública ao princípio do mercado privado, no sentido de obtenção de lucro. A questão não é a adoção de novas prerrogativas para o serviço público, mas sim a perspectiva envolvida.

No bojo dessa Emenda havia essencialmente a intenção de tornar o Estado mais competente para a acumulação do capital. Portanto, os servidores públicos foram eleitos os *bodes expiatórios* da situação. Estavam justificadas perante a sociedade as mudanças constitucionais pretendidas. Logo, é necessário reformar o aparelho do Estado para dimensionar a eficiência do serviço público.

Esta Emenda permite a adoção de regimes jurídicos diferentes para a contratação dos trabalhadores no serviço público e sugere a subordinação do interesse público à disponibilidade orçamentária do Estado, quando se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁴⁶. Passa a ser visto como primordial, o cumprimento das metas financeiras. Assim, são promovidas mudanças também nos concursos e nos salários dos servidores¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Não é nosso objetivo realizar análise detalhada destas legislações. Apenas buscaremos nelas, aspectos gerais que nos permitem observar as principais mudanças ocorridas no serviço público amparado pelas mesmas.

¹⁴⁶ Publicada em maio de 2000, visando disciplinar a adoção de medidas de economia no orçamento público com o pagamento de servidores.

¹⁴⁷ Quanto aos concursos públicos, conforme análise de Santos (2006) e Santos (2000) poderão ser diferenciados, de acordo com a natureza e a complexidade

Conforme Santos (2006), a EC 19/98, é complementada pela Lei de Responsabilidade Fiscal que tem como objetivo cercear o gasto público, abrir espaço para o privado, além de precarizar o mercado público, promovendo maior abertura à terceirização. Ainda segundo esta lei, todo o gasto estatal deve estar baseado em receita.

A estabilidade dos trabalhadores do serviço público, também sofre alterações com a EC 19/98. Além de aumentar o período exigido para sua aquisição, são estabelecidos novos critérios para sua perda. A partir deste dispositivo, o servidor pode perder o cargo por insuficiência de desempenho no serviço público (art. 41, §4º da CF/88), ou por excesso de despesas (art. 169, II, §§ 4º a 7º da CF/88).

Adverte Santos (2006) que, “subordinar a demissão de um agente público às flutuações e surpresas das impossibilidades orçamentárias, sugere romper com o interesse público, assim como trazer a precariedade e a incerteza para a relação de trabalho do servidor” (p.77), pois a ele compete “atender às necessidades sociais com competência e de forma continuada” (p.77).

Há que se considerar ainda, em especial, as Emendas Constitucionais nº 20/98 e a 41/2003. A primeira trouxe alterações significativas no sistema previdenciário do servidor público. Dentre elas, substituiu o tempo de serviço por tempo de contribuição como necessário à aposentadoria. Acrescentou ainda a exigência de idade, tempo mínimo de serviço público e tempo de permanência no cargo da aposentadoria. A segunda instituiu: novas regras para o cálculo dos proventos (em alguns tipos de aposentadoria); o abono de permanência; a regra de transição com redutor; contribuição previdenciária sobre aposentadorias e o fim da paridade (em alguns tipos de aposentadoria).

Em suma, a realização de reformas administrativa, previdenciária e tributária buscou moldar a nova configuração do setor público no Brasil:

do cargo ou emprego a que se referem. Abre-se assim uma brecha para a realização de meios alternativos de realização de processo seletivo. Quanto aos salários, há o fim da isonomia salarial. Ou seja, foram retiradas do texto constitucional todas as disposições relativas à isonomia de vencimentos no serviço público. Poderão ser criadas gratificações e tabelas de vencimentos diferentes para cargos iguais.

Por conta disso, as atividades estatais comprometidas com o setor produtivo foram radicalmente contidas, assim como a administração pública foi alterada sem paralelo histórico anterior. Enquanto alguns segmentos do setor público foram privatizados, outros simplesmente desapareceram ou foram terceirizados [...] Com a aprovação do Programa Nacional de Desestatização, em 1990, tomou corpo o maior processo de desmobilização de ativos do setor público [...] Ao todo foram 166 empresas privatizadas, que geraram próximos de 100 bilhões de dólares entre receitas e redução de dívidas. Em consequência, houve também a diminuição de quase 550 mil empregos no setor produtivo estatal. Em síntese, verifica-se que do saldo total negativo de 3,2 milhões de empregos assalariados formais destruídos na economia brasileira durante a década de 1990, 17,1% foram de responsabilidade direta do padrão de ajuste recente do setor produtivo estatal. Ou seja, de cada cinco empregos formais destruídos na década de 1990, um era do setor estatal. No interior do setor público, a reformulação no papel do Estado não deixou de provocar importantes repercussões na composição dos empregos públicos. Simultaneamente à queda relativa dos postos de trabalho nas atividades econômicas, ganhou maior dimensão os serviços administrativos e sociais. Destaca-se também que a administração direta sofreu consequências relativas à concorrência com o setor privado. Isso porque a partir da privatização, da terceirização e da subcontratação de atividades exclusivamente desenvolvidas pelo Estado, coube ao setor privado a ampliação de sua participação, disputando, até mesmo, espaço crescente com o setor público (POCHMANN, 2007, p.24-5).

Todo esse movimento também repercute diretamente no confronto entre os trabalhadores na busca pela inserção e permanência no trabalho. Os trabalhadores que atuam no serviço público, neste caso, na PMF estão inseridos e submetidos ao movimento mais amplo de acumulação do capital. Ou seja, respeitadas as devidas especificidades, o processo empregado para a superação da crise do próprio sistema do capital se dissemina por todo o conjunto da classe trabalhadora.

Assim, entender o Estado de acordo com a concepção de Mézáros, fundamentada em Marx, reforça nossa afirmação de que somente na aparência há dissociação entre trabalhadores do setor público e do privado, pois independentemente da natureza do emprego¹⁴⁸, essencialmente, ambos estão no mesmo processo, ou seja, trabalham para o capital.

Além disso, sendo os três componentes fundamentais do sistema – capital, trabalho e Estado – inseparáveis, compreendemos que qualquer reforma política do sistema terminará por absorver a qualidade da totalidade sistêmica do capital: “tal como a parte é determinada pelo todo, sem por isso deixar de ser parte dessa mesma totalidade, as reformas políticas podem, no máximo, ser a gênese de novas formas da regência do capital, aboli-la jamais” (LESSA, 1998, p.15).

¹⁴⁸ O que também significa dizer: independentemente de produzirem mais-valia ou não.

CAPÍTULO 4

AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DA EXONERAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO NA PMF: A ESCOLARIZAÇÃO

Nosso objetivo é construir um conhecimento que vá além da aparência do fenômeno da exoneração (no serviço público), sem desconsiderá-la, mas procurando desvelar sua essência, manifesta nas suas múltiplas determinações. Para isto, consideramos ser necessário o entendimento da história enquanto processo, e não como um conjunto de fatos isolados, pois assim não seria possível apreender a totalidade inerente aos fenômenos, que estão em constante transformação. Pensar a realidade social num determinado momento histórico não significa apreendê-la de maneira fragmentada, destoada das particularidades a ela inerentes.

Além disso, o real não se apresenta de imediato e não pode ser compreendido por um ou outro aspecto, mas a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Assim, é fundamental buscar a compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação.

Na famosa Introdução (escrita em 1859) à sua obra *Contribuição à crítica da economia política*, Marx explica as formas de se captar a realidade existente, embora não explicitamente os termos singular-particular-universal. No item *Método da economia política* procura provar que não se chega ao conhecimento científico da realidade se partir da realidade social imediatamente dada, isto é, do como ela se nos aparece de imediato. Explica que o caminho correto do conhecer a realidade vai da delimitação das relações mais simples e determinantes até à totalidade social nas suas múltiplas relações e desta às

determinações mais simples novamente. Somente desse modo, isto é, através da relação entre singularidade, particularidade e universalidade se pode compreender a realidade existente como 'a unidade do múltiplo'(OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Com esse entendimento, neste capítulo, analisamos trajetórias de trabalhadores concursados da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que se exoneraram no período 2000-2010, buscando apreender as múltiplas determinações da exoneração no serviço público, no cenário da afirmação da estabilidade no emprego como estratégia de enfrentamento ao desemprego, enfatizando questões referentes à escolarização.

Compreendemos como trajetória “o processo de configuração de uma experiência social singular” (KOFES, 2001). Trajetórias de trabalho, então, são entendidas como “os itinerários visíveis, os cursos e orientações que as vidas dos indivíduos tomam no campo do trabalho, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo”¹⁴⁹ (GUZMAN; MAURO; ARAÚJO, 2000, p.12).

Logo, analisamos trajetórias de sujeitos coletivos singulares, com história, com origem de classe ou fração de classe, que não podem ser homogeneizados a priori. Suas singularidades e sua particularidade histórica são a referência do real.

Ao nos referirmos aos trabalhadores informantes desta pesquisa, como concursados¹⁵⁰ da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que se exoneraram no período 2000-2010, estamos estabelecendo um marco inicial para a análise, evidenciando pontos em comum entre eles e procurando enfatizar a questão da exoneração. Isto não significa dizer que esta seja algo estanque e isolada de tudo o que esses sujeitos viveram antes e durante, dentro e fora da Instituição, porque foi essa inter-relação que lhes permitiu tecer as malhas em que estão enredados no presente.

¹⁴⁹ Tradução nossa do espanhol.

¹⁵⁰ Logo, efetivos, portadores do direito de estabilidade.

Partimos também do pressuposto de que embora esses trabalhadores tenham pontos em comum entre suas trajetórias, trazem diferenças significativas entre si, devido às suas condições históricas. Os percursos de cada indivíduo podem trazer pistas preciosas para a compreensão da realidade social que se pretende decifrar e, neste sentido, o estudo das trajetórias é importante,

Pela dialética que conferem ao processo de investigação social, ou seja, o fato de permitirem ver homogeneidade e heterogeneidade, singularidade e pluralidade, o individual e o social imbricados nos percursos narrados pelos indivíduos (FREITAS, 2006, p. 24).

Nossa intenção é utilizar as pistas que obtivermos para entender porque os sujeitos são impelidos a seguir um ou outro trajeto, os desvios de percurso, e, sobretudo, sob que condições constroem suas histórias. As narrativas de nossos entrevistados, ou seja, a versão dos próprios protagonistas das trajetórias que procuramos conhecer é tomada como ponto de inflexão de nossa abordagem.

Apresentamos a seguir, um perfil dos trabalhadores entrevistados. Na tabela abaixo (tabela nº 07) constam dados referentes a nome¹⁵¹, idade, local de nascimento, escolaridade na data da exoneração, estado civil na data da exoneração, cargo na PMF e trabalho atual.

¹⁵¹ Por solicitação dos entrevistados e para preservar suas identidades, utilizamos nomes fictícios.

Tabela 7- Dados gerais dos entrevistados

Nome	Idade	Local de nascimento	Escolaridade na data da exoneração	Estado civil na data da exoneração	Cargos na PMF	Trabalho atual
Maria	39	Vitória da Conquista/BA	Doutorado	solteira	Odontóloga	Trabalhadora do serviço público federal
José	32	Blumenau/SC	Especialização	Solteiro	Médico	Trabalhador do serviço público federal
João	39	Campina Grande/SP	Mestrado	Solteiro	Médico	Trabalhador autônomo
Ana	34	Vacaria/RS	Mestrado	Solteira	Odontóloga	Trabalhadora autônoma
Paulo	34	Porto Alegre/RS	Especialização	solteiro	Médico	Trabalhador do serviço público estadual e Autônomo
Sonia	29	Florianópolis/SC	Mestrado	Casada	Assistente Social	Trabalhadora do serviço público federal
Adriana	35	Lages/SC	Doutorado	Solteira	Odontóloga	Trabalhadora do serviço público federal
Rita	22	Florianópolis/SC	Especialização	Solteira	Auxiliar de Ensino	Trabalhadora voluntária (Missionária Religiosa)
Vitória	28	Florianópolis/SC	Ensino Médio	Solteira	Auxiliar Sala	Trabalhadora do serviço público estadual
Helena	33	Florianópolis/SC	Superior Completo	Casada	Professora	Trabalhadora do serviço público estadual
Rosa	25	Florianópolis/SC	Superior Completo	Solteira	Contadora	Trabalhadora do serviço público estadual
Mariana	24	Florianópolis/SC	Superior Incompleto	Solteira	Técnica em Edificações	Trabalhadora do serviço público estadual

- A- Quanto ao sexo: nove são mulheres e três homens;
- B- Quanto à idade (na data da exoneração): entre 22 e 39 anos;
- C- Quanto ao local de nascimento: seis nasceram em Florianópolis/SC; um em Lages/SC; um em Blumenau/SC; um em Vacaria/RS; um em Campina Grande/SP; um em Vitória da Conquista/BA; e um em Porto Alegre/RS;
- D- Quanto ao estado civil (na data da exoneração): dez são solteiros e dois casados;

- E- Quanto aos cargos ocupados na PMF: três são médicos; três odontólogos; um assistente social; um contador; um técnico em edificações; um auxiliar de sala; um auxiliar de ensino e um professor;
- F- Quanto à escolaridade (na data da exoneração): um tem ensino médio; um tem ensino superior incompleto; dois têm ensino superior; três têm especialização; três têm mestrado; dois têm doutorado;
- G- Quanto ao trabalho atual: nove são trabalhadores do serviço público (cinco no âmbito estadual¹⁵² e quatro no federal); dois trabalhadores autônomos e um trabalhador voluntário.

Os dados gerais dos entrevistados que apresentamos servem, neste momento, para uma visão do conjunto. Após a apresentação das trajetórias singulares, eles serão retomados e analisados.

De acordo com Brandão (2000), a definição e seleção das categorias de pesquisa são revistas, reelaboradas e redefinidas no decorrer da investigação, na relação teoria/empíria. Ou seja, conforme Frigotto (2008), ascender do empírico ponto de partida, conhecido apenas na sua exterioridade, no seu caráter fenomênico, ao conhecimento efetivo das forças, mediações e determinações múltiplas que produzem esta realidade, exigem um processo, uma elaboração.

Neste processo de elaboração, as categorias teóricas, os conceitos se constituem nas ferramentas indispensáveis, mas não suficientes e nem estáticas, da apreensão das determinações que nos permitem penetrar no tecido mais profundo que constitui a realidade investigada. Neste processo as categorias, para não perderem a sua historicidade, necessitam serem reconstruídas, redefinidas e saturadas com as especificidades dadas pela realidade investigada (p. 45).

¹⁵² Um dos trabalhadores do serviço público estadual, também trabalha como autônomo.

Logo, de acordo com nossos objetivos e considerando nossa tese e hipóteses, por meio das entrevistas, identificamos os seguintes elementos como fundamentais para análise:

- a) Escolarização
- b) Estabilidade (no serviço público)
- c) Exoneração (no serviço público)
 - Remuneração/Salário
 - Condições de trabalho

Neste capítulo abordaremos o primeiro elemento destacado, ou seja, a escolarização.

4.1 ESCOLARIZAÇÃO

Apreciando o depoimento de Ana, que afirma ser uma “privilegiada”, entendemos que todos os entrevistados estão em situações muito próximas no que se refere principalmente ao nível de escolaridade. Ou seja, ponderando principalmente as desigualdades entre grupos sociais, presentes no acesso e permanência no sistema de ensino superior brasileiro ¹⁵³, todos podem ser considerados “privilegiados” pois têm um alto nível de escolarização.

Desta forma, estamos admitindo como verdade que as reformas educacionais implementadas no Brasil durante os anos de 1990, não extinguiram estruturas que mantêm a educação como um “privilégio” de poucos, ainda que seja um direito de todos.

¹⁵³ De acordo com Pochmann (2010, p.09) No Brasil, na década de 1960, apenas 1% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior e hoje, aproximadamente 13%. Zago (2006) enfatiza a reduzida representatividade no ensino superior por parte da população incluída nos níveis mais baixos de renda: “Não se está falando, portanto, de ‘minorias’, mas de uma grande maioria excluída do sistema de ensino superior brasileiro, sobretudo se considerarmos que na faixa etária de 18 a 24 anos apenas 9% frequenta esse nível de ensino, um dos percentuais mais baixos do mundo, mesmo entre os países da América Latina. A expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público” (p.227-8). A autora também destaca que “a ampliação do número de vagas foi considerável nos últimos anos, mas sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais” (p.228).

Ao analisar a educação no Brasil no final de década de 1950, Florestan Fernandes (1966), apresenta o seguinte diagnóstico:

Nossa situação educacional comporta duas constatações diametralmente opostas e, ao mesmo tempo, paradoxalmente verdadeiras. De um lado, a de que ocorreram progressos reais, seja na diferenciação interna do sistema nacional de educação, seja na democratização dos diferentes ramos do ensino. Tais progressos traduzem, sob diversos aspectos, uma valorização completa e altamente sofisticada da escola, como fator de aperfeiçoamento do “homem letrado” e de esclarecimento da inteligência, concepção motora dos imensos sacrifícios feitos no Brasil para expandir e melhorar a rede do ensino. De outro lado, a de que o caminho percorrido é ainda insuficiente para estabelecer equilíbrio entre as exigências educacionais do presente e os meios organizados para atendê-los de modo satisfatório e eficaz. Tanto o número de escolas, quanto a qualidade da instrução nelas transmitida se mantém muito abaixo das necessidades educacionais prementes das várias regiões e das várias camadas da população do País (p. 05).

O autor prossegue apontando os limites das medidas governamentais adotadas no país, salientando que embora aparentemente reformassem o sistema, mantinham práticas patrimonialistas, que faziam com que a educação se tornasse um mecanismo de prestígio social acessível a uns poucos “privilegiados”. Neste sentido, alertava sobre a necessidade da plena democratização do ensino. Para isto, seria necessária a oferta pública e gratuita da escola para todos. Entretanto, não seria suficiente apenas o acesso ou a expansão quantitativa do ensino, este deveria ser reorganizado e aperfeiçoado visando à formação cultural das novas gerações.

Mais de meio século nos separam da realidade que Fernandes (1966)¹⁵⁴ analisou. E, embora reconhecendo os avanços realizados na universalização do ensino fundamental após a Constituição de 1988, entendemos que ainda há muito que fazer tanto em relação à qualidade do ensino, como em relação ao acesso e permanência ao mesmo, em todos os níveis e modalidades¹⁵⁵.

Ora, Fernandes (1966), em sua análise, chamava a atenção para o seguinte: “Onde o Estado se omite e não impõem normas consentâneas com o interesse da coletividade, o livre jogo dos comportamentos espontâneos revela-se, em regra, incapaz de promover os ajustamentos desejáveis” (p. 361). Nesse sentido, vale destacar que, de acordo com Rummert (2007), a classe trabalhadora brasileira, nas últimas décadas, não vem constituindo, “força social suficientemente expressiva na luta pelo direito ao acesso e à permanência em todo o percurso formativo referente à Educação Básica pública e gratuita, em tempo regular, cuja conclusão continua, assim, a constituir um privilégio” [...] (p. 36).

Ou seja, a distância que nos separa da universalização do ensino não pode ser explicada por argumentos de caráter deterministas. Numa sociedade de classe, a democratização da educação é modelada e restringida pelas elites dominantes que, no Brasil, historicamente se beneficiam das benesses do Estado, fazendo da educação um privilégio de poucos.

Assim, entendemos porque no imaginário social, assim como para Ana, uma das entrevistadas, a educação (neste caso, a escolarização) continua aparecendo como um privilégio de poucos, ainda que seja direito de todos.

¹⁵⁴ Embora o estudo tenha sido publicado em 1966, o autor tem como base de análise a década de 1950.

¹⁵⁵ Neste sentido, destacamos o estudo de Castro (2009) no qual apresenta a evolução e as desigualdades ainda reinantes nas condições educacionais dos brasileiros. A análise mostrou que, apesar da ampliação que vem ocorrendo, ainda existe no Brasil um baixo acúmulo de escolarização; que, a despeito da diminuição da taxa de analfabetismo, persiste ainda um elevado contingente de analfabetos; que, embora tenha ocorrido ampliação do acesso à educação infantil, ainda é muito restrito o acesso às creches e insuficiente para o ensino médio; a insuficiência e o desigual desempenho para conclusão dos ensinos fundamental e médio; e o acesso restrito e desigual à educação superior. Além disso, verificou graves níveis de desigualdade quando se consideraram os aspectos regionais e a renda.

Entretanto, analisando as trajetórias dos trabalhadores que entrevistamos, observamos que além de semelhanças no que se refere ao alto nível de escolaridade, existem outras. Também verificamos que entre estes, há um conjunto – Grupo A - formado por seis trabalhadores (Maria, José, João, Ana, Paulo e Adriana), que estudaram em escola particular, pelo menos, durante alguma parte da escolarização obrigatória¹⁵⁶. Além disso, por existirem boas condições financeiras familiares, conforme afirmam, não precisaram trabalhar até o final da graduação. Todos têm carreira na área da saúde.

Há também outro grupo (Grupo B), formado por seis entrevistados (Rita, Helena, Mariana, Vitória, Rosa e Sonia), que estudaram em escola pública durante todo o período de escolarização. Há em todos os casos, referências às dificuldades financeiras familiares. Além disso, todos tiveram algum vínculo remunerado, seja de emprego, bolsa de estudos ou estágio, antes de concluir a graduação. Um começa a trabalhar aos doze anos de idade, dois aos quinze, um aos dezessete, um aos dezoito e um aos vinte e um.

Com a preocupação de explicitar algumas questões pertinentes aos objetivos da pesquisa, organizamos a apresentação das trajetórias dos grupos em duas partes (Grupos A e B), que não são isoladas entre si, pois guardam as mesmas orientações interpretativas e desempenham, cada qual, um papel na interpretação da outra (LAHIRE, 1997).

4.1.1 O Grupo A

Esse grupo é composto pela trajetória de seis entrevistados, nomeados aqui como Ana, Maria, José, João, Paulo e Adriana, as quais apresentamos a seguir.

Ana

Sou uma privilegiada!

¹⁵⁶ Com a sanção da Lei nº. 11.274, em fevereiro de 2006, o ensino fundamental, obrigatório no País, passa a ter duração de nove anos, com matrícula dos alunos aos seis anos de idade.

Ana nasce em Vacaria/RS em 25.07.1975. Sua mãe tem ensino superior (Letras), e atua como professora em escolas particulares e públicas. Seu pai tem ensino técnico em contabilidade e hoje, aposentado do Banco do Brasil, é empresário. A participação dos pais na escolarização de Ana e do irmão foi fundamental. Segundo afirma: “Meus pais sempre foram a favor dos filhos continuarem estudando, além de incentivar, deram todas as condições, porque tinham condições para pagar uma escola boa”. Enfatiza que foi para Curitiba apenas para fazer “terceirão”, se preparar para o vestibular. Quanto a trabalhar e estudar ao mesmo tempo diz que até terminar a faculdade só estudou, devido à carga horária dos estudos e por ter condições de se dedicar só aos estudos. No RS, logo depois de formada, trabalhou numa prefeitura pequena, mas não como concursada: “tínhamos uma empresa, então trabalhei como prestadora de serviços para a prefeitura”. Não tinha carteira assinada. Sempre sem ansiedade ou cobrança, após a conclusão do mestrado (durante o qual também não trabalha) presta concurso para a PMF e é classificada em primeiro lugar. Não fez curso preparatório. Quanto aos motivos que levaram a fazer o concurso público afirma que não era intenção a carreira pública, mas se encanta pela área após o mestrado, pois há muita vontade de trabalhar na saúde pública. Na PMF, o salário “não chama a atenção”, pois para que melhorasse teria que aderir ao Programa de Saúde da Família. Contudo, tal programa exige que o trabalhador tenha carga horária de 40 horas, o que não lhe é possível. Assume a vaga e continua trabalhando em sua clínica. Solicita exoneração, pois sente falta de liberdade pra poder fazer o seu horário. Além disso, destaca outros motivos: a frustração em relação à “expectativa de trabalhar com gestão, a questão salarial, a carreira, enfim, mas o que mais pesou foi o fato de ter uma segunda opção”. E, portanto, optou pelo consultório. Considera a estabilidade importante, mas não “pesa” em sua opção pela exoneração, pois tem outras fontes de renda. Hoje, “só optaria por outro concurso público se fosse na área acadêmica, como professora”. Salienta que “o emprego público representa uma chance para muitos profissionais, ter um salário que te permite sobreviver. No meu caso é diferente, eu tinha outros meios para sobrevivência”. Sente que no emprego público é possível separar o tempo do trabalho, pois “se não tem material, se não tem

secretária, não sou eu quem vai ter que resolver, é a prefeitura”. No privado isto não acontece, pois é responsável direta pela produção: “se vai ter material, se não vai ter, eu tenho que estar lá e atender, posso até acabar de atender ali, mas tem que pensar em tudo”. Felizmente, segundo afirma, não conhece a sensação de estar desempregada. Atualmente faz doutorado na UFSC e diminuiu o ritmo do trabalho, “isto é possível porque sou sócia da firma”, salienta.

Maria

Estabilidade com o salário que a PMF oferece não tem condições.

Maria é natural de Vitória da Conquista, na Bahia, e nasce em 17.05.1971. Cirurgiã dentista, formada em odontologia com especialização em cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial, atualmente é professora da UFSC. Os pais têm nível superior. O pai, contador, funcionário do Banco Central, em Brasília, hoje está aposentado. A mãe é professora, formada em Geografia, mas hoje não atua. Considera que sua família tem papel fundamental em sua escolarização: “Minha mãe sempre falou que o que é de herança é o ensino, é o que fica, o que a gente aprende, bens materiais podem terminar, mas o que você investir na educação vai ficar”. Suas três irmãs têm nível superior: “uma é arquiteta, designer, contadora, duas trabalham no Banco do Brasil e uma trabalha em Washington na Organização dos Estados Americanos”. Avalia que começou a trabalhar tarde, aos 33 anos, porque fez graduação, mestrado e doutorado antes disto. Estudou dois anos na Suíça e recebia bolsa da Confederação Suíça. Afirma que na época em que se formou “o CRO exigia dois anos de experiência profissional, ou em consultório ou em estágio com algum profissional, então fiquei na própria universidade federal da Bahia, onde me formei e fui professora substituta, passei por processo seletivo e fiquei por um ano. Daí, passei para o mestrado no RS. Os professores incentivaram muito à continuidade dos estudos em nível de mestrado e na época o único local que tinha mestrado e residência na área que eu queria era no RS (...) bolsa só no RS, então foi a possibilidade financeira também. Havia só 5 vagas, passei e comecei a carreira de estudante”. A busca pelo

emprego público acontece por conta da estabilidade financeira para a aposentadoria. Também tem como objetivo a docência. Afirma que conhece o desemprego: “Quando terminei o doutorado fiz o concurso em Pelotas, quando você termina o doutorado você só sentia isso: eu estudei a vida inteira! O que é que eu vou fazer? E quem faz o doutorado vai fazer o quê? Nunca tive consultório! Montar um consultório não é fácil, concurso pra universidade? Daí você começa a procurar no Brasil onde tem concurso” Presta concurso em Pelotas, mas consegue o segundo lugar, portanto precisa aguardar ser chamada. Vai para Brasília em busca de emprego, mas não obtém sucesso. Então vai para o Rio de Janeiro e trabalha por três meses como voluntária. Recebe convite da ULBRA. Aceita e retorna ao Rio Grande do Sul, onde permanece por dois anos e meio. Em seguida, seu namorado e também colega do doutorado, lhe convida para vir morar em Florianópolis. Pensa que se dedica a vida inteira aos estudos e à profissão e decide “olhar para seu lado pessoal”. Aceita o convite e pede demissão da ULBRA. Em Florianópolis, desempregada, realiza trabalhos em consultórios de outros profissionais pelos quais recebe apenas percentuais dos valores cobrados. Junta o dinheiro da rescisão do contrato às economias do namorado, atual marido, e compram uma sala. Com a ajuda dos pais de ambos, montam uma clínica. Também se credencia ao Hospital Regional de São José. Presta concurso para a Unisul (onde leciona durante um ano), para a PMF e para o Hospital Regional de São José. A PMF chama primeiro e por isso assume a vaga. Na PMF participa na organização do Centro de Especialidades Odontológicas e ministra cursos de formação e atualização profissional, organiza palestras e movimentos de reivindicação profissional. Mas, “o salário é muito baixo”, afirma. Então, é aprovada no concurso da UFSC: “Tive que sair do hospital. Tive que sair da PMF e do hospital, que eu adorava o hospital, por questões financeiras mesmo”. Mas, “se na UFSC não houvesse a garantia de estabilidade eu não teria vindo”. Além disso, em relação à PMF destaca que: “Eu sabia que seria uma coisa temporária”.

José

Estabilidade é a manutenção do emprego a despeito de influências externas.

José nasce em Blumenau/SC em 07.10.1977. Seu pai tem nível superior incompleto e a mãe superior completo. O ensino fundamental é realizado na rede privada. Durante a graduação, em Florianópolis, realiza trabalho voluntário, sem remuneração. Após a graduação, trabalha e estuda ao mesmo tempo em que faz a residência médica e especialização. Obteve outros empregos com carteira de trabalho assinada antes de ingressar na PMF, pois começa a trabalhar aos 23 anos de idade. Tal ingresso não resulta do primeiro concurso público que realiza, pois são aproximadamente cinco. A busca pelo emprego público tem como principal motivo a estabilidade, pois esta possibilita a manutenção e permanência no emprego. Solicita exoneração da PMF por conta dos seguintes fatores: “Carga horária 40hs incompatível, salário oferecido baixo, falta de estrutura para realização de trabalho médico decente devido estrutura oferecida ser incompatível com a demanda. Exames complementares, fisioterapia insuficientes para a demanda de pacientes e falta de empenho dos gestores em resolver a situação, nítida falta de interesse dos gestores em realmente atender a população e apenas maquiar a situação para fins políticos e eleitorais”, sintetiza. Pelo descontentamento realiza outros concursos públicos. Atualmente, prossegue na carreira de médico, atuando na Força Aérea Brasileira. Distingue trabalho de emprego. O primeiro seria “atividade fim com algum objetivo” e o segundo, “atividade fim com a percepção de recompensa (salário)”. Consegue separar tempo de trabalho e de não trabalho priorizando atividades físicas e o lazer com a família. Nunca participou de greves e quanto ao desemprego, o define sinteticamente como “não estar engajado”.

João

Na PMF, a estabilidade acaba se apresentando como instabilidade: instabilidade salarial, instabilidade emocional, instabilidade na lotação, enfim, só instabilidade!

João nasce em Campina Grande, em 20 de junho de 1970. Seus pais têm escolaridade de nível médio. O pai é técnico em construção civil, e a mãe, dona de casa. Enfatiza que ambos tiveram participação fundamental em sua escolarização. Estuda em escola privada até o final do ensino médio. Realiza a graduação em medicina na Universidade São Francisco, Bragança Paulista e o mestrado na Universidade Federal de São Paulo. Por condições financeiras familiares não precisa trabalhar até o final da graduação. Salienta que se trata de uma carreira – medicina - na qual os investimentos pessoais e financeiros são muito altos. “Não há como o profissional desta área trabalhar enquanto se forma”, afirma. Trabalha, depois de formado, em outras cidades do país (São Paulo e Brasília), inclusive no serviço público antes de ingressar na PMF. Presta concurso público em Florianópolis por este ser na sua área específica de formação e também porque quer residir em Florianópolis, pois, além disto, nesta cidade reside sua esposa, namorada na época do concurso. A estabilidade não é o fator que o impulsiona a buscar o serviço público. Destaca que na PMF há oportunidade de conhecer bons profissionais, mas enumera uma série de fatores negativos que o levam a solicitar a exoneração. Embora o fator salário não tenha sido determinante, orientações/informações equivocadas que recebe em relação a este, na época em que precisou solicitar redução de carga horária, acabam lhe causando uma série de transtornos. Opta por reduzir sua carga horária considerando que receberia uma determinada remuneração. Isto realmente acontece até que a PMF considera ter calculado equivocadamente sua remuneração e passa a descontar o que considerou ter pago indevidamente. Aliado a isto, a insatisfação com o trabalho na PMF acontece por conta da falta de lotação fixa; pelo desrespeito à hierarquia funcional por parte de alguns trabalhadores e ainda falta de providências das autoridades competentes no que se refere a este fato; pelo desrespeito com o profissional no que se refere a sua agenda de atendimentos (realização de “encaixes” de forma excessiva) e pela falta de condições de trabalho. Assim, opta pelo trabalho como autônomo em consultório, pois há maior retorno e satisfação em todos os sentidos, inclusive financeiramente. A exoneração não o deixa em situação de desemprego, que, aliás, desconhece. Não avalia negativamente o serviço público em geral, mas especificamente o da PMF. Falta

melhor estruturação de forma geral. Além disso, embora exista a promessa de investimento na qualificação do profissional, não foi possível vivenciar esta situação, pois qualquer aperfeiçoamento profissional realizado lhe gerou despesas pessoais. Não tem boas lembranças desse período. Portanto, a estabilidade, que já não havia se apresentado como fator determinante quando opta pelo trabalho na PMF, acaba se apresentando como instabilidade, conforme avalia. Considera que há muitas diferenças entre o setor público e o privado. No privado, quem não produz adequadamente é demitido, substituído e, talvez aí, resida o ponto negativo que alguns consideram positivo na estabilidade. O trabalhador da rede privada que não corresponda às expectativas é substituído imediatamente. Não tem boa avaliação no que se refere a sindicatos e nunca participou de greves. Salaria que consegue separar trabalho de lazer, mantendo uma rotina na qual ambos são priorizados.

Paulo

Tive a feliz oportunidade de não trabalhar durante os estudos!

Paulo nasce em Porto Alegre, no RS, em 25 de janeiro de 1975. Seus pais têm escolaridade em nível superior e ambos são odontólogos. A família tem participação fundamental em sua escolarização. Estuda em escola particular no ensino fundamental e os demais em escola pública. Realiza a graduação em medicina em universidade pública e pós-graduação no Rio de Janeiro e São Paulo com bolsa de estudos. Teve a “feliz oportunidade” de não trabalhar durante os estudos, devido às condições financeiras familiares. Tem vários empregos formais antes de ingressar na PMF, incluindo o serviço público em prefeitura de cidade de porte médio do interior do RS, onde permanece por três anos e três meses. Nesse período, “acreditava no SUS”. Não gosta de cidade pequena. Buscando trabalhar em outra cidade, foi aprovado simultaneamente em três concursos públicos em Santa Catarina (Florianópolis, Camboriú e Joinville), todas com excelente classificação. Opta por Florianópolis pelos atrativos da cidade e pelos vínculos de amizade na mesma. A opção pelo serviço público acontece pela estabilidade, pelos direitos trabalhistas, mas enfatiza que

“dependendo do contexto esta não vale a pena”. Dentre os fatores negativos do contexto a que se refere, destaca que a remuneração, as condições de trabalho, a falta de equipamentos adequados e necessários para a realização do trabalho, o cumprimento da carga horária inutilizada pela falta de pacientes às consultas agendadas são fatores frustrantes e que desestimulam o trabalhador. Além disso, tratamentos desiguais para com os trabalhadores, ou seja, existência de privilégios, inclusive referentes a horários para alguns e cobranças desiguais em relação aos trabalhadores também são elementos que contribuíram para seu pedido de exoneração. Não era difícil encontrar situação em que um trabalhador era emprestado para outras instituições nas quais já trabalhara, por exemplo. Isto era uma realidade na Secretaria Municipal de Saúde, enfatiza. Pensa que não se trata de desmerecer nenhum profissional, mas estas questões precisam ser resolvidas. Acredita que talvez a exoneração dos servidores seja um fator que impulse mudanças positivas na instituição. Ainda na PMF é aprovado em concurso que realizou para o Estado (SC). Por ser legalmente permitido que médicos tenham dois cargos públicos, solicita redução de carga horária na PMF, o que é negado. Pensa que a falta de articulação e negociação o “força” a fazer uma escolha. Avalia que a condição em que trabalha na PMF não é satisfatória, embora a salarial não fosse tão distinta da que encontra no emprego no âmbito estadual. Além disso, consegue articular o emprego atual com as atividades como autônomo em consultório. Por valorizar a estabilidade, está atuando no emprego do Estado, “Dali vem o pagamento certo, garantido”, afirma. Quanto às diferenças entre o setor público e o privado, destaca que no privado é necessário “matar um leão por dia”, precisa “fazer por merecer”. No público, independe da produção. Sua agenda na PMF era completa, mas havia um percentual altíssimo de faltas de pacientes. Mesmo com esta realidade, seu salário não é alterado, isto causa frustração para o profissional. Considera-se um “defensor do SUS”, trabalha muito neste sentido. Contudo, em sua avaliação é penalizado pelo sistema, ou seja, isto inclui o descaso de outros profissionais. Considera que houve uma linha de progressão, pois não existia SUS: “Hoje há, mas precisa evoluir muito mais”, afirma. Pensa que provavelmente não retorne à PMF por opção, isto não significa que avalie negativamente o serviço público em geral. Não

conhece a situação de desemprego. Considera importante a atividade sindical, sentimento que herdou dos pais. Não é ligado em política partidária, mas está sempre atento à vida política do país, ou, pelo menos não “é ingênuo” neste sentido. Na sua avaliação, mantém uma rotina diária na qual trabalho e lazer são priorizados.

Adriana

Meu principal objetivo sempre foi a estabilidade!

Adriana nasce em Lages/SC em 19/04/1975. Forma-se em Odontologia, faz mestrado na Universidade de São Paulo, conclui o doutorado em 2007 na Universidade de Pelotas/RS e ingressa na PMF em 2008. Seus pais foram “as primeiras pessoas de suas famílias a concluírem o ensino superior”. Ambos servidores públicos, o pai é formado em Economia e aposentado após trabalhar no Banco do Brasil e a mãe em Ciências Sociais, ainda atua como professora em Rio do Sul/SC. Por conta do trabalho do pai, a família reside em vários lugares até que se estabiliza em Florianópolis na época em que Adriana ingressa na universidade. A família sempre teve fundamental importância na escolarização das três filhas. Destaca que sempre ouviu da mãe que deveriam ter uma profissão: “Faculdade era uma obrigação pra gente, faculdade federal, ela nem colocava no ponto as particulares que na época eram tão boas”. Sempre estudou em escola particular, fez curso preparatório para o vestibular e para o concurso público (atualização em clínica odontológica). O ingresso na PMF resulta do primeiro concurso público que realiza, mas não é o primeiro emprego, embora seja o único no qual há estabilidade: “Eu tinha trabalhado em consultório meu, já tinha trabalhado em consultórios de colegas dentistas, já tinha sido professora da faculdade do planalto catarinense por quatro anos e já tinha sido professora da UFSC como substituta. Afirma que começa a trabalhar aos 22 anos, depois de formada, mas conta que enquanto estuda “ajudava nos negócios da família, minha mãe tinha uma confeitaria, mas era um negocio informal, trabalho mesmo foi só quando eu me formei”. Não faz estágio remunerado ou trabalho voluntário. Quanto à busca pelo emprego público diz que: “A primeira motivação é a estabilidade,

eu sempre quis ser funcionária pública para ter estabilidade, eu sempre procurava concursos públicos na minha área, tanto para odontologia quanto para universidades”. O segundo fator foi a cidade, pelos amigos e pela qualidade de vida e porque o marido já trabalhava em Florianópolis. Entretanto, pensa que “a estabilidade às vezes prejudica um pouco porque têm funcionários que têm bem essa mentalidade de sou estável então não preciso fazer além, não preciso fazer o meu trabalho tão bem feito. Então muitas vezes isso atravancava o serviço porque eu tenho uma característica de só fazer algo quando eu posso fazer bem feito então tinha gente que barrava justamente por este comportamento do serviço público então essa é uma queixa que eu tenho, não só relacionado à prefeitura, aqui também tem disso, todo ambiente público tem isso”. . Gosta da PMF, mas não pode manter os dois empregos. Presta novo concurso público e alcança seu objetivo principal, a inserção na UFSC. Então, por sua formação ser voltada à área acadêmica, solicita exoneração da PMF. Entre os dois empregos a questão salarial não tem diferenças significativas no primeiro momento, "mas a progressão salarial na UFSC é mais valorizada, ela é mais rápida. No primeiro momento assim eu troquei seis por meia dúzia. Mas depois de dois anos eu já tenho um orçamento bem maior do que lá", afirma. Entretanto, se na UFSC não houvesse estabilidade, afirma que "continuaría na Prefeitura. Meu principal objetivo sempre foi a estabilidade. Procura não "levar trabalho para casa". Na PMF conseguia fazer isto, mas "no universo da universidade tu praticamente estende o teu trabalho para a tua vida pessoal". Fora do horário de trabalho, diz que: "eu fico com o meu marido, faço natação, faço dança, faço francês, sou aluna ao invés de professora. Como é um trabalho muito burocrático e na maioria das vezes em frente ao computador e como o computador é portátil na maioria das vezes se você não terminou o trabalho, você leva para casa, então eu e o meu marido que também é da área acadêmica temos essa regra, terminou o horário de trabalho, o trabalho fica aqui e aí a gente tem as outras coisas". É sindicalizada, mas tem uma participação que considera bem limitada.

4.1.2 O Grupo B

Esse grupo é composto pela trajetória de seis entrevistados, nomeados aqui como Rita, Helena, Mariana, Vitória, Rosa e Sônia, as quais apresentamos a seguir.

Rita

Estava ciente dos riscos, mas também da segurança que só Deus pode dar. Então, está tudo bem!

Rita nasce em Florianópolis/SC, em 29/04/1981. Os pais, atualmente aposentados, são administradores, formados pela UFSC. Realiza estágios remunerados a partir dos 18 anos de idade enquanto estudante de Pedagogia. O ingresso na PMF, seu primeiro emprego, resulta do primeiro concurso que realiza. Não faz curso preparatório para realização de concurso. Trabalha como voluntária no Núcleo de Assistência Social de uma igreja e estágio remunerado numa empresa enquanto faz a especialização. Formada em pedagogia pela UFSC e pós-graduada (em nível de especialização) pela UDESC, ingressa na Prefeitura Municipal de Florianópolis no cargo de professora substituta em 2003 e como auxiliar de ensino efetiva em 2005. A busca pelo emprego público acontece por acreditar que há mais vagas na rede pública em relação a particular, assim há grandes chances de conseguir um trabalho na área de formação. Além disto, pelo salário inicial, pelos benefícios e estabilidade oferecidos. Assim, a estabilidade foi um fator muito importante, mas não determinante. Mesmo estando insatisfeita enquanto auxiliar de ensino, a estabilidade não a “deixou” pedir demissão e procurar outro emprego, até que foi convidada a assumir a Sala Informatizada no EJA, onde o trabalho “se tornou muito mais prazeroso”. Recorda que no primeiro dia de trabalho na escola como auxiliar de ensino, as professoras, prestes a se aposentarem, aconselharam-na a sair logo da profissão enquanto era nova, pois é muito desgastante e pouco recompensada. Pensa que elas estavam dizendo que “estabilidade não deveria comprar minha vida, assim como a delas”. Após dois anos trabalhando como professora efetiva compartilha com o marido o desejo de estudar Teologia em um Seminário para estarem mais preparados para trabalhar

integralmente na igreja ou em alguma missão. Ambos, líderes de jovens da igreja e voluntários em várias ações sociais da mesma, gostam muito do que fazem na igreja e objetivam dispor de mais tempo para isso, e não apenas os finais de semana: “Sentimos o chamado de Deus e a tranquilidade necessária para sairmos de nossos empregos, ele trabalhava no SENAI há quatro anos. No início, algumas pessoas não entendiam como poderíamos deixar nossos bons empregos para nos aventurarmos novamente como estudantes numa área, até então, pouco conhecida por nós dois”. Gosta muito da última função que exerce na PMF e antes de pedir exoneração, em 2007, pensa na possibilidade de licença do emprego, para, caso não desse certo nessa nova área, pudesse voltar ao meu emprego na PMF. Mas, desiste e toma “coragem de sair da PMF. Até brincava com as pessoas, dizendo que há vida fora do concurso público”. Finalmente, familiares e amigos apoiam a decisão do casal. Em dezembro de 2010 forma-se em Teologia pelo Seminário Betânia- Altônia/PR. Em seguida, nasce o primeiro filho e assume a função de “dona de casa”. Atualmente, trabalha como voluntária em uma missão cristã e na igreja na qual o marido é pastor. Conclui afirmando que: “Não sei por quanto tempo continuarei morando e trabalhando no local que estou hoje, mas isso não me gera ansiedade ou preocupação. Estamos felizes aqui por enquanto. Hoje, “estabilidade para mim é uma palavra distante”, enfatiza. Quando decidi pedir exoneração em 2007, estava ciente dos riscos, mas também da segurança que só Deus pode dar. Então, está tudo bem!”.

Helena

Tu tens que ter qualidade de vida!

Helena nasce em 12/07/1972 em Florianópolis/SC. A mãe tem ensino fundamental e é natural de Natal, Rio Grande do Norte. O pai que é natural de Biguaçu/SC estuda até a quarta série do ensino fundamental, ingressa na Marinha aos catorze anos, faz carreira e após alguns anos opta pela Polícia Militar até que se aposenta. Helena avalia que, embora com poucas oportunidades de estudo, os pais investiram muito na escolarização dos oito filhos, pois todos concluem o ensino superior, exceto um que concluirá em breve. Enfatiza que: “Nós

todos estudamos em escola pública, nós não estudamos em escola particular não, até porque não tinha condições também. Meus pais sempre estimularam bastante, sempre exigiram que nós estudássemos, tanto que eles não queriam que a gente trabalhasse na época que estávamos estudando, eles não deixavam, a gente não tinha vida boa, tudo muito difícil, meu pai na época era da polícia e quem era da polícia na época ganhava muito pouco, ele só não deixava a gente passar fome, mas a gente viveu assim e tal, mas ele sempre investindo nos nossos estudos, queria que a gente tirasse notas boas, que fossemos bons alunos e bons cidadãos. E todos nós fizemos faculdade, pública com exceção da minha irmã mais velha que fez particular”. Afirma que nunca esteve desempregada porque desde cedo fez estágio remunerado e atividades de voluntariado. Pensa que a escolaridade contribui para enfrentar o desemprego. No final da faculdade, faz estágio remunerado e realiza trabalho voluntário. Aos 21 anos, formada em Pedagogia com habilitação em educação especial, trabalha com contrato temporário por seis anos. Faz concurso para professora no Estado, na Prefeitura de Florianópolis e para a Polícia Civil, e é aprovada nos três, embora não faça cursos preparatórios específicos. Grávida do primeiro filho assume a vaga de 20 horas na PMF, em Rio Vermelho, portanto num local bastante distante de sua residência em Biguaçu. Também assume a vaga em Biguaçu, na escola estadual. A diferença salarial entre os dois empregos não é significativa. Seu deslocamento para o local de trabalho em Florianópolis afeta sua qualidade de vida. Considerando também a vaga na creche para o filho perto da residência, pede exoneração da PMF. Por conta de sua formação, faz novo concurso na Fundação Catarinense de Educação Especial, é aprovada, mas não tem boa classificação. Destaca que enquanto teve contrato temporário realizava concursos públicos movida pelo desejo de ter estabilidade: “ninguém merece chegar dezembro e ficar sem salário no final do ano e tu ter estabilidade não só no sistema, mas também na escola, porque tu saber que pode dar continuidade a um trabalho, se identificar com a comunidade!”. Em relação a movimentos sindicais relata que não participa e percebe que os temporários normalmente têm medo de fazer greve. Destaca que a estabilidade é uma forma de manutenção do emprego e segurança, mas sua opção por um ou outro emprego sempre seria considerando as condições de

trabalho, as “outras vantagens além de salário, é um conjunto”. É bastante enfática neste sentido: “tu tens que ter qualidade de vida, eu tenho quarenta anos, então hoje eu não posso ficar querendo só ter dinheiro, hoje eu quero ter uma vida tranquila, é isso que eu preciso, entendeu? Se eu conseguir viver com pouco, mas viver bem, ótimo, agora o que eu não quero é daqui a pouco estar precisando de um psiquiatra, porque essa correria, essa guerra em função de dinheiro, de ter um pouquinho mais condições acaba com a vida da gente, com a família e eu tenho uma família, tenho filhos e eu tenho que dar atenção para eles, essa foi a maior razão da minha opção”.

Mariana

Busquei o emprego público para poder me aposentar no emprego.

Mariana nasce em Florianópolis, em 18.04.1984. Seu pai é policial militar e tem ensino médio. Sua mãe é agente comunitária de saúde da prefeitura de São José e tem ensino superior (Pedagogia). Afirma que: “Minha família é humilde e por esse motivo, não me lembro de incentivos por parte deles com relação aos estudos, vem de mim o gosto pelos estudos e o desejo de melhorar minha situação financeira e, conseqüentemente, da minha família. Faz pouco tempo que minha mãe se formou em pedagogia e sabe, portanto, da importância do conhecimento”. Faz toda sua escolarização na rede pública. O ingresso na PMF não é seu primeiro emprego. Aos 12 anos trabalha como babá e aos 15 como bolsista em escolas. Trabalha e estuda ao mesmo tempo: “fui bolsista enquanto fazia o curso técnico em edificações na ETEFESC”. Também faz trabalho voluntário e estágio remunerado. O motivo principal para buscar o emprego público é a estabilidade, “poder me aposentar no emprego”, afirma. Trabalha como técnica em edificações no Hospital Universitário da UFSC, como trabalhadora terceirizada e realiza outros concursos antes de ingressar na PMF. Não realiza cursos preparatórios para concurso. É aprovada no concurso da Prefeitura Municipal de Biguaçu, na Prefeitura Municipal de Itapema e no concurso para o Departamento de Administração Prisional/SC. Embora nunca tenha participado de algum movimento sindical ou greve, acredita

que a estabilidade possibilita poder lutar e discutir por direitos, sem o medo de ser demitida por isso. Permanece na PMF por apenas três meses, pois é chamada para assumir vaga no Estado (Departamento de Administração Prisional), “e como o salário do estado (Inicial) é três vezes mais que o da prefeitura esse foi o atrativo inicial. Fiquei entristecida pelo fato de sair da minha área profissional, pois sou técnica em edificações e estou me formando em engenharia Civil na UFSC. Na PMF a atividade que exercia era de meu interesse, hoje como agente penitenciária a função é ruim, mas devido ao fato de oferecerem melhores condições aos seus profissionais escolhi este concurso”, afirma. Atualmente é agente penitenciária e trabalha na Colônia Penal Agrícola de Palhoça. Quanto ao tempo livre ou a possibilidade de separar trabalho e lazer, destaca que: “estou na nona fase de engenharia civil, portanto quando não estou trabalhando, geralmente estou estudando. Gosto também de ir ao cinema e ler um livro”.

Vitória

Entre a estabilidade e o salário optei pelo salário mais alto.

Vitória nasce em Florianópolis, em 11.12.1981. O pai que tem ensino médio e técnico em contabilidade, desde os 17 anos é trabalhador do serviço público comissionado na Casa Civil. A mãe, formada em Ciências Sociais, ministra aulas durante alguns anos e depois atua na Secretaria de Educação como trabalhadora efetiva. Ambos, “sempre deram apoio para estudar, assim comecei a faculdade de comunicação social e um semestre depois iniciei a trabalhar com educação infantil como auxiliar no Estado, depois que terminou a faculdade iniciei o magistério e resolvi não trabalhar com comunicação social. Meus pais apoiaram e assim iniciei também a faculdade de pedagogia”, afirma. Começa a trabalhar aos 17 anos, quando realiza estágio remunerado em curso de inglês. Aos 18 começa a trabalhar como professora auxiliar na rede estadual de ensino. Trabalha e estuda simultaneamente. Também trabalha na Prefeitura Municipal de São José como professora auxiliar. Compra apostilas para estudar visando concurso público. O ingresso na PMF resulta do primeiro concurso público que realiza. Pela opção em trabalhar com educação, busca o serviço público tendo

a estabilidade como mais um fator de motivação. Destaca que embora exista estabilidade no cargo ocupado na PMF, o mesmo não é muito valorizado. “Então, entre a estabilidade e o salário optei pelo salário mais alto. Atualmente estou como professora de informática no Ensino Médio Inovador em uma escola do Estado”, afirma. Em relação aos motivos da sua exoneração da PMF sintetiza: “O salário, a desvalorização do auxiliar de sala, o tempo em que o auxiliar de sala ficava sozinho já que sua carga horária é maior que a do professor. E por fim o tempo que eu levava para chegar à escola e o tempo em que eu levava para sair dela”. Realiza outro concurso público para auxiliar de ensino na prefeitura de Florianópolis, obtém classificação, mas não é chamada para assumir vaga. Segundo diz: “Trabalho é responsabilidade, dedicação, é vestir a camisa do lugar onde está e emprego é somente uma fonte de renda”. Destaca que é necessário ter horas de lazer e sempre que é possível prioriza. Quanto ao desemprego, afirma que: “Felizmente sempre consegui trabalhar então nunca estive desempregada. O tempo em que fico sem contrato considero férias e não desemprego”.

Rosa

Não é só a estabilidade, senão bastaria cumprir o horário de trabalho, a gente quer mais!

Rosa nasce em Florianópolis, em 24.02.1978. Aos 15 anos de idade, aluna do segundo ano do ensino médio, faz estágio remunerado em uma escola e recebe 60% do salário mínimo. Depois, faz estágios remunerados, no Banco de Estado de Santa Catarina, no Correio e escritórios de perícias. Em todos os casos, sem carteira de trabalho assinada. É aprovada no primeiro vestibular que realiza. Opta por Ciências Contábeis pela possibilidade de estudar à noite, pois precisa trabalhar durante o dia. Os pais trabalharam na agricultura. A mãe estuda até o quarto ano do ensino fundamental e o pai até o segundo. Mais tarde o pai foi motorista vendedor e a mãe dona de casa, além de lavadeira de roupas. Rosa estuda até o quarto ano do ensino fundamental em colégio particular e depois em escola pública. Os pais “não tiveram escolaridade, mas sempre me influenciaram a estudar”, afirma. Em relação aos dois irmãos o procedimento foi idêntico e ambos são formados pela UFSC (em Administração

e Ciências Contábeis). Enfatiza: “Muito esforço! Um dia me perguntaram na escola a profissão da minha mãe e eu respondi lavadeira! Não entenderam e eu tive que explicar, minha mãe lava roupa pra fora, então ela é lavadeira. Minha mãe ia na escola e pedia bolsa, explicava a situação e conseguia”. O ingresso na PMF resulta do primeiro concurso que realiza. Não faz curso preparatório para tal concurso, porém para outros realiza. Em Santa Catarina presta concursos também para a UDESC e Secretaria Estadual da Fazenda. E, por seu namorado, atual marido, residir em Curitiba, também faz dois concursos naquela cidade. A busca pelo emprego público acontece por conta da estabilidade e da remuneração. Destaca também que: “Me sentia estável na PMF, mas optei por fazer cursinhos enquanto estava na PMF pela questão da remuneração, a PMF pagava muito pouco e eu queria algo melhor, um salário melhor. Mas quando pedi exoneração eu ainda não havia passado em outro concurso, eu saí porque o salário era baixo e eu queria me dedicar a estudar pra outro concurso. Então conversei com meu marido e optei por ficar em casa estudando. Essa opção se pode tomar quando se tem alguém que te sustente, ou os pais, ou o marido, mas por um curto tempo porque ninguém quer ficar assim dependendo do marido por muito tempo”. Entretanto, não é apenas a questão salarial que lhe motiva a pedir exoneração. Sente que não consegue fazer um trabalho bem feito devido às condições que a PMF oferece e isto a estressa. Mas, “querendo ou não era um emprego estável, então pesou”, afirma. É aprovada no concurso para a UDESC e para a Secretaria Estadual da Fazenda e opta pelo segundo. Relata que mesmo quando ainda estava na PMF “já procurava outro emprego com salário melhor e só não fiquei mais tempo por causa das questões do trabalho mesmo”. Destaca ainda que: “Não é só a estabilidade, senão bastaria cumprir o horário de trabalho, a gente quer mais!”. Na Secretaria da Fazenda, ocupa desde o início e consecutivamente vários cargos de chefia: “Hoje eu tenho um bom salário, tenho minha família constituída aqui, agora eu consigo falar em estabilidade”, afirma. Atualmente, pós-graduada, pensa que: “A área de contábeis é muito boa pra concurso, as pessoas não ficarão na PMF se o salário continuar baixo, não conseguirão segurar as pessoas lá. Hoje eu posso desempenhar um bom trabalho, porque eu tenho um emprego, não preciso me preocupar com o resto, eu posso ver meus filhos,

posso ficar doente e posso desempenhar um bom trabalho, não é só porque eu estou no serviço público que eu vou só cumprir meu horário. Não, eu tenho que desempenhar um bom trabalho, eu vou à luta!

Sonia

(...) aí sim se pode falar nessa estabilidade mais completa, com qualidade, com carga horária decente, com uma remuneração decente, com melhores condições de trabalho.

Sonia nasce em Florianópolis, em 27.04.1981. Sempre estudou em escola pública. Faz graduação e mestrado na UFSC em serviço social. Os pais têm ensino médio. A mãe, técnica em enfermagem, “apesar de não ter poder aquisitivo para pagar uma escola particular sempre incentivou os estudos”. Pela condição sócio econômica da família, segundo afirma, começa a trabalhar aos 15 anos em emprego administrativo. Continua neste trabalho por cerca de um ano após ingressar na universidade, o que acontece aos 17 anos. Então, buscando dedicar-se mais aos estudos pede demissão, pois começam a surgir as bolsas e os estágios (vários) . Entretanto, “sempre mantinha algum vínculo remunerado”, salienta. Assim que se forma na graduação não consegue emprego em sua área de formação, por isso trabalha num cargo administrativo. Com 21 anos, o encantamento pela docência a leva a ingressar no mestrado, durante o qual trabalha período integral. Quando conclui o mestrado faz a seleção para professora substituta na UFSC. Aprovada, permanece no cargo por um ano. Continua “sempre tentando concursos públicos”, enfatiza. Não consegue dizer quantos concursos públicos realizou, mas acredita que em torno de sete ou oito. Isto porque na sua área de formação, um dos maiores empregadores é o Estado. Então, era dessa maneira que procurava a estabilidade. Além disso, é dessa área que aparecem mais oportunidades. Também não queria emprego no qual fosse necessária indicação política, por isto a opção pelo concurso público. É aprovada em concurso para o Estado, então abre mão do emprego na UFSC, pois não é possível conciliar os dois. Opta pelo Estado por ter vínculo estável, na UFSC só poderia ficar por dois anos e já tinha completado um. Segundo afirma a opção acontece “pela

perspectiva de continuar trabalhando”. Também contou o perfil profissional, ou seja, a prática profissional, pois não se identificou com a docência. Permanece no Estado por dois anos, mas está descontente com o local de trabalho e com a remuneração. Presta novos concursos. É aprovada no concurso da PMF. Assume a vaga e permanece por cerca de um ano e meio nos dois empregos. Isto acontece pela remuneração, mas não lhe dá “qualidade de vida”, segundo avalia. Então surge o concurso da UFSC. Pensa que é um local bom de trabalho. Além disto, há possibilidade de trabalhar na UFSC sem que seja na área da docência. Aprovada, abre mão dos dois empregos (PMF e Estado) e assume o cargo de assistente social na UFSC com carga horária de 6 horas diárias. Na PMF não havia estrutura de trabalho. Algumas vezes foi necessário usar seu próprio carro para a realização dos trabalhos (visitas domiciliares) até mesmo em regiões consideradas de grande vulnerabilidade social. Destaca ainda que o reduzido número de profissionais, a falta de condições de trabalho adequadas, além da baixa remuneração interferiu na sua opção. Pensa que na sua profissão, “o serviço público dá autonomia maior de trabalho. Este é um diferencial grande entre o privado e o público. Nós trabalhamos com direitos sociais e muitas vezes a gente tem que entrar em conflito com o nosso empregador. Salienta que na PMF não sente a estabilidade, “porque eu não tinha condições de trabalho, a questão de eu ter que manter dois vínculos de trabalho pra poder ter uma remuneração adequada não me dava qualidade de vida, eu não conseguia nem planejar minha vida, porque eu não tinha tempo”. Em relação ao trabalho atual, afirma que: “por conta das condições de trabalho, por conta da questão salarial, da carga horária, todo esse conjunto me fez optar por estar aqui. Também é um vínculo estável e aí sim se pode falar nessa estabilidade mais completa, com qualidade, com carga horária decente, com uma remuneração decente, com melhores condições de trabalho. Hoje existe tempo para lazer”. Atualmente não pensa em buscar outro emprego, está satisfeita. Não faria novo concurso público. Não participa de movimento sindical, mas considera fundamental.

4.1.3 Entrelaçando as histórias

Entrelaçando as histórias que conhecemos, adentrando nos pormenores e nas sutilezas nelas imbricadas, várias questões se tornam visíveis. Uma delas é a de que o alto nível de escolarização dos sujeitos entrevistados é um dos elementos que contribuiu no sentido de lhes proporcionar condições de optar pela exoneração e, por conseguinte, por outro emprego¹⁵⁷. Entretanto, verificamos que o alongamento da escolarização (em nível de especialização, mestrado e doutorado) é um importante fator para ingresso no serviço público, mas não necessariamente no privado.

Em relação ao serviço público, essa situação é compreensível, pois a inserção no mesmo depende de aprovação em concurso público e classificação. Mecanismos nos quais há exigências e critérios que valorizam a formação e a titulação do trabalhador. No privado, os relatos dos profissionais com maior nível de escolaridade evidenciaram que essa condição não lhes beneficiou. Maria, que é doutora, ratifica essa questão de maneira muito clara:

Todo mundo pensa que o doutorado é o máximo! Qual é o ápice da carreira? graduação, residência, depois mestrado, depois doutorado. Eu sempre achava que eu tava crescendo na minha profissão e que isso ia me dar um emprego melhor, um trabalho melhor, uma facilidade e foi o contrário. Eu acho que se eu não tivesse

¹⁵⁷ Importante observar que não estamos afirmando que a escolarização, neste caso, o alongamento desta, tenha sido o “único” elemento que lhes possibilitou optar pela exoneração e, por conseguinte, por outro emprego. Neste sentido, são igualmente relevantes as observações de Kuenzer (1998). De acordo com a autora, dizer aos trabalhadores que a escolarização complementada por alguma formação profissional confere “empregabilidade” é, no mínimo, má fé. Por outro lado, afirmar que não adianta lutar por mais e melhor educação é eliminar um espaço importante para a construção de um projeto contra-hegemônico. Salienta ainda que: “Apesar de ser lógico em face da racionalidade capitalista, considero este um falso dilema, que tem sua raiz na falta de clareza acerca da concepção da categoria trabalho, que acaba por dar aparente consistência à lógica própria da teoria do capital humano, que teima em estabelecer relação entre educação e emprego, e que, pelo visto, não está totalmente superada entre muitos pesquisadores” (KUENZER, 1998, p.69).

feito toda essa formação e tivesse batalhado com pessoas amigas... isso não faz diferença...na odontologia, você ali dentro do seu consultório...não esperam que você tenha toda essa formação...foi muito mais difícil...eles pensavam: o que que ela quer aqui né? Na verdade eles achavam que doutor tem mais conhecimento, então porque que vem aqui pra pedir pra fazer. Pra concurso é um facilitador, dependendo da titulação já passa, (...) são poucos profissionais da odontologia que vão valorizar, vão encaminhar pra ele... porque o paciente nem sabe o que é ser doutor, todo mundo é doutor, todo mundo é chamado de doutor nessa área, então ele não faz diferença. Tem paciente que gosta que você explique, tem paciente que nem quer ouvir. (Maria, odontóloga).

Ana, mestre e doutoranda, também relatou que a titulação ajudou na classificação no concurso público, mas no consultório particular, “não fez diferença”, afirmou.

Bourdieu (2002), enfocando o tema “Uma geração enganada”, afirma que a defasagem entre as aspirações e as oportunidades, produzidas aparentemente pelo sistema de ensino, engendra um desencantamento e reveste-se de formas diferentes, do ponto de vista subjetivo e objetivo, segundo as classes sociais. Essa “defasagem” a que o autor se refere, repercute na vida dos sujeitos, social e culturalmente, levando-os a colocar em xeque a “lógica da instituição escolar” (p. 163).

Consideramos que, embora este tipo de análise possa nos levar a distintas interpretações, entre estas a de que o sistema de ensino deva ser avaliado numa relação custo benefício que não é nosso objetivo, é importante que se busque compreendê-las, pois tudo indica que é fundamentalmente pelo “valor de mercado” que o diploma escolar costuma ser reconhecido.

Quando se fala em educação - especialmente, quando há referência ao local privilegiado onde ela se desenvolve de forma sistematizada, ou seja, na escola - a preocupação com a preparação para o trabalho quase sempre aparece de forma explícita ou implícita. Paro (1999) enfatiza que, em pesquisas de

campo, quando se procura saber qual o lugar da escola na sociedade, as respostas dos mais diversos segmentos envolvidos convergem para a questão do trabalho. Ou seja, na busca da compreensão dos objetivos que a escola mais deve atingir - principalmente no atendimento às aspirações da sociedade - o emprego aparece como expectativa essencial.

Zago (2000)¹⁵⁸ também aborda esta questão ao apresentar dados de suas pesquisas nos níveis de ensino fundamental e médio, salientando que:

O reconhecimento da educação escolar como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar, é variável colocada pelos pais de forma recorrente, independente das diferenças internas do grupo estudado (p. 23)¹⁵⁹.

Embora consideremos perfeitamente compreensível que - diante da falta de opções de sobrevivência - a sociedade atribua à escola tal tarefa, é “passível de crítica a centralidade que, pelas mais diferentes razões e por pessoas e instituições dos mais variados matizes políticos, se pretende dar à preparação para o trabalho em nossa escola, hoje” (PARO, 1999, p.111).

A educação formal e a qualificação são atualmente apresentadas como elementos da competitividade, da reestruturação produtiva e da “empregabilidade” (FRIGOTTO,

¹⁵⁸ Zago (2000) procura mostrar as condições objetivas, as práticas e os significados atribuídos à escolarização, como também o caráter heterogêneo e não linear dos percursos escolares em meios populares, com base em uma análise feita a partir de dados obtidos em um bairro de Florianópolis.

¹⁵⁹ A autora também afirma em outro estudo que em pesquisas que realizou sobre meios populares, verificou, por meio das entrevistas, “tanto com os pais quanto com os jovens do ensino médio e superior de camadas populares, está sempre presente à afirmação da importância da escolarização prolongada para responder as demandas do mercado do trabalho mesmo que estes não ignorem que um diploma de ensino médio e mesmo superior não representa a garantia de superação de suas condições econômicas e sociais. Mas nesses meios sociais, a relação com a escola não se define unicamente pelo seu caráter instrumental, de obtenção de diploma e de conhecimentos escolares. Ela representa igualmente um espaço de socialização, de identidade e reconhecimento social” (ZAGO, 2011,p.74).

1998). Todavia pensar que os egressos da escola não estão preparados para conseguir um emprego é outro grande equívoco, pois esta afirmação supõe que a escola possa criar os empregos que o sistema produtivo, por conta do capitalismo, não “consegue” criar (FRIGOTTO, 1998; GENTILLI, 1998; PARO, 1999).

Esse discurso, nada mais é que pura ideologia, pois serve para mascarar as injustiças inerentes à própria sociedade capitalista, fazendo com que as pessoas acreditem que sua posição social se deve à falta de escolaridade ou qualificação, pura e simplesmente. Além disso, não podemos esquecer que as práticas educativas, especialmente as escolares, também não são naturais. Assim como o trabalho, a escola tem uma história na qual se propagaram, em determinados momentos, sob distintas teorias, a ideia de que a ascensão e a mobilidade social estão de alguma forma, asseguradas pela escolaridade.

Silva (2004), afirma que estudos objetivando o exame das oportunidades ocupacionais e a sua relação com o nível de escolaridade não são recentes, e, ao analisar alguns destes, percebe que, gradativamente, a discussão sobre o ensino superior, principalmente, e as perspectivas de mobilidade social foram ganhando novos contornos, mais complexos, sobretudo,

Quando a promessa das benesses advindas do processo de industrialização do país vão dando sinais de que a relação causa efeito – na qual poderia ler: ‘Mais educação é igual a garantia de emprego em condições mais favoráveis’ – não se efetiva (p. 32).

De acordo com a autora, o nível de ocupação nos anos de 1980 esteve atrelado à capacidade de absorção das atividades terciárias - como resultado da desaceleração do crescimento industrial brasileiro na segunda metade da década de 1970- , sobretudo um aumento na participação do comércio e dos serviços com queda expressiva nos níveis salariais. E, nos últimos anos, ainda que os dados estatísticos acusem aumento significativo na percentagem da população escolarizada no país, particularmente da universitária, “não temos assistido a um retorno positivo, mesmo que aquém da demanda, em termos de maiores possibilidades de acesso ao emprego em função do

aumento da qualificação da força de trabalho” (SILVA, 2004, p.34).

Mas, embora de maneira controversa, a escolarização continua sendo valorizada pela sociedade em relação ao trabalho, pois mesmo que não possa assegurar empregos, é

Essencial para que o indivíduo encontre nichos nos quais possa ganhar a vida, para que eventualmente entre no mercado formal de emprego, combine atividades formais e informais ou, ainda, parta para o pequeno empreendimento ou se refugie exclusivamente na informalidade (PAIVA, 1998, p.11).

Os relatos de nossos entrevistados confirmam essa afirmação, pois em praticamente todos foi salientada a importância da escolarização, tanto para estes como para suas famílias, que também foram apontadas como promotoras e incentivadoras do processo. Em apenas um dos depoimentos nos foi relatado uma situação distinta:

Minha família é humilde e por esse motivo, não me lembro de incentivos por parte deles com relação aos estudos, vem de mim o gosto pelos estudos e o desejo de melhorar minha situação financeira e conseqüentemente da minha família. (Mariana, Técnica em edificações)

Essa afirmação nos leva a refletir sobre vários aspectos, entre eles, a respeito da categoria família¹⁶⁰. Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels (1998) advertem que “deve-se tratar de desenvolver o tema da família segundo os fatos empíricos existentes” (p.23). Em sua “Carta a Annenkov”, Marx (19--) enfatiza que “a determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, correspondem formas

¹⁶⁰ Como perspectiva de análise, consideramos “família como uma instituição histórica e socialmente construída, que se transformou no tempo. Apesar de genérico, o termo família designa uma instituição que se define por adotar formas de organização que são diferenciadas nas suas finalidades e nas suas funções. Esta dinâmica, observável entre grupos sociais e no interior de um mesmo grupo, é definida social e historicamente e, portanto, nada tem de natural” (ZAGO, 1998, p.65).

determinadas de organização social, uma determinada organização da família, das camadas ou das classes” (p. 245).

Logo, ao tratarmos dessa categoria, precisamos localizá-la no tempo e no espaço, contextualizá-la e perceber que os agrupamentos familiares têm se mostrado “adaptáveis” às diversas mudanças sociais. Esse processo de adaptação e de mudanças não é linear. Rupturas e permanências de valores vão acontecendo, e as famílias vão se estruturando de maneiras diferentes. (FERREIRA, 2004).

É na sociedade capitalista que a família assume o papel de geradora de força de trabalho, assim sendo, compete a ela produzir uma mercadoria “sem defeito” a fim de garantir sua aceitação no mercado¹⁶¹. Não cabe à mesma somente a reprodução biológica, mas também a social, o que lhe atribui responsabilidades quanto à “disciplinação” da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital¹⁶².

Conforme Harvey (1992), “a socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais” (p.119). Este controle é manifestado na formação de ideologias dominantes, cultivadas pelos meios de comunicação de massa e pelas diversas instituições da sociedade.

Os retratos das famílias que pesquisamos são diversificados, contudo, se aproximam no que concerne à adoção de estratégias que visam garantir o futuro dos filhos, exercendo desta maneira um papel relevante nas trajetórias escolares dos entrevistados.

Na tabela abaixo, apresentamos os dados relativos à escolaridade e ocupação ou profissão¹⁶³ dos pais dos entrevistados, conforme o que denominamos grupo dos “mais privilegiados” e grupo dos “menos privilegiados”.

¹⁶¹ Não estamos, a partir dessa afirmação, reduzindo a importância da família e de sua relação com a escola, pois reconhecemos suas possibilidades referentes às diversas dimensões da vida humana. Neste sentido, destacamos os estudos de Zago (1998, 2000 e 2008).

¹⁶² Harvey (1992) refere-se à “disciplinação da força de trabalho” como processo de controle do trabalho e enfatiza que esta questão é muito complicada, pois envolve elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho, mas na sociedade como um todo.

¹⁶³ Não obtivemos detalhes, na maioria das respostas de nossos entrevistados, em relação à ocupação ou profissão dos pais. Logo, não temos dados suficientes para caracterizarmos as trajetórias ocupacionais dos mesmos.

Tabela 8 - Escolaridade e Ocupação ou profissão dos pais dos entrevistados

	GRUPO A		GRUPO B	
	Escolaridade	Ocupações ou Profissões	Escolaridade	Ocupações ou Profissões
Pai	EM-02 ES inc.- 01 ES-03	Trabalhadores do serviço Público-03 Empresário-01 Dentista (Autônomo)-01 Técnico Construção Civil-01	EF inc.- 02 EM-03 ES-01	Trabalhadores do serviço público-03 Agricultor-01 Motorista (autônomo)-01 Administrador-01
Mãe	EM-01 ES-05	Trabalhadoras do serviço público-02 Dona de casa-01 Dentista (Autônoma)-01 Professora (setor público e privado)-01	EF inc.-01 EF-01 EM-01 ES-03	Trabalhadoras do serviço público-02 Dona de casa-02 Administradora-01 Técnica em enfermagem-01

Fonte: pesquisa de campo

EF inc- ensino fundamental incompleto

EF - ensino fundamental completo

EM – ensino médio completo

ES inc- ensino superior incompleto

ES - ensino superior completo

O cruzamento dos dados apresentados em relação aos entrevistados e seus pais nos permite observar que, os filhos de famílias com nível de escolarização mais elevado trilharam caminhos de alongamento de escolaridade e também de carreiras mais privilegiadas. Há uma série de questões a serem analisadas neste sentido e procuraremos contemplar algumas.

Continuando a focalizar a relevância do papel das famílias no processo de escolarização, destacamos que, embora reconhecendo a forte correlação existente entre as condições econômicas da população estudada e seus destinos escolares e profissionais, consideramos que os comportamentos escolares, tanto dos pais como de seus filhos não são determinados mecanicamente (ZAGO, 1998). Além disso, tais condutas têm forte influência em relação ao alcance dos objetivos dos sujeitos no que se refere à escolaridade.

De acordo com Zago (2011), um número significativo de pesquisas, de diferentes campos disciplinares, tem se voltado para a compreensão dos processos escolares, considerando, ao lado das condições socioeconômicas, os projetos e as práticas

familiares de escolarização, entre outras dimensões (objetivas e simbólicas) da dinâmica social:

As variações em torno das condições econômicas, sociais e culturais definem estratégias e resultados de escolarização que não são da mesma natureza, seja na relação entre grupos social e culturalmente distintos, seja no interior de um grupo caracterizado por certa homogeneidade social. Desse modo, não podemos tratar as famílias em blocos monolíticos. Compreender a formação dos processos escolares mediante uma análise mais fina da realidade pressupõe o abandono de concepções universalistas que tomam as famílias como um conjunto indiferenciado e nos obriga a pensar em pais e alunos datados, contextualizados. Para aprofundar essas relações complexas entre meio social e escolaridade, torna-se então necessário ir além das análises fundadas unicamente nas variáveis clássicas da sociologia, tais como a renda, ocupação e escolaridade dos pais. A família, por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos que não pode ser desconsiderado. Trata-se de uma influência que resulta em ações muitas vezes sutis, nem sempre conscientes e intencionalmente dirigidas. Ou ainda conforme observa Lahire, as disposições capazes de produzir certo tipo de carreira escolar não são necessariamente colocadas em prática pelas famílias de forma consciente e intencional (ZAGO, 2011, p.75-6).

Além de estarmos atentos aos elementos proporcionados pela posição social, também buscamos observar as diferenças qualitativas no contexto de cada realidade social estudada. Nossas observações corroboram as afirmações da autora. Ou seja, as famílias de nossos entrevistados exercem forte influência em suas vidas escolares, conforme afirmamos anteriormente.

Todavia, há variações significativas nas configurações familiares e nas práticas relacionadas à escolaridade dos filhos.

João, por exemplo, destaca que por sua família ter condições financeiras, conseguiu se formar em medicina e afirma: “fazer carreira em medicina exige investimentos pessoais e financeiros muito altos. E, não há como o profissional desta área trabalhar enquanto se forma”. Rosa narra uma situação distinta, mas também relacionada à mobilização¹⁶⁴ familiar:

Meus pais trabalharam na agricultura são da região de Santo Amaro, minha mãe fez até o quarto ano primário e meu pai até o segundo ano. Meu pai é falecido, era motorista vendedor e minha mãe dona de casa, eles não tiveram escolarização, mas minha mãe lavava roupa ‘para fora’ para pagar um colégio particular já no ensino fundamental. Ela lavava roupa e conseguia bolsa em colégio particular para nós, eu estudei até o quarto ano primário em colégio particular e da quinta-série até o terceiro ano estudei no Instituto estadual de educação. Eles não tiveram escolaridade, mas sempre me influenciaram a estudar. Muito esforço! (Rosa, Contadora)

Tanto João, como Rosa, concluem o ensino superior e hoje são pós-graduados. Zago (2011) buscando avançar na compreensão dos resultados escolares sem cair nos determinismos, e, procurando desmistificar explicações fundadas nas faltas “de interesse ou de participação dos pais na escolaridade dos filhos” ou das “carências da cultura de origem”, entre outras que reforçam as desigualdades entre grupos sociais, afirma que “não basta ter pais detentores de um forte capital econômico e cultural para que o filho tenha sucesso nos estudos, do mesmo modo que a ausência desses capitais não determina necessariamente o fracasso escolar” (p.79).

Thin (2006) também nos adverte no sentido de ceder ao que considera “miserabilismo” de atribuir as dificuldades da escolarização nos bairros populares à carência cultural ou à

¹⁶⁴ De acordo com Zago (2008), a escolha do estabelecimento de ensino, a presença dos pais na escola entre outras formas de acompanhamento escolar dos pais na escolaridade dos filhos faz parte do que tem sido chamado de mobilização familiar.

negligência educativa das famílias. Afirma que essas famílias realmente estão em situação de inferioridade em relação à situação escolar, assim como as crianças apresentam características que as colocam em situação difícil diante das aprendizagens escolares. Mas, também é realidade que tal situação é produto de relações sociais cujo equilíbrio de forças é desigual. Assim, as práticas das famílias populares em torno da escolarização de seus filhos não devem ser “medidas” de acordo unicamente com as exigências e normas educativas escolares. Além disso, Há que se considerar que:

As lógicas escolares são confrontadas com lógicas diferentes que às vezes resistem a elas através de apropriações heterodoxas, ao mesmo tempo em que as lógicas das famílias populares são trabalhadas, consideradas e modificadas pela confrontação com as lógicas escolares (THIN, 2006, p. 224).

Há uma relação importante entre as condições econômicas, culturais e sociais e a definição dos resultados e futuro escolar, porém, esta não se dá de forma mecânica ou determinista. E, os caminhos que levam os sujeitos a alongarem sua escolaridade, além de serem permeados por estratégias familiares, são carregados de contradições. Uma delas pode ser percebida nas políticas de expansão do ensino superior que tem acontecido mediante a privatização¹⁶⁵. Logo, tal expansão, mantém o caráter elitista de tal ensino, pois não favorece aqueles que não podem custear uma formação em instituições privadas.

Há que se considerar também o comércio dos cursos pré-vestibulares e todos os outros “investimentos” (aulas particulares, cursos de línguas estrangeiras, etc.) que repercutem nos mecanismos de seleção para ingresso no ensino superior. Isto significa dizer que a origem social exerce forte influência tanto na escolha como no acesso às carreiras mais prestigiosas.

¹⁶⁵ Zago (2008) afirma que a universidade pública expandiu-se, mas, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX até os dias atuais, as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado. Para confirmar sua afirmação, a autora aponta dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Censo de Educação Superior 2003. Brasília, 2003).

Tornou-se amplamente conhecida a tese de que “quanto mais importantes os recursos (econômicos e simbólicos) dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração.” (GRIGNON; GRUEL, 1999, p. 183). As desigualdades são, portanto, ampliadas também pelo crescimento dos investimentos educativos por parte das famílias em condições de fazê-los e, como estes são diferenciados pelo lugar que ocupam no espaço social, aumentam as distâncias entre os grupos sociais (ZAGO, 2008, p. 163).

Tais considerações nos remetem novamente aos depoimentos de João e Rosa. Pela origem social, João pôde optar pela carreira em medicina, pois “fazer carreira em medicina exige investimentos pessoais e financeiros muito altos. E, não há como o profissional desta área trabalhar enquanto se forma”, salienta. Da mesma maneira, Rosa relata: “Como meus pais não tinham muitas condições eu queria fazer algo que eu pudesse estudar a noite, pra poder trabalhar durante o dia, então dos cursos que se oferecia a noite, contábeis parecia, naquela época o mais interessante”. Ambos “escolhem” suas carreiras de acordo com as condições apresentadas. Há ainda outros fatores que interferem nas escolhas.

Ao analisar as diferenças sociais entre as carreiras, Zago (2005) salienta que certos cursos têm seu público formado fundamentalmente por estudantes oriundos de escolas públicas, enquanto em outros ocorre situação inversa, sugerindo a seletividade social na escolha das mesmas¹⁶⁶. Destaca que,

¹⁶⁶ As considerações da autora têm por base dados dos vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina e ao analisar especificamente os dados relativos aos aprovados no vestibular de 2001, afirma que em quase todos os centros, há forte predominância de alunos que cursaram todo o ensino médio na rede particular. Entre os cursos com maiores índices, os casos extremos, isto é, com mais de 80% de alunos originários do ensino médio particular estão os cursos de Engenharia de Controle e Automação Industrial (91,67%), Administração – diurno (91,11%), Eng. de Produção Mecânica (88,57%), Eng. de Alimentos (86,67%), Arquitetura e Urbanismo (85,00%), Nutrição (85,00%), Jornalismo (84,62%), Medicina (84,00%), Direito - diurno (82,5%), Comunicação

considerando principalmente a formação anterior ao vestibular, os candidatos decidem “optar” pelos cursos em que há menos competição¹⁶⁷. E, questiona: Quem de fato escolhe?

Essa observação por si só remete em questão o que normalmente chamamos “escolha”. Quem de fato escolhe? Sob este termo genérico se esconde diferenças e desigualdades sociais importantes. Falar globalmente de escolha significaria esquecer duas questões centrais: a condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização do candidato. Para a grande maioria não existe verdadeiramente

e Expressão Visual (81,67%), Odontologia (81,11%). Na situação inversa, ou seja, naqueles em que predominam estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, estão os cursos de: Matemática – licenciatura noturno (62,50%), Física – bacharelado e licenciatura (ambos com 53,85%), Biblioteconomia (53,75%), Letras Alemão (56,67%), Letras Espanhol (56,67%) e Serviço Social – noturno (58,33%). Em alguns cursos a representação destes estudantes é inferior a 10% (Medicina, Odontologia, Arquitetura e Urbanismo, Eng. de Alimentos, Eng. de Produção Mecânica, Jornalismo, Administração – diurno) ou mesmo nula (Eng. de Controle e Automação Industrial). A autora assinala também que os indicadores relativos à renda familiar, setor de ensino (público/particular), turno onde realizaram o ensino médio e a preparação em curso pré-vestibular, oferecem um quadro bastante ilustrativo da exclusão e seletividade fundada na hierarquia dos cursos universitários. Segundo avalia, “o acesso à universidade é fortemente desigual segundo a origem social dos inscritos e as diferenças variam fortemente segundo os cursos de inscrição. Todas as áreas apresentaram grande concentração, tanto de inscritos quanto de aprovados, que realizaram todo o ensino médio ou a maior parte dele no período diurno. Em todos os centros o percentual de aprovados que cursaram todo o ensino médio no período diurno é superior a 60%, atingindo 90% nas Ciências Biológicas, 88,16% nas Ciências da Saúde, 88% no Centro Tecnológico e 88,75% nas Ciências Jurídicas. Esses índices mostram a reduzida proporção, nesses centros, de estudantes originários de cursos noturnos e, consequentemente, de escolas públicas” (ZAGO, 2005, p.05).

¹⁶⁷ Para exemplificar sua afirmação, a autora aponta dados do vestibular da UFSC de 2001 que contou com 35.242 inscritos e apenas 3.802 vagas, isto é, 89% inscritos foram excluídos do processo. Diante desta distorção, a grande maioria presta mais do que um vestibular para obter uma vaga na mesma instituição: 21.894 (63 %) já tinham passado pela experiência do vestibular e, das 3.802 vagas disponíveis, 2.756 (72%) foram ocupadas pelos candidatos que tinham realizado o vestibular ao menos duas vezes. Dos 14.239 que faziam a primeira inscrição, somente 7% tiveram êxito no primeiro vestibular. Nos anos subsequentes, a distorção se acentuou: em 2004 foram 38.862 inscritos para 3.890 vagas, sendo 9.99 a relação candidato/vaga (ZAGO, 2005, p.04).

uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizente com sua realidade objetiva. A decisão mais frequente volta-se para um curso que permite aumentar suas chances de acesso, direcionada para aqueles tradicionalmente reconhecidos por apresentar menor concorrência na hierarquia universitária (ZAGO, 2005, p. 7).

A seletividade no acesso ao ensino superior e as desigualdades de permanência no mesmo são reflexos da sociedade capitalista, historicamente hierárquica e profundamente desigual. Um olhar histórico sobre o contexto em que os processos educativos são inseridos, numa relação linear com o desenvolvimento econômico e social e com a inserção no mercado de trabalho nos revela as formas mediante as quais os sujeitos lutam para enfrentar as crises cíclicas e cada vez mais profundas do modo de produção capitalista. Estes enfrentam a seletividade e as desigualdades, ultrapassam barreiras como o vestibular, e aí se incluem também os concursos públicos, por exemplo, mas nem sempre atingem seus reais objetivos e precisam adaptar-se ao que é possível.

Como afirma Frigotto (2009, p. 69), “sem capital não se gera capital e, portanto, para investir em educação, tanto os países quanto os indivíduos necessitam de capital”. Neste sentido, o autor salienta que o processo histórico de desenvolvimento metabólico da sociabilidade do capital, cada vez mais concentrador e desigualitário, possibilitou tanto a ampliação do exército de reserva, como a não necessidade de amplos contingentes de trabalhadores que constituem um excedente. “Por certo, os jovens e adultos pouco escolarizados são os mais descartáveis. Mas, também descartam-se jovens e adultos escolarizados” (FRIGOTTO, 2009, p. 69).

Mas, mesmo diante dessa realidade, a crença na possibilidade de pleno emprego¹⁶⁸ e de mobilidade social via escolarização continuam a ser sustentadas pelo pensamento

¹⁶⁸ “Pleno emprego é a situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta, significando que todos os que desejarem vender sua força de trabalho pelo salário corrente terão condições de obter um emprego” (POCHMANN, 1998, p.103).

dominante. Contudo, “a escolaridade não define, por si, o acesso ao emprego ou a efetiva mobilidade social” (FRIGOTTO, 2009, p.73).

As constatações de Silva (2004), ao analisar os processos de inserção profissional de graduados, também acontecem no mesmo sentido. Ou seja, a autora aponta que “a ideia de mobilidade social ascendente por meio da escolaridade, nesse caso o diploma de graduação, parece apresentar dificuldades para ser confirmada” (p.139). Destacamos ainda a pesquisa de Natália Alves (2008), na qual analisa os processos de inserção profissional dos diplomados da Universidade de Lisboa que concluíram licenciatura entre 1994-1998 e 1999-2003. A autora afirma que:

Detentores de títulos acadêmicos que certificam trajetórias escolares longas e qualificantes, os jovens licenciados são, hoje em dia, confrontados com um futuro onde a incerteza impera e os riscos espreitam. A licenciatura já não garante, a muitos jovens, o acesso imediato aos empregos mais qualificados e melhor remunerados e os processos de inserção profissional perderam a linearidade que durante séculos os caracterizou, transformando o emprego dos diplomados num problema social e político (ALVES, 2008, p. 290).

Para os trabalhadores que entrevistamos, observamos que a condição de escolarização se apresentou como instrumento importante para a inserção no trabalho, principalmente no serviço público. Há evidências de que também contribuiu para que pudessem optar pela exoneração e conseguir outro emprego quando esse foi o objetivo.

Importa ainda reconhecer que a opção por outro emprego não parece ser a negação da estabilidade (oferecida no serviço público), mas a possibilidade de acomodação, que na maioria dos casos aconteceu dentro do próprio serviço público, seja em âmbito estadual ou federal.

Ao cruzarmos os dados de escolaridade e ocupação dos entrevistados com os de seus pais, observamos que alguns se mantiveram em situação social equivalente e outros ascenderam

a níveis mais complexos tanto em relação ao conhecimento quanto à posição na estrutura ocupacional, embora ambos distantes de qualquer configuração social que não a de classe trabalhadora.

CAPÍTULO 5

AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DA EXONERAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO NA PMF: SALÁRIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

O caráter dialético da realidade social “nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente” (FRIGOTTO, 2008, 43-4). Neste sentido, compreendemos que mesmo delimitado um fato, é imprescindível o conhecimento da totalidade da qual o mesmo faz parte. De acordo com Kosik (2002), totalidade não significa *todos os fatos*.

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 2002, p. 44).

Isto significa dizer que o processo de conhecimento tanto nos impõe a delimitação de determinado problema como a consideração das múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui, pois como adverte KosiK (2002), “cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo” (p.49).

As considerações acima são cruciais na busca pela apreensão das determinações da exoneração no serviço público, no cenário da afirmação da estabilidade no emprego como estratégia de enfrentamento ao desemprego. Ou seja, não há

como compreender a exoneração (no serviço público) isoladamente.

Assim sendo, neste capítulo abordaremos a estabilidade e a exoneração no serviço público, enfatizando questões referentes à remuneração/salário e condições de trabalho, pois assim como a escolarização, estes também são elementos fundamentais para nos aproximarmos do nosso objeto de pesquisa.

5.1 ESTABILIDADE

Identificamos vários motivos pelos quais os trabalhadores buscam o serviço público na PMF, dentre os quais:

- o fato do Estado ser o maior empregador em algumas áreas de atuação, por exemplo, no serviço social e na educação (portanto, são oferecidas mais vagas em relação ao setor privado);
- a opção pela cidade (vínculos familiares e de amizade, proximidade da UFSC e qualidade de vida);
- oportunidade de trabalho na área de formação;
- desejo de trabalhar no setor público;
- por não ser necessário indicação política;
- por acreditar que no setor público há maior autonomia de trabalho (liberdade de pensamento e atuação) em relação ao privado;

Entretanto, dez (83%) dos doze entrevistados destacaram a estabilidade como o principal fator motivacional na busca pelo emprego público na PMF, enfatizando a importância da segurança e da garantia dos direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro salário, afastamentos para aperfeiçoamento profissional, licença prêmio, aposentadoria, etc.).

Apresentamos, na tabela abaixo, síntese dos depoimentos dos trabalhadores entrevistados, referentes às suas visões em relação à estabilidade no emprego. Na medida do possível, optamos por destacar seus próprios relatos.

Tabela 9 - Trabalhadores, cargos, estabilidade (como a definem ou sentem).

Nome	Cargo	Estabilidade (como a definem ou sentem)
Maria	Dentista	Considera que a estabilidade é importante “porque o dentista depende totalmente dele, se você quebra a mão, não vai atender o paciente, você não vai ganhar dinheiro. E a clínica, você tem que estar pagando a luz, o aluguel, se não for sua sala o condomínio, a funcionária, o décimo terceiro da funcionária, a auxiliar, então, tudo depende de você, você é uma empresa, onde você que gera tudo. Então, eu sempre tive a preocupação de ter algo, além disso. Sempre procurei um emprego público por causa disso, porque acho importante a gente ter algo quando a gente é autônoma”.
José	Médico	Define estabilidade como a manutenção do emprego a despeito de influências externas.
João	Médico	Em relação à estabilidade, prefere destacar que esta já não havia se apresentado como fator determinante quando opta pelo trabalho na PMF, acaba se apresentando como instabilidade: “instabilidade salarial, instabilidade emocional, instabilidade na lotação, enfim, só instabilidade”.
Ana	Dentista	Quanto à estabilidade afirma que: “eu até pensei, é importante, enfim, mas talvez por eu ter esse outro vínculo com a clínica e tenho outros negócios, essa questão não pesou muito pra mim, eu sei que é o que pega pra quem ta fazendo um concurso público, porque tem a garantia que eu vou ter meu décimo terceiro, minha estabilidade, vou me aposentar, mas pra mim não foi o que tanto pesou. Eu me considero uma privilegiada porque tinha e tenho outras fontes de renda”.
Paulo	Médico	Valoriza a estabilidade legal, considera importante, o discutível seria o contexto em que esta se apresenta.
Sonia	Assistente Social	Considera que a estabilidade não interfere no dia a dia do trabalho e possibilita maior autonomia ao trabalhador em relação ao setor privado. Na PMF não sente a estabilidade, “porque eu não tinha condições de trabalho, a

Nome	Cargo	Estabilidade (como a definem ou sentem)
		<p>questão de eu ter que manter dois vínculos de trabalho pra poder ter uma remuneração adequada não me dava qualidade de vida, eu não conseguia nem planejar minha vida, porque eu não tinha tempo”. Em relação ao trabalho atual, afirma que: “por conta das condições de trabalho, por conta da questão salarial, da carga horária, todo esse conjunto me fez optar por estar aqui. Também é um vínculo estável e aí sim se pode falar nessa estabilidade mais completa, com qualidade, com carga horária decente, com uma remuneração decente, com melhores condições de trabalho”.</p>
Adriana	Dentista	<p>Afirma que estabilidade é "você ter uma previsibilidade do seu rendimento, do seu salário no final do mês, você ter uma previsibilidade de uma progressão funcional, é você ter a segurança de se você tiver algum imprevisto com relação à saúde ou com os familiares, você poder se ausentar do trabalho, mas ao mesmo tempo ter direito a receber aquele salário e você poder acompanhar aquele familiar, ou você mesmo ter algum problema de saúde. Então para mim estabilidade engloba tudo isso. Para mim, acho que o menos importante é o ser mandado embora, porque eu parto do princípio que se você faz o seu trabalho bem feito isso não vai acontecer, é mais por isso mesmo. É a garantia dos direitos trabalhistas e a previsibilidade financeira, você poder fazer planos mais longos, mais futuros, sabendo que aquela ali é a tua previsão orçamentária”.</p>
Rita	Auxiliar de ensino	<p>Afirma que “estabilidade é a garantia de um emprego que poderia trabalhar até me aposentar, sem correr riscos de ser demitida por questões externas. Enquanto estava na PMF, estabilidade foi sinônimo de certeza futura, mas também de pressão pela garantia de emprego”.</p>

Nome	Cargo	Estabilidade (como a definem ou sentem)
Vitória	Auxiliar de sala	Avalia que a estabilidade legal não tem tanta importância quanto a remuneração.
Helena	Professora	Afirma que a estabilidade é uma forma de manutenção do emprego e segurança e a opção por um ou outro emprego sempre seria considerando as condições de trabalho, as “outras vantagens além de salário, é um conjunto”.
Rosa	Contadora	Valoriza a “e estabilidade pra poder fugir daquela pressão, a pessoa fica doente, ou vai ter um filho, a pessoa já fica naquela situação de medo de perder o emprego (...), ainda mais por ser mulher, de querer ter uma família, filhos, então é mais uma questão de querer ficar mais tranquila, de não perder o emprego do dia pra noite, uma questão de segurança”
Mariana	Técnica em edificações	Afirma que a estabilidade possibilita poder lutar e discutir por direitos, sem o medo de ser demitida por isso.

Fonte: pesquisa de campo.

As respostas de nossos entrevistados são fundamentais, de acordo com os objetivos da pesquisa. Entretanto, é essencial buscar compreendê-las considerando as trajetórias dos mesmos.

De forma geral, podemos observar que a conquista da estabilidade ocorreu via diversos concursos públicos e via a escolarização, e após outras tentativas e experiências de trabalho, de estágio e de voluntariado. Constatamos também que a exoneração solicitada por esses trabalhadores não contraria a tese, como discurso, de que a busca pelo serviço público acontece tendo a estabilidade como um dos principais fatores motivacionais. Isto se comprova pelo fato de que nove¹⁶⁹ (75%) dos doze entrevistados estão atualmente no serviço público (cinco no âmbito estadual e quatro no federal). Isto significa que, tal busca persiste até que o trabalhador encontre o que Sonia considera a “estabilidade mais completa” ou, o “conjunto” procurado, como também destaca Helena.

¹⁶⁹ Destes nove trabalhadores, um está no serviço público estadual e também trabalha como autônomo.

Mas, como ressalta Paulo, “dependendo do contexto, a estabilidade não vale a pena”. O relato de João evidencia a contradição. O mesmo afirma que para ele, na PMF, esta acabou se apresentando, contraditoriamente, como instabilidade: “instabilidade salarial, instabilidade emocional, instabilidade na lotação, enfim, só instabilidade”. Então, para alguns “privilegiados”, que têm outros meios de sobrevivência, como afirma Ana, a opção foi o serviço privado.

Contudo, a opção pelo privado gera muita reflexão. Ana considera que “quando se está num emprego público dá pra separar horário de trabalho, mas no privado ou até mesmo no estudo é difícil, pois está sempre pensando em alguma coisa relacionada ou ao consultório ou à pesquisa, não só trabalho braçal, mas mental, e isso acaba tomando todo o tempo (...) no público não preciso me preocupar se a secretária vai, se vai ter material, se não vai ter, eu tenho que estar lá e atender. Se não tem material, se não tem secretária, não sou eu quem vai ter que resolver, é a prefeitura. Mas no consultório, posso até acabar de atender ali, mas tem que pensar em tudo”. Maria, referindo-se aos dentistas que trabalham como autônomos, afirma: “o dentista depende totalmente dele, se você quebra a mão, não vai atender o paciente, você não vai ganhar dinheiro. E a clínica, você tem que estar pagando a luz, o aluguel, se não for sua sala o condomínio, a funcionária, o décimo terceiro da funcionária, a auxiliar, então, tudo depende de você, você é uma empresa, onde você que gera tudo”. Paulo diz que “no privado é necessário matar um leão por dia, é preciso fazer por merecer. No público, independe da produção”. Relata que sua agenda na PMF era completa, mas havia um percentual altíssimo de faltas de pacientes. Mesmo com essa realidade, seu salário não é alterado, isto causa frustração para o profissional, avalia.

As reflexões que acabamos de apresentar são expressão das relações sociais e históricas em que vivemos. Ou seja, discursos carregados de ideologia, alimentados por uma mídia que cotidianamente banaliza o serviço público e seus trabalhadores e por um processo que visa tornar o Estado mais competente para a acumulação do capital¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Como salienta Frigotto (1996), para deixar o mercado livre para ser o grande regulador das relações sociais, postula-se o Estado mínimo, cujo significado concreto não é necessariamente de um Estado pequeno, mas um Estado

Porém, para além da reflexão e do discurso, observamos que a opção pelo setor público ou privado, acontece de acordo com as condições apresentadas.

Confrontando os depoimentos de nossos entrevistados, entendemos que a instabilidade no trabalho, como enfatizou explicitamente João, está presente em qualquer situação (contratual) na qual os sujeitos vendam sua força de trabalho. Mesmo se analisarmos apenas do ponto de vista legal, ou seja, da estabilidade como direito garantido na Constituição Federal, constatamos que não existe garantia absoluta de permanência no serviço público¹⁷¹, embora esta ainda represente uma importante estratégia de enfrentamento ao desemprego.

Dessa forma, mesmo considerando que alguns dos entrevistados, portadores de estabilidade em outros âmbitos da administração pública, afirmem estar satisfeitos com a situação atual e inclusive não têm mais a pretensão de buscar outro emprego, a pesquisa aponta que a estabilidade no emprego, de fato e na sua totalidade, enquanto qualidade, não é possível na sociedade capitalista. Ou seja, reconhecemos que para algumas profissões existam melhores condições de permanência no emprego e de sobrevivência, mas isto se deve à sua importância na gestão do modo de produção capitalista, que é constantemente modificada para conservar seu fundamento estrutural.

Os relatos que obtivemos nos levam a entender que os exonerados defendem, afirmam a estabilidade no emprego, pois mesmo abrindo mão deste direito enquanto trabalhadores da PMF continuam perseguindo-o como possibilidade de planejar suas vidas a médio e longo prazos. Ao mesmo tempo, evidenciam os limites da mesma em seu sentido estrito, neste caso, como direito garantido legalmente, presente no serviço público municipal de Florianópolis, pois mostram outros elementos que a compõem. Ou, melhor dizendo, deveriam compô-la.

articulador e financiador da reestruturação produtiva na lógica do ajustamento controlado pelo mercado.

¹⁷¹ Neste sentido, ver: Relatório de acompanhamento das punições expulsivas aplicadas a estatutários no âmbito da administração pública federal. Disponível em:

http://www.cgu.gov.br/Correicao/Arquivos/Expulsoes_072011_Estatutarios.pdf. Acesso em: 23.03.2012.

Assim, se aparentemente a estabilidade é uma qualidade em si, verificamos nesta pesquisa que ela é essencialmente um componente de um conjunto de condições e situações de trabalho presentes nas relações capitalistas, particularmente no trabalho assalariado.

Em suma, nossos entrevistados buscam a estabilidade e o horizonte do planejamento de suas vidas é determinado pela condição de classe e fração de classe. Ou seja, a valorização deste direito está relacionada às opções de sobrevivência de cada trabalhador, por conta de sua profissão, escolaridade e condição financeira.

Neste sentido, a exoneração (como “opção”) está inserida no mesmo processo. Todos os entrevistados tiveram condições que lhes permitiram optar pela mesma.

5.2 OS MOTIVOS PARA EXONERAÇÃO

Os motivos apontados pelos trabalhadores entrevistados para solicitarem exoneração da PMF, são declarados de formas distintas, mas, em todos os casos, relacionados à insatisfação e descontentamento com a situação. Entretanto, embora expressados de forma particularizada, desse conjunto podemos extrair, fundamentalmente, dois importantes elementos analíticos: remuneração (salário) e condições de trabalho.

5.2.1 Remuneração (salário)

Marx (1983), referindo-se especificamente à compra e venda da força de trabalho, destaca ironicamente que a esfera da circulação, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda desta mercadoria é “de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem” (p. 145). Enfatiza que o que ali reina é unicamente liberdade, igualdade e propriedade. Liberdade, porque compradores e vendedores da mercadoria força de trabalho contratam como pessoas livres, juridicamente iguais; Igualdade, porque se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente; Propriedade, porque cada um dispõe apenas sobre o que é seu. Contudo,

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume (p.145).

Conforme enfatiza Marx (1983), a natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro e de mercadorias; e, de outro, meros possuidores de força de trabalho. Esta relação é fruto de um desenvolvimento histórico, produto de revoluções econômicas. Quanto ao valor da mercadoria força de trabalho, envolvida nessa relação, assim como o valor de toda mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, portanto, também reprodução da mesma:

Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (MARX, 1983, p. 141).

Entretanto, enfatiza o autor que, em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. Ou seja, a soma dos meios de subsistência deve ser suficiente para manter o trabalhador em seu estado de vida normal. Assim, cabe reconhecer que as necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação é resultado de condições histórico-conjunturais: “para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado” (MARX, 1983, p. 141). Além disso, a soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui a dos seus substitutos – os filhos dos trabalhadores – pois, caso contrário, tal mercadoria seria extinta do mercado, seja por desgaste ou morte de seu proprietário.

Sendo o preço de uma mercadoria o seu valor avaliado em dinheiro, o salário, então, não é mais que o nome particular dado ao preço da força de trabalho. Além disso, com o entendimento de que o capitalista paga o salário ao trabalhador com dinheiro acumulado, podemos dizer que o salário é a parte das mercadorias já existentes, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva.

Tendo por base a crítica de Marx à forma salário em “O Capital”, podemos afirmar que esta categoria é fundamental para mistificar e encobrir as relações entre capital e trabalho, pois cumpre o objetivo de ocultar a apropriação da mais-valia pelo capitalista. De acordo com o autor:

Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho. Nela se fala do valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de preço necessário ou natural. Fala-se também dos preços de mercado de trabalho, isto é, dos preços que oscilam abaixo e acima do preço necessário (MARX, 1980, p. 617).

Todavia, Marx demonstra que o capitalista, possuidor de dinheiro, encontra no mercado não o trabalho, mas o trabalhador. E, o que este lhe vende¹⁷² é sua mercadoria, a força de trabalho.

Esse entendimento desmistifica a ilusão de que o trabalho é a mercadoria que o operário vende no mercado e de que, portanto, os valores que se defrontam são equivalentes. Ora, a força de trabalho é a única mercadoria cujo verdadeiro consumo é em si objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. Assim, é pela forma salário que a extração de mais-valia é ocultada ao trabalhador, pois esta “apaga todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago” (MARX, 1980, p. 622).

Para uma melhor compreensão da “importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho”, Marx enfatiza que:

Na corveia distinguem-se, no tempo e no espaço, sensível e palpavelmente, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor da terra. Na escravatura, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas compensa o valor de seus próprios meios de subsistência, trabalhando na realidade para si mesmo, aparece como trabalho destinado ao seu dono. Todo o seu trabalho tem a aparência de trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo trabalho excedente ou não remunerado parece pago. No primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação monetária dissimula o trabalho gratuito do assalariado. Compreende-se, assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e

¹⁷² Essa relação exige que a venda da força de trabalho ocorra por de tempo determinado, caso contrário o trabalhador venderia a si mesmo, e, de homem livre, possuidor de mercadoria, passaria a ser escravo, mercadoria (MARX, 1983, p.139).

preço do próprio trabalho. Nessa forma aparente que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade, todos os embustes apologéticos da economia vulgar (MARX, 1980, p. 622-3).

Assim sendo, a categoria salário mistifica a relação entre o capitalista e o trabalhador. Ou seja, o processo de troca mediado pelo salário aparece como uma relação natural, na qual estão envolvidos agentes livres, iguais e independentes, que se encontram no mercado para negociar. Esta negociação é necessária à sobrevivência dos envolvidos.

Todavia, considerando as múltiplas formas sob a qual o serviço público se apresenta na sociedade atual, ou seja, reconhecendo que este vem sendo mantido por trabalhadores contratados por diversas formas, algumas considerações são necessárias.

Conforme verificamos, há trabalhadores produtivos e improdutivos executando serviços públicos¹⁷³. Logo, embora a força de trabalho também seja negociada neste setor, a mais-valia não está presente em todas as situações. Nestas, a categoria salário adquire características distintas.

Os fatores sociais, históricos e culturais que entram na determinação do valor da força de trabalho, também influem nos valores fixados para os trabalhadores do serviço público, sejam eles produtivos ou não. Contudo, a determinação básica desses últimos se localiza em outro âmbito, que não o mercado: a saber, no âmbito do próprio Estado. Isto porque a fixação dos salários desses trabalhadores se coloca na dependência direta da evolução das dotações orçamentárias para pessoal e estes dependem, por sua vez, de um lado, dos programas governamentais e, de outro, da evolução de arrecadação de impostos e demais tributos.

¹⁷³ Conforme evidenciamos no capítulo 3, há no serviço público, trabalhadores inseridos sob diversas formas contratuais. Alguns geram mais-valia para o capitalista, os produtivos. Outros não a geram, estes são considerados improdutivos.

As mudanças na composição orgânica do capital¹⁷⁴ não interferem diretamente na determinação dos salários de todos os trabalhadores do serviço público. Mudanças nas equipes governamentais com consequências orçamentárias e oscilações nos volumes de arrecadação pública, sim, interferem determinantemente.

No entanto, é lícito imaginarmos um equivalente do “exército industrial de reserva” operando no seio das relações de trabalho entre Estado e seus trabalhadores, que seria constituído por trabalhadores que se exoneram do seu emprego, mas com a finalidade de buscarem outro, também no serviço público, e por aspirantes a cargos públicos (inclusive os trabalhadores que prestam concursos e outros ainda, que, em vista de suas relações políticas, se candidatam a cargos de provimento em comissão). Da mesma forma, seria válido entender que sua existência fortaleceria a posição do Estado nas negociações salariais.

Constatamos que o salário é apontado pelos trabalhadores que solicitaram exoneração da PMF como um importante fator motivador. Entre os doze entrevistados, oito (67%)¹⁷⁵ se referem à remuneração de forma direta. Averiguamos também que dentre estes, dois (25%) estão atualmente trabalhando no serviço privado e seis (75%) no público.

As diferenças salariais entre o setor público e o privado no país é objeto da pesquisa realizada pelo IPEA em 2009, intitulada: Salários no setor público versus salário no setor

¹⁷⁴ Conforme Tumolo (1996), uma das principais contradições do capitalismo é a tendência ao aumento da composição orgânica do capital (investimento proporcionalmente maior em capital constante relativamente ao capital variável) e, a partir dela, articulada com outras contradições, as crises cíclicas de superprodução de capital ou, em outras palavras, a crise do trabalho produtivo. Simplificando, em função da concorrência que estabelecem entre si, os capitalistas necessitam diminuir constantemente o valor das mercadorias dos quais são proprietários, e isso só é possível mediante mudanças nos processos de trabalho que aumentem a produtividade. Para que tudo ocorra com êxito, os capitalistas exercem um controle rigoroso sobre os processos de trabalho e sobre a força de trabalho. O que acaba ocorrendo em nome deste processo descrito pelo autor, é que o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho, acarretando uma população proletária excedente e uma diminuição no preço da força de trabalho.

¹⁷⁵ Embora esta seja uma pesquisa qualitativa, nossa preocupação ao relacionar a quantidade em termos percentuais acontece apenas por entendermos que facilita a visualização do todo.

privado no Brasil¹⁷⁶. Nesta, há destaque em relação à reportagem publicada no jornal Valor Econômico¹⁷⁷ (que cita dado obtido em estudo da Fundação Getúlio Vargas em pesquisa na qual são utilizados dados da PNAD do IBGE), é afirmado que o salário dos servidores federais estatutários superou em 101,3% os salários dos funcionários da iniciativa privada em 2008, e, em 2002, essa diferença era de 78,9%¹⁷⁸.

¹⁷⁶ No estudo é apresentada discussão acerca das diferenças de salários entre setor público e setor privado. São utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como referência para a análise. A metodologia utilizada considera o setor público em suas esferas federal, estadual e municipal de poder. É destacado na referida pesquisa que a comparação entre o setor público federal e a esfera privada como um todo deve ser feita com muito cuidado, pois, no setor público federal, as instituições têm dimensão muito maior, em média, do que as instituições do setor privado, que incluem empresas de pequeno e médio porte. Essa disparidade em termos de porte das instituições tende a afetar a diferença de salários dos trabalhadores. Além disso, é salientado que, especialmente no setor público federal, existem diversas carreiras típicas de Estado, existentes em todos os países (com maior ou menor peso relativo dentro do setor público) e que se relacionam, por exemplo, à vigilância de fronteiras, à atuação do Judiciário, às forças de repressão interna (polícias e guardas civis ou militares), à área de Relações Externas e às funções de arrecadação de impostos, sem contar as Forças Armadas. E, são justamente essas ocupações que pagam os melhores salários.

¹⁷⁷ Valor Econômico, edição de 09 de novembro de 2009, reportagem: “Estado paga o dobro do salário do setor privado”.

¹⁷⁸ O site da Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação, em 26.08.2012, divulgou a matéria: **Salário do funcionalismo público é cerca de 40% maior que a média nacional, segundo Ministério do Trabalho e IBGE**, na qual é afirmado que “Os funcionários públicos têm salários acima da média brasileira, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior parte dos trabalhadores no país, de acordo com a última Relação Anual de Informações Sociais (Rais), de 2010, ganha R\$ 1.742 por mês, em média. Trabalhando para o governo, o valor médio do salário sobe para aproximadamente R\$ 2.458, o que representa 41,1% a mais. Entre as categorias de ocupação, de acordo com o IBGE, os funcionários públicos foram os que tiveram o rendimento médio real mais alto em maio de 2012, R\$ 2.993. Trabalhadores do setor privado, com e sem Carteira de Trabalho, ganharam entre R\$ 1,5 mil e R\$ 1,2 mil, respectivamente. Os autônomos tiveram rendimento de R\$ 1,5 mil no mesmo período. Essa diferença salarial segue o mesmo padrão desde maio de 2011. Nos grupamentos de atividades, conforme o IBGE, os serviços tradicionalmente prestados pela administração pública aparecem como os mais bem remunerados. (...) Há quase três meses cerca de 30 setores do funcionalismo público federal estão em greve, reivindicando aumento de salários. Os setores paralisados ainda estão em processo de negociação com o governo. Segundo argumentou o ministro do

A pesquisa realizada pelo IPEA, considerando o setor público em suas esferas federal, estadual e municipal, revela que em 2008, houve uma diferença de salário médio de 56% a favor do setor público em relação ao privado. Essa diferença em 1998 era de 33%. Entretanto, aprofundando as análises, os pesquisadores concluem que “não existe uma expressiva diferença de salário entre setor público e privado quando a mesma é avaliada em cada um dos distintos graus de instrução da força de trabalho” (IPEA, 2009b, p.14). Portanto, a diferença de remuneração estaria justificada pela escolaridade/qualificação dos trabalhadores, que, no setor público (especialmente no âmbito federal) é mais alta.

É importante considerar que as pesquisas visando comparações de remuneração¹⁷⁹ têm sérios limites. A começar pelo fato de que as mesmas trabalham com “médias”, pois as discrepâncias salariais entre os diversos cargos são muito grandes¹⁸⁰. Além disso, nos níveis federal e estadual há carreiras

Trabalho e Emprego, Brizola Neto, todas as carreiras do serviço público federal nos últimos dois anos tiveram ganho real nos salários acima da inflação do período. ‘Algumas [carreiras] chegaram a ter ganho real de mais de 100% acima da inflação nos últimos dez anos. É o que diz a presidenta Dilma Rousseff, que neste momento de crise financeira internacional em que o Estado brasileiro busca medidas para amenizar os efeitos, a preocupação principal é a manutenção dos postos de trabalho daqueles que não têm estabilidade’, disse o ministro”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 09.12.2012.

¹⁷⁹ Neste sentido ver: MARCONI (2003); MORICONI (2009); entre outras.

¹⁸⁰ Neste sentido ver: **Funcionalismo federal: diferença salarial chega a 580%**. Matéria na qual é enfatizado que: “Entre as carreiras de nível superior, ninguém recebe tão pouco quanto professores e médicos. As diferenças chegam a 580% quando se compara o salário inicial de um professor auxiliar universitário ou de escolas técnicas em início de carreira, com 40 horas semanais, com o de um advogado da União com mesma carga horária: o primeiro começa com R\$ 2,2 mil; o segundo, com R\$ 14.970. Essa discrepância na folha de pagamento federal é um reflexo do que já se verifica na iniciativa privada”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/funcionalismo-federal-diferenca-salarial-chega-580-5367367>. Acesso em: 09.12.2012. Destacamos também as seguintes matérias do Jornal Correio Braziliense sobre os “super-salários” de alguns funcionários públicos: **Enquanto servidores brigam por reajustes, ministros embolsam megassalários**. Publicação: 08/01/2012 Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2012/01/08/internas_economia,285588/enquanto-servidores-brigam-por-reajustes-ministros-embolsam-megassalarios.shtml Acesso em 09.12.2012;

Servidor conhecido por bloquear reajustes tem o maior salário da Esplanada. Publicação: 10/01/2012. Disponível em:

muito bem remuneradas (por exemplo: juiz, desembargador, diplomata, etc.), que não existem na esfera municipal nem no setor privado. E, muitos dos serviços públicos básicos (por exemplo, limpeza pública), que não exigem qualificação elevada, são realizados pelo município.

Ou seja, comparações com base em remunerações médias levam a falsas conclusões. Logo, é mais prudente que tais estudos considerem trabalhadores com níveis de escolaridade e qualificação semelhantes. Por isto, é importante apreender as particularidades.

Verificamos que, de forma geral, entre os oito trabalhadores entrevistados, que destacaram de forma direta a remuneração como importante fator de motivação para a exoneração da PMF, há o que podemos considerar um alto nível de escolaridade. Há nesse grupo, um trabalhador com ensino médio (12,5%), dois com superior (25%), um com especialização (12,5%), dois com mestrado (25%) e dois com doutorado (25%). Tal constatação nos leva a refletir a respeito do valor de seus trabalhos, relacionado à complexidade dos mesmos.

De acordo com Marx (1996), o valor do trabalho complexo¹⁸¹ se diferencia do valor do trabalho simples pelo tempo que leva para ser formado e reproduzido. No custo de reprodução da força de trabalho complexa está incluído o valor correspondente ao gasto realizado para a sua formação. Isto compreende uma série de elementos que são definidos historicamente e conforme a complexidade do trabalho. Além disso, envolve desde a qualificação adquirida empiricamente, pela prática e experiência, e a obtida por meio da escolarização, até a atualização constante. Assim, o salário de cada membro do trabalhador coletivo é definido conforme a atividade que exerce

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2012/01/10/internas_economia,285804/servidor-conhecido-por-bloquear-reajustes-tem-o-maior-salario-da-esplanada.shtml Acesso em: 09.12.2012;

¹⁸¹ De acordo com Marx (1996), a divisão social do trabalho existe em qualquer sociedade, mudando de caráter de acordo com os países e os estágios de civilização e, portanto, historicamente determinados. Nessa divisão, o trabalho simples caracteriza-se por ser de natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio da força de trabalho que “todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo” (p.51). O trabalho complexo, ao contrário de trabalho simples, caracteriza-se por ser de natureza especializada, ou seja, que requer maior dispêndio de tempo de formação.

no processo produtivo e o tempo e o custo que requer para o desenvolvimento da sua capacidade de trabalho.

Isto significa dizer que, a qualificação entra no custo de reprodução da força de trabalho:

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho, e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto no total dos valores despendidos para sua produção (MARX, 1996, p. 192).

Na PMF, a remuneração, além de estar sendo um motivo para exoneração, conforme apontaram os entrevistados, também tem influenciado negativamente nas admissões/contratações de novos trabalhadores. Nesse sentido, é bastante esclarecedor o depoimento da responsável pelo Departamento de Admissão e Contratação de Pessoal¹⁸², Vera Guerreiro da Fonseca¹⁸³:

Quanto a chamadas de servidores, podemos dividir em alguns casos, por exemplo, para os cargos de nível superior como, por exemplo, médicos, odontólogos, engenheiros, esses é mais fácil da gente admitir, porque

¹⁸² O Departamento de admissão e contratação de pessoal tem como atribuições: normatizar e administrar a admissão de servidores efetivos e cargos comissionados; supervisionar e administrar a contratação de estagiários, professor substituto, contratados por tempo determinado; coordenar e supervisionar a execução de concurso público; controlar e coordenar o quadro de vagas; criar mecanismos de controle e supervisão específicos do regime celetista; propor mecanismos que visem à desburocratização e proporcionem maior agilidade nos procedimentos de admissão e contratação de pessoal (Fonte: Regimento Interno da Secretaria de Administração e Previdência da PMF).

¹⁸³ Vera Guerreiro da Fonseca ingressou na PMF em 1980 e desde então trabalha na área de recursos humanos. Foi chefe da Coordenadoria de Recrutamento, Seleção e Treinamento. Atualmente é chefe do Departamento de Admissão e Contratação de Pessoal.

tem atrativo financeiro, tem gratificações, e isto já é dito na hora em que eles são chamados, visto que **a primeira coisa que eles perguntam é o salário**. (...) agora, para os cargos de nível médio, como na Prefeitura os salários são muito defasados e, isto inclusive os próprios colocam na ficha de ocorrência que nós temos, que; **“não vão aceitar ou que estão desistindo da vaga pela baixa remuneração que a PMF paga, que é totalmente fora do mercado”**, então assim, tanto para algumas categorias de nível superior, como contadores, administradores, economistas, o salário é muito baixo, também analista de sistemas, **nós não conseguimos este tipo de servidor**, porque tem inclusive já uma tabela de mercado que a Prefeitura esta muito distante dessa remuneração. E mesmo nível médio, assistentes administrativos, técnicos em contabilidade, nós não conseguimos. **São pessoas que não aceitam a vaga pela baixa remuneração**. O ponto que mais pega é este. Porque o que acontece também é que assim como eles fazem concurso para a Prefeitura eles fazem para N instituições que com certeza pagam muito mais que a Prefeitura. Então quando chega a vez de chamá-los ou eles já estão trabalhando ou dizem que por este salário não irão trabalhar. Na chamada, mandamos telegrama, ligamos e mandamos e-mail e eles **ficam até indignados com o salário que a prefeitura oferece**, porque o nosso quadro de salários está todo defasado, desde o nível operacional, médio e nível superior é totalmente fora. (...) **Aceita quem está desempregado há muito tempo e está precisando muito**, mas do contrário, acham a remuneração muito baixa (...) eu sempre trabalhei com RH, serviço público (...). (...) Quando telefonamos eles perguntam: “é só isso mesmo? Não tem mais nenhuma gratificação?” e é só isso mesmo e eles acabam desistindo (...). **Há um mês chamamos sete motoristas e somente dois aceitaram** (...). **De sete assistentes administrativos que chamamos agora, somente dois aceitaram também**. **As respostas dos que não aceitam é sempre baseada em salário** (...) Por isto que eu disse pra ti **aceita quem esta zerado, aceita quem esta assim: sem nada para se agarrar**. E continua fazendo outros concursos. (...) Para o

*peçoal do magistério é diferente, isso acontece quase quem 100% dos casos eles escolhem vir para cá porque eles saem do Estado, mas trazem todo o seu tempo de trabalho porque o salário aqui é bem melhor, o plano de cargos é melhor. O que o quadro civil não tem. E eles perguntam. Quem é do quadro civil quem é concursado pergunta como é o plano de cargos e salários do quadro civil e nós não temos uma posição para dar pra eles (...) perguntam como é a diferença de um nível para o outro e aí a gente mostra a tabela é coisa de 15, 20 reais (...) nós mostramos o plano, então imagina mostrar aquela tabela salário do quadro civil que do nível um ao nível acho que 20 não chega a uma diferença de digamos 100 reais(...) Então assim, realmente a prefeitura está muito defasada e **perdendo pessoas qualificadas**.(Vera Guerreiro da Fonseca, chefe do Departamento de Admissão e Contratação de Pessoal.)¹⁸⁴*

Tanto no depoimento de Vera Guerreiro da Fonseca, como no de alguns trabalhadores exonerados da PMF que entrevistamos, há referência ao plano de cargos, carreiras e salários. Em relação aos trabalhadores do quadro do magistério da PMF, segundo Soldatelli (2011) trata-se de um plano de carreira que valoriza tempo de serviço e formação, mas que, no entanto, precisa ser modificado:

O plano de carreira dos trabalhadores do magistério foi conquistado por meio de muitas lutas e garante por lei direito a promoção automática por tempo de serviço e aperfeiçoamento. Ele só é válido para os efetivos e após o período de estágio probatório. Um problema importante a se considerar refere-se à reforma da previdência, que vinculou a idade ao tempo de serviço fazendo com que quase todas as professoras tenham que trabalhar mais tempo para se aposentar. O plano de carreira foi estabelecido em outro contexto (1988),

¹⁸⁴FONSECA, Vera Guerreiro da. 20 de agosto de 2012. Entrevista concedida a Adélia Doraci de Oliveira.

quando a aposentadoria ocorria aos 25 anos de magistério (independentemente da idade do trabalhador). Sua atual inadequação pode ser percebida diante do fato de que muitas professoras estão chegando ao final da tabela e ainda não podem se aposentar. Isso se reflete na pauta de reivindicação dos trabalhadores da PMF apresentada para o período 2011-2012: 'Cláusula 5ª – Ampliação da tabela do Plano de Carreira do Magistério – A tabela salarial do PCCS do magistério deverá ser ampliada até a Classe 'Z''. (Fonte: site do sintrasm), cujo objetivo é motivar e valorizar os profissionais da educação com mais tempo de trabalho (SOLDATELLI, 2011, p.85-6).

No que se refere ao PCCS do quadro civil, a situação é bem mais complicada. A alteração do plano vigente¹⁸⁵, instituído pela Lei Municipal nº 3331 de 1989, tem sido alvo de reivindicações dos trabalhadores da PMF, desde 1997 principalmente:

Quando a coligação Força Capital assumiu a Prefeitura, em 1997, os trabalhadores municipais discutiam e construíam uma proposta de alteração das leis de estatutos e Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCSs) existentes, em comissões paritárias com representantes do executivo. O governo de Ângela Amin ignorou esse trâmite e encomendou à Escola Superior de Administração e Gerência da UDESC (ESAGUDESC) novos projetos, que, ao se tornarem públicos, possibilitaram a percepção do objetivo de corte de direitos que propunham (SOLDATELLI, 2011, p.138)¹⁸⁶.

¹⁸⁵ A Lei Municipal nº3331/1989 institui o Plano de Carreira dos Cargos e empregos do quadro único de pessoal civil da Administração Direta e Indireta do Município, conforme determina a Lei Municipal nº 2897/1988.

¹⁸⁶ A autora faz tal afirmação tendo como fonte de pesquisa os jornais do Sintrasm.

Mas, de acordo com Soldatelli (2011), a proposta “encomendada” pelo Executivo não obtém êxito, ou seja, não é aprovado pela Câmara Municipal devido às manifestações dos trabalhadores. Em 2006¹⁸⁷ é criado, como resultado de acordo coletivo entre a PMF e trabalhadores, nova comissão de trabalho para elaborar proposta de PCCS para o quadro civil. Contudo, tal comitê não obtém êxito em seus trabalhos. E, o processo para a criação de novo plano prossegue¹⁸⁸. Em 2011, novo acordo garante a criação de comitê paritário (com representantes do Executivo e do Sintrasm). Da mesma maneira, em 2012, conforme acordado entre as partes, é aprovada a Lei Complementar 428/12¹⁸⁹ que define a concepção e os prazos

¹⁸⁷ Fonte: Acordo Coletivo de Trabalho – Data Base 2006/2007. Disponível em: <http://www.sintrasm.org.br/acordo-coletivo-pmf>. Acesso: 20.12.2012.

¹⁸⁸ Destacamos alguns pontos dos referidos acordos coletivos entre a PMF e o sintrasm: Acordo 2007/2008 - cláusula sétima: A Prefeitura garantirá amplo debate entre os servidores sobre a elaboração do Plano de Cargos e Salários, conforme objetivo da Comissão Paritária encarregada da elaboração do mesmo, bem como, não poupará esforços para a viabilização da implantação deste novo Plano, de forma gradativa e legal. O prazo tanto para o SINTRASM quanto para a PREFEITURA é até o mês de agosto próximo, apresentação de um pré-projeto do Plano. Acordo 2008/2009 - cláusula oitava: Consideramos fundamental a revisão do Plano de Cargos e Salários do quadro Civil, objetivando simplificar e unificar tabelas, gratificações, benefícios, entre outros. A Secretaria de Administração constituirá comissão para avaliação e construção do Plano com representantes das secretarias e do SINTRASM. A Prefeitura se compromete a não enviar nenhum projeto para a Câmara de Vereadores sem ampla discussão e acordo com o Sintrasm. Acordo 2010/2011 - cláusula 12ª: A PMF se compromete a deflagrar, com previsão a partir da assinatura deste acordo, o devido processo licitatório para contratar assessoria/consultoria técnica especializada para auxiliar a Comissão Paritária já instituída na elaboração de proposta de novo PCCS do quadro civil, ora em discussão, cuja implantação da sua 1ª etapa, e, será concretizada se os impactos financeiros delas decorrentes não impliquem em aumento de despesa com pessoal que comprometa o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com os dados do fechamento do último quadrimestre, em janeiro de 2011. Acordo 2012/2013 Neste acordo o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do quadro civil é o principal foco. O texto do acordo referente ao tema é bastante extenso. De forma sintética, é acordado que a PMF compromete-se a “resgatar a essência de um verdadeiro plano de carreira que se perdeu ao longo dos quase 25 anos do plano atual, criado em 1988”. Neste sentido, foram estabelecidos prazos para a concepção e implantação do plano que deverá ocorrer em maio de 2013. Fonte: <http://www.sintrasm.org.br/acordo-coletivo-pmf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

¹⁸⁹ A Lei Complementar 428/12 estabelece as diretrizes gerais para o novo plano de cargos, carreiras e salários dos servidores públicos do quadro civil da

para o plano. Na proposta apresentada, há assessoria de empresa contratada pela PMF¹⁹⁰. Esta realiza pesquisa salarial em várias prefeituras e instituições governamentais¹⁹¹ e comprova que há defasagem em relação à maioria dos cargos da PMF. A partir dos resultados dessa análise, a comissão estabelece que as medianas salariais identificadas na pesquisa e o piso (mínimo salarial) dos trabalhadores da Comcap devem servir de parâmetro para a PMF¹⁹². Quanto à evolução nas carreiras, deve seguir a mesma lógica do plano do magistério. Ou seja, devem valorizar a formação/qualificação e tempo de serviço (e não a política de gratificações), além de garantir a isonomia por cargo. O momento é de luta dos trabalhadores na PMF para a implantação do plano proposto¹⁹³.

Ora, é no âmbito da luta de classes, considerando conjunturas específicas e a correlação de forças, que o Estado incorpora ou não as reivindicações dos trabalhadores:

A exploração no capitalismo não se manifesta por mecanismos de coação externos, ainda que possam existir e amiúde sejam exercidos. Sua força está em que a exploração se institui no próprio contrato legal de trabalho ancorado no direito positivo. Direito este que expressa a propriedade privada, assegurando-a, e que, portanto, preserva os interesses do capital. A naturalização de uma relação

administração direta, fundações e autarquias do município de Florianópolis e dá outras providências.

¹⁹⁰ Empresa Neo Labor.

¹⁹¹ Araucária – PR, Blumenau – SC, CASAN, Cascavel – PR, Caxias do Sul – RS, CELESC, Chapecó –SC, COMCAP, Criciúma – SC, Curitiba – PR, Eletrosul, São Paulo-SP, Itajaí –SC Jaraguá do Sul – SC, Joinville – SC, Jundiá – SP, Londrina– PR, Maringá – PR, Niterói – RJ, Pelotas – RS, Ponta Grossa– PR, Porto Alegre – RS, Ribeirão Preto – SP, Santa Maria– RS, SANTUR, São José – SC, São José dos Pinhais – PR, Sorocaba – SP, Vitória – ES e Belo Horizonte. Fonte: Dados fornecidos pela Empresa Neo Labor.

¹⁹² O piso da COMCAP é de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais) e o atual da PMF é igual ao salário mínimo, ou seja, R\$ 653,97 (seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e sete centavos).

¹⁹³ Tanto a reivindicação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do quadro civil, como a revisão do PCCS do quadro do magistério fazem parte da pauta de reivindicações do Acordo Coletivo de trabalho 2013/2014 entre a PMF e seus trabalhadores.

estruturalmente assimétrica entre capital e trabalho constitui o fundamento e a força ideológica da dissimulação da exploração. O salário mínimo das diferentes nações expressa, neste sentido, a variação do grau de exploração legalizado dessas sociedades. De outro modo, como explicar as diferenças de remuneração dos trabalhadores assalariados da Inglaterra, França e Portugal e desses países em relação aos latino-americanos e africanos? Por certo não se trata apenas e fundamentalmente de custos comparativos. Trata-se de relações de força, de dominação e de poder intra e entre nações (FRIGOTTO, 2009, p.130).

5.2.2 Condições de trabalho

Os trabalhadores exonerados da PMF que entrevistamos, referem-se de forma negativa a muitas questões relacionadas às condições vividas no processo de trabalho. De acordo com Marx (1996, p.205), os elementos componentes do processo de trabalho são: a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e os meios¹⁹⁴ de trabalho, o instrumental de trabalho. E, o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas com que meios se faz. São estes que nos permitem medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e as condições sociais em que o mesmo se realiza.

Ou seja, para compreendermos as condições em que os trabalhadores do serviço público realizam seu trabalho, é preciso levar em conta que elas derivam de uma determinada forma de organização social e, portanto, sofrem mudanças de acordo com as necessidades do modo de produção vigente, ou seja, o capitalista. Conforme adverte Druck (2011), a complexidade das transformações ocorridas no trabalho só podem ser desvendadas a partir da perspectiva histórico-dialética, pois ao lado de novas condições e situações sociais, velhas formas e modalidades se

¹⁹⁴ “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre este objeto” (MARX, 1996, p.202).

reproduzem e se reconfiguram, num claro processo de metamorfose social, no qual é mantida a essência de um modo de produção cujas relações se assentam sobre o trabalho assalariado, independentemente das formas de contrato existentes ou predominantes.

No final do século XIX, Engels (1985) denuncia as condições de vida e de trabalho dos operários das primeiras fábricas inglesas, por meio de minuciosa análise, na qual evidencia situações degradantes. Críticas semelhantes são realizadas por Marx, em *O Capital*, escrito no mesmo período. Entretanto, mesmo que se afirmem aspectos de continuidade presentes na contemporaneidade, não se pode negar o movimento e as transformações operadas no processo de trabalho, promovidas fundamentalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Todavia, o avanço científico e tecnológico e as inovações operadas na base técnica dos processos produtivos acontecem em favor da acumulação capitalista. Ou seja, embora a ciência e a técnica não sejam perversas em si, a lógica que promove seu desenvolvimento é a mesma que promove a perda progressiva do controle do trabalhador sobre seu processo de trabalho.

Assim, de acordo com Jinkings (2001), na atualidade, a fetichização das relações capitalistas de produção aprofunda-se, diante da complexidade das novas formas de acumulação de capital:

Sob a lógica transformadora do capital, o saber científico e técnico realiza-se para incrementar seu poder e dominação, dispensando força de trabalho e reduzindo seu preço, sofisticando o controle, exigindo o envolvimento e a interação entre os operadores e as máquinas “inteligentes”. As formas atuais de apropriação de sobretrabalho combinam extensão da jornada laboral com inovações tecnológicas e organizacionais, baseadas na revolução informacional (Lojkine, 1995) e em métodos flexíveis de acumulação de capital (Harvey, 1993; ver também Antunes, 1999). Meios sofisticados (e muitas vezes sutis) de pressão ao aumento da produtividade e à

intensificação do trabalho aprofundam a subordinação do trabalho e mascaram as estratégias capitalistas de dominação. (JINKINGS, 2001, p.15-6)¹⁹⁵.

É nesse contexto que os trabalhadores do serviço público participantes dessa pesquisa solicitaram exoneração. Alguns relatos foram carregados de emoção e indignação. Dentre os que mais nos chamaram a atenção, destacamos o de Paulo, médico que durante a entrevista realizada em seu consultório, fez questão de nos mostrar vários instrumentos de trabalho necessários e de baixo custo financeiro, mas que não tinha a seu dispor na PMF. Conforme enfatizou, a falta desses recursos repercute diretamente na qualidade de seus atendimentos. Essa questão também esteve presente na fala de outros entrevistados, principalmente entre os trabalhadores da área da saúde. Paulo também destaca que o cumprimento da carga horária inutilizada pela falta de pacientes às consultas agendadas são fatores frustrantes e que desestimulam o trabalhador. Além disso, tratamentos desiguais para com os trabalhadores, ou seja, existência de privilégios, inclusive referentes a horários para alguns e cobranças desiguais em relação aos trabalhadores também são elementos que contribuíram para seu pedido de exoneração.

Outro depoimento que nos chamou muito a atenção neste sentido foi o de Rosa. A trabalhadora do quadro civil (contadora) relata que solicitou exoneração da PMF mesmo antes de ter outro emprego, principalmente por conta das condições de trabalho. Avalia que não era possível realizar um bom trabalho, pois tinha que atender várias unidades de Secretarias diferentes e que tal circunstância estava afetando sua saúde. Enfatiza que aparentemente era a culpada por não atingir sucesso em sua função. Isto a levou a optar por uma situação que também não lhe agradava, ou seja, ficar na dependência do marido até obter outro emprego.

João, trabalhador do quadro civil (médico), destaca que “a insatisfação com o trabalho na PMF aconteceu por conta da falta

¹⁹⁵ As obras citadas pela autora são: ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999; HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. 2ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 1993; LOJKINE, J. A Revolução Informacional, São Paulo, Cortez. 1995.

de lotação fixa; pelo desrespeito à hierarquia funcional por parte de alguns trabalhadores e ainda falta de providências das autoridades competentes no que se refere a este fato; pelo desrespeito com o profissional no que se refere à sua agenda de atendimentos (realização de “encaixes” de forma excessiva)”, ou seja, pela falta de condições de trabalho. Não avalia negativamente o serviço público em geral, mas especificamente o da PMF: “falta melhor estruturação de forma geral”. Além disso, afirma que embora exista a promessa de investimento na qualificação do profissional, não vivenciou esta situação, pois qualquer aperfeiçoamento profissional que realizou precisou custear.

Adriana, dentista, relata que a manutenção dos consultórios e a falta de equipamentos interferiram na sua decisão pela exoneração: “sempre reivindiquei dois equipamentos específicos que a gente não tinha e a prefeitura nunca disponibilizou e eu acabava levando meu próprio equipamento para poder atender os pacientes com uma melhor qualidade, tanto para os pacientes quanto para mim. Sem equipamento o trabalho era dobrado, então eu acabava levando o do meu consultório mesmo”.

Sonia, assistente social¹⁹⁶, sintetiza sua avaliação em relação às condições de trabalho na PMF: “Na PMF não havia estrutura de trabalho e condições de trabalho adequadas. Algumas vezes foi necessário usar meu próprio carro para a realização dos trabalhos, visitas domiciliares, até mesmo em regiões consideradas de grande vulnerabilidade social”. Destaca ainda como agravante da situação o reduzido número de profissionais.

Observamos que, de forma geral, os depoimentos têm muitos pontos em comum no que se refere às condições de trabalho. Entretanto, há especificidades entre um quadro e outro (civil ou magistério) e locais de trabalho (Secretarias). Por exemplo, em relação à lotação fixa e à qualificação/aperfeiçoamento profissional. Essas questões

¹⁹⁶Montaño (2005, p.255) analisa especificamente os impactos da “descentralização administrativa” (via municipalização) das políticas sociais para o assistente social, enfatizando elementos como a sobrecarga do exercício profissional, com o aumento do número de atendimentos por profissional, o que precariza as condições de trabalho e qualidade do serviço.

aparecem principalmente entre os trabalhadores do quadro civil e, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

A seguir, apresentamos uma síntese das questões levantadas pelos trabalhadores entrevistados, em relação às condições de trabalho na PMF:

- a) Falta de estrutura para a realização do trabalho: Há relatos que evidenciam a falta de equipamentos e falhas na organização do trabalho por parte dos gestores;
- b) Desvalorização do cargo e falta de perspectiva em relação à carreira: há várias referências à questão salarial e ao plano de cargos, carreiras e salários. Além disso, a necessidade de manter mais de um vínculo de trabalho, por conta da questão remuneratória, repercute diretamente na qualidade de vida dos trabalhadores;
- c) Jornada de trabalho: há referências às gratificações que só são atingidas com a ampliação da carga horária (por exemplo, a do PSF – Programa de Saúde da Família), e, às agendas lotadas ou prejudicadas pela falta dos pacientes (o que também sugere existir falta de planejamento na Instituição);
- d) Distância entre a residência e o local de trabalho: não há mecanismos que garantam lotação próxima à residência e em alguns casos, não há lotação fixa;
- e) Vaga para o filho em creche próxima à residência ou ao trabalho: não há critérios que priorizem vagas nas creches da PMF para os filhos de seus trabalhadores;
- f) Reduzido número de profissionais: Não há número suficiente de profissionais em determinados cargos. Isto sobrecarrega o trabalhador, que se sente culpado por não realizar suas atribuições satisfatoriamente e acaba adoecendo;
- g) Falta de investimento em qualificação profissional: Há relatos que evidenciam a necessidade do trabalhador custear sua qualificação.

Algumas das questões apontadas nesta pesquisa, no que se refere às condições de trabalho, estão presentes em outras atuais e também realizadas no âmbito da PMF. Por exemplo, Martins (2011) em pesquisa qualitativa, na qual busca compreender o cotidiano de trabalho dos profissionais da atenção básica nos Centros de Saúde de Florianópolis, salienta

que as capacitações oferecidas são de forma não padronizada, e muitas vezes são buscadas por iniciativa e conta do próprio trabalhador. Destaca que os relatos que obteve mostraram que os trabalhadores “fazem o movimento no sentido de buscar capacitação, porém a iniciativa depende muito do próprio interesse e/ou da disponibilidade de tempo e financeira” (p.81). A autora também faz referência ao “sofrimento psíquico mais ou menos explícito, decorrente das relações intersubjetivas presentes no trabalho” (p.95) e “queixas geradoras de tensão entre as categorias profissionais no que diz respeito ao modo de organização do processo de trabalho” (p. 117).

Destacamos também a pesquisa de Soldatelli (2011) na qual busca desvendar elementos essenciais dos processos de adoecimento a que estão submetidos os professores da rede municipal de Florianópolis, assim como suas possibilidades de resistência a tais processos. A autora salienta que “as atuais condições de trabalho nas escolas e os altos níveis de exigência para a ação docente dos professores lhes trazem sofrimento e adoecimento” (p. 164):

Quanto às condições de trabalho, as respostas fornecidas pelas professoras pesquisadas demonstram que estas podem estar comprometendo o resultado e a qualidade do trabalho, gerando insatisfação, sobrecarga de trabalho e adoecimento. Barulho, poeira, mofo, estrutura física e acústica inadequada, falta de equipamentos de prevenção ao adoecimento vocal, arquitetura que valoriza o barulho ao invés do silêncio interno e falta de equipamentos tecnológicos são apontados como os principais problemas. Destacam-se também nas respostas dos questionários as aspirações das professoras quanto a: necessidade de redução da jornada de trabalho; aumento da hora atividade para os professores que já possuem e implementação para os professores do 1º ao 5º ano que não possuem; redução do número de alunos em sala de aula; e contratação de professores auxiliares para as turmas que possuem crianças com necessidades

especiais. A distância entre o local de trabalho e a moradia, os transtornos do trânsito, os problemas urbanos de locomoção e o transporte público inadequado também aparecem como problemas que interferem nas condições de trabalho. (...) É importante ainda destacar, como expressões das difíceis condições de trabalho levantadas pelas professoras pesquisadas, a pressão/cobrança constante pelo atendimento de metas/índices, a falta de tempo para o pensar coletivo, a falta de valorização, o sentimento de culpa por não dar conta de todas as tarefas adequadamente e o convívio nos locais de trabalho com o discurso construído de que quem adoce “não quer trabalhar, é preguiçoso”(SOLDATELLI, 2011, p.165-6).

Em suma, ao analisarmos especificamente questões referentes à remuneração/salário e condições de trabalho como determinantes nas solicitações de exoneração realizadas por trabalhadores do serviço público da PMF, constatamos que estas são expressão do que é a questão pública na sociedade capitalista.

Ou seja, numa sociedade na qual os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora nunca resultaram de ações benevolentes do Estado ou do capital. E ainda que, no momento atual, vivencia os impactos do projeto neoliberal que surge como resposta do capital à sua crise estrutural:

O “projeto/processo neoliberal” representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de *reestruturação geral de capital*, face à crise, ao avanço tecno-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolveram no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “*reestruturação produtiva*” e “*reforma do Estado*” (MONTAÑO, 2005, p. 26).

Montaño (2005) salienta que as políticas sociais universais são acusadas pelos neoliberais de propiciarem o esvaziamento dos fundos públicos, “mal gastos” em atividades burocratizadas, sem retorno e destinadas a toda a população indiscriminadamente.

No Brasil, a jovem Constituição de 1988 e sua concepção de seguridade social – constituída pela Previdência, Saúde e Assistência – pareceriam ser, neste caso, as vilãs. Conforme o ex-titular do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare), Bresser Pereira, o ‘populismo patrimonialista’ e a alta ‘burocracia estatal’ teriam confluído para levar, juntamente com a Constituição de 1988, ‘a um retrocesso burocrático sem precedentes’ promovendo ‘um surpreendente engessamento do aparelho estatal (cf Presidência da República, 1995:27 e Bresser Pereira, 1998:41,192) . Assim, como solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa à reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades (MONTAÑO, 2005, p. 188).

Assim sendo, como afirma Montaño (2005), processa-se uma substantiva alteração na responsabilidade pela resposta à “questão social”. “Por um lado, elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo *privatizadas*: transferidas para o *mercado* e/ou alocadas na *sociedade civil*” (p.189). E, “por sua vez, essas políticas sociais estatais são *focalizadas*, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carecimentos pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas” (p.191) Além disso, “são também *descentralizadas administrativamente*, o que implica apenas uma desconcentração financeira e executiva, mantendo uma concentração normativa e política” (p.192). Ou seja, “o que se transfere para a esfera local/municipal são apenas os processos administrativos, gerenciais, não os políticos e decisórios, dado a incapacidade de muitos municípios de autofinanciar sua ação social” (p. 192).

O autor destaca que o resultado deste processo tem sido a clara precarização ou eliminação das respostas estatais às necessidades sociais. A retirada do Estado de sua responsabilidade social deixa amplos segmentos da população precariamente atendidos ou literalmente desassistidos pelo poder público, o que acaba ampliando e aprofundando as desigualdades sociais. Assim sendo, as limitações que existiam no padrão anterior de resposta à “questão social”, além de não serem resolvidas pela proposta neoliberal, em muitos casos, são agravadas:

As mudanças ocorridas e em processo, referentes à *perda de direitos* de cidadania por serviços e políticas sociais, assistenciais e por uma seguridade social estatais, universais e de qualidade (particularmente nos países centrais) e à sua *precarização e focalização* (particularmente nos países periféricos), à *remercantilização e refilantropização* da “questão social”, afetam profundamente tanto os setores mais carentes quanto o conjunto dos trabalhadores (MONTAÑO, 2005, p. 15).

Assim, entendemos que a própria exoneração de trabalhadores do serviço público, pode ser considerada como mais um dos resultados da estratégia atual de reestruturação do modo de produção capitalista, pois resulta em rotatividade¹⁹⁷ de trabalhadores, o que repercute na qualidade do trabalho¹⁹⁸. Isto também afeta todo o conjunto da classe trabalhadora que depende, na maioria das vezes, exclusivamente dos serviços públicos.

¹⁹⁷ Estamos considerando rotatividade, a flutuação da força de trabalho na instituição (PMF), ou seja, o movimento dos que ingressam e saem dela.

¹⁹⁸ Consideramos que a rotatividade provoca a descontinuidade ou até mesmo interrupção de trabalhos e projetos em andamento, por exemplo.

JUNTANDO OS “FIOS” DAS TRAJETÓRIAS E TECENDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscarmos juntar “os fios” das trajetórias que estudamos, foi possível observar que há múltiplas determinações na exoneração no serviço público, dentre elas, a origem social, a escolaridade, a remuneração e as condições de trabalho são as mais evidentes. Ou seja, foram as mais enfatizadas pelos entrevistados. Assim sendo, foram privilegiadas em nossa análise. Todavia, outros elementos se apresentaram.

Observamos que a maioria dos entrevistados não vivenciou diretamente o desemprego. Entretanto, seus percursos são permeados por estágios remunerados, bolsas de estudo (que, inclusive, proporcionaram sua permanência no estudo por mais tempo), voluntariado, realização de vários concursos em busca de emprego, ou seja, por situações que são manifestações do desemprego. Também vale destacar todo o investimento que realizaram na busca pelo emprego, que vai desde a escolarização até as mudanças de local de moradia, por exemplo.

A maioria dos entrevistados são jovens¹⁹⁹, mulheres e solteiros²⁰⁰, no momento em que solicitaram exoneração da PMF. Quanto ao estado civil²⁰¹, tudo indica que esta condição lhes favoreceu quando fizeram a opção. Em relação ao fato da maioria ser do sexo feminino, necessitaríamos de dados²⁰² além do que temos para realizarmos uma análise adequada, o que

¹⁹⁹ Apesar de não discutirmos amplamente a noção de juventude, para objetivos deste trabalho, tratamos por jovem, aqueles que estão compreendidos na faixa etária que se estende entre 16 a 29 anos, conforme a Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, aprovada em julho de 2010. A Emenda inseriu o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal (Fonte: <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/2010-aprovada-a-pec-da-juventude>).

²⁰⁰ Entre os solteiros, há um caso no qual o entrevistado declarou ter tido três uniões estáveis, mas que não recorda exatamente das datas em que ocorreram.

²⁰¹ Não temos dados referentes à existência ou ao número de filhos no momento da exoneração.

²⁰² Entendemos que para uma análise mais coerente necessitaríamos de dados referentes ao seguinte: o total de admitidos e de exonerados, considerando o sexo; a escolaridade dos mesmos; o cargo (e respectivas carreiras) que ocuparam; remuneração, etc.

não é propósito desta pesquisa. Ou seja, não é a questão do gênero nosso foco e sim a de classe social.

Deste modo, interessa-nos compreender que homens e mulheres têm assumido papéis distintos historicamente²⁰³ e que estes também se diferem quanto à classe em que estão inseridos. Isto se reflete tanto na escolarização como no trabalho. Devemos considerar que em nossa pesquisa, todos os entrevistados foram aprovados em processos seletivos tanto numa área como na outra²⁰⁴. Assim, cabe perceber que a predominância de entrevistados do sexo feminino parece confirmar a tendência da população universitária no Brasil ser, atualmente, majoritariamente feminina, conforme afirma Silva (2004, p. 103)²⁰⁵.

Se ponderarmos as exigências de escolarização presentes nos concursos públicos, entenderemos que este fato pode estar refletindo no ingresso no serviço público. Conforme dados do IBGE:

Das mulheres ocupadas no mercado de trabalho em 2011, 22,6% estavam no setor público, enquanto entre os homens, esse percentual era de 10,5%. Analisando a distribuição da população ocupada, exclusivamente no setor público, ele era composto por 55,3% de mulheres e 44,7% de homens (IBGE, 2012, p. 10).

²⁰³ O ingresso das mulheres no serviço público brasileiro foi permitido em 1917. A “primeira servidora pública do País foi Joana França Stockmeyer, que trabalhou na Imprensa Nacional, órgão que registra diariamente a vida administrativa do Brasil pelos Diários Oficiais”. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1917/ingresso-da-mulher-no-servico-publico>. Acesso em: 31.01.2013.

²⁰⁴ Estamos considerando aqui as exigências de vestibular (apenas uma entrevistada no momento da exoneração não tinha nível superior de escolaridade) no que se refere à escolarização e concurso público em relação ao trabalho.

²⁰⁵ A proporção de mulheres brasileiras com títulos acadêmicos de nível superior é maior que a de homens – a parcela da população feminina adulta com diploma é de 12%, ante 10% da masculina. Os números fazem parte do relatório *Education at a Glance /2012* publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Fonte: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/mulheres-sao-maioria-com-nivel-superior-mas-homens-dominam-mercado-de-trabalho>.

Destacamos também a pesquisa de Osório (2006)²⁰⁶ na qual o autor busca delinear um panorama das desigualdades raciais e de gênero no âmbito do serviço público civil (federal), e aponta como um resultado que considera surpreendente, “o aumento do peso relativo das mulheres brancas entre os servidores de ingresso mais recente” (p. 96).

A mobilidade geográfica tanto dos entrevistados como de suas famílias por conta da escolarização e/ou do trabalho também foi observada em vários depoimentos. Em alguns casos, o filho, mudou de cidade porque o pai foi transferido no emprego, em outros, a família mudou-se para garantir melhor escolarização para os filhos. E ainda, em outros, a mudança ocorreu em busca de concurso público na área de formação, ou porque foi onde surgiu a possibilidade de emprego. Também nos foram relatadas situações nas quais a opção ocorreu pela qualidade de vida ou pela necessidade de dar mais atenção à sua vida pessoal. Assim, a definição dos limites geográficos dentro dos quais movimentarem-se, para todos os entrevistados, foi sendo configurado de acordo com as condições apresentadas.

Tais considerações nos remetem aos estudos de Pais (2005). O autor, enfocando principalmente os jovens, parte do pressuposto que a precariedade de emprego entre os mesmos, expressão das dificuldades que têm em se integrarem no mercado de trabalho, “leva muitos deles a deitarem mão de estratégias cuja singularidade abala os modos tradicionais de entrada na vida ativa” (p. 11). Enfatiza também que o modo de produção capitalista bloqueou a linearidade tradicional das carreiras profissionais²⁰⁷. Neste sentido, apresenta um estudo etnográfico e biográfico que realizou com jovens portugueses, em sua maioria, próximos aos trinta anos²⁰⁸, e recorre a uma metáfora para explicar suas trajetórias. Segundo entende, as

²⁰⁶ A pesquisa de Osório (2006) é “resultado dos esforços conjuntos de três instituições - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – e de uma equipe de pesquisa composta por servidores e consultores das três” (p.13), conforme afirma.

²⁰⁷ Neste sentido, destacamos também os estudos de Paiva (1998).

²⁰⁸ A maioria dos nossos entrevistados também têm idades próximas aos trinta anos (no momento da exoneração).

trajetórias ioiô, metáfora extraída de um brinquedo que sobe e desce, vai e vem, são úteis para se pensar a sociedade contemporânea na qual,

Os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia voltarem; abandonam os estudos, para os retomarem tempos passados; encontram um emprego, e em qualquer momento se vêem sem ele; as suas paixões são como 'vôos de borboleta', sem pouso certo; se casam, não é certo que seja para toda a vida... São estes os movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do ioiô ajuda a expressar (PAIS, 2005, p. 58).

Ao concluir a obra, Pais (2005) nos leva a refletir sobre o futuro, enfatizando que a pesquisa realizada nos mostra que as transições dos jovens para a vida adulta são transições complexas e ziguezagueantes, sem rumo fixo ou pré-determinado.

Dentre as trajetórias que estudamos, consideramos que a de Maria é a mais significativa neste sentido, pois a mesma inclusive se deslocou para várias cidades, em busca de formação e emprego. Até mesmo durante seu depoimento observamos a pertinência da metáfora utilizada por Pais (2005). Mas, em praticamente todas, observamos passagens por vários empregos e em ocupações distintas, por exemplo.

Entretanto, embora em todas as trajetórias que estudamos, a exoneração tenha levado os trabalhadores a buscar outro meio de sobrevivência, para apenas dois entrevistados houve mudança de carreira após a exoneração da PMF. Ainda neste sentido, observamos que a exoneração, assim como a estabilidade também é determinada pelas diferenças entre os cargos e respectivas carreiras. Ou seja, a concorrência entre trabalhadores nos movimentos de oferta e procura de trabalho, manifesta-se de forma distinta entre os mesmos, pois ocorre dentro dos limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital.

Como nos afirmou Vera Guerreiro da Fonseca²⁰⁹, na chamada de classificados em concursos para assumir vaga na PMF, percebe que: “aceita quem está ‘zerado’, aceita quem está assim: sem nada para se agarrar!”. A mesma também relatou que as facilidades e dificuldades de contratação são distintas de acordo com os cargos. Além disso, é importante considerar que a maioria das chamadas de concursados ocorre para preencher vagas de servidores que foram exonerados.

Assim, mesmo não desconsiderando que cada sujeito tem sua trajetória, tudo indica que seja a mesma lógica que faz com que alguns permaneçam no serviço público – na PMF - e outros se exonerem. Ou seja, é a necessidade do emprego assalariado para a sobrevivência, que leva os trabalhadores a se sujeitarem a um trabalho com baixa remuneração e condições de trabalho ruins, e que também expulsa os que já não se sujeitam a essas condições e buscam outros empregos.

Há ainda os casos nos quais ficou evidente que a permanência na PMF não fazia parte dos planos desses trabalhadores que solicitaram exoneração. Estar num emprego e continuar buscando outro ou prestando novos concursos, o que observamos na maioria dos casos, confirma nossa afirmação. Em alguns depoimentos, como nos de Rosa e Maria isto foi evidenciado claramente: “mesmo quando ainda estava na PMF já procurava outro emprego” (Rosa); “Na PMF eu sabia que seria uma coisa temporária” (Maria).

Enfim, esperamos ter apresentado dados suficientes para responder a questão central desta pesquisa: Quais as determinações da exoneração no serviço público, no cenário da afirmação da estabilidade no emprego como estratégia de enfrentamento ao desemprego? Simplificando: Por que trabalhadores do serviço público se exoneram?

Buscamos responder a essa questão por meio do estudo das trajetórias de um número restrito de trabalhadores²¹⁰ que se exoneraram dos cargos que ocuparam na PMF, na década 2000-2010.

²⁰⁹ Vera Guerreiro da Fonseca é chefe do Departamento de Admissão e Contratação de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Previdência da PMF.

²¹⁰ Trabalhadores admitidos, cuja classificação no concurso se deu em primeiro lugar para o cargo pretendido.

Para tanto, trilhamos caminhos complexos, pois o real não se apresenta de imediato e não pode ser compreendido por um ou outro aspecto, mas a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade, que se produzem numa mesma totalidade histórica. Não seria possível compreender a exoneração (no serviço público municipal de Florianópolis – período 2000-2010) isoladamente, mas examinando-a como momento de um determinado todo, como adverte Kosik (2002, p.49). Ou seja, a exoneração é ao mesmo tempo produtora e produto de uma sociedade que vive uma crise histórica sem precedentes (MÉSZÁROS, 2004), que traz como um dos resultados mais graves para um conjunto relevante da humanidade, o desemprego. Este foi nosso desafio.

Assim, considerando que o campo estrutural fornece a materialidade de processos históricos de longo prazo e o campo conjuntural indica, no médio e no curto prazo, as maneiras como as forças sociais disputam seus interesses e estabelecem relações mediadas por instituições, movimentos e lutas concretas (FRIGOTTO, 2006), buscamos compreender porque aproximadamente 25% dos trabalhadores admitidos como efetivos na PMF, solicitaram exoneração no período que estabelecemos para a pesquisa.

Neste sentido, foi necessário compreender, sobretudo, as mudanças no trabalho; as condições de trabalho; o caráter do serviço público na sociedade capitalista e, na PMF; como a estabilidade se apresenta como direito; e, além disso, considerar os trabalhadores que saíram e os que permaneceram na instituição.

A partir das entrevistas realizadas com os doze trabalhadores exonerados informantes desta pesquisa (três médicos, três odontólogos, um assistente social, um contador, um técnico em edificações, um auxiliar de sala, um auxiliar de ensino e um professor), identificamos que seria fundamental analisar questões referentes à escolarização, condições de trabalho e remuneração. Estes elementos foram então considerados os fios condutores que nos permitiram compreender as múltiplas determinações, ou seja, os diversos elementos sociais, econômicos e culturais; objetivos e subjetivos; individuais e sociais; que conduzem a decisões como a exoneração.

No que tange ao primeiro elemento destacado, - a escolarização - verificamos que há uma relação importante entre as condições econômicas, culturais e sociais e a definição dos resultados e futuro escolar dos sujeitos, porém, esta não se dá de forma mecânica ou determinista. E, os caminhos que levam os sujeitos a alongarem sua escolaridade, além de serem permeados por estratégias familiares, são carregados de contradições.

Os entrevistados estão em situação muito próximas no que se refere principalmente ao nível de escolaridade. Ou seja, ponderando principalmente as desigualdades entre grupos sociais, presentes no acesso e permanência no sistema de ensino superior brasileiro, todos podem ser considerados “privilegiados”, pois têm um alto nível de escolarização (um tem ensino médio; um ensino superior incompleto; dois têm ensino superior; três têm especialização; três têm mestrado e dois doutorado). Desta forma, ponderamos que as reformas educacionais implementadas no Brasil durante os anos de 1990, não extinguiram estruturas que mantêm a educação como um “privilégio” de poucos, ainda que seja um direito de todos. Embora reconhecendo os avanços realizados na universalização do ensino fundamental após a Constituição de 1988, entendemos que ainda há muito que fazer tanto em relação à qualidade do ensino, como em relação ao acesso e permanência ao mesmo, em todos os níveis e modalidades.

Entrelaçando as histórias que conhecemos, observamos que a condição de escolarização se apresentou como instrumento importante para a inserção no trabalho, principalmente no serviço público. Há evidências de que também contribuiu para que pudessem optar pela exoneração e conseguir outro emprego quando esse foi o objetivo.

Importa ainda reconhecer que a opção por outro emprego não parece ser a negação da estabilidade (oferecida no serviço público), mas a possibilidade de acomodação, que na maioria dos casos aconteceu dentro do próprio serviço público, seja em âmbito estadual ou federal (entre os doze entrevistados, atualmente, nove são trabalhadores do serviço público - cinco no âmbito estadual e quatro no federal -; dois trabalhadores autônomos e um trabalhador voluntário).

Ao cruzarmos os dados de escolaridade e ocupação dos entrevistados com os de seus pais, observamos que alguns se

mantiveram em situação social equivalente e outros ascenderam à níveis mais complexos tanto em relação ao conhecimento quanto à posição na estrutura ocupacional, embora ambos distantes de qualquer configuração social que não a de classe trabalhadora.

No que se refere ao segundo elemento destacado – condições de trabalho –, constatamos que para compreendermos as condições em que os trabalhadores do serviço público realizam seu trabalho, é preciso levar em conta que elas derivam de uma determinada forma de organização social e, portanto, sofrem mudanças de acordo com as necessidades do modo de produção vigente, ou seja, o capitalista. Conforme adverte Druck (2011), a complexidade das transformações ocorridas no trabalho só podem ser desvendadas a partir da perspectiva histórico-dialética, pois ao lado de novas condições e situações sociais, velhas formas e modalidades se reproduzem e se reconfiguram, num claro processo de metamorfose social, no qual é mantida a essência de um modo de produção cujas relações se assentam sobre o trabalho assalariado, independentemente das formas de contrato existentes ou predominantes.

Neste sentido, verificamos que os trabalhadores exonerados da PMF que entrevistamos, referem-se de forma negativa a muitas questões relacionadas às condições vividas no processo de trabalho. Seus relatos referem-se: à falta de estrutura para a realização do trabalho (há relatos que evidenciam a falta de equipamentos e falhas na organização do trabalho por parte dos gestores); à desvalorização do cargo e à falta de perspectiva em relação à carreira (há várias referências à questão salarial e ao plano de cargos, carreiras e salários. Além disso, a necessidade de manter mais de um vínculo de trabalho, por conta da questão remuneratória, repercute diretamente na qualidade de vida dos trabalhadores); à jornada de trabalho (há referências às gratificações que só são atingidas com a ampliação da carga horária e às agendas lotadas ou prejudicadas pela falta dos pacientes, o que também sugere existir falta de planejamento na Instituição); à distância entre a residência e o local de trabalho (não há mecanismos que garantam lotação próxima à residência e em alguns casos, não há lotação fixa); à vaga para o filho em creche próxima à residência ou ao trabalho (não há critérios que priorizem vagas

nas creches da PMF para os filhos de seus trabalhadores); ao reduzido número de profissionais (não há número suficiente de profissionais em determinados cargos. Isto sobrecarrega o trabalhador, que se sente culpado por não realizar suas atribuições satisfatoriamente e acaba adoecendo); à falta de investimento em qualificação profissional (há relatos que evidenciam a necessidade do trabalhador custear sua qualificação).

No que tange ao terceiro elemento destacado – remuneração –, constatamos que este, além de estar sendo um fator motivador de exoneração, também tem influenciado negativamente nas admissões/contratações de novos trabalhadores²¹¹.

Ao analisarmos especificamente a escolarização, remuneração e condições de trabalho, não como únicos, mas como elementos determinantes nas solicitações de exoneração realizadas por trabalhadores do serviço público da PMF, constatamos que os mesmos são expressão do que é a questão pública nesta sociedade na qual os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora nunca resultaram de ações benevolentes do Estado ou do capital. E ainda que, no momento atual, vivencia os impactos do projeto neoliberal que surge como resposta do capital à sua crise estrutural.

A pesquisa confirmou nossa tese de que a exoneração tem uma dimensão que embora na aparência seja pessoal, é fundamentalmente social, pois é atravessada pela condição de classe.

Os exonerados defendem, afirmam a estabilidade no emprego, mas mostram outros elementos que a compõem. Ao mesmo tempo, evidenciam os limites da mesma em seu sentido estrito, neste caso, como direito garantido legalmente, presente no serviço público municipal de Florianópolis. Ou seja, mesmo abrindo mão deste direito enquanto trabalhadores da PMF continuam perseguindo-o como possibilidade de planejar suas vidas a médio e longo prazos.

²¹¹ Neste sentido, verificamos também que a alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do quadro civil, tem sido alvo de reivindicações dos trabalhadores da PMF, desde 1997 principalmente. Além disso, o momento é de luta dos trabalhadores na PMF para a implantação de um novo plano.

Os trabalhadores entrevistados buscam a estabilidade e o horizonte do planejamento de suas vidas é determinado pela condição de classe, assim como é a possibilidade de solicitar exoneração, posto que esta seja o limite do suportável na esfera do trabalho. Assim sendo, a exoneração não é fruto da livre escolha. Ainda que seja uma alternativa individual diante das condições salariais e de realização do trabalho, ela é determinada socialmente. Nem todos podem se exonerar numa sociedade em que a sobrevivência dos trabalhadores depende da venda da sua força de trabalho.

Neste sentido é importante destacar a situação que verificamos entre os entrevistados em relação aos movimentos da classe. Embora quase todos reconheçam a importância do sindicato para os trabalhadores, nenhum teve participação em atos como assembleias ou greves. Os relatos quase sempre evidenciaram que não sentiram necessidade de aproximação com tais associações. Em alguns casos, estas foram consideradas como meios para obter “privilégios”. Esses mesmos entrevistados também enfatizaram ser a estabilidade no serviço público um mecanismo que favorece trabalhadores malandros e irresponsáveis.

Consideramos que essa situação evidencia que os entrevistados buscaram solucionar os problemas que motivaram suas exonerações por meio de estratégias individuais. Ou seja, embora a exoneração seja determinada socialmente, o caminho buscado pelos trabalhadores que entrevistamos não foi o coletivo, que poderia ser, por exemplo, via sindicato. A despeito disso, convém ressaltar que os trabalhadores do serviço público municipal de Florianópolis historicamente obtiveram algumas conquistas no que se refere, por exemplo, ao plano de cargos, carreiras e salários, ou às condições de trabalho e estas se deram por meio de movimentos organizados (assembleias, greves, etc.)²¹². As principais movimentações neste sentido ocorrem geralmente no mês de maio de cada ano, pois conforme o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis (Lei Complementar CMF 063/2003)²¹³, esse é o mês no qual

²¹² Para maiores detalhes ver: www.sintrase.org.br

²¹³ Lei Complementar CMF 063/2003. Art. 23 As promoções por tempo de serviço ocorrerão no mês de maio, adquirindo direito à progressão o servidor que, à época, contar com 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo; Art. 52 A

deve ocorrer tanto a revisão geral das remunerações, como as promoções.

Cabe destacar ainda que, os dados encontrados nesta pesquisa, mesmo sendo a expressão da universalidade, são um recorte, ou seja, não podem ser generalizados. Mas, nos dão pistas para analisar na atualidade o trabalho e sua relação com a escolarização, a partir do corte de classe.

Ou seja, nesta pesquisa buscamos apreender como o modo de produção capitalista se produz, como se desenvolve e que tipo de relações sociais sedimenta, assumindo como referencial de análise o materialismo histórico, porque “é o único que se propõe a uma crítica radical a esse sistema e coloca a necessidade da práxis revolucionária para superá-lo” (JAMESON, 1994 apud FRIGOTTO, 2013, p.78).

E assim, ao investigar os motivos da exoneração no serviço público, diante da afirmação da estabilidade como estratégia de enfrentamento ao desemprego, também constatamos que, somente na aparência há dissociação entre trabalhadores do setor público e do privado, pois, independentemente da natureza do emprego, essencialmente, ambos se enfrentam com o capital, ou seja, estão inseridos e submetidos ao movimento mais amplo de acumulação do modo de produção capitalista.

Isto significa dizer que, respeitadas as devidas especificidades, o processo empregado para a superação da crise do próprio modo de produção capitalista, se dissemina por todo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que não a atinja de maneira uniforme.

Ora, é no âmbito da luta de classes, considerando conjunturas específicas e a correlação de forças, que o Estado, entendido como parte integrante da própria base material do capital, incorpora ou não as reivindicações dos trabalhadores. Trata-se, portanto, de lutar para preservar e ampliar as conquistas históricas dos trabalhadores.

Entretanto, como nos lembra Marx, são os seres humanos que produzem e que podem mudar a realidade histórica. No

revisão geral da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas ocorrerá sempre no mês de maio e sem distinção de índices, na forma de lei, observados os parâmetros da tabela salarial vigente.

processo de luta contra-hegemônica, o desafio, na teoria e na práxis, é o de distinguir as mudanças que convergem para alterar estruturalmente as relações sociais capitalistas daquelas que as conservam. Essa distinção orienta a luta essencial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo C. **O Rebelde Esquecido**: Tempo, vida e obra de Manoel Bonfim. ANPOCS: TOPBOOKS, 1999

ALBRECHT, Pricila A. T. **Sentidos do trabalho para concurreseiros**: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC, SC, 2010.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007

ALVES, Natália. **Juventudes e inserção profissional**. Educa/UI&DCE.Lisboa, 2008.

_____. **Inserção profissional e formas identitárias**: O caso dos licenciados da Universidade de Lisboa. Educa/UI&DCE.Lisboa, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999

_____. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?** In: Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. Organizadores: Ricardo Antunes, Rui Braga; autores: Arnaldo Mazzei Nogueira (et al.). São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo e POCHMANN, Márcio. **Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil**. In: INTERFACEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Vol. 3, No 2 (2008)

AUED, Bernardete Wrublevski (Org). **Educação para o (des) emprego**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **O Processo de desemprego**. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2002, Florianópolis. 17p. Texto

_____. **A geração de emprego e as cooperativas alternativas**. In: Traços do Trabalho Coletivo. AUED, Bernardete Wrublevski (Org). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos F. Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.145-184.

BRANDÃO, Zaia. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 19**, de 04.06.1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm Acesso em: 02.01.2012.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 20**, de 15.12.1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/.../emc20.htm Acesso em 02.01.2012

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 20**, de 19.12.2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm Acesso em 02.01.2012

CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues. **Trabalho Precário, Terceirização e Cooperativas de Trabalho**: quando “estar juntos” se torna uma forma coletiva e precária de inclusão social. Tese Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

CARDOSO, A.; CARUSO, L.A.; CASTRO, N. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro: IEC, n 1, p.7-23, mai. 1997.

CARVALHO FILHO, Eneuton Dornellas Pessoa de. **Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP, 2002.

CARVALHO, Raquel Melo. Aspectos relevantes do concurso público. In: **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**. Edição Especial — ano XXVIII. Ago 2010. Disponível em: <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/928.pdf>. Acesso em: 22.08.2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução: Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Evolução e desigualdade na educação brasileira.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 108, Oct. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Abr. 2013.

CASTRO, Ramón Peña. **A questão do Trabalho.** São Carlos, 1988. 16f. Texto Mimeografado.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia.** São Paulo: Companhia das letras, 2002.

COONEY, Paul. **Uma avaliação empírica da lei geral da acumulação capitalista no período atual de globalização neoliberal.** In: *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 51-76, 2008. Editora UFPR.

COUTINHO, Ana Luísa Cellino. **A estabilidade do Servidor Público na Reforma Administrativa.** *Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco – ESMAPE.* Recife. v.4.nº jan/Jun 1999.

COUTINHO, Maria Chalfin. **Perfil de trabalhadores desempregados da grande Florianópolis.** Trabalho apresentado no GT 16: Reestruturação no Mundo do Trabalho, XI Congresso Brasileiro de Sociologia Unicamp, Campinas, SP. Set 2003.

DIAS, Maria Sara d. L. **Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de Universitários.** 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, SC, 2009.

DIAS, Rafael Damaceno. **Que invasão é essa?** Leituras sobre conflitos socioculturais em Florianópolis (1970 – 2000). UFPR. Curitiba, 2009. 137 p. Dissertação (Mestrado em História).

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho** – São Paulo: DIEESE, 2011.

DIEESE – SST (Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina). **A mulher trabalhadora na grande Florianópolis**: mercado de trabalho e o desafio da qualificação profissional, 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/projetos/SST/mulherTrabalhadora.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2012.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Diesse, 2001

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo, Jurídico Atlas, 2003.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, 2011.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identificárias: Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo, p.13-30, abr. 1998.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem** / OAKLEY, Kenneth B. O Homem Como Ser que Fabrica Utensílios. 2ª edição. São Paulo: Global Editora, 1984.

_____. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. (tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti). São Paulo: Global, 1985.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

_____. **Nova república?** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERREIRA, Adelia Doraci de Oliveira. **A batalha pela sobrevivência no mundo do trabalho**: trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental. Florianópolis, 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

FERRETI, Celso João. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? In: **Educ.Soc.** vol.23, nº81, Campinas. Dec.2002.

FIOD, Edna G M. **Crise da Educação e Sociedade do Trabalho**. IN: Perspectiva. Florianópolis, v.14, n.26, p.71-91, jul./dez. 1996.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins de. **Destinos (im) prováveis**: trajetórias de jovens egressos de uma experiência de arte-educação. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) .UFC, Fortaleza.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Cidadania e Formação Técnico - Profissional**: desafios neste fim de século , in L.H. Silva, J.C. de Azevedo & E.S. dos Santos (orgs.) , Novos Mapas Culturais - Novas Perspectivas Educacionais. Porto Alegre - Editora Sulina. 1996.

_____. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Globalização e crise do emprego**: mistificações e perspectivas da formação técnico profissional. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p. 31-45, mai./ ago. 1999.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

_____. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. In: **Ideação**. Revista do centro de Educação e Letras da Unioeste.v 10, n.1, p.41-62, 2008.

_____. Escola e trabalho numa perspectiva histórica. Contradições e controvérsias. In: **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação, nº9, pp. 129-136, 2009.

_____. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscurecem a realidade. In: CANÁRIO, Rui e RUMMERT, Sônia R. (orgs). **Mundos do trabalho e aprendizagem**. EDUCA, Lisboa, 2009a.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Abr. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado, **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril, 2003.

_____. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Orgs). **A formação do cidadão produtivo** : a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FURB-SINE. **Pesquisa FURB – SINE** sobre ascensão e queda do emprego nas microrregiões de Santa Catarina. 2000. CD ROM.

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego**; A desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G (Org.). Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.76-99.

GOMEZ, Maria Soledade Etcheverry de Arruda.

Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização: trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. 2002. 284f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: Entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO,J, AQUINO,L. e ANDRADE,C.(orgs). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**,IPEA, 2009.

GRAHAM, Richard. “**Cientelismo na cultura política brasileira:** Toma lá dá cá.” In: Publicações Braudel Papers, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

GUIMARAES, Nadya Araujo. **Trabalho em transição: uma comparação entre São Paulo, Paris e Tóquio**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 76, Nov. 2006.

GUZMAN, V; MAURO, A; ARAUJO, K. Trayectorias laborales de mujeres. Chile: Ediciones Centro de Estudios de la Mujer, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança social. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992. p. 349.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Trabalhadores desempregados: Trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. RBCS – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.11, p.71-84, out. 1989.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros** – 2009. Rio de Janeiro 2010.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: 2000 e 2010.

_____. **Síntese de indicadores Sociais (SIS)**: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf.

Acesso em: 15.04.2013.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Março de 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf Acesso em 25.01.2013.

INVERNIZZI, Noela. Empregos precários no setor terciário: estudo de trajetórias ocupacionais de trabalhadores em risco de exclusão. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.35-45, jan./abr. 2002.

IPEA. **Emprego público no Brasil**: Comparação internacional e evolução recente. Comunicado da Presidência, nº 19 Brasília, DF: IPEA, mar 2009a.

_____. **Salários no setor público versus salário no setor privado no Brasil**. Comunicado da Presidência, nº 37. Brasília, DF: IPEA, dez 2009b.

JINKINGS, Nise. **Os trabalhadores bancários em face da reestruturação capitalista contemporânea**. In: PPGSP/UFSC. Cadernos de pesquisa, nº. 28, agosto 2001.

KOFES, Suely. **Uma Trajetória, Em Narrativas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro. Editora paz e Terra s/a, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça e outros textos**. Lisboa: Estampa, 1977.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LESSA, Sergio. **Beyond Capital: Estado e Capital**. Disponível em:
http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/Para_Alem_K_1998.pdf. Acesso em 20.01.2013.

_____. **Modo de produção e revolução**: Lukács e Mészáros. In: *Germinal: Marxismo e Educação em debate*, Londrina, v.1, n.1, p.66-83, jan 2009.

LOHN, Reinaldo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis, 1950 a 1970**. Tese. Porto Alegre: UFRGS (Doutorado em História), 2002.

MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. **Revista Trabalho e educação**, Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, n. 3, p. 15-21, jan./jul.1998.

MANACORDA, Mario Antonio. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1989.

MÂNTEGA, Guido. “A Lei da Taxa de Lucro: a Tendência da Queda ou a Queda da Tendência?”. **Estudos CEBRAP**, n. 16, 1976

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. **A Metropolização de Florianópolis**: o papel do Estado. 1 v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2000. p. 108 e 112.

MARCONI, Nelson. A evolução do perfil da força RSP de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. In: **Revista do Serviço Público**, Ano 54 Número 1 Jan-Mar 2003

MARTINS, Selma Aparecida Caselli. **Cotidiano de trabalho de profissionais da atenção básica à saúde**: uma arena de sentidos, emoções, saberes e fazeres. Florianópolis, SC, 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963. 54p.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, [19--].

_____. **A origem do capital**; a acumulação primitiva. São Paulo (SP): Global, 1977.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, v. I, tomo I 1983.

_____. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico, vol.I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I tradução de Reginaldo Sant'Anna. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cartas. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, v.3, [19--].

_____. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Ched editorial, 1980.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor. **Emprego Público no Brasil: Aspectos históricos, inserção no mercado de trabalho nacional e evolução recente**. Brasília, IPEA, 2011.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. Revista Outubro, nº 4, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v.73, n. 17-4, p.291-321, maio/ago. 1992

MORICONI, Gabriela et alli. Diferentes padrões de políticas salariais nos estados brasileiros: uma análise a partir do diferencial de salários público-privado. In: Revista de Economia Política, vol. 29, nº 3 (115), p. 114-134 jul-set/2009.

NOGUEIRA, Maria Alice. Classes médias e escola: novas perspectivas de análise. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.1, pp.213-231, Jan/Jun 2010.

OLIVEIRA, Betty. A Dialética do Singular-Particular-Universal. Anais do V Encontro de Psicologia Social e Comunitária. Abrapso: Bauru, agosto 2001, 1-24. Disponível em: <http://stoa.usp.br/mpp5004/files/1/18602/ADialeticaDoSingularParticularUniversal.pdf>. Acesso em: 14.02.2013.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil**. Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE). — [Brasília]: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: <http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/desigualdadesraciaisedegenero.pdf>

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: AMBAR, 2005

PAIVA, Vanilda. **Educação e trabalho**: notas sobre formas alternativas de inserção de setores qualificados. Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, p.8-21, n.4, dez/1998.

PARO, Vitor Henrique. **Parem de preparar para o trabalho!** Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETI, Celso João; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Sales (Orgs). Trabalho, Formação e Currículo: Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p101-20.

PERONI, Vera Maria Vidal. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. In: **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 215-227, maio/ago. 2010.

PIMENTEL, Raquel Guedes. **"E agora, José?"**: jovens psicólogos recém formados no processo de inserção no mercado de trabalho. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, v.6, 1998.

_____. **Papel do Estado na geração de emprego e proteção social no Brasil**. Nota técnica, 2007. In: Projeto

CEPAL/OIT/PNUD, 2008. Disponível em:
http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/papeldosta_donageracaodeempregoPochmann.pdf. Acesso em 01.03.2013.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Qual desenvolvimento?** Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

_____. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol.23, n.80, p.401- 422, setembro/ 2002.

_____. **Pedagogia das competências**. In: PEREIRA, Isabel e LIMA, Julio Cesar (Orgs). Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2ª Ed. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009.

Relatório Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - **“Tendências Mundiais de Emprego – 2010”**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 05.06.2011.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – **“Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude – 2010”**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 05.06.2011.

ROSA, Dênerson Dias. **O concurso público como princípio constitucional e a promoção interna para cargos organizados em carreira**. 30.08.2002 Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/86/88/868/> Acesso em 15.12.2011.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. In: **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação. n. 2 · j a n / a b r 2007.

SANTOS, Luiz Alberto. **Reforma Administrativa no contexto da democracia**: a PEC nº 173/95 e sua adequação ao Estado brasileiro - Brasília: DIAP e Arko Advice Editorial, 1997.

_____. **Agencificação, Publicização, Contratualização e Controle Social**: Possibilidades no âmbito da reforma do aparelho de estado. Brasília: DIAP, 2000.

SANTOS, Marlene de J Silva. **Aspectos da desconstrução da reforma democrática do Estado**: perspectiva gerencial e precarização do trabalho. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, Brasília, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

SELIG, Gabrielle Ana. **Cenários instáveis, carreiras estáveis**: atravessamento dos discursos contemporâneos nos sentidos da inserção profissional de jovens graduados como servidores públicos federais. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SHIROMA, Eneida Oto. A outra face da inclusão. In: **Teias**. Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan/jun 2001.

SILVA, Mariléia Maria da. O trabalho para os jovens diplomados no novo modelo de acumulação capitalista. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 405-424, jul./dez. 2004.

_____. **Inserção profissional e condição social:** trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho. 2004. 249f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, jan.-mar. 2010.

SOLDATELLI, Rosangela. **O processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo.** 2011.220p. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: **ANPED. Revista Brasileira de Educação.** Nº 24, São Paulo: ANPED, 2003.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? **Perspectiva**, Florianópolis, v.14, n.26, p.39- 70, jul./dez.1996.

VALERIANO, Maya Damasceno. **O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista:** O fim da estabilidade no emprego e o FGTS. Dissertação (Mestrado), Universidade federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação do campo: educação virada para o futuro? In: CANÁRIO, Rui e RUMMERT, Sônia Maria. **Mundos do Trabalho e Aprendizagem.** Lisboa, Educação, 2009.

VIEIRA FILHO, Osnildo. **Emprego e salário de contratação entre 2000 e 2010 em Santa Catarina**. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Florianópolis, maio/2011. Disponível em:

[http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/analise/Emprego%20e%20salario%202000-2010%20-%20%20numerado\[1\].pdf](http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/analise/Emprego%20e%20salario%202000-2010%20-%20%20numerado[1].pdf). Acesso em 15 de junho de 2012.

ZAGO, Nadir. Realidades sociais e escolares e dinâmica familiar nos meios populares. In: **Paidéia**. FFCLRP- USP, Rib. Preto, fev/Ago 1998.

_____. Processos de escolarização nos meios populares – As contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A condição do estudante**: um estudo sobre o acesso no ensino superior. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 12. Belo Horizonte, maio – jun, 2005. Disponível em <<http://www.sbsociologia.com.br/>>. Acesso em: 20.01.2013.

_____. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

_____. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 149-174, jan./jun. 2008.

_____. Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola: questionamentos e tendências em Sociologia da Educação. In: **Revista Luso-Brasileira**. Ano 2, n.3, p.57-83, março 2011.

APÊNDICE - ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTA**Poderei utilizar/citar seu nome na tese? (...) sim (...) não****Identificação**

- 01.Nome
- 02.Data e local de nascimento
- 03.Estado civil
04. Telefones para contato
- 05.Profissão
06. Escolaridade na data em que ingressou na PMF (Gostaria de falar a respeito de sua escolarização (onde estudou, rede pública ou particular, etc.)?)
- 07.Escolaridade atual
- 08.Escolaridade dos pais (Profissão dos pais?). Gostaria de falar algo sobre a origem de seus pais ou de sua família? Qual o “papel” de sua família em sua escolarização?

Antes da PMF

- 09.Quando você começou a trabalhar na prefeitura?
10. O ingresso na prefeitura foi seu primeiro emprego?
11. No caso de não: Qual foi o outro ou outros? Houve emprego formal (com carteira assinada?).
12. O ingresso na PMF resultou do primeiro concurso que você realizou?
13. Caso negativo, quantos outros concursos você realizou antes do ingresso na PMF?
14. Antes de ingressar na PMF fez curso preparatório para realização de concurso? Quantos?
15. Com qual idade começou a trabalhar?
16. Antes de ingressar na PMF trabalhou e estudou ao mesmo tempo?
17. Antes de ingressar na PMF realizou estágio remunerado ou trabalho voluntário?

Emprego público x estabilidade

18. Quais os motivos que lhe levaram a buscar o emprego público?
19. Qual motivo você citaria como mais importante?
20. A estabilidade no emprego seria um motivo?

21. O que você entende por estabilidade? O que significa para você? Como percebeu a “estabilidade” enquanto estava na PMF? E hoje?

22. Após o ingresso na PMF fez algum curso preparatório para realização de concurso?

23. Após seu ingresso na PMF, teve ou tem outro emprego ou atividade remunerada? Qual (quais)?

A exoneração

24. Qual ou quais os motivos que lhe levaram a solicitar exoneração da PMF?(Explorar este item o máximo possível)

25. Está empregado atualmente?

26. Realizou outro concurso público?

Trabalho/emprego/lazer

26. O que é trabalho para você?

27. O que é emprego?

28. O que fazes quando não estás no emprego? É possível “separar” tempo de trabalho e tempo de não trabalho (lazer etc.)?

29. O que é desemprego?

30. Já participou de algum movimento (greve)?